

REVISTA

PRAIAVERMELHA

Revista de Serviço Social
Programa de Pós-Graduação da Escola de Serviço Social

Programa de Pós-Graduação da Escola de Serviço Social
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

A Revista Praia Vermelha é uma publicação semestral do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), cujo objetivo é construir um instrumento de interlocução com outros centros de pesquisa da área de Serviço Social e áreas afins, procurando colocar em debate as questões atuais, particularmente aquelas relacionadas à “Questão Social” na sociedade brasileira.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

REITOR

Aloísio Teixeira

PRÓ-REITOR DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

Ângela Uller

ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL – ESS

DIRETORA

Pro^{fa} Dr^a Maria Magdala Vasconcelos de Araújo Silva

VICE-DIRETORA

Pro^{fa} Dr^a Gabriela Maria Lema Icasuriaga

COORDENADORA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU

Pro^{fa} Dr^a Yolanda Aparecida Demétrio Guerra

COORDENADORA DE PÓS-GRADUAÇÃO LATU SENSU

Pro^{fa} Dr^a Cleusa dos Santos

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Mailing Adress

UFRJ - Escola de Serviço Social

Programa de Pós-Graduação

Av. Pasteur, 250 – fundos

CEP 22290-240

Rio de Janeiro - RJ

Telefone (21) 3873-5386

(21) 3873-5385

E-mail: praiavermelha@ess.ufrj.br

Site: <http://web.intranet.ess.ufrj.br/ejornal/index.php/praiavermalha/index>

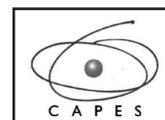
PRAIAVERMELHA

Estudos de Política e Teoria Social

Solicita-se Permuta / Exchange Desired

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte desta revista poderá ser copiada ou transmitida sem a permissão dos editores. As posições expressas em artigos assinados são de exclusiva responsabilidade de seus autores.



REVISTA
PRAIAVERMELHA

ISSN 1414-9184

Revista PRAIAVERMELHA / Rio de Janeiro / v. 19 nº 1 / p. 1-144 / Jan-Jun 2009

COMISSÃO EDITORIAL

Carlos Nelson Coutinho,

Escola de Serviço Social/UFRJ, Brasil

José Maria Gomez,

Escola de Serviço Social/UFRJ, Brasil

José Paulo Netto,

Escola de Serviço Social/UFRJ, Brasil

CONSELHO EDITORIAL CIENTÍFICO

Alcina Maria de Castro Martins (ISMT, Coimbra-Portugal)

Ana Elizabete Mota (UFPE-PE)

Antonia Jesuíta de Lima (UFPI-PI)

Berenice Couto (PUCRS- RS)

Casimiro Balsa (CESNOVA/UNL-Portugal)

Cibele Rizeck (USP- SP)

Cleusa dos Santos (UFRJ- RJ)

Consuelo Quiroga (PUC-MG)

Denise Bomtempo Birche de Carvalho (UNB-DF)

Edésio Fernandes (University College London - Inglaterra)

Elizete Menegat (UFJF-MG)

Helena Hirata (GEDISST-GNRS-França)

Ivete Simionatto (UFSC-SC)

José Fernando Siqueira da Silva (UNESP-SP)

Júlio de Assis Simões (USP-SP)

Leilah Landim (UFRJ-RJ)

Liliane Capilé Charbel Novaes (UFMT-MG)

Marcelo Badaró (UFF-RJ)

Margarita Rosas (Universidad de La Plata-Argentina)

Maria Carmelita Yasbeck (PUC-SP)

Maria da Ozanira Silva e Silva (UFMA-MA)

Maria das Dores Campos Machado (UFRJ-RJ)

Maria Liduína de Oliveira e Silva (UNIFESP-SP)

Maria Lúcia Carvalho Silva (PUC-SP)

Maria Lucia Martinelli (PUC-SP)

Maria Lúcia Weneck Vianna (UFRJ- J)

Michel Lowy (EHESS-Paris)

Monica Dimartino (Universidad de La Republica de Uruguay)

Neli Aparecida de Mello (USP-SP)

Potyara Amazoneida Pereira (UNB-DF)

Ricardo Antunes (UNICAMP-SP)

Rogério Lustosa Bastos (UFRJ-RJ)

Salviana Pastor Santos Sousa (UFMA-MA)

Sérgio Adorno (USP-SP)

Sueli Bulhões da Silva (PUC-RJ)

Sulamit Ramon (London School of Economics-Inglaterra)

Valéria Forti (UERJ-Rio de Janeiro)

Vera da Silva Telles (USP-SP)

Vera Lúcia Gomes (UFPA-Pará)

Vicente de Paula Faleiros (UNB-DF)

EDITORAS CIENTÍFICAS

Maria de Fatima Cabral Marques Gomes,

Escola de Serviço Social/UFRJ, Brasil

Myriam Lins de Barros,

Escola de Serviço Social/UFRJ, Brasil

EDITOR PARA WEB

Luis Acosta

ASSESSORIA TÉCNICA

Rodrigo Castelo Branco

Rosemere Santos Maia

Rafael Castro

DESIGN GRÁFICO

Fábio Rapello Alencar

REVISÃO - PORTUGUÊS

Maria de Fátima B. Menezes Migliari

TRADUÇÃO E REVISÃO - INGLÊS

Maurício Miranda

Catálogo na fonte pela Biblioteca Universitária da Universidade Federal do Rio de Janeiro

Praia Vermelha: estudos de política e teoria social / Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós Graduação em Serviço Social - Vol. 1, nº 1 (1997) - Rio de Janeiro: UFRJ. Escola de Serviço Social. Coordenação de Pós Graduação, 1997 Semestral

ISSN 1414-9184

1. Serviço Social - Periódicos. 2. Teoria Social - Periódicos. 3. Política - Periódicos

I. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós Graduação em Serviço Social.

CDD 360.5

CDU 36 (05)

PUBLICAÇÃO INDEXADA EM:

IBICT - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia <<http://ccn.ibict.br>>

Base Minerva UFRJ

Revista On line – ISSN1984 669X

Sumário

Editorial	
Maria de Fátima Cabral Marques Gomes Myriam Lins de Barros	9
Artigos	
Notas sobre as mudanças recentes do capitalismo mundial e brasileiro Jorge Natal	13
A crise do capital: a era da hipocrisia deliberada Mauro Luís Iasi	25
“Economia de mercado” ou Capitalismo Oligopólico-Financeiro? Samir Amim	41
A crise atual do capitalismo: crise cíclica ou estrutural? Maria Helena Rauta Ramos	49
A Teoria da Conjuntura e a Crise Contemporânea Carlos Eduardo Martins	67
Direitos Humanos: entre o princípio de igualdade e a tolerância Sergio Gomes da Silva	79
Pelo Bairro: reconstruindo fronteiras, descortinando relações e hierarquias Rosemere Maia	95
“Trabalho solidário”: em busca de outros valores para a participação política Lucia Rabello de Castro Beatriz Corsino Pérez Conceição Firmina Seixas Silva	109
Resenhas	
O olho da barbárie Felipe Melo da Silva Brito	125
Economia política: uma introdução crítica Rodrigo Castelo Branco	129
Trabalho, autogestão e desenvolvimento: escritos escolhidos 1981-2005 Bruno Borja e Carla Curty	133
Normas editoriais	137

Contents

Editorial	
Maria de Fátima Cabral Marques Gomes Myriam Lins de Barros	9
Articles	
Notes on the recent changes in the world and the Brazilian capitalism Jorge Natal	13
The capital crisis: the deliberate hypocrisy era Mauro Luís Iasi	25
“Market economy” or oligopolistic-financial capitalism? Samir Amim	41
The current crisis of capitalism: cyclical or structural one? Maria Helena Rauta Ramos	49
The theory of economic trends and the contemporary crisis Carlos Eduardo Martins	67
Human Rights: between the principle of equality and tolerance Sergio Gomes da Silva	79
Through the Neighborhood: rebuilding borders, revealing relationships and hierarchies Rosemere Maia	95
Solidarity Labor: seeking for other values for political participation Lucia Rabello de Castro Beatriz Corsino Pérez Conceição Firmina Seixas Silva	109
Book Review	
The barbarism eye Felipe Melo da Silva Brito	125
Political Economy: a critical introduction Rodrigo Castelo Branco	129
Labor, self- management and development: selected writings Bruno Borja e Carla Curty	133
Publications norms	137

EDITORIAL

Desde 2008, a Revista Praia Vermelha do Programa de Pós- Graduação em Serviço Social da Escola de Serviço Social/UFRJ tem feito um esforço no sentido de atender às exigências requisitadas para sua indexação nas base de dados para periódicos, visando a disponibilização de seu conteúdo nos sites especializados. Para isso, foi necessária uma reformulação das normas existentes contidas na última parte desse periódico. Nosso trabalho não tem se restringido à questão formal, mas pretende colocar o conteúdo deste periódico mais próximo dos debates acadêmicos atuais. Assim, este volume apresenta como temática *Capitalismo e crise pós-anos 70 – recessão econômica, processos políticos e impactos sociais* –, de suas origens às dimensões atuais, analisado por autores de reconhecida competência no assunto. A segunda parte dedica-se a temas livres, conforme estabelecido em sua política editorial.

Capitalismo e crise

Desde o final dos anos de 1970 identificam-se três grandes mudanças marcantes no capitalismo globalizado: as relativas ao papel do Estado (neoliberalismo), as tecnológicas e as financeiras, que, de forma articulada, consagram uma etapa histórica de crise do modo de produção capitalista.

O ideário neoliberal foi consagrado no Consenso de Washington (1989) como solução para a inflação, em especial dos países da periferia do capitalismo. O Brasil incorporou as orientações neoliberais, nos anos de 1990, com o governo Collor de Mello, justificando que os procedimentos adotados com a abertura comercial e financeira, a privatização de ativos públicos, a flexibilização de relações contratuais trabalhistas, levaria, via aumento da concorrência à redução de custos, bem como ao combate à inflação e à retomada do crescimento econômico em bases sólidas. A liberalização da economia, dessa forma, se impunha para o estreitamento das relações das economias nacionais com o capitalismo central.

As novas tecnologias de informação e comunicação vêm alterando as relações espaço-temporais. Ao incidirem sobre o território construído,

complexificam as relações sociais e inauguram novos padrões associados à organização e à divisão das atribuições entre Estado e sociedade. As metamorfoses provocadas por essa revolução são societárias e produtivas, já que tecem novos laços entre produção material, saberes e habilidades, homens e máquinas, contribuindo significativamente nas relações de trabalho que se expandem pela vida social. Os avanços nas telecomunicações, na eletrônica e na informática permitiram a interconexão das bolsas, dos bancos e das praças financeiras, em tempo real, favorecendo fluxos de dinheiro acima das fronteiras nacionais, impondo leis internacionais aos territórios nacionais. Assim, essas mudanças contribuíram para o processo de financeirização da economia.

A atual crise vem sendo denominada de financeira internacional, apesar da sua enorme gravidade e amplitude. Mas essa é a terceira crise efetivamente mundial de alcance global. A primeira foi no século XIX, depois a de 1930 e esta que vivenciamos no presente momento. Inicialmente, surgiu como crise de liquidez, depois evoluiu para crise de crédito e, finalmente contaminou o comércio internacional. Sua visibilidade é maior hoje no setor financeiro porque nas crises anteriores não havia atores financeiros globais com a complexidade que atualmente se verifica.

Há um consenso de que a crise atual, acirrada desde 2008, é estrutural e sistêmica, assim como potencialmente mais aguda do que a verificada em 1929. A grande depressão de 1929 evidenciou o problema da escassez de empregos no mundo. O que foi feito na época para modificar a situação? As transformações foram, então, profundas: alterou-se a visão mesmo que se tinha do trabalho, com uma série de idéias e medidas que foram consolidadas desde séc. XX. Com o fordismo, modelo implantado por Henry Ford, desde a década de 1910 houve uma redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais e aumento dos salários, tornando-se o trabalhador também fonte de demanda. Isto representou uma mudança substantiva, já que estes, até então, eram vistos simplesmente como custo, e a perspectiva era aumentar jornada e diminuir salário.

Depois de 1929, além do aumento da oferta devido aos melhores salários, reduziu-se o número de pessoas procurando emprego e crianças e idosos foram retirados do mercado de trabalho. A estabilidade também permitiu organizar a produção. Mas, para liberar crianças e idosos, foi necessário constituir fundos públicos como os de aposentadoria e educação gratuita. A depressão levou ainda a reformas tributárias, com novas dimensões para o imposto de renda nos Estados Unidos, no início da década de 40. O Brasil seguiu as linhas gerais de transformação e, em 1943, quando ainda era essencialmente agrícola, consolidou a CLT.

A crise atual não é de natureza cíclica, cujo desfecho levaria à retomada do processo de crescimento em médio prazo, já que tem dimensões inéditas. Embora as bases da crise possam ser deslindadas desde à leitura clássica do marxismo que a entende como um produto do conflito entre desenvolvimento das forças produtivas e relações capitalistas de produção, deve-se ressaltar que as forças produtivas contemporâneas passaram por mutações, que exigem novas qualidades do tipo cognitivo, afetivo, lingüístico. Entre suas marcas está o crescimento do setor terciário, a precarização e flexibilização do trabalho, o aumento da informalidade etc. O capitalismo flexível, globalizado e financeirizado, “inclui” os excluídos sem eliminar a “exclusão”. Entre outras características, a atual crise possui uma dimensão ambiental – “climática e energética” – e alimentar. Nesse sentido, é necessária uma mudança, posto que o modelo atual de produção tem sido fortemente degradante para o meio ambiente.

Para o enfrentamento da crise, desde 2008, verificam-se, tanto nos países de capitalismo avançado como nos periféricos, pactos políticos de tipo neokeynesiano, visando uma recuperação econômica e social evitando, assim, o colapso do capitalismo. Entretanto, não se vislumbra o final do capitalismo sem que novos sujeitos o desafiem e o superem, pois, para além dos mecanismos econômicos envolvidos, há aspectos ideológicos que se distinguem na luta política que apontam a possibilidade e necessidade de apresentação de alternativas contra-hegemônicas. A luta de classes continua, todavia com novas configurações, acompanhando as mudanças que ocorreram no capitalismo ao longo dos últimos 50 anos. Des-

taca-se que os movimentos sociais são essenciais para a saída democrática da crise.

Tendo em conta a complexidade e multiplicidade de atores envolvidos, chama a atenção a desgovernança global. Observa-se um enorme vazio, hoje, no que diz respeito à coordenação de políticas de enfrentamento da crise. Há um esvaziamento das agências multilaterais, como o Banco Mundial. Essa questão se reveste da maior importância, já que na ausência de uma governança pública, o que temos cada vez mais é um predomínio do grande capital estrangeiro. Existem, hoje, mais de 500 grandes corporações mundiais dominando vários níveis das atividades econômicas, responsáveis pela continuidade desse padrão de consumo. No passado, os países eram maiores que as empresas. Ao analisar as maiores empresas do mundo concluímos que estas têm um faturamento igual ao PIB brasileiro. A crise tende a reforçar ainda mais o poder das grandes corporações.

No Brasil, a crise foi experimentada através da destruição dos postos de trabalho e submissão aos interesses do capitalismo financeiro. A abertura do sistema bancário nacional, nos anos 1990, pode ser considerada como um dos principais fatores de inoculação da crise no país. O Brasil aceitou os princípios da abertura sob o pretexto de ampliar o crédito, aumentar a competição interna e diminuir os juros, mas nada disso ocorreu de fato. Pelo contrário, houve uma redução do número de bancos com presença das instituições estrangeiras. Em função da crise internacional o crédito ficou mais restrito: isto está levando a uma postergação dos investimentos, com conseqüências deletérias para nossa economia. Para agravar ainda mais esse quadro existem as decisões das transnacionais, algumas de até antes da crise, de aumento da remessa de lucro para as matrizes.

Entende-se que a nossa solução não vem por fora o que não implica desconsiderar os elementos externos. Dessa forma, o Brasil tem tomado algumas medidas em relação à crise como: resistência a contenção do gasto público, a manutenção do investimento, principalmente no PAC, elevação do salário mínimo e ampliação do Bolsa Família, que por si só serão insuficientes para enfrentá-la.

Desdobramentos da crise ao nível internacional e nacional

A crise pode abrir uma perspectiva maior de uma nova maioria política com a inclusão de países emergentes nos fóruns econômicos de decisão. É imperativa a modificação do padrão de financiamento atual, vigente desde a crise de 1973, com o quase desaparecimento dos bancos públicos e a criação da modalidade de financiamento de desenvolvimento se dando por mecanismos privados. Isto não corresponde exatamente ao caso brasileiro, posto que nosso país foi um dos poucos a não aceitar de início a tese de acabar com os bancos públicos. Já para os Estados Unidos é um problema grave a reconstrução do seu padrão de financiamento do setor habitacional, tendo em vista que o crédito nessa área ainda não foi reorganizado.

No Brasil, entre as decisões a serem tomadas no nível internacional coloca-se como prioridade uma mudança de regulamentação no mercado, já que o que temos hoje é um conjunto de políticas fortemente orientadas para os segmentos mais abastados da população, para os quais não faltam políticas de crédito de subsídio fiscal. Faz-se ainda necessário refundar o Estado brasileiro, que não cumpre seu papel de atender a diversos setores, por meio de programas integrados e totalizantes. Nesse sentido, é forçosa uma reforma das formas de proteção social, incluindo a criação de uma forma de renda para todos - um programa de transferência de renda ampliado. Além disso, entre as mudanças urgentes tem sido proposta uma forte ampliação do fundo público, incluindo: uma reforma tributária no país, que onere, sobretudo, os mais ricos. Considerando que vivemos uma sociedade de conhecimento, a educação, enquanto um processo continuado, tem um papel decisivo.

Esperamos que os artigos dessa edição da Revista possa ampliar esse debate, acima enunciado, oferecendo instrumentos analíticos que fomentem uma discussão em torno das possíveis alternativas para esse momento histórico do capitalismo.

Rio de Janeiro, julho de 2009

Maria de Fatima Cabral Marques Gomes

Editora da Revista
Dra. em Serviço Social (PUC/ SP)
Professora Titular da ESS/ UFRJ
Pesquisadora do CNPq
fcmgomes@gmail.com

Myriam Moraes Lins de Barros

Editora da Revista
Doutora em Antropologia (PPGAS/UFRJ)
Professora Titular
Pesquisadora do CNPq
mlbarros@ess.ufrj.br

Notas sobre as mudanças recentes do capitalismo mundial e brasileiro*

Jorge Natal

IPPUR/UFRJ

Notas sobre as mudanças recentes do capitalismo mundial e brasileiro

Resumo: Este artigo considera três grandes macro-mudanças processadas no capitalismo mundial, a saber, as tecnológicas, as financeiras, e a do papel do Estado (neoliberalismo), que, em seu conjunto, inauguraram uma etapa na história (crítica e de crise, em que pese a notável valorização do capital) do modo de organização da vida social capitalista a partir, aproximadamente, dos anos 1970. Tendo em vista essa nova etapa, o autor as considera em suas interações com a formação social brasileira no mesmo tempo histórico, de modo a mostrar, no final do artigo, o quão profundamente elas alteraram o debate acerca do desenvolvimento do país, bem como as próprias práticas verificadas ao nível dos espaços nacionais brasileiros como manifesto, por exemplo, na busca exacerbada pelas chamadas soluções locais e na recorrente guerra fiscal.

Palavras-chave: Revolução informacional. Financeirização da riqueza. Reforma do estado. Neoliberalismo. Crise capitalista contemporânea.

Notes on the recent changes in the world and Brazilian capitalism

Abstract: The author examines in this article the three great modifications established in world capitalism, that is, technological, financial and in the role of the State (neoliberalism), that, as a whole, defined a new moment in the history (of the crisis, despite the monumental capital valorization) of the way capitalism social life organizes itself, especially since the 1970's. Considering this new stage, the author examines them in their connection to these modifications and, at the same historical time, in their articulations with the Brazilian social formation, intending to demonstrate, by the end of this paper, that they have changed (radically) the debate concerning the development of the country, as much as the practices verified in the Brazilian national space, as seen, for instance, in the passionate search for the so-called local solutions and in the ever recurring fiscal war).

Keywords: Informational revolution. Financialization of wealth. Reform of the state. Neoliberalism. Contemporary capitalist crisis.

Recebido em 10.03.2009. Aprovado em 24.04.2009.

Apresentação

O exame rigoroso da maioria das questões contemporâneas, senão da sua totalidade, incluindo as manifestas no Brasil, não pode desconsiderar as macro-mudanças processadas no capitalismo mundial, notadamente as que datam das três últimas décadas do século passado, incluindo aí os processos sociais expressos em termos territoriais.

Isto posto, anote-se que este artigo foi estruturado da maneira que segue: macro-mudanças contemporâneas do capitalismo mundial (Seção I); macro-mudanças processadas na economia e sociedade brasileira contemporânea (Seção II); transformações da temática do desenvolvimento e do papel do território no Brasil (Seção III); e últimas observações (Seção IV).

SEÇÃO I

Macro-mudanças contemporâneas do capitalismo mundial

Para o devido resgate e análise das macro-mudanças em curso no capitalismo mundial contemporâneo, ou seja, tendo em vista a atual internacionalização do capital entende-se necessário considerar pelo menos três das suas dimensões (societárias), a saber: a tecnológica, a financeira, e a do papel do Estado/Neoliberalismo.

No que diz respeito à dimensão tecnológica, cabe anotar que ela pode ser apreendida na expressão ‘Terceira Revolução Científica e Tecnológica’. Tal Revolução, de base informacional, lastreada na microeletrônica, assinala sua presença incontestemente na economia e sociedade mundial a partir da passagem dos últimos anos sessenta para os setenta. É dizer: essa Revolução, como evidencia Luciano Coutinho¹, em trabalho da entrada dos anos 1990 (1992), por ser tão vasta quanto profunda, demarca até mesmo de *per se* uma nova etapa na história do capitalismo mundial.

Coutinho, ainda, ensina: a) que a quase secular centralidade do complexo automobilístico, quer ao nível das cadeias produtivas quer da própria geração da renda nacional, estaria sendo superada pela crescente presença de um outro complexo, o eletroeletrônico; b) como corolário, que se durante a prevalência do padrão produtivo comumente nomeado Fordista havia sua clara identificação com

estruturas organizacionais verticalizadas, a cada dia que passa mais se fazem presentes nas grandes empresas estruturas de comando horizontalizadas (toyotismo). De modo mais claro: das estruturas organizacionais contemporâneas, por conta das novas tecnologias, estariam sendo exigidas maiores agilidades ao nível do processo de tomada de decisão, uma vez que aquelas seriam nitidamente incompatíveis com os atuais desideratos (em vista da sua não-rapidez face os novos tempos, mais ‘acelerados’); c) e que essas mudanças tecnológico-produtivas e das estruturas organizacionais estariam impondo a exigência de transformações no processo de trabalho, exigindo-se assim não apenas um trabalhador que faça, mas também que saiba refletir sobre o que faz e, mais importante, obrigado a tornar-se unidade decisória² e ³.

As mudanças antes apontadas dão idéia das muitas e profundas mudanças operadas no capitalismo mundial (e por suposto no brasileiro) a partir da chamada Terceira Revolução Científica e Tecnológica (adrede referida). É dizer: a crescente adoção da informática ao nível dos processos produtivos em particular e dos processos econômicos em geral (serviços, comércio, etc.) passa, evidentemente, a exigir mudanças das estruturas organizacionais e gerenciais. Contudo também exige um novo tipo de trabalhador, mais ‘amplo’ na sua atuação, e como anotado antes, não apenas no fazer, mas também no saber pensar sobre o como fazer, além de se exigir dele (não fora isto o bastante) tornar-se unidade decisória, sendo que essa nova dinâmica, toda ela profundamente alcançada (explicada) pelos novos padrões de concorrência, demandam o que seria até mesmo considerado um *nonsense* completo tempos atrás, a saber, as alianças tecnológicas entre empresas rivais em dados mercados⁴.

Por conseguinte, se de um lado não dá para negar o quão radicais foram essas mudanças, seja em termos tecnológicos, produtivos, competitivos, sociais (incluindo o chamado mundo do trabalho), etc., tão pouco dá para negar que essas mesmas mudanças acabaram suscitando crescente rediscussão sobre um temário clássico das Ciências Sociais em geral e dos economistas em particular; a saber, o do desenvolvimento. Mais precisamente: essas mudanças colocaram na ordem dia o debate das ‘vias do desenvolvimento’. Afinal, como já se apontou, a mudança de um padrão tecnológico (como ocorreu

com todos os demais que o antecederam) enseja questões as mais diversas, sublinhando-se, para fins da temática que veio de ser assinalada, a da concorrência internacional, bem como a da capacidade do país dele se apropriar (ou não), o que de alguma maneira define a sua própria inscrição na 'ordem' mundial. Há sobejos textos clássicos na Economia a demonstrá-lo....

Mas antes de avançar sobre essa temática mais geral, notadamente clássica, vale aduzir nesse ponto uma questão tão nevrálgica quanto à da Revolução Científica e Tecnológica, a saber: a da predominância das aplicações capitalistas na órbita estritamente financeira sobre as aplicações produtivas. A esse processo, certamente uma das marcas do capitalismo contemporâneo (senão a mais importante!), autores de extração Pós-Keynesiana se referem como financeirização da riqueza. Numa frase de efeito: estaria havendo nos últimos aproximados trinta a quarenta anos um destaque, avultado, dos interesses do 'cassino' (leia-se: agiotagem financeira de âmbito mundial) sobre os da fábrica (ou seja, os negócios que efetivamente geram riqueza real).

Explicando melhor: estaria em curso monumental agigantamento da riqueza em suas formas não-produtivas, que incluem ações de empresas estatais e privadas, moedas, imóveis e terras e, sobretudo, títulos públicos vis-à-vis as decisões de produção e as de investimento (KEYNES, 1971; POSSAS; 1986)⁵.

Nestes termos, desde que sejam elevadas as remunerações estritamente financeiras (as taxas interna de retorno ou, numa linguagem mais cotidiana, os juros) sobre as que dizem respeito às aplicações de recursos na órbita produtiva, que é um dos traços mais marcantes do capitalismo dos mencionados últimos anos do século passado e os da entrada deste novo Século XXI é trivial, penaliza-se a geração de riqueza (real). De outra forma: amplia-se o leque entre juros e lucros (entendido com rentabilidade na órbita real da economia), levando ao crescente deslocamento dos capitais da segunda órbita para a primeira.

Daí se poder entender pelo menos em parte porque a economia mundial do período acima apresentou crescimento econômico positivo em dados lugares, e de maneira não continuada (com a exceção da China) num 'mar' de baixa geração de riqueza social e sustos recorrentes de crises, ainda

que, com o passar do tempo, elas tivessem se mostrado mais ou menos circunscritas geograficamente (dadas às formas hodiernas bilaterais, trilaterais ou outras através das quais são administradas). É dizer: explodem num país ou numa dada região, mas não em outra, em vista das operações de socorro que são armadas fazendo as 'coisas' seguirem adiante. Não obstante, é como se a economia mundial estivesse recorrentemente à beira de um eminente colapso mais amplo e mais profundo nesta nova quadra do capitalismo mundial. Em linguagem inspirada em Keynes: a instabilidade inerente ao capitalismo, dada à radicalização das incertezas, assumiu nesses novos tempos dimensão inaudita em sua história. A imagem de um sistema que beira recorrentemente o abismo não é de toda ruim.

Nesses termos, a atual crise que vem sendo denominada de 'financeira internacional', apesar da sua enorme gravidade e amplitude, por incrível que pareça, talvez seja ainda apenas a ante-sala, dada à regulação dos Estados Nacionais, com seus Tesouros e Bancos Centrais, mas também por causa da natureza dessa mesma regulação (tipicamente de remendos), do que ainda está por vir. De outra forma: a estruturação do capitalismo, conquanto sem a consideração da terceira dimensão anotada no início deste artigo, ao ingressar nesta sua nova etapa, devido ao poder da 'banca', se de um lado avançou a sua capacidade de valorização (de capital), de outro tornou extremamente difícil o estabelecimento de uma nova macrorregulação, como, por exemplo, sabidamente aconteceu no após Segunda Guerra Mundial ⁶.

Por conseguinte, o estabelecimento de um ciclo positivo em termos de geração de riqueza real, de emprego, da massa salarial e até mesmo do poder de compra dos assalariados, como ocorreu nos trinta anos que se seguiram, parece estar longe de virar realidade (futura) nos marcos da atual configuração/estruturação do capitalismo mundial. De outra forma: provavelmente a economia mundial continuará engessada no recorrente 'para e anda' iniciado por volta dos anos 1970, 'produzindo' lugares dinâmicos num mar de lugares em crise, com alguma mudança nessa mesma geografia no decorrer do tempo.

Nestes termos, ainda, vale enfatizar que nada disso teria assumido a natureza relativamente estarecedora dos tempos hodiernos não fossem as

mudanças tecnológicas que permitiram a cotação das riquezas financeirizadas em tempo real, bem como a imensa rapidez com que essa mesma riqueza pode se deslocar no tempo e no espaço. Enfim: a Terceira Revolução Científica e Tecnológica possibilitou, como nunca ocorrera antes na história do capitalismo mundial, que tanta riqueza se deslocasse em tão pouco tempo por todos os quadrantes do mundo. Nunca antes, as várias formas de existência do capital se mostraram tão fundidas numa só, pouco importando, em verdade, essas mesmas formas, e sim que elas expressam a máxima da sociedade do capital, a de fazer do dinheiro mais dinheiro (lei geral da valorização do capital). Vai desvanecendo aí então, como tendência, a máxima de que o capital, no seu processo lógico-expansivo, se apoiava sobre duas pernas, a saber, o trabalho e a mercadoria; na realidade, tanto mais o capital contemporâneo avança, tanto mais ele tende a livrar-se delas para encontrar-se consigo mesmo, dinheiro com dinheiro e como dinheiro, realizando assim, crescente e concretamente, a máxima mercantilista da riqueza gerada na órbita da circulação das mercadorias (sem o concurso da atividade produtiva) (TAVARES, 1998).

Essa riqueza, por sua vez, conquanto fictícia, posto que imensamente maior que a riqueza real que ela supostamente representa, mostra-se efetivo poder de comando societário. Portanto, fantasmagoria e realidade se fundem no capitalismo dos dias de hoje⁷. Mas essa trajetória do capital, por mais complexa que o seja, não nega seu fundamento maior: o de se valorizar, independentemente da forma em que se encontrar, exigindo então novas transformações da economia e sociedade mundiais. Como segue.

Em parte pelo que foi exposto e em parte pela capacidade que os EUA lograram obter nos anos 1980, de reverter sua degradação econômica em conformidade com os seus interesses, (TAVARES, 1997), a doutrina liberal encontrou situação muito favorável para posicionar-se. Explicando: massas de capitais ‘excedentes’ nas suas formas estritamente financeiras, assim como empresas e tecnologias, que migraram para o território estadunidense por conta da diplomacia do dólar forte, passaram a exigir, ao final da mencionada década, políticas mais orientadas para os mercados externos (exatamente o inverso do que ocorrera antes,

quando os EUA foram hospedeiros de capitais de toda ordem e tipo por conta da alta de suas taxas de juros e ulterior valorização do dólar na escala mundial). Para tal faltava uma ‘peça’: o resgate do liberalismo econômico ‘velho de guerra’ (que, aliás, se encontrava no limbo em vista da exegese keynesiana de então), qual seja, a reafirmação hegemônica de que o mundo funcionaria melhor quanto menos restrições existissem para os capitais se movimentarem livremente nos e, principalmente, entre os territórios nacionais.

Daí o Consenso de Washington (definido em reunião realizada na cidade do mesmo nome no ano de 1989)⁸; foi ele o grande veículo de propagação desse ideário enquanto ‘solução’. Ora, como havia, então, um problema a atormentar a maioria dos países (a inflação), em especial na periferia do sistema econômico capitalista, Brasil dentro, o ideário liberal revisitado ‘vendeu’ a tese de que a abertura comercial, a desregulamentação comercial e financeira, a privatização de ativos públicos, a flexibilização de relações contratuais trabalhistas, tudo isso, enfim, ‘somaria’, via aumento da concorrência (suposto) e redução de custos, não apenas para o combate à inflação, como ainda para a retomada do crescimento econômico em bases mais sólidas. De outra maneira: tornou-se ‘moeda corrente no mercado’ a tese que não havia alternativa para o desenvolvimento senão o da liberalização econômica e, portanto, do estreitamento das relações das economias nacionais ao capitalismo central.

Dizendo de modo diverso: o avanço da doutrina neoliberal tem como contraponto, discursivo, a redução da presença do Estado. No entanto, para além do discurso, é preciso ‘fatiar’ essa *démarche* da seguinte maneira: de um lado, é notória a mencionada redução no que concerne ao enfrentamento das chamadas questões sociais como exemplificado pelo desmonte em maior ou menor grau⁹ do Estado do Bem-Estar Social; e de outro, na demonstração da sua força para com os ‘de baixo’, em especial nos países em que esse mesmo Estado foi desmontado (ou vem sendo). Dizendo de maneira diferente: não se pode simplificar a ação do Estado na medida em que ele apresenta dupla face, fraco para cima e forte para baixo! Explorando um pouco mais: neoliberalismo não significa pura e simples ausência ‘à larga’ do Estado, como simplistamente se poderia imaginar.

Diante das três entradas analíticas aqui sucintamente examinadas (Terceira Revolução Científica e Tecnológica, Financeirização da Riqueza, e Recuo do papel do Estado das suas tradicionais obrigações públicas e Neoliberalismo), resulta evidente que, variando de país para outro, houve sensível diminuição da capacidade do Estado Nacional quanto ao exercício das chamadas políticas públicas em geral e especial no que trata daquelas de alcance sobre as maiorias populacionais (restando, quando muito, as focais) de um lado e de outro, avanço também notável da mobilidade dos capitais ao nível territorial.

É verdade que aportes diversos poderiam ser aqui aduzidos de modo a aprofundar essas temáticas, e mesmo que elas poderiam ser ampliadas para fins de melhor e mais acurado conhecimento da realidade mundial contemporânea. No entanto, entende-se que o que há de fundamental nesta nova ‘etapa’ da sua história, como ensina Marx, pode ser desvelado pelo reconhecimento do que há de mais avançado e abstrato em termos de capital. E, no caso, a categoria capital financeirizado funciona como o aríete de tal desvelamento; categoria essa que, no entendimento do autor, se expressa nas três dimensões antes (sucintamente) analisadas.

SEÇÃO II

Macromudanças processadas na economia e sociedade brasileira contemporânea

Se o ‘quadro’ anteriormente descrito assinala uma nova etapa na história do capitalismo, vale sublinhar que, ele assim sendo, também assinala uma nova etapa na história da antes referida temática do desenvolvimento. Todavia, mais uma vez, o autor que assina este artigo propõe o adiamento da discussão da temática em tela, assim como a da temática espacial. Para que? Para retomar, assim como foi feito quanto aos macro-processos da economia e sociedade mundiais, o processo brasileiro datado aproximadamente, também, a partir dos anos 1970.

Em primeiro lugar vale a pena registrar que a economia brasileira (EB) desde o último quartel do Século XIX, com raras exceções, gerou crescente renda e riqueza, pelo menos até o final dos anos 1970. Como apontado, houve exceções; uma delas, a mais notória, foi a que abrange o período 1961-

67, sem deixar de mencionar, é claro, a da virada dos anos 1930, quando a EB experimentou gravosa crise econômica. Não obstante, essa mesma economia, em seus traços mais largos, apenas conheceu crescimento econômico em cerca de aproximados cem anos (1870-1979). Mas não foi apenas o crescimento econômico, com geração crescente de postos de trabalho, que ilustra os cem anos referidos...

Pelo menos até o final dos anos 1950, também o ilustra os avanços tanto no que trata dos elementos característicos do capitalismo mais moderno e ‘civilizado’, como o são a formalização das relações de trabalho, as coberturas sociais sintetizadas na chamada seguridade social (que, em verdade, apenas vieram a ser consagradas com a Constituição de 1988), etc., como no que trata da capacidade do Estado Nacional de fazer políticas públicas com algum grau de autonomia em relação ao centro do capitalismo mundial¹⁰.

Mas vencido o período de crise da entrada dos anos 1960, a economia brasileira voltou a crescer – até o final dos anos 1970. Nestes termos, apesar da tenebrosa ditadura que então se abatia sobre a sociedade brasileira, a EB continuou a se mostrar importante ‘máquina’ de geração de riqueza. Em sendo assim, o Brasil voltou, também, a continuar a gerar postos de trabalho e até mesmo a experimentar crescimento das massas salariais, por conta da expansão significativa do emprego. E o Estado? Esse, apesar de regra geral promover o avanço da internacionalização da economia e sociedade brasileiras, ainda apresentava algum raio de manobra quanto às suas políticas públicas (incluindo, as de natureza mais estritamente econômicas).

Porém é preciso não perder de vista que mesmo nesta década, em especial a partir da sua segunda metade, a economia brasileira já apresentava alguns indícios de perda de dinamismo, daí Castro e Souza denominarem o Plano de Governo do General Geisel (o II PND), o ditador de plantão da época, de ‘marcha forçada’, o cenário internacional também ia se mostrando crescentemente adverso. Explicando: havia além do primeiro choque de petróleo (1973-74) ao qual se seguiu um segundo (1979), exatamente ao final dessa mesma década, um encadeamento de problemas manifestos em inflação, déficit público, pressões dos movimentos sociais e sindicatos mais organizados, etc., bem como ‘respostas’ sistêmicas como as

das mudanças tecnológicas e financeiras, e, ainda, a crítica a ganhar corações e mentes de que tudo isso era culpa das ações (acusadas) irresponsáveis do Estado (keynesiano¹¹).

No entanto, o cenário se altera mesmo é a partir da entrada dos anos 1980. Tal década, denominada por alguns economistas “de perda”, nem foi de crescimento econômico nem de aumento de postos de trabalho. E pior: perde-se de vez quase que totalmente a capacidade de fazer políticas públicas face o centro do capitalismo mundial. Os organismos multilaterais, como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, passam a ser presença constante na vida nacional e, claro, as suas ‘recomendações’ (corte de gasto público, juros altos, arrocho salarial e previdenciário, superávit da balança comercial – dada à restrição ao aumento da renda nacional, etc.) de políticas econômicas que, dadas às condições gerais estruturais da economia brasileira de então, acabaram por agravar a dinâmica de crescimento do país.

Não esquecer também que o que foi ensaiado no centro do capitalismo mundial ganha mais densidade, é dizer, o avanço tecnológico que ‘poupa’ força de trabalho e que acirra a concorrência, bem como a prevalência das finanças sobre a economia real e a defesa a cada dia mais intransigente da solução pela via do ‘menos Estado (para os de baixo) e mais mercado’ (para o grande capital).

É fato que neste período, apesar de tudo, em especial no governo Sarney, houve algum crescimento econômico. Mas considerado em sua integralidade nem houve crescimento econômico nem geração de emprego, e muito menos qualquer independência das políticas públicas encetadas pelos governos daquela época. Posto que o cerco se ‘fechava’, com o agravamento de *per se* da crise econômico-estrutural brasileira e das mudanças profundas e radicais do cenário internacional, possivelmente daí derive a dramaticidade de então, notadamente no que concerne à implantação e falência do Plano Cruzado (de 1986).

Mas como o que está ruim sempre pode piorar, assim foi com a chegada de Collor de Mello ao poder (Março de 1990). Aí, na senda de que o desenvolvimento vem de fora, na esteira do liberalismo que ia se instaurando de maneira avassaladora¹², tem início a tentativa mais flagrante de desmontagem do antigo padrão de desenvolvimento¹³.

Liberalismo econômico, mudança tecnológica, financeirização da riqueza e desmontagem da ‘nossa’ frágil rede de proteção social, subserviência aos interesses do capitalismo central, etc. Enfim, nem crescimento econômico nem emprego, e nem qualquer veleidade de autonomia e independência face o ‘centro’ e os interesses do capitalismo central.

Nesta démarche vale assinalar que apesar do relativo interregno do governo Itamar Franco¹⁴, ensaiado de longa data (Sarney, Collor) esse novo desiderato ganha efetiva densidade com os dois governos consecutivos de Fernando Henrique Cardoso (01/01/1995 a 01/01/2003). Ou seja: o Brasil, com a exceção dos anos ‘dourados’ da implantação do Plano Real (1994-97), apenas conheceu crise econômica, com marcada destruição de postos de trabalho, e flagrante submissão aos interesses do capitalismo internacional, especialmente o estritamente financeiro¹⁵.

SEÇÃO III

Transformações da temática do desenvolvimento e do papel do território no Brasil

Do exposto se pode concluir o seguinte: a) que a economia brasileira experimentou um longo período de crescimento econômico, em termos gerais, desde o final do Século XIX até o final dos anos 1970; b) que nesse longo tempo histórico, com algumas exceções, a dinâmica do emprego foi positiva (a própria urbanização brasileira dos anos 1930-1980 é bem ilustrativa do que veio de ser anotado); e c) que, de alguma forma, em todos esses aproximados cem anos, houve importantes avanços em termos formalização das relações de trabalho, etc.

Também do exposto se pode concluir o que segue: a) que a sociedade brasileira em parte expressiva desse tempo se manteve na senda da construção de um projeto de desenvolvimento de corte mais autônomo e nacional; b) e que esse mesmo projeto, apesar do anotado em **a**, foi sendo contrastado ao longo desse mesmo período, destacando-se aí momentos como o do governo Dutra (1946-50), o de Juscelino (1956-61), o de Sarney (1985-89), o de Collor (1989-1992), Itamar (1993-94) e, principalmente, os de Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1994-2001).

Mas se até o governo FHC ainda havia contradições (resistências sociais diversas), daí em diante firma-se uma hegemonia político-ideológica de tal

ordem que definitivamente coloca sob nova perspectiva a temática do desenvolvimento.

Nestes termos, poder-se-ia dizer que a história brasileira do momento histórico ora examinado poderia ser periodizada da seguinte maneira:

1. a que vai do final do século retrasado até meados dos anos 1950 e, especialmente, do pós-1930 em diante, na qual há a tentativa do estabelecimento de um modelo de desenvolvimento mais autônomo e independente, sendo, regra geral, marcado pela expansão da renda nacional;
2. a que vai da segunda metade desta mesma última década (1950) até o final dos anos 1970, quando, com maiores e menores aproximações da economia mundial, a economia brasileira vai se internacionalizando, mas ainda sob a égide do crescimento econômico;
3. a que abrange a década de 1980 e parte da primeira metade da seguinte, quando a economia e a sociedade brasileira, experimentam baixas taxas de geração de renda, e transita do anterior modelo, um padrão de desenvolvimento mais autônomo e independente, para um modelo nitidamente dependente e associado. O Brasil estava em transição: o antigo modelo ainda resistia, mas o novo (!?) não havia nascido por inteiro!

No entanto, com a década de 1990, o anterior modelo foi, pelo menos por um tempo, ‘enterrado’. O teórico da dependência¹⁶, dando concreção à sua tese, como ele mesmo dizia ser a sua tarefa histórica, tratou de ‘virar a página getulista’; de outra forma: seu objetivo era o de liquidar a veleidade daquele presidente (Getúlio Vargas) de construir um modelo ou padrão de desenvolvimento mais autônomo e independente, e, em sendo assim, também a centralidade que o Estado progresso possuía.

É à luz desse quadro que cabe considerar o avanço, prático, das orientações neoliberais (desregulamentação comercial e financeira, etc.), com o anotado recuo do papel do Estado das suas tradicionais obrigações públicas, bem como: as crescentes dificuldades da economia brasileira em gerar renda (vide as taxas médias de crescimento do PIB de meados dos anos 1990 até os dias de hoje); o monumental endividamento público (a chamada dívida mobiliária) e as elevadas taxas de juros praticadas pelo Banco Central. Ainda: o

desemprego massivo provocado por fatores como o baixo crescimento econômico, as mudanças tecnológicas, as privatizações de antigas empresas estatais, a busca a qualquer custo da eficiência econômica (por conta da abertura comercial e liberalizações atinentes à livre movimentação do capital produtivo), a elevação da carga tributária graças à política de juros altos, etc.

Este projeto de desenvolvimento, de liquidação do que havia de positivo no modelo anterior¹⁷, depois de um longo processo de transição, iniciado ao final dos anos 1970, finalmente sacramentou a sua hegemonia. No entanto, ele não era como o anterior; ou seja: um produto “made in Brazil”, mas sim ‘mercadoria’ adquirida no mercado internacional então comandado pela forma mais avançada¹⁸ e abstrata de existência do capital¹⁹ – o financeirizado.

Vale mencionar assim que a longa *démarche* histórica do processo social brasileiro do século passado foi sempre, e no limite, o da construção da nação e do homem brasileiros. Não era para menos. Afinal, o Brasil da entrada daquele século se evidenciava possuir Estado forte e um território bem definido, não dava mostras de possuir sujeito social próprio e, conseqüentemente, de ser (ainda) uma nação. O exame da literatura da primeira metade do Século XX mais que evidencia os problemas existentes: de Cassiano Ricardo, que apresentava o brasileiro como ‘produto’ de ‘três raças tristes’, passando por Mário de Andrade, como o seu Macunaíma, que indica ser o brasileiro um ‘herói indolente’, até Monteiro Lobato²⁰, que retrata o homem brasileiro, o jeca-tatu, como doente, ia enorme distância dos italianos a espelharem-se nos seus heróis milenares romanos ou os nazistas na suposta raça ariana. Daria ainda para dissertar, e longamente, sobre os textos que apontavam a impossibilidade da construção de uma nação civilizada nos trópicos por atavismos geográficos e climáticos.

Não obstante, nesse mesmo Século XX, também em sua primeira metade, desde a Semana de Arte Moderna de 1922, vai se firmando uma literatura (e ‘olhar’) que nem mira nos heróis milenares romanos nem na ‘raça pura’, e sim invoca o mestiço brasileiro como signo da possibilidade da construção de um país único na história humana. A literatura mais acadêmica de um Sérgio Buarque de Holanda (1936) e de um Gilberto Freire (1939),

por exemplo, dão bem a mostra do que veio de ser anotado; no primeiro, mais como possibilidade, ao passo que no segundo como caminho aberto à nacionalidade. E assim foi com a pintura (vide o Mulato), com o folclore (vide Câmara Cascudo) e, talvez principalmente, com a música popular (Ari Barroso e tantos outros).

Enfim, se território e Estado ‘possuíamos’, a construção em processo do homem brasileiro apontava para, finalmente, a construção da nação brasileira. É nestes termos que a consideração da era Getúlio Vargas que, grosso modo, se estende dos anos 1930 até 1964, e porque não dizer até à Carta Magna de 1988, mostra-se imprescindível para o melhor entendimento da sociedade brasileira do século passado. Isto assim se coloca porque foi exatamente nesses anos que a tarefa histórica, com avanços e recuos, e mesmo problemas de toda ordem, notadamente a sistemática recusa da efetiva inclusão dos ‘de baixo’ aos processos decisórios do país, foi avançando. Daí porque, também e decisivamente, quando os de baixo aumentam e qualificam a sua participação política, golpes de Estado (1964) e ‘soluções de mercado’ são, em seu nome, tomadas pelos ‘de cima’.

Não dá para deixar de registrar, por conseguinte, que um povo que suporta uma ditadura (1964-84), anos de crise econômica e societária (1980-1989) em uma sociedade em transição e, de novo, outra crise econômica e societária (1989-2002), então sob o manto do neoliberalismo, está mesmo ‘construído’, faltando ‘apenas’ a novos grupos dirigentes ascender ao poder, preservando os espaços democráticos e operando para a re-construção nacional. Afinal, como já se disse várias vezes no país a ‘nossa’ solução não vem de fora, o que não significa dizer que o ‘externo’ possa ser desconsiderado; por outro lado, tampouco se pode fazer graça de expressões aparentemente bobinhas como a de que o ‘carro brasileiro é uma carroça’ ou que as novas migrações (vide Serra Pelada) são apenas degradações ambientais, posto que, em ambos os casos, o sentido mais profundo desses discursos cumpre (e cumpriu) um papel: o de liquidar o que havia de positividade na indústria nacional e nas antigas ‘entradas e bandeiras’ enquanto ações que, apesar dos pesares, operavam para a integração do território brasileiro. Desse modo, liquidar signos do passado era discursiva-

mente indispensável, e de Collor a FHC ele foi feito – com amplo apoio social (e da mídia), diga-se de passagem!

É à luz desse processo que penetra na sociedade brasileira, do ponto de vista espacial, uma nova tese: a de que os lugares devem construir suas vantagens competitivas de modo a se inserirem na nova ordem.

Se não há projeto nacional de desenvolvimento e os ditames internacionais são os de que tudo se resolverá da melhor maneira possível tanto mais livres sejam as relações econômicas internacionais, resulta evidente que se abriria aí espaço para que o desenvolvimento econômico dos países passe a ser comandado pelas forças hodiernas do capital mundial em suas interações com os poderes nacionais e, em especial, com os sub-nacionais (governos estaduais e municipais).

Arma-se então um cenário extremamente complexo para a discussão acerca do desenvolvimento dos países em suas feições espaciais. De um lado, o grande capital financeiro ‘amarra’ os Estados Nacionais, via políticas públicas de corte de gastos de custeio e capital, de juros altos, de responsabilidade fiscal, etc. de sorte a garantir o retorno (juros e amortizações) atinente às suas aplicações em títulos da dívida pública; e de outro expõe governadores e prefeitos diretamente ao poderio que expressam, fazendo-os, ademais, se mobilizarem para atrair suas empresas, no suposto de que elas levarão para seus domínios o ansiado desenvolvimento econômico, com geração de emprego e renda.

Assim sendo, derivam dessa ‘engenharia’ dois problemas gravíssimos, a saber: a) o Estado Nacional se mostra enredado quer pela dívida mobiliária quer, posto que capturado pelos grandes interesses do mencionado capital global, em sua capacidade de fazer políticas públicas de alcance social efetivamente transformador, e b) na ausência da capacidade de estruturar o desenvolvimento e o espaço nacional, leva os entes sub-nacionais a buscarem suas próprias soluções ‘locais’.

De outra forma: abre-se enorme espaço para que a busca pela superação da fratura da nação, a duras penas encaminhada durante cerca de cinquenta anos no século XX, como já se examinou, seja revertida. Explicando melhor: o individualismo pessoal tão próprio da exegese desses tempos (neoliberais) alcança também os entes

governamentais referidos, levando a sociedade a se mover na busca das suas próprias ‘soluções’, ignorando, de maneira avassaladora, os ‘interesses’ do outro. Não há princípio de alteridade que resista; por conseguinte, tendo em vista a anotada fratura, ela tende a se manifestar seja em termos político-institucionais, e a guerra fiscal está aí para provar o anotado, com cada município e estado criando suas próprias legislações para efeito de atração de empresas para os seus territórios, seja em termos sócio-espaciais, rompendo-se assim (e então) com uma das marcas mais expressivas do padrão de desenvolvimento anterior, qual seja, o da integração do território nacional, posto que cada unidade federativa no afã de se desenvolver envidará esforços para se integrar às correntes do capital internacional (principalmente este) desintegrando, para dentro, o país.

Em suma: arma-se, então, um cenário favorável a que sejam propostas tantas ‘soluções locais’ quantos são os municípios brasileiros, com um senão: esterilizam-se recursos e inteligências, dado à ausência de um projeto nacional de referência, fragmenta-se, portanto, não apenas o território, mas também se liquida qualquer veleidade de construção nacional e de avanço democrático do país.

SEÇÃO IV

Últimas observações

Em vista do até aqui discutido mostra-se evidente a necessidade do resgate de aspectos nodais prevaletentes da trajetória brasileira anterior, reconhecendo-se, é trivial, que há importantes e inegáveis mudanças da economia e sociedade mundial e brasileira, de modo a fazer o Brasil voltar a crescer de maneira firme (nos limites do ambientalmente sustentável), a fazer justiça social, a integrar de novo o território nacional pela via do mercado, mas, sobretudo, a partir da ‘nossa’ cultura e da afirmação, primeira, de um projeto de país elaborado, através de alguma idéia-força, vindo de dentro.

Referências Bibliográficas

CARDOSO, F. H.; FALLETTO, E. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

COUTINHO, L. *A terceira revolução industrial e tecnológica: as grandes tendências de mudanças*. Estado e sociedade, n° 1, 1992, p. 69-87.

FURTADO, C. *O longo amanhecer – reflexões sobre a formação do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

KEYNES, J. *Teoría general de la ocupación, el Interés y el dinero*. México: Fondo de Cultura Económica, 1971.

MINSKY, H. *Stabilizing an unstable economy*. New Haven and London: Yale University Press, 1986.

NATAL, J. *O Rio discriminado (pelo governo federal)?* Rio de Janeiro: FAPERJ/Armazém das Letras, 2007.

POSSAS, M. L. *Dinâmica Econômica Capitalista – uma abordagem teórica*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

TAVARES, M. C. *A retomada da hegemonia norte-americana e Pós-escrito 1997: a reafirmação da hegemonia norte-americana* In: TAVARES, M.C.; FIORI, J. L. (orgs.) *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1998.

Notas

Este artigo constitui versão ligeiramente modificada de capítulo do relatório de pesquisa recentemente entregue à FAPERJ, no âmbito da Bolsa Cientista do Nosso Estado, intitulado, o relatório, de Políticas Públicas e Desenvolvimento no Estado do Rio de Janeiro Pós-1990 – o lugar do local e o papel do setor privado. O autor, ainda, agradece ao geógrafo e mestrando (do IPPUR/UFRJ) (vide nota seguinte) Maurício Silva por sua leitura atenta deste artigo, assim como pelas suas contribuições; mas, por ser de praxe e justo, eximi-lo de qualquer responsabilidade por eventuais equívocos.

1. Em tal artigo, o professor Luciano Coutinho apresenta o que denomina de as sete tendências do capitalismo contemporâneo por conta da supramencionada Revolução Científica e Tecnológica.

2. Poder-se-ia aqui adicionar, embora não o seja por Coutinho, que essa revolução científica e tecnológica, aliás, como todas as demais, traz à baila a recorrente e eterna luta do capital contra o trabalho (e que assim o será no futuro enquanto essa relação social existir), entendida no sentido da busca pela subordinação ou re-subordinação deste último. Afinal, nos anos 1960 os segmentos mais organizados e politizados da classe trabalhadora, notadamente nos ditos países centrais, não apenas avançaram o seu domínio sobre os processos de produção e de trabalho, bem como suas demandas para além da melhoria material das condições de existência (como caracterizado pelo Fordismo, uma vez que ele seja entendido como um grande pacto social entre capital e trabalho no entorno dos ganhos de produtividade e/ou de participação nos lucros). Ou seja: as revoluções científicas e tecnológicas não podem definitivamente ser naturalizadas no capitalismo na medida em que elas são introduzidas em processos, produtos, etc. (vide Schumpeter) e em conjunturas muitas específicas; explicando: as novas tecnologias são levadas a cabo em dados momentos do tempo enquanto respostas ao acirramento da concorrência inter-capitalista (conflito horizontal capital-capital) e ao conflito vertical capital-trabalho (visando enquadrar à dinâmica do emprego, do salário e o próprio mundo do trabalho, inclusive e destacadamente no que trata do conflito de classe). É disso que se trata.
3. Não fora bastante, Luciano Coutinho destaca as alianças tecnológicas estabelecidas entre empresas, muitas vezes rivais em dados países, mas que por conta do acirramento da concorrência preferem perder nacos de mercado 'trocando-os' pelos seus fortalecimentos tecnológicos diante de outras empresas ou empresas consorciadas (no caso brasileiro, os exemplos relativamente recentes da AMBEV e da AUTO-LATINA são bem ilustrativos).
4. Sobre o lugar do trabalhador nestes novos tempos e seu lugar na produção não se derive que ele, por causa da re-configuração, ou seja, enquanto um sujeito que faz, reflete sobre o que faz e ainda se torna unidade decisória, tenha conquistado algo que poderia estar indo na contramão dos vaticínios e análises de Marx. Explicando melhor: a recorrente e eterna luta do capital por esvaziar o conteúdo do trabalho humano (vide capítulos XII e XIII do primeiro livro de *O Capital*) estaria sendo perdida por ele, o capital, nesta nova quadra da sua história. Nada disso; muito antes pelo contrário. Isso se explica porque, em verdade, apesar do anotado, mas também por causa, nunca os trabalhadores puderam ser tão facilmente substituíveis uns pelos outros, tantos são os qualificados disponíveis (sem falar do aumento monumental da intensificação do trabalho e, conseqüentemente, do grau de exploração – conforme o léxico marxista).
5. Menciona-se neste ponto o suposto conflito entre capitalistas financeiros e industriais; no entanto, muitos outros empresários poderiam ser também aqui mencionados, como os agrários, comerciais, etc.
6. A esse respeito tenha em conta os acordos celebrados e as instituições criadas em Bretton Woods como formas não apenas para garantir uma paz mais duradoura, como, quiçá, principalmente, garantir a hegemonia e o predomínio estadunidense, notavelmente evidentes nos chamados Trinta Anos Gloriosos (1945-75).
7. Essa massa de capitais, fictício, mas também real, como anotado, foi sendo 'construída' desde a Guerra Mundial, na esteira da expansão dos Estados Unidos da América (EUA), em vista das suas lutas por afirmar-se não apenas predominante, mas também hegemônico. No entanto, quando a crise econômica veio, acabou ao final dos anos 1960, 'somando' para a sua multiplicação exponencial e, passo seguinte (anos 1980 e 1990), para a crescente e contemporânea volatilidade do capitalismo mundial.
8. Vale mencionar aqui que a perspectiva liberal, depois de ficar numa espécie de semi-clandestinidade durante os chamados Trinta Anos Gloriosos (dominada pela vertente teórica keynesiana), foi voltando à cena já nos anos 1970, quando economistas liberais começaram a ganhar prêmio Nobel (vide Friedmann, para

- ilustrar), bem como chegaram ao poder, no centro do capitalismo mundial dirigentes inspirados por essa mesma visão de mundo (vide Thatcher, Reagan, etc.) – com evidente perda das orientações político-ideológicas de corte social-democrata.
9. Evidentemente há países em que esse desmonte foi mais significativo, como foi o caso do México (de La Madrid), do Peru (de Fujimori) e do Brasil (de Fernando Henrique Cardoso), por exemplo, ao passo que há outros e muitos países em que esse Estado do Bem-Estar Social foi praticamente preservado na sua inteireza (vide os países nórdicos).
 10. Tenha-se em conta aqui não como contraponto, mas pelo menos para tornar mais relativa à anotada autonomia, flagrante no período Vargas, com seu projeto de desenvolvimento orientado para a implantação de um modelo mais autônomo e independente, que em seu tempo havia, por parte do ‘centro’, interesses mais auto-centrados; é dizer, os países do centro, notadamente os europeus partícipes da primeira e segunda guerra mundial, mais os EUA e o Japão, estavam voltados para o que se poderia denominar de Projetos Nacionais (mais) Autárquicos.
 11. Associado pelos ortodoxos econômicos (de extração teórica neoclássica) exclusivamente ao campo fiscal (gasto público, déficit fiscal, obras públicas não-lastreadas, etc.), quando, em verdade, a contribuição maior e decisiva de Keynes diz respeito ao âmbito monetário-financeiro, às incertezas econômicas, às instabilidades macroeconômicas, etc. (a esse respeito vide: Possas (1986); Keynes (1971).
 12. Não esquecer que um ano antes fora promulgada um Constituição Federal que, dentre outras coisas, re-sublinhava os chamados interesses e, apesar das críticas ao Estado Autoritário, não fazia qualquer profissão de fé nas ‘soluções via mercado’.
 13. Foi assinalado que essa tentativa foi a mais flagrante porque, em verdade, já no governo Sarney houve movimentos, pouco observados, que claramente já iam ao encontro da nova orientação vinda do ‘centro’. Vale registrar, a guisa de ilustração, dois fatos: um deles é o de que foi com ele que teve início a chamada desestatização da economia brasileira (NATAL, 2007) e o outro o que concerne à célebre frase, de Sarney, antes mesmo da Constituição Federal de 1988, de que Brasil estava focando ingovernável. É dizer, o governo central dependia demais da sociedade e do parlamento; enfim, que havia preceitos legais excessivos e que eles levavam à perda de tempo e de possibilidades de ação num mundo tão agilmente cambiante.
 14. Relativo interregno uma vez que também no governo Itamar (que se estende de 29 de dezembro de 1992 a 01 de janeiro de 1995) houve importantes privatizações de ativos públicos. Desse modo, assim como o governo Sarney, o de Itamar, embora pouco lembrados como governos neoliberais, no limite, eles também o foram se considerado o aspecto vendas das estatais brasileiras ao setor privado.
 15. Deixar-se-á aqui de examinar os governos Lula I e II, posto que o resgate procedido até o governo Fernando Henrique Cardoso II é inteiramente suficiente para os fins pretendidos neste capítulo em particular e mesmo para o conjunto da pesquisa. Além disso, apenas como registro, é entendimento deste articulista que nos últimos seis anos não houve mudanças substantivas no que trata do ‘modelo’ de desenvolvimento firmado na sociedade brasileira em meados dos anos 1990, em que pese algum avanço na área social e da relativa inflexão da política econômica estabelecida a partir da saída da primeira equipe econômica.
 16. Vide Cardoso e Falletto (1973).
 17. Em coro com Fiori, entende-se aqui que o ciclo desenvolvimentista ‘apanhou’ (dos neoliberais) mais pelas suas virtudes que pelos seus defeitos.
 18. Pelo seu poder de valorização do capital face às formas pretéritas (capital comercial, industrial e financeiro).

19. Posto sintetizar o que havia (e há) de mais significativo em termos de relações sociais de produção, de forças produtivas e de dinâmicas de reaplicação dos ‘excedentes’ econômicos.

20. Justiça se faça pelo menos à Monteiro Lobato que, apesar do jeca-tatu, possui uma obra de grande paixão pelo Brasil e de esperança quanto ao mesmo.

* **Jorge Natal** é Doutor em Economia pela Universidade Estadual de Campinas/São Paulo e Professor Associado II no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ) – e, neste âmbito, responsável pelo Laboratório Economia, Estado e Território (LESTE).

natal@ippur.ufrj.br

A crise do capital: a era da hipocrisia deliberada

Mauro Luis Iasi *

ESS/UFRJ

A crise do capital: a era da hipocrisia deliberada

Resumo: O artigo trata das determinações das crises capitalistas, buscando refletir, para além dos mecanismos econômicos envolvidos, sobre os aspectos ideológicos e a luta política, ou seja, a crise como momento de perda da correspondência entre os valores liberais e a realidade, assim como a possibilidade e necessidade de apresentação de alternativas contra-hegemônicas.

Palavras chave: Crise do capital. Hegemonia e contra-hegemonia, Estado. Ideologia.

Capital crisis: the intended hypocrisy era

Abstract: The article concerns the determinations of the capitalist crisis, aiming to reflect, beyond the economic mechanisms involved, about the ideological aspects and the political struggle, namely, the crisis as a moment of loss of correspondence between liberal values and reality, as well as the possibility and the necessity of presenting counter-hegemonic alternatives.

Keywords: Capital crisis. Hegemony and counter-hegemony. State. Ideology

Recebido em 15.04.2009. Aprovado em 02.06.2009.

A presente crise do capital produz efeitos dos mais diversos, além das evidentes conseqüências econômicas. Ela revela um particular momento do processo ideológico, mais precisamente aquele que se caracteriza pela perda da correspondência entre as idéias e as condições reais de existência (MARX; ENGELS, 1976). Dizem os autores:

Quanto mais as formas normais das relações sociais e, com ela, as condições de existência da classe dominante acusam a sua contradição com as forças produtivas avançadas, quanto mais nítido se torna o fosso cavado no seio da própria classe dominante, fosso que separa esta classe da classe dominada, mais natural se torna, nestas circunstâncias, que a consciência que correspondia originalmente a esta forma de relações sociais se torne inautêntica; dito por outras palavras, essa consciência deixa de ser uma consciência correspondente, e as representações anteriores, que são tradicionais deste sistema de relações, aquelas em que os interesses pessoais reais, etc. eram apresentados como interesse geral, degradam-se progressivamente em meras fórmulas idealizantes, em ilusão consciente, em hipocrisia deliberada (MARX; ENGELS, 1976: 78).

A hipertrofia da crise se converte em hipocrisia deliberada. O momento da crise é também o momento no qual as relações sociais de produção que se esperavam universais revelam seu particularismo. Paradoxalmente, no entanto, exatamente quando as idéias dominantes começam a perder seu caráter correspondente na vida real, tendem a continuar se apresentando, cada vez mais, como “morais e sagradas” (MARX; ENGELS, 1976: 78).

É exatamente isso que vemos hoje. Desnudada pela dinâmica da crise, as premissas liberais são repetidas como uma espécie de mantra para afastar maus espíritos. Francis Fukuyama (2009), questionado recentemente sobre sua fé no fim da história, respondeu que a crise atual não abala sua convicção nesta direção e completa:

Não há nada de errado com o liberalismo. A receita liberal, baseada no livre mercado e na globalização, ainda é a melhor alternativa para o desenvolvimento global. Mantenho-me fiel a ela. Milhões de pessoas deixaram a linha de

pobreza nos últimos anos justamente por causa do crescimento econômico robusto do mundo. A crise atual não foi causada por um desvio do liberalismo, mas por opções políticas equivocadas (FUKUYAMA, 2009).

Na mesma revista, um pouco adiante, lemos a notícia que o Instituto de Estudos Empresariais, “uma entidade sem fins lucrativos” (sic), promoveu em Porto Alegre o Fórum da Liberdade com objetivo de “difundir os valores da liberdade econômica e do respeito ao direito de propriedade”. Gustavo Franco, ex-presidente do Banco Central, defendeu ali as seguintes idéias:

É importante entender que esta crise não é a porta para um novo socialismo. Trata-se de um ciclo natural do capitalismo, como tantos outros que já enfrentamos. A democracia, a liberdade e a economia de mercado são os pilares para a construção de uma economia próspera. (CONTRA A MARÉ, 2009: 86).

Minha única desculpa por citar fonte de tão baixa respeitabilidade intelectual e jornalística, se encontra no brilhante papel revelador da linguagem. Gustavo Franco e Fukuyama são homens de fé, que se mantêm fiéis aos valores liberais, mesmo em tempos de tanta turbulência pagã. O Fórum de Porto Alegre continua pregando os sagrados valores da liberdade, do mercado e da propriedade contra os movimentos satânicos do Estado.

O núcleo central da fé liberal pode ser definido pela crença de que a liberdade de mercado e as relações capitalistas são a melhor forma para produzir e distribuir riqueza. Quando o corpo de uma forma ideológica encontra-se sob risco de morte, acometido pela doença da inautenticidade, logo se assomam os padres do credo correspondente para tentar salvar sua alma imortal.

O maior temor dos ideólogos é que a crise permita a discussão de um “novo” socialismo, ou mais precisamente, para discutir o socialismo de novo. Tentam circunscrever o debate em torno de opções como um “novo” keynesianismo que viria substituir o fracasso daquilo que um dia queria ser um “novo” liberalismo. O que nos chama a atenção é que nada é de fato “novo” neste velho debate. Aparece aqui, ao apresentar um debate antigo como se

fosse uma novidade, um conhecido elemento da ideologia: encobrir e inverter os fenômenos impedindo sua compreensão (EAGLETON, 1997: 15).

Vejam, então, mais detidamente qual a relação entre o mito liberal, a crise e o debate ideológico que procura circunscrever as alternativas de futuro nos limites da sociabilidade do capital.

O mito liberal: os termos de um velho debate

A base da afirmação liberal sobre a superioridade das relações capitalistas contra as alternativas que com ele lutam – primeiro as relações feudais e hoje a alternativa socialista –, é que o capitalismo corresponderia à natureza humana¹.

Tanto Hobbes (1979) como Rousseau (1971) imaginam um momento inicial nos quais os indivíduos viviam isolados sob condições naturais de igualdade e liberdade, mas ainda o pensamento não havia encontrado as condições históricas para incluir entre os direitos naturais a idéia de propriedade. Coube a Locke (1978) esta inclusão.

A concepção de um “direito natural” deve ser compreendida como momento da luta de classes entre a burguesia e a nobreza feudal. Lutando contra o Estado absolutista, primeiro os contratualistas e depois os liberais irão buscar todos os elementos para limitar o poder do Estado sobre os cidadãos, daí o estabelecimento de um conjunto de direitos que não sendo criados pelo poder político, não poderiam ser por ele limitados. Este seria o caso da liberdade, da igualdade (entendida como contraposição aos privilégios estamentais) e, depois, da propriedade.

A partir daí, o mito liberal afirma um conjunto de relações que permitiriam a plena expressão da natureza humana e, portanto, dotar de legitimidade o pacto que tornaria possível a vida em sociedade. Cada indivíduo, livre e proprietário de seus recursos sejam eles meios de produção ou força de trabalho, busca realizar seus próprios interesses e o Estado tem por função apenas garantir que a disputa entre os indivíduos livres ocorra nos limites da ordem².

O primeiro paradoxo que emerge da visão contratualista/liberal seria como compatibilizar a liberdade dos indivíduos e a necessidade do Estado como condição sem a qual não há possibilidade da vida em sociedade. Se o Estado tem por função normatizar e punir, isso afetaria exatamente os direitos naturais. A solução, tão antiga como a política, encontra-se na separação entre a esfera

privada e a esfera pública, ou seja, em uma esfera na qual vigendo os direitos naturais do indivíduo o Estado não estaria autorizado a entrar, e uma esfera pública caracterizada pelo interesse geral, permitindo assim que o Estado atue. A burguesia prudentemente inclui na esfera privada os elementos da economia e a propriedade, nascendo aí o pressuposto liberal segundo o qual não cabe ao Estado intervir na economia.

Cada indivíduo buscando seus interesses particulares levaria, magicamente, ao interesse geral. Assim, os capitalistas ao buscarem seus próprios interesses egoístas (o lucro) têm que produzir mercadorias e para isso contratar trabalhadores. Esses que têm por interesse ganhar salários para comprar os bens necessários à sua vida oferecem sua força de trabalho aos capitalistas. Quanto mais os capitalistas produzem para ter lucro, mais trabalhadores podem realizar seu interesse de ter um trabalho e renda. Quanto mais trabalhadores recebem salários, maior é o consumo e, portanto, a demanda por mercadorias, ampliando a produção e a contratação de mais trabalhadores em um círculo virtuoso de crescimento e prosperidade.

O Estado estaria aí para garantir por um lado direito de propriedade e a acumulação capitalista e, por outro lado, obrigar os despossuídos a trabalhar, como demonstra o caráter impositivo das primeiras legislações que buscavam enfrentar a questão da pobreza e do trabalho (PEREIRA, 2008; BEHRING; BOSCHETTI, 2008).

Os grandes problemas que afligiam a maioria da sociedade seriam resolvidos pelo desenvolvimento do mercado, seja da compra e venda de força de trabalho, seja no sentido de atender as demandas por moradia, saúde, educação, bens e serviços essenciais à vida. Os trabalhadores teriam que esperar crescer a economia, receber salários e com ele adquirir no mercado estes bens e serviços na forma de mercadorias. Qualquer desequilíbrio entre a oferta de bens e a procura seria corrigida pela famosa mão invisível do mercado evocada por Adam Smith.

Esta representação pode, por um tempo, encontrar uma correspondência com as relações capitalistas reais no momento em que estas estavam na plena expansão da livre concorrência. No entanto, muito rapidamente, a tese central do mito liberal começa a fazer água, não apenas pela perpetuação

das desigualdades, mas, principalmente por sua intensificação, agravada ainda mais em uma perspectiva comparativa com a enorme acumulação privada de riqueza que se produz no pólo oposto.

É nesse contexto que o liberalismo enfrenta outro adversário. Não mais as resistências de uma ordem que caducava, mas as que emergiam como manifestação de contradições que se davam no interior da ordem do capital e que levou ao pensamento socialista.

A explicação marxiana da crise

Marx escreve sua obra para polemizar com o mito liberal. Sabemos que não há uma relação mecânica entre as relações sociais de produção e as diversas concepções de mundo que se expressam em uma consciência social. Ocorre, que no interior de uma totalidade dinâmica, Marx vê uma clara determinação das condições materiais da existência, sobre as maneiras como esses seres humanos buscam compreender suas relações através das idéias. Para Marx :

O processo de valor de troca, desenvolvido na circulação, não só respeita (...) a liberdade e a igualdade, como estas são seu produto; é a base real das mesmas. Como idéias puras, são expressões idealizadas dos diversos momentos deste processo; seu desenvolvimento em conexões jurídicas, políticas e sociais não é mais que sua reprodução elevando-as a outras potências (Marx, 1998:179).

O liberalismo, portanto, expressava no campo da consciência social a base real constituída pelas relações capitalistas em desenvolvimento. Ao contrário de seus antecessores, Marx não criticará as idéias liberais contrapondo-as às idéias socialistas, mas procurará analisar o ser do capital, suas contradições e de que forma o desenvolvimento real deste ser produz a crise destas idéias, não por suas supostas falsidades ou verdades, mas exatamente pelo movimento do real que produz o “aumento do fosso” que separa as antigas idéias das novas conformações da realidade em movimento.

O capital não se moveria como esperava a profecia liberal, ou seja, em uma espiral virtuosa de produção, empregos, salários, consumo e novo ciclo

de produtividade do trabalho. Não porque isso não teria ocorrido. Marx tem o hábito teórico de dialogar com seus opositores levando ao máximo seus argumentos e a análise realizada em *O Capital* irá, desta forma, desconstituir o mito liberal por meio da suposição de seu pleno funcionamento.

Para os liberais, quanto mais o capital cresce, mais cresce o capital, por mais tautológico que isso possa parecer. Gerando mais empregos, aumenta a massa de salários distribuída na sociedade e, conseqüentemente, o consumo e daí um novo ciclo de produção. Não por acaso a crise será sempre vista como uma carência, seja de crédito, consumo insuficiente, falta de investimento, etc. A primeira conseqüência da elaboração de Marx sobre a vida do capital, fundada na extração de mais valia, é que a riqueza crescente é sempre acumulada de forma privada, o que o leva a concluir que:

Qualquer que seja a taxa de salários, alta ou baixa, a condição do trabalhador deve piorar à medida em que se acumula capital. Trata-se de uma lei que estabelece uma correlação fatal entre a acumulação de capital e a acumulação da miséria, de modo que a acumulação de riqueza em um pólo é igual à acumulação de pobreza, de sofrimento, de degradação moral, de escravidão no pólo oposto, no lado da classe que produz o próprio capital (MARX, 1965: 1163).

Nada mais descritivo do atual capital globalizado que tanto agrada a Fukuyama. No raiar do século XXI o mundo se espanta com enormes concentrações de miséria exatamente nos locais nos quais o capital mais se desenvolveu, como nos casos exemplares da Índia, China, Rússia e Brasil. Mas, ainda mais evidente, com o surgimento da nova pobreza nos EUA e na Europa. No entanto, a polaridade da concentração de riqueza de um lado e miséria de outro, de degradação material e moral daqueles que constituem a força de trabalho da humanidade, é apenas a aparência de determinações mais profundas que operam no ser do capital e que estarão diretamente ligadas ao desenvolvimento da crise.

Como capital vive e cresce na concorrência entre capitalistas, a cada ciclo de acumulação o investimento deve se dirigir, sempre e cada vez mais, para os elementos que incidem na produtividade do

trabalho, ou seja, no desenvolvimento de tecnologias, matérias primas, organização do próprio processo de trabalho. Esta tendência se explica pelo fundamento da lei do valor, ou seja, a busca por produzir mais com a mesma quantidade de trabalho reduzindo o valor unitário das mercadorias.

Tal afirmação, aparentemente, fortalece o argumento liberal, uma vez que a dinâmica do capital levaria a um aumento da produtividade pela aplicação consciente do progresso tecnológico à produção industrial, o que conduziria a uma maior quantidade de produtos com menores preços e, portanto, a um crescimento do consumo. No entanto, a diferenciação realizada por Marx entre o capital constante e o capital variável (MARX, s/d, Livro 1, v. 1: 234-235) terá implicações surpreendentes.

Como o valor é determinado pela quantidade de trabalho humano abstrato socialmente necessário, o valor só pode ser produzido pelo consumo da força de trabalho. O aumento permanente dos investimentos em capital constante (máquinas, matérias primas, instalações, etc.), proporcionalmente maior do que o capital invertido em capital variável (força de trabalho) leva a uma queda tendencial da taxa de lucro (idem, Livro 3, v. 4, cap. XIII: 241 e sgs). O resultado desta tendência não é apenas a persistente polarização entre miséria e riqueza resultante da acumulação privada da riqueza socialmente produzida, mas também a base para a explicação marxiana da crise. Vejamos.

O ciclo acelerado de produção e reprodução ampliada do capital acaba provocando uma superacumulação de capitais, ou seja, o capital se acumula nas diferentes formas que assume no ciclo de sua vida como valorização do valor. Concentra-se na forma dinheiro, em meios de produção comprados e dispostos em processos de trabalho, como força de trabalho, como processo de produção em funcionamento, como mercadorias produzidas, como mercadorias vendidas e, novamente como dinheiro acrescido da mais valia. O novo dinheiro resultante não tem como voltar ao ciclo produtivo, não apenas pela super acumulação e super produção que daí resultam, mas principalmente porque a cada ciclo não tem mais como fazê-lo mantendo a mesmas taxas de lucro.

Em períodos normais o capital contorna este problema ampliando sua ação para outras esferas ainda não mercantilizadas da vida ou outras áreas

no mundo não capitalistas, levando ao que Lênin (1976) chamou de exportação de capitais, ou para o sistema bancário e os títulos da dívida pública. Os juros dos bancos e a remuneração dos títulos públicos oferecidos pelo Estado, por um tempo, procuram compensar a queda da taxa de lucro. O momento drástico ocorre quando a superprodução e superacumulação coincidem com momentos conjunturais nos quais mesmo as opções de fuga denunciam uma superacumulação³.

É bom lembrar que super produção e superacumulação estão ligadas ao conceito de valor, ou seja, não se trata de quantidade de mercadorias além das necessidades humanas, o que remeteria ao valor de uso, mas da dimensão proporcional entre produção e consumo capaz de realizar o valor dentro de taxas de lucro aceitáveis para a saúde do capital⁴. Neste sentido, toda crise revela uma espécie de subconsumo, mas não no sentido do valor de uso, ou seja, não se trata do consumo como forma de acesso a bens necessários à vida (espécie de subconsumo que é permanente nas condições do capitalismo), mas do ritmo de realização de mais valia em condições que permitem ao valor retornar ao início do ciclo para que possa ser invertido em processos produtivos alcançando taxas de lucro viáveis para o capital.

Paradoxalmente, como nos explica Mandel (1990), no momento que antecede a crise os capitalistas, em vez de frear sua produção, a aceleram numa última tentativa de largar na frente de seus concorrentes. Este procedimento irá ser decisivo no desencadear da crise de maneira catastrófica. Fábricas quebram, destroem-se meios de produção, mercadorias e força de trabalho em escala avassaladora e, assim, abre caminho para o retorno do crescimento das taxas de lucro, recuperando a capacidade de valorização que alimenta a acumulação capitalista. Desta maneira, a crise tem uma função no metabolismo do capital, estrutural, cíclica e periódica, e não consiste em um acidente, casualidade conjuntural ou fruto de desvios de personalidade, como querem que acreditemos.

O mecanismo ideológico aqui atua de forma decisiva. Na aparência a crise é percebida pelos trabalhadores como um momento no qual o emprego está em baixa e o desemprego em alta, os salários se reduzem, o consumo despenca, os preços dispararam, o crédito some, comércios e fábricas fecham.

Analisando um pouco mais detidamente, no entanto, a crise se dá no auge do ciclo do capital, na superacumulação, ou seja, no momento em que o emprego está no máximo, as taxas de desemprego perigosamente baixas, o consumo superaquecido, a capacidade instalada a beira da plena utilização, o crédito abundante e, por isso mesmo, as taxas de lucro em seu ponto mais baixo. A ideologia não tem o poder de “inverter” a realidade, não se trata disso, mas de apresentar uma realidade invertida como se natural fosse.

Aquilo que os simples mortais identificam como crise nada mais é que os sinais da saída da crise, isto é, a quebra catastrófica da economia destrói a capacidade instalada, joga milhões no desemprego, desta maneira rebaixa salários, destrói mercadorias, provoca fusões, abre mercados e recompõe as taxas de lucro.

O desencadear da crise precisa ser distinguido de suas causas mais profundas e de sua função no quadro de uma sociedade capitalista (MANDEL, 1990: 211). As determinações mais profundas da crise não podem ser resumidas nos fatores de mero subconsumo de um lado, nem mesmo da superprodução isoladamente de outro, mas na combinação das duas no quadro de uma superacumulação que leva à queda das taxas de lucro. Caso nos detivéssemos em uma das determinações isoladas ficaríamos reféns das saídas propostas seja pelos liberais de um lado, seja pelos regulacionistas de inspiração keynesiana de outro.

Diante da crise os liberais rapidamente identificam a necessidade de incentivar o consumo. O presidente Bush acreditava piamente nesta alternativa, tanto que distribuiu cheques de US\$ 700 para toda a população para que pudessem comprar coisas e salvar a economia que ameaçava desmoronar. Entendendo a crise como carência de crédito, abrem-se os cofres públicos e o coração generoso dos governantes ao capital pecador. Os keynesianos afirmam que nada disso dará resultado, pois apostam na superprodução, defendendo então que o capital cumprirá sua própria racionalidade, demitirá, fechará empresas e deslocará perigosamente seus investimentos para a especulação. No campo desta leitura cabe ao Estado intervir para gerar empregos, aumentar o consumo público através de obras e gastos do Estado, segurar o ritmo da economia com mecanismos macroeconômicos, reorien-

tar investimentos em infraestrutura para baratear os custos do capital e preparar as condições para uma retomada regulada.

Como afirma Mandel:

O erro fundamental cometido pelas duas escolas, erro muito próximo, aliás, das escolas acadêmicas, que operam com agregados macroeconômicos – a “demanda global” dos keynesianos e a “massa monetária” dos monetaristas –, é o de supor uma série de ajustamentos mecânicos e generalizados produzindo-se sob certas condições bem precisas. (...) Mas tal coincidência depende de um concurso de circunstâncias muito numerosas. Por isso a impossibilidade de produzi-la na hora H por tal ou qual medida governamental (ou de um acordo privado). Por isso a característica incontrolável do ciclo (MANDEL, 1990: 217).

No fundo o momento da crise é momento no qual as personificações do capital, os capitalistas, se vêm diante do desconcertante fato de que o capital é de fato incontrolável, irracional em sua racionalidade e todas as tentativas, sejam liberais ou regulacionistas, não passam do esforço, tão bem definido por Mészáros (2002), de “controlar um sociometabolismo incontrolável”.

Poderíamos nos perguntar: se a crise é causada pela combinação de uma superprodução, desproporcionalidade de consumo, superinvestimento, resultando numa superacumulação e uma queda na taxa de lucro, não seria racional que os capitalistas dosassem seus investimentos, regulassem seus apetites e o ritmo da produção para garantir lucros médios aceitáveis, evitando, assim, a crise? A resposta a mais esta ingenuidade é simples: “o que é racional do ponto de vista do sistema tomado em seu conjunto não o é do ponto de vista de cada empresa tomada isoladamente e vice e versa”. (MANDEL, 1990: 218). Abre-se uma contradição entre os interesses particulares dos capitalistas e o interesse geral do sistema.

Notem que a crise é a base material para o processo de perda de autenticidade da visão de mundo que uma vez correspondeu a este sistema de relações. O chamado interesse geral, ou bem comum, tão caro às formulações políticas próprias da ordem burguesa, nada mais são que

a expressão ideal de uma exigência da forma capitalista de produção. A livre concorrência entre os capitalistas, o jogo infernal dos egoísmos, se resolve numa universalidade abstrata que eleva as particularidades à condição de genericidade. Esta universalidade só pode ser abstrata assumindo a forma do Mercado para Smith ou do Estado para Hegel, mas esta abstração universal, em períodos normais de funcionamento das relações capitalistas, se expressa como real, porque de fato síntese das múltiplas particularidades.

O que ocorre no momento da crise é um choque entre as diversas expressões particulares, os interesses de cada capitalista, e as necessidades gerais do capital como totalidade. O todo não é a simples soma das partes. Exatamente quando o capital como totalidade determina a queda nas taxas de lucro e acusa a superacumulação, é o momento em que cada capitalista tenta produzir mais um ciclo de investimento, para colocar-se à frente de seu concorrente. É esta “irracionalidade” da concorrência que desencadeia a crise como movimento caótico e aparentemente inesperado.

A crise e a luta de classes

A crise que opõe interesses dos capitalistas ao interesse do capital abre espaço para outro movimento. Ao quebrar-se a universalidade que unia as particularidades capitalistas, condição material para a hegemonia da burguesia, abre-se a possibilidade da classe trabalhadora apresentar seu próprio interesse em choque com a universalidade concreto/abstrata do capital, tornando possível um acirramento da luta de classes.

No entanto, as coisas não são tão simples. Ao lado da possibilidade de intensificação da luta da classe trabalhadora que se vê jogada em condições de intensificação da exploração, desemprego, rebaixamento de salários e precarização das condições de vida, a crise atualiza de maneira muito enfática a possibilidade do pacto social.

A crise é, antes de tudo, o momento da chantagem do capital sobre o trabalho. Uma vez consolidada a subordinação real do trabalho ao capital, a burguesia lança mão do discurso segundo o qual a crise não interessa a ninguém e a única solução para os trabalhadores voltarem a ter seus empregos, sua precária capacidade de consumo restaura-

da e melhorar, quem sabe um dia, suas condições de vida, é assumir o remédio amargo capaz de salvar o capitalismo para que ele volte a crescer.

A expressão ideológica da subordinação real do trabalho ao capital é a suposição de que a própria existência depende do bom funcionamento da acumulação capitalista. Uma vez que na existência particular concreta, cotidiana, o trabalhador só garante sua vida comprando mercadorias com o dinheiro da venda da sua força de trabalho, entra em cena outro mecanismo ideológico, o da ultrageneralização (IASI, 2007:18), ou seja, se é desta forma na minha ação imediata, também será assim para o gênero humano.

Chama a atenção o título de uma matéria jornalística que tratava da crise na Alemanha em 1994: “O lado positivo da recessão curta e brutal” (PARKER, 1994). Como pode haver um lado positivo em uma crise que “varreu lucros e empregos em uma escala dramática”? Mais de um terço dos três milhões de empregos criados nos anos 80 desapareceu, cidades “despencaram do auge da prosperidade até se tornarem lugares devastados pelo desemprego”, mas o articulista conclui que: “entretanto, apesar de tantas angustias para as corporações e indivíduos, o resultado não foi totalmente negativo”!

O lado positivo seria que as empresas teriam descoberto “uma oportunidade para adotar medidas rápidas e radicais que no passado não seriam possíveis”. Diz o articulista do *Financial Times*:

Até o momento, a prova mais evidente da existência de um consenso favorável para a mudança foi a aceitação de maciços cortes de empregos, relativamente sem atritos, de redução de salários reais e perda de privilégios tradicionais dos funcionários (PARKER, 1994, 9).

Incrível ao que podemos chegar na terra de Habermas em um contexto dialógico, sem lançar mão de instrumentos extrapolíticos. O “entendimento” e o “consenso” entre patrões e sindicatos visavam enfrentar o principal problema, logicamente identificado em um contexto dialógico perfeito, ou seja, a desvantagem competitiva da Alemanha causada pelo “alto custo da mão de obra”. Assim, de mãos dadas (a de “obra” e a que acumula), trabalhadores e patrões “concordaram

com a adoção de estruturas mais flexíveis para a jornada de trabalho e os salários que começaram a melhorar os custos unitários da mão de obra e do tempo de operação dos equipamentos”.

Todos saíram ganhando com este pacto “impen-sável há algum tempo”. A produtividade média do setor químico voltou a subir quase 11% no primeiro trimestre de 1994. Ao mesmo tempo, a Daimler-Benz anunciava que em 1994 foram eliminados 26 mil postos de trabalho e projetava um corte de mais 8 mil para o ano seguinte.

Apesar da crise estar ligada inequivocamente a determinações econômicas, sua compreensão exige que a entendamos como um processo eminentemente político, ou seja, inserido na dinâmica da luta de classes. O papel que a classe trabalhadora desempenhará no cenário da crise não pode ser compreendido apenas pelos fundamentos materiais imediatos, o que a levaria a uma posição de confronto e de luta por seus interesses específicos. Em grande medida o papel da classe dependerá de sua constituição política como sujeito histórico que preza sua autonomia de classe, nos termos de Gramsci (1978), ou, ao contrário, de sua não superação como classe subalterna à ordem do capital, submetida à suas condições de existência como parte integrante das relações capitalistas, seja serializada na pulverização da concorrência individual, seja presa aos limites de uma consciência em si.

O dilema é que a classe não é em si mesma nem revolucionária, nem ontologicamente reformista (GORENDER, 1999: 37-38), mas seu ser corresponde exatamente à contradição de ser uma classe *na* sociedade civil burguesa que não é uma classe *da* sociedade civil burguesa (Marx, 1993: 92). Isto implica que a classe trabalhadora e sua consciência não estão nem no momento de estranhamento serializado na concorrência individual no mercado de trabalho, nem na conformação de classe que luta por seus direitos e interesses nos limites de uma ordem capitalista (consciência em si), nem na possibilidade de se constituir enquanto um sujeito histórico portador de um projeto societário independente (para si), mas no movimento que leva de um momento a outro (IASI, 2006: 74-75).

Assim, o papel que a classe trabalhadora desempenhará no momento da crise depende, em grande medida, de sua história, das lutas que se desenvolveram até o desencadear da crise, de sua capacidade

de organização e formulação política, de tudo aquilo que Lênin denominou de condições subjetivas. Evidente que certos momentos conjunturais podem provocar movimentos de inflexão que alteram patamares políticos anteriormente conquistados, para o bem ou para o mal, de forma que uma classe pode atropelar suas antigas direções impulsionadas pelas condições objetivas produzidas pela crise, mas, também, pode abandonar posições mais avançadas buscando abrigo de miragens mais seguras no interior da ordem do capital.

O fato de a atual crise ocorrer no momento em que a classe trabalhadora brasileira sofre com uma inflexão conservadora⁵ que a desarmou de sua independência de classe jogando-a no papel não de coadjuvante, mas de figurante no cenário da trama política, não é uma boa notícia.

Em setembro de 2008, em uma matéria da Revista da Indústria, órgão de comunicação da FIESP, temos um exemplo dramático desta inflexão à direita. Descrevendo como “um passo histórico para o amadurecimento e modernização da relação entre capital e trabalho”, o artigo nos informa que FIESP e CUT se encontraram para “enfrentar juntas os gargalos que emperram o crescimento da economia” (RAMON, 2008). Segundo o jornalista “na base desse movimento, não crível até alguns anos atrás, está a flexibilização das relações entre capital e trabalho, que foi marcada por uma tensa relação entre patrões e empregados”. Como explicar esta “mudança de disposição”? Quem responde é Paulo Skaf, presidente da FIESP:

É uma postura que as sociedades modernas vivenciam e que passou a influenciar as forças produtivas (sic). O mundo vive um novo cenário de entendimento, busca de progresso e felicidade, no qual as forças produtivas (sic) convergem para esses objetivos maiores, deixando de lado pequenas questões de interesse próprio (RAMON, 2008: 18).

Apesar de confundir o conceito de “forças produtivas” com as personificações do capital e do trabalho – o que não nos surpreende, pois a burguesia em sua crise poderia muito bem repetir a famosa frase do monarca francês antes de sua queda e afirmar: “as forças produtivas sou Eu!” –, chama a atenção o cenário de “entendimento e busca de

felicidade e progresso” que tornou possível o acordo, secundarizando “pequenas questões de interesse próprio”. Seria curioso pedir que o empresário descrevesse estas “pequenas questões” que separavam as classes na época em que as relações estavam “tensas”. Mas não estraguemos o consenso.

Edílson de Paulo Oliveira, presidente da CUT, nos explica que a aproximação decorre da “consolidação da democracia brasileira” que tornou possível “uma visão estratégica compartilhada pelos dois lados” e conclui:

Vivemos momentos delicados na construção da nossa democracia e foi graças ao amadurecimento das duas entidades que conseguimos criar um ambiente tranquilo de diálogo e uma agenda de desenvolvimento para o País (RAMON, 2008: 18).

No editorial da mesma publicação temos uma visão mais clara da concordância das duas entidades quanto a este campo comum onde encontram suas identidades: a consolidação da democracia. Podemos ver no editorial da revista da FIESP:

Embora o avanço e a consolidação da democracia persiste, no Brasil, um hiato entre o Estado e a sociedade. É uma inoportuna subversão do milenar conceito aristotélico de que o poder público deva dedicar-se a prover as necessidades desse indivíduo político chamado ser humano (sic). Porém, mais eficaz do que remoer as causas históricas da distorção é buscar alternativas para corrigi-la. (A reunião entre CUT e FIESP) é um passo histórico no processo de aperfeiçoamento da democracia e da participação cívica. (...) é uma iniciativa capaz de ajudar os ocupantes de cargos públicos – imbuídos do verdadeiro espírito democrático – a iniciar a desconstrução de um modelo de Estado obsoleto, que não se coaduna com a realidade institucional do Brasil e as exigências competitivas da economia contemporânea (RAMON, 2008: 18).

Em algum lugar um velho filósofo grego revirase em sua tumba, mas deixemos isto de lado. Para não remoer causas históricas (o que menos interessa em construções ideológicas e remeter para a história e para causas) a busca de soluções está na aceitação de que é preciso “desconstruir” um

modelo de Estado que teria se tornado obsoleto. Qual, perguntaríamos nós? Aquele que era próprio do momento no qual as tensões entre trabalhadores e patrões impediam o diálogo (nós ingenuamente o chamávamos de Ditadura Militar), substituindo-o pela participação cívica e o aperfeiçoamento da democracia? Quem poderia ser contra?

Paoli e Telles (2000: 124), mesmo muito otimistas com as possibilidades democratizantes em curso nos anos 80 e 90, já alertavam que a chamada “parceria com a sociedade civil” tornando-se “moeda corrente nos tempos atuais”, pode ser capturada pela lógica conservadora e ser o caminho pelo qual os interesses dominantes acabam se eximindo de suas responsabilidades, gerando “simulacro de políticas sociais”, reativando particularismos, reforçando desigualdades sociais e fortalecendo o “poder de velhas e novas oligarquias políticas”. O mesmo ocorre com o consenso em torno da democracia.

O hiato entre sociedade e Estado seria preenchido por uma sociedade civil, mas não como campo de luta entre os interesses antagônicos de classe, não como disputa de hegemonia e contra hegemonia (COUTINHO, 1994 e 1997), mas como campo possível de entendimento entre os atores concretos das relações de trabalho (patrões e trabalhadores), como consolidação de uma hegemonia, a conservadora, disfarçada sua particularidade sob o manto do consenso entre aqueles que vivem “um novo cenário de entendimento, busca de progresso e felicidade”. Há uma diferença entre disputar hegemonia e ser capturado por uma.

É com olhos lacrimejantes de emoção que deixamos este sagrado recinto do diálogo e do consenso para nos dirigir de volta à realidade das relações sociais. No dia 28 janeiro de 2009, logo após uma manifestação em São Bernardo do Campo na qual os metalúrgicos bradavam sob a direção do sindicato que não aceitariam a redução da jornada de trabalho com redução de salários, a supervisora do RH de uma grande empresa na região se diz surpreendida, pois o mesmo sindicato havia fechado um acordo no dia 8 de janeiro reduzindo salários e jornada “para evitar demissões”. Este não foi um fato isolado e várias empresas assinaram acordos desta natureza, como disse o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e Mogi das Cruzes, Miguel Torres:

Esta é uma situação emergencial. Os trabalhadores estão dando a sua contribuição e esperamos que a empresa reconheça este gesto, pois os trabalhadores estão emprestando parte do salário para ajudá-las a sair da dificuldade (COSTA, 2009: 61).

Em outra parte a Embraer cortava 4.200 empregos. Logo após o TRT de Campinas manter as demissões, mas mandar pagar uma indenização extra aos trabalhadores, pela forma como foram feitas as dispensas, o Tribunal Superior do Trabalho suspendeu a decisão por considerá-la equivocada e “exótica”. O presidente do TST, ministro Milton de Moura França, alegou que nenhuma empresa tem obrigação legal de pagar salários ou indenizações extras, afirmando não haver “nenhum dispositivo normativo que lhe imponha essa obrigação” (GALLUCCI, 2009). O presidente da Embraer, Frederico Curado, após afirmar que precisava reduzir custos, responde que fez “tudo o que julgava necessário, obviamente que dentro da lei” e completa: “Num estado de direito, temos que seguir a lei” (BARBOSA, 2009: 61).

E a sociedade civil? Ela tem todo o direito de reclamar, como disse o presidente da Embraer: “o questionamento da sociedade é natural e legítimo”. Talvez seja este o tal aperfeiçoamento da democracia com a participação cívica: os empresários agem dentro da lei que garante os interesses do capital enquanto a “sociedade” pode expressar legitimamente seu descontentamento.

O diálogo “histórico” que rompeu paradigmas foi possível, segundo o representante da FIESP porque cada parte abriu mão de “pequenos interesses próprios” que prejudicavam o entendimento. Vemos que no caso dos trabalhadores estes pequenos interesses eram os salários, direitos (no caso a redução da jornada com redução de salários) e, em alguns casos, o emprego. Quais seriam os pequenos interesses no caso dos empresários? Do que exatamente eles abriram mão? Quando empresas como Sadia, Votorantin ou Aracruz perderam os recursos investidos nas apostas do mercado financeiro correram para que o governo lhes oferecesse créditos, da mesma forma que clamam por isenções os fabricantes de automóveis e os insaciáveis empresários do agronegócio, uma espécie de liberal que adora o Estado.

O que parece evidente é que a crise torna possível centrifugar os elementos que pareciam estar harmoniosamente unidos na universalidade abstrata do capital, seja na forma do mercado, seja na ficção do corpo político do Estado. Aliás, estes dois irmãos gêmeos – o mercado e o Estado – têm papel decisivo na trama da crise e no rol de suas soluções.

Capital, crise e Estado

Os ciclos de crescimento da acumulação privada e da crise que lhe é inseparável se sucedem e fazem com que presenciemos um curioso ritual. Após um longo ciclo de ênfase no mercado, no qual prevalece a crença na mão invisível de Adam Smith, a burguesia apresenta uma solução que envolve algum tipo de regulacionismo. Depois de um período no qual predominou a ação regulatória do Estado, a burguesia passa a defender novamente o deus do mercado como bálsamo contra as mazelas da satânica intervenção estatal.

Esta polêmica, que agora se reapresenta, esconde o fato de que o metabolismo do capital exige a unidade destas aparentes polaridades. Como já afirmou Mészáros (2002), o sociometabolismo do capital não pode prescindir do Estado.

O mercado, a livre concorrência entre os indivíduos, pulveriza o ser social em proprietários privados de distintas mercadorias, “isolados como um ponto autônomo no âmbito da produção” (MARX, 1998: 167). Isolados nas relações concretas os seres humanos alienam sua sociabilidade para algo além deles: o Estado.

Segundo Marx (1993), a cisão entre o “Estado político” e a “sociedade civil”⁶ não apenas faz com que o indivíduo se reconheça no Estado como ser genérico, mas o faz cair na ilusão de que se torna genérico através do Estado. Por sua natureza é um “indivíduo”, ponto isolado no interior da divisão do trabalho mercantil (um *bourgeois*), graças ao Estado é um cidadão (um *citoyen*) (MARX, 1993).

Não existiria o indivíduo livre a não ser na adesão deste indivíduo à genericidade do Estado que cerca de garantias a liberdade, a vida individual e a propriedade. De forma mais direta, não há mercado sem Estado.

No entanto, querem os ideólogos da ordem capitalista que acreditemos que a grande polêmica

do milênio (do que passou e do que virá) se reduz à presença ou não do Estado na economia. Trata-se, ao nosso ver, muito mais de uma questão de ênfase em um ou outro pólo inseparável do ser do capital, de maneira que ora se enfatiza os mecanismos do mercado, ora se ressalta as virtudes reguladoras do Estado, mas sempre supondo como insuperáveis ambos. De um lado não haveria vida sem a forma mercadoria e a livre concorrência, de outro não haveria ordem sem um poder aparentemente acima dos indivíduos impondo as normas de sociabilidade pela coerção e a imposição de uma ordem jurídica.

Desta maneira, no ciclo de ouro da livre concorrência que se estende da Revolução Industrial do século XVIII até aproximadamente a década de 70 do século XIX, acenderam-se velas no altar do mercado contra o Estado. Com o desenvolvimento dos monopólios vemos um ciclo de maior presença do Estado que é chamado para regular a questão social (NETTO, 2006:27), desenvolver políticas sociais, ainda germinais e precárias como as medidas de seguro social de Bismark na Alemanha e as políticas assistenciais inglesas como a *Workmen's Compensation Act* de 1897 ou a *Old Age Pension Act* (PEREIRA, 2008: 83-84). Neste momento, no entanto, ainda prevalece a crença inquebrantável no mito liberal e a espiral virtuosa da produção, emprego, salários e consumo, cabendo ao Estado apenas agir supletivamente nas áreas nas quais o mercado não tinha sido capaz de entrar (como bens e serviços para os pobres).

A grande crise, que leva o mundo a duas guerras e a eclosão da alternativa socialista em 1917, causará sérios estragos no mito liberal e na fé de seus profetas e discípulos. Certamente o acontecimento mais evidente é a grande crise de 1929, mas a chave explicativa encontra-se muito mais na Revolução Soviética de 1917. Não basta a constatação inequívoca de que o mercado não se regula por si mesmo e que ninguém viu a mão invisível de Adam Smith exatamente porque ela não existe. Enquanto a crise matava pobres em um ritmo cataclísmico, destruíva forças produtivas em escala avassaladora e jogava regiões inteiras do planeta no horror da guerra, não havia problema algum. O problema irrompe quando a miséria se torna consciente de sua miséria⁷.

Não há hegemonia que não se afirme em oposição a uma contra-hegemonia, da mesma forma que

não há visão de mundo que não se afirme em debate contra outra concepção de mundo (GRAMSCI, 1978). O terremoto histórico da Revolução Russa, enquanto isolado e bloqueado em um só país pela derrota da revolução no ocidente, podia ser encarado como um acidente, mas a crise de 1929, a ascensão do nazi-fascismo e a Segunda Guerra reatualizavam o temor das classes dominantes com o levante dos de baixo. Era hora do irmão gêmeo do mercado assumir seu período de ênfase. Era hora do ciclo regulacionista que assumiu diferentes formas desde o keynesianismo em estado mais puro no *New Deal* norte-americano até o *Welfare State* social democrata europeu, passando pelas Ditaduras Militares na América Latina, África e Ásia⁸.

Com as idéias keynesianas, mais ou menos associadas à concepção de Estado de Bem-Estar Social, chegou-se a acreditar que as crises passariam a ser um tema do passado, uma curiosidade histórica, mas eis que nos anos 70 e 80 elas voltam didaticamente cíclicas e pedagogicamente periódicas. Eis, então, que somos surpreendidos com uma receita infalível: desregular a economia, retirar a intervenção sufocante do Estado que havia se imposto desde meados dos anos 40 e deixar livre os mecanismos saudáveis de mercado. O liberalismo, de novo, apresentado ideologicamente como neoliberalismo.

Há muito pouco de novo no neoliberalismo. As idéias centrais desta doutrina estavam elaboradas já em 1944 quando Hayek lançou seu livro *O Caminho da Servidão*, e em 1947 montou o grupo de *Mont Pèlerin* agregando figuras como Milton Friedman, Karl Popper, Michael Polany e outros (ANDERSON, 1998: 9-10). Tratava-se de, desde o início do ciclo regulacionista, de manter por perto seu irmão gêmeo liberal para quando fosse necessário, assim como para fiscalizar da ação de seu outro irmão para que não sufocasse a liberdade, os indivíduos e a propriedade com a mão visível do Estado.

A história se repete? Negações e sínteses

A famosa formulação crítica de Marx em relação à assertiva de Hegel segundo a qual a história se repete, ao afirmar que a primeira vez como tragédia e a segunda como farsa, precisa aqui ser aprofundada. A volta do velho liberalismo, sem

dúvida, cercou-se de tons farsescos, ninguém com o mínimo de sensibilidade artística convidaria um ator como Ronald Reagan para estrelar um drama sério, menos ainda contracenando com uma dama de tantos talentos como Margareth Thatcher. Os novos liberais tiveram que se ver com o paradoxo de que o chamado ajuste estrutural buscando o “Estado mínimo” deveria ser alcançado por meio de uma ação dura e incisiva deste mesmo Estado (UGÁ, 1997:86).

No entanto, a metáfora do drama que se converte em farsa não pode obscurecer o elemento dialético essencial à compreensão deste movimento, isto é, o processo de negação da negação. Ao se defrontar com o aparente retorno de formas superadas, a lógica dialética supõe que nada volta ao que era, como o famoso rio de Heráclito, mas o retorno se dá em um patamar superior, em um movimento em espiral e não meramente circular (LÊNIN, 1974). Este momento “superior” não pode ser confundido com qualquer linearidade progressiva e prender-se aos juízos valorativos, mas deve ser entendido como momento no qual as novas formas que vem a superar antigas superações, como o ciclo neoliberal que supera o regulacionismo que superou o liberalismo, apresentam elementos da primeira forma negada na mesma medida em que trazem em seu corpo as marcas da forma imediata da qual saíram. São estes momentos, portanto, sínteses.

Isso significa que o chamado neoliberalismo não pode ser confundido com um mero retorno aos preceitos do livre mercado tal como vigoravam no período da livre concorrência. As premissas e valores liberais têm agora que se adequar ao corpo de uma época monopolista e imperialista que não pode abrir mão do papel do Estado e de certos mecanismos anticíclicos que se desenvolveram sob a égide do keynesianismo. O ataque ao Estado ineficiente, gastador, burocrático, taxador e onipresente deve ser de tal forma que ele se retire de fatias de mercado que agora interessam ao grande capital, mas que não pare de agir para garantir as condições extraeconômicas que se tornaram necessárias na ordem monopolista (NETTO, 2006:24).

Entre estas condições destaca-se a importante questão da legitimidade. Diz Netto

O que se quer destacar, nesta linha argumentativa, é que o capitalismo monopolista, pelas suas

dinâmicas e contradições, cria condições tais que o Estado por ele capturado, ao buscar legitimação política através do jogo democrático, é permeável a demandas das classes subalternas, que podem fazer incidir nele seus interesses e suas reivindicações imediatas. E que este processo é todo ele tencionado, não só pelas exigências da ordem monopolista, mas pelos conflitos que esta faz dimanar em toda a escala societária (NETTO, 2006: 29).

O novo ciclo liberal não pode reverter este processo simplesmente pela recuperação da situação anterior, uma vez que isto implicaria em reverter não uma política, mas a forma monopolista em livre concorrência, o que não é possível.

Os argumentos de um Maltus, ou mesmo em estado bruto aqueles apresentados por Hayek em seu *Caminho da Servidão*, perderam a correspondência que um dia tiveram com o corpo real das relações vigentes. As idéias de Maltus sobre a abstinência sexual, que atribuía a culpa pela pobreza ao “ímpeto dos pobres de imprevidentemente procriar além de suas posses” (PEREIRA, 2008: 71), ou de que as políticas sociais de assistência à pobreza desincentivavam o trabalho e desviavam parte da riqueza da nação para sustentar improdutivo, assim como as afirmações de Hayek segundo as quais a desigualdade é um valor positivo destruído pelo igualitarismo que aviltava a “liberdade dos cidadãos e a vitalidade da livre concorrência” (ANDERSON, 1998: 10), simplesmente não podem ser reapresentadas sem novas mediações.

Isso porque, não apenas a dinâmica da luta de classes havia imposto patamares de direitos e valores que passam a fazer parte da cultura da classe trabalhadora e da sociedade em geral, mas fundamentalmente pelo fato de que a ordem monopolista exigia um grau de gestão de uma superpopulação relativa que não podia prescindir de ações dirigidas às manifestações da chamada questão social. Ocorre, então, uma síntese que caracterizará o ciclo chamado de neoliberal.

O mercado receberia de volta seu protagonismo e os indivíduos deveriam buscar o acesso aos bens essenciais à vida na forma da compra de bens e serviços mercantis, mas o Estado se manteria supletivamente como garantidor de mínimos necessários à população mais pobre. Mas, para poder focar na população mais necessitada e nas áreas

que realmente demandassem a atenção do Estado, este deveria se livrar das ações que não lhe diziam respeito, casualmente as áreas que interessavam ao capital monopolista.

Privatizar siderúrgicas, mineradoras, o controle energético, estradas, portos e outras para se dedicar à saúde, educação e previdência dos mais pobres, já que os menos pobres e os ricos deveriam ou buscar exclusivamente estes bens no mercado ou combinar os mínimos públicos com complementações privadas.

Isto nos alerta para o fato de que o ciclo que agora se abre não será um mero retorno do regulacionismo, muito menos a possibilidade de um Estado do Bem-estar Social como esperam os mais otimistas, mas provavelmente uma nova síntese que busque enfatizar os elementos de regulação em uma ordem monopólica e de mercado.

A crise, as contratendências e o Estado

Como vimos a crise que se expressa como superacumulação de capitais encontra sua raiz na queda tendencial da taxa de lucro causada pela irreversível tendência do capital em se acumular proporcionalmente mais em capital constante do que em capital variável. Marx (s/d, Livro 3, v. 4, cap. XIII: 241 e sgs) procura explicar o porque do caráter tendencial desta lei, ou seja, porque os ciclos de acumulação não levam a uma taxa zero de lucro que inviabilizaria o capital numa linha descendente e irreversível.

Isso se daria pelo fato que ao lado dos fatores que determinam a tendência à queda existem contratendências que agem no sentido inverso. São elas (MARX, s/d, Livro 3, v. 4, cap. XIII: 267-276):

- a) A intensificação da exploração da força de trabalho, ou seja, todos os meios que permitiriam extrair mais valor do consumo da força de trabalho, aumentando a jornada ou intensificando o trabalho;
- b) A redução dos salários de maneira a compensar a queda da taxa de lucro com um aumento da mais valia. Aqui operam desde as formas diretas até formas mais sutis e muito eficientes de utilização funcional de discriminações como as de gênero, as de etnia, as relativas às regionali-

dades ou outras para pagar menos a um ser humano do que a outro;

- c) Formação de uma superpopulação relativa, literalmente dispor ao capital mais força de trabalho do que aquela que ele de fato irá usar forçando os níveis salariais para baixo;
- d) Barateamento dos elementos do capital constante tais como novas matérias primas, insumos diversos, o custo dos elementos estruturais necessários à produção (energia, custo da construção civil, rede de transportes, custo de maquinário, etc.);
- e) Ampliação do mercado externo que é visto por Marx neste momento como apenas a ampliação de mercados para os produtos de uma economia em superprodução, ou para controlar mercados fornecedores de matérias primas. Com a passagem dos monopólios ao imperialismo (LÊNIN, 1976) esta contratendência assume uma dimensão fundamental naquilo que se denominou “exportação de capitais” que levaria a constante partilha e repartilha do planeta pelos monopólios e, depois, as nações que os representam, levando à guerra como forma incontornável desta fase superior do capitalismo;
- f) Aumento do capital portador de juros, a aplicação do capital em mercados financeiros, títulos de bancos e do tesouro público, ações e outros meios através dos quais as taxas de juros poderiam compensar a queda nas taxas de lucro levando ao que Marx denominava de autonomização da esfera bancária.

Marx produz esta análise já no livro terceiro de *O Capital*, portanto, com um olhar preciso nos mecanismos da crise. Há nas contratendências um sujeito oculto. Quem determina os patamares possíveis de exploração e os apresenta como determinações legais, seja na regulação da jornada de trabalho, seja nos níveis legais de remuneração da força de trabalho? Quem é capaz de gerir, conter, manter em condições mínimas de existência e em situação de disciplina e ordem uma superpopulação relativa cujo papel na ordem do capital é rebaixar os patamares de salário da população economicamente ocupada? Quem pode oferecer

produtos e serviços essenciais ao capital a preços abaixo dos seus valores reais? Quem pode representar o capital na disputa dos mercados externos, se necessário através da guerra? Quem pode oferecer títulos e papéis que prometem pagar juros altos e cercá-los de garantias de rentabilidade mesmo em uma economia que imbuca para a recessão e mesmo regatá-los pelo valor da alta quando experimentam desvalorizações históricas? Este sujeito oculto é o Estado.

A ordem monopólica exige que poderosas contratendências sejam permanentemente acionadas e só o Estado pode fazê-lo. Neste sentido, seja qual for a síntese que a próxima forma venha a assumir, não poderá abrir mão do Estado da mesma forma que a última, aquela que ideologicamente se apresentava como defensora da sociedade contra o Estado, não pode fazê-lo. Da mesma forma, não se abandonará a determinação do mercado (exigência de qualquer forma capitalista).

Alternativas e ideologia das alternativas possíveis

Iniciamos este artigo lembrando que a crise é o momento no qual a ideologia anuncia sua própria crise de inautenticidade e se torna mais sagrada e moral. Após o exposto podemos afirmar que é também, portanto, o momento da disputa de hegemonia, mais precisamente da possibilidade de afirmação de uma contra-hegemonia.

No momento em que as facções da ordem burguesa e seus aliados, a pequena burguesia política recém-liberal e pré-regulacionista, tentarem vender aos trabalhadores suas fórmulas salvadoras devemos estar atentos para que esta falsa polêmica não obscureça o verdadeiro consenso que já se forma: buscar mecanismos de regulação que coibam os “abusos”, combinados com as virtudes de uma sociedade de mercado. Parece-nos que na sucessão dos ciclos anteriores (de ênfase no mercado e depois no Estado) já se anunciava a propositura de uma aparente “nova” solução: a síntese entre Mercado e Estado.

Eli Diniz (1997: 176-177) descreve, de forma premonitória, esta tendência: “Esta perspectiva impõe desde logo uma ruptura com dois tipos de dicotomias que turvam as análises correntes. (...) cabe refutar a polaridade Estado-mercado”. Se for preciso evitar, continua a autora, a visão “estadocêntrica” por um lado, é preciso, por outro lado, “escapar da rigidez de-

rivada da dicotomia racionalidade governativa *versus* imperativos democráticos”. Não por acaso a dinâmica “descentralizadora, plural e competitiva” aparece descrita como características não do mercado, mas do “jogo democrático” (DINIZ, 1997: 177).

A síntese não é casual, pois representa e atualiza no campo das idéias a própria necessidade material da fase monopolista que é em si mesma unidade da concentração e centralização dos meios de produção até o monopólio sem que se supere a concorrência agora elevada à concorrência monopolista. Sempre houve síntese entre mercado e Estado, ora disfarçada pela idolatria de um ora de outro. Agora se revela a síntese como solução genial nunca descoberta. Nada mais típico da era da hipocrisia deliberada ou do que Zizek chamou de consciência cínica.

O que a cortina de fumaça ideológica, que se prepara para o ciclo que se abre, esconde é que não há apenas as opções entre mais mercado, mais Estado ou uma síntese racional e responsável entre ambos, mas a possibilidade histórica e a necessidade urgente de superar o mercado, a sociedade de classe e, portanto o Estado, ou seja, atualiza-se a proposta revolucionária socialista. Não para inscrever uma proposta política que nos agrada e que caiu da mesa de alternativas, mas porque a humanidade e a existência estão ameaçadas pela continuidade indefinida da ordem do capital. O que falta não é uma proposta na mesa de alternativas, é a entrada em cena de uma classe social que se encontra calada e sequestrada por um projeto que não é o seu.

Referências bibliográficas

ANDERSON, P. *Balanço do neoliberalismo In: SADER, E.; GENTILLI, P. (orgs). Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado Democrático.* São Paulo: Paz e Terra, 1998, p 9-23.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. *Política Social: fundamentos e história.* São Paulo: Cortez, 2008.

COUTINHO, C. N. *Marxismo e Política.* São Paulo: Cortez, 1994.

_____. *Notas sobre cidadania e modernidade In: Revista Praia Vermelha, Rio de Janeiro, N. 1, V. 1, 1997, p. 145-165.*

- DALLARI, D. A.. *Elementos de teoria geral do Estado*. São Paulo: Saraiva, 2003.
- DINIZ, E. *Crise, reforma do Estado e governabilidade*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1997.
- EAGLETON, T. *Ideologia*. São Paulo:Boitempo, 1997.
- HOBBS, T. *Leviatã*. São Paulo: Abril Cultural, 1979 (Coleção Os Pensadores).
- GORENDER, J. *Marxismo sem utopia*. São Paulo: Ática, 1999.
- GRAMSCI, A. *Concepção Dialética da História*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1978.
- IASI, M. L. *Ensaio sobre consciência e emancipação*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- _____. *As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- LOCKE, J. *Segundo tratado sobre o governo*. São Paulo: Abril Cultural, 1978 (Coleção Os Pensadores).
- LÊNIN, V. I. *El imperialismo fase superior del capitalismo*. In *Obras Escogidas*, V. 5. Moscou: Ed. Progreso, 1976.
- _____. *Cuadernos Filosóficos*. Madri: Ayuso, 1974.
- MANDEL, E. *A crise do capital: os fatos e sua interpretação marxista*. São Paulo: Ensaio/Unicamp, 1990.
- MARX, K.. *Grundrisse*. Cidade do México: Siglo Veinteuno, 1998.
- _____. *A questão judaica In: Manuscritos econômicos e filosóficos*. Lisboa: Ed. 70, 1993.
- _____. *O Capital*. Paris: Ed. La Plêiade, 1965, V. 1.
- _____. *O Capital – Livro I*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, s/d., V. 1.
- _____. *O Capital – Livro 3*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, s/d., V. 4.
- MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia Alemã*. Lisboa: Martins Fontes/Presença, 1976.
- MÉSZÁROS, I. *Para Além do Capital*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- NETTO, J. P. *Capitalismo monopolista e serviço social*. São Paulo: Cortez 2006.
- PAOLI, M. C.; TELLES, V. S. *Direitos Sociais: conflitos e negociações no Brasil contemporâneo*. In: ALVAREZ, S. et. all. (orgs). *Cultura e Política nos movimentos sociais latino-americanos*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.
- PEREIRA, Potyara A. P. *Política Social: temas e questões*. São Paulo: Cortez, 2008.
- ROUSSEAU, Jean Jaques. *O Contrato Social*. São Paulo: Cultrix, (1971).
- UGÁ, M. A. D. *Ajuste estrutural, governabilidade e democracia*. In: GERSHIMAN, S.; VIANNA, M. L. W. (orgs). *A miragem da pós-modernidade: democracia e políticas sociais no contexto da globalização*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1997.
- Artigos de imprensa:**
- BARBOSA, M. *O Mercado determina o emprego* In: *OESP*, 5 de março de 2009.
- CONTRA A MARÉ: *Fórum de Porto alegre prega valores liberais em tempo de estado forte* In: *Veja*, Ed. 2108, N. 15, São Paulo, 15 de abril de 2009, p. 86.
- COSTA, V. *Sindicato aceita redução de salário: metalúrgicos de São Bernardo fecharam acordo “sigiloso” há mais de vinte dias*. Diário do Grande ABC, São Paulo, 29 jan. 2009.
- GALLUCCI, M. *TST suspende decisão “exótica” sobre Embraer*. In: *OESP*, 5 de março de 2009.
- FUKUYAMA, F. *O liberalismo é o caminho* In: *Veja*, Ed. 2108, N. 15, São Paulo, 15 de abril de 2009, p. 17-21.

PARKER, C. Financial Times. O lado positivo da recessão curta e brutal. *Gazeta Mercantil, São Paulo*, 20 setembro 1994.

RAMON, J. Histórico entendimento *In: Revista da indústria*. São Paulo: FIESP, Setembro de 2008.

Notas

1. “O Capitalismo funciona porque ele aceita a natureza humana como ela é(...) a natureza humana – não importa o progresso material – é imutável. O capitalismo não é uma ideologia pré-elaborada. Ele nasceu espontaneamente, como consequência natural do progresso econômico da Humanidade.” (João Melão Neto – O Estado de São Paulo, 5 de março de 2009, Caderno A, p. 2.)

2. “O Estado consiste em meio para os indivíduos e demais sociedades possam atingir seus fins particulares, assim, pois, podemos concluir que o fim do Estado é o bem comum” (DALLARI, 2003:99)

3. A explosão da bolha financeira, apontada como causa da crise, é, neste sentido, apenas um exemplo da manifestação da superacumulação.

4. “Contrariamente às crise pré-capitalistas (ou pós-capitalistas) que são quase todas de penúria física de subprodução de valores de uso, as crises capitalistas são crises de superprodução de valores de troca. Não é porque há poucos produtos que a vida econômica se desregula. É porque há impossibilidade de venda de mercadorias a preços que garantam o lucro médio – isto é, porque há, portanto, muitas mercadorias – que a vida econômica se desorganiza, que as fábricas fecham as suas portas, que os patrões demitem e que a produção, as rendas, as vendas, os investimentos e o emprego caem.” (MANDEL, 1990: 169)

5. Sobre o ciclo político que se fecha com a vitória de Lula em 2002 e a natureza da inflexão conservadora que culmina no amoldamento à ordem do capital por parte do PT, ver Iasi (2006).

6. A divisão entre Estado Político e Sociedade Civil, ainda que essencial na ordem moderna, não

faria sentido nos termos da antiguidade clássica a não ser numa conferência de tradutores gregos e romanos ou em um encontro de gogos, uma vez que Polis e Civis são duas expressões para designar o mesmo fenômeno – a vida associada na Polis grega ou na Civita romana.

7. Diziam Marx e Engels (1967:101) que não basta a produção crescente da miséria, o processo exige para que se complete um ingrediente essencial:”Só quando (esta crise) engendra o proletariado como proletariado, a miséria consciente de sua miséria espiritual e física, consciente de sua desumanização e, portanto, como desumanização que se supera a si mesma”.

8. Os diferentes tipos de regulação estão diretamente ligados à correlação de forças expressa na luta de classes e ao papel que cada formação social tem na divisão internacional do trabalho sob a ordem imperialista. Na Europa *Welfare State*, na América Latina, ditaduras.

* **Mauro Luis Iasi** é Doutor em sociologia (USP) Professor Adjunto do Departamento de Política Social e Serviço Social Aplicado da Escola de Serviço Social da UFRJ.
mauroiasi@hotmail.com

“Economia de mercado” ou capitalismo oligopólico-financeiro?*

Samir Amin *

Fórum Terceiro Mundo

“Economia de mercado” ou capitalismo oligopólico-financeiro?*

Resumo: O presente artigo contradiz o mito de que o capitalismo contemporâneo é governado pelas leis do mercado, feitas de acordo com a livre iniciativa privada dos agentes econômicos. No capitalismo atual, esta tese é uma farsa completa. Ela revela uma caracterização teórica e histórica da atual fase do capitalismo, intitulada de financeirização do sistema, que nada mais é do que uma expressão da nova política econômica dirigida pelos interesses do capital oligopólico-financeiro. Tal conceitualização do capitalismo oligopólico-financeiro, no qual um reduzido grupo de conglomerados empresariais comanda o mercado mundial, é baseada nas razões sociais e políticas do domínio das altas finanças frente aos outros grupos e classes sociais, inclusive dos Estados nacionais. Por fim, o artigo discute o perigo iminente e a crescente crise econômica e política gerada pela financeirização do sistema, ressaltando a insustentabilidade do capitalismo e as possibilidades revolucionárias abertas pelas crises.

Palavras-chaves: Economia. Mercado. Capitalismo.

“Market economy” or oligopolistic-financial capitalism?

Abstract: This paper contradicts the myth that contemporary capitalism is governed by market forces, made in accordance with the free of private economic agents. In current capitalism, this thesis is a complete farce. It reveals a historical and theoretical characterization of current capitalism, named financialization system or, in another words, an expression of the new economic policy governed by the interests of capital and financial oligopoly. This conceptualization, in which a small group of conglomerates leads the world market, is based upon social and political reasons of high finance in relation to another social groups and classes, including nation states. Finally, the paper discusses the imminent danger and increasing economic and political crisis generated by financialization system, highlighting the unsustainability of capitalism and the revolutionary possibilities opened by the crisis.

Keywords: Economy. Market. Capitalism.

Recebido em 06.04.2009. Aprovado em 02.06.2009.

Mitologia do mercado e realidade capitalista

Capitalismo e economia de mercado não são sinônimos, como o discurso político dominante e economistas convencionais uma vez acreditaram. A característica específica do capitalismo como um sistema é que ele é baseado na propriedade privada dos meios de produção; uma propriedade que, por definição, é de uma minoria privilegiada. Esta propriedade privada (com exceção da propriedade de terras) tomou a forma dos direitos exclusivos sobre equipamentos importantes associados com tecnologias de produção modernas, desde a primeira revolução industrial no fim do século XVIII até os dias de hoje. A maioria dos não-proprietários é, portanto, obrigada a vender sua força de trabalho: o capital emprega o trabalho; o trabalho não tem livre uso dos meios de produção. A divisão burguesia/proletariado define o capitalismo; o mercado é simplesmente a forma gerencial da economia social do capital.

Esta definição coloca a especificidade do capitalismo não “dentro do mercado”, mas “além do mercado”, no “monopólio” que a propriedade privada representa. Para Marx, e depois dele Braudel, e até mesmo Keynes, em certa medida, este era um simples fato banal. Entretanto, hoje, a ideologia dominante finge ignorar esta importância decisiva, substituindo ideologicamente a noção abstrata do “mercado”.

A própria burguesia evoluiu ao longo do desenvolvimento do capitalismo. Mesmo que esta classe tenha sempre exercido coletivamente poder econômico, social e político dominante em todos os estágios da história moderna, permitindo a sua reprodução e desenvolvimento, ela também tem sido fortemente hierarquizada dentro de si. Tem sempre existido, deste modo, facções dessa classe que governam os estratos dominantes do sistema econômico. Essas facções foram, às vezes, capazes de exercer poder hegemônico sobre toda a classe, e nestes casos, arrecadaram com o excedente coletivo produzido pela exploração do trabalho uma decisiva “renda do monopólio”. Aparentemente, essa cobrança é produzida por mecanismos de mercado. Mas, isto é só uma aparência, sendo o monopólio social e político em si mesmo o verdadeiro meio pelo qual esta arrecadação de recursos acontece.

Sob certas condições, o poder desse monopólio foi reduzido pela intervenção política do “médio” (ou mesmo “pequeno”) estrato de donos de propriedades, com o resultante aparecimento de uma maior aliança burguesa, exigida pela, entre outras coisas, necessidade de encarar o desafio das classes populares. Tem, até mesmo, sido o caso em alguns períodos nos quais a busca por uma aliança mais ampla para estabilizar o sistema deu origem, a título temporário, a um “compromisso social capital/trabalho” menos desfavorável aos trabalhadores. Este foi o caso do capitalismo do Estado de bem-estar social depois da Segunda Guerra Mundial. Isto é importante para situar conflitos políticos e sociais dentro de condições específicas pertencentes a cada fase da história concreta do capitalismo realmente existente. As características específicas de uma determinada fase são os produtos complexos da transformação interna do sistema produtivo (tecnologias, graus de descentralização do capital, etc.) e do balanço específico ao momento sob consideração das forças sociais e políticas.

O estrato dominante do capital deveria ser caracterizado como “capital oligopólico-financeiro”, não no sentido de referir-se aos capitalistas operando no setor financeiro do sistema (bancos e outros), mas no sentido de capitalistas tendo acesso privilegiado ao capital necessário para o desenvolvimento de suas atividades, o que pode concernir vários setores da economia (produção industrial, comercialização, serviços financeiros, pesquisa e desenvolvimento). Esse acesso privilegiado lhes dá uma autoridade específica e poderosa na formação dos mercados, que eles regulam por causa dos lucros. É especificamente este grupo oligopolista da burguesia que, na fase atual, domina o mercado financeiro (particularmente, as taxas de juros) e a economia global (particularmente, as taxas de câmbio). Ele comanda os investimentos decisivos nos setores dominantes da economia: investimentos estrangeiros, grande comércio internacional de *commodities* básicas, pesquisa de alta tecnologia e fusões.

O poder do capital oligopólico-financeiro é tamanho que entra em competição com e contrapõe seus próprios interesses ao Estado – o representante coletivo do capital e gerenciador do bloco social hegemônico. É este bloco social hegemônico sob a direção do Estado que garante a valorização e acumulação do capital. Foi este bloco, além

disso, que sob determinadas circunstâncias (as do Estado de bem-estar social) foi tão longe a ponto de considerar as necessidades do compromisso capital/trabalho.

Em algumas circunstâncias, o Estado intervém para restringir os poderes das altas finanças. Ele pode dar a si mesmo os meios de regular os mercados financeiros. O Banco Central, então, exerce autoridade decisiva, determinando as taxas de juros, controlando as relações estrangeiras através do poder de variar os patamares das taxas de câmbio, etc. O Estado, às vezes, vai além, impondo sua tutela sobre a pesquisa e decisões referentes a investimento maiores. Estas práticas podem ir além da mera regulação do gasto e endividamento públicos, e as chamadas políticas monetárias. O Keynes maduro empenhou-se em encorajar tais práticas.

Mas em outras circunstâncias, tais como o neoliberalismo da atualidade, altas finanças são bem sucedidas em domesticar o Estado e reduzi-lo ao status de um instrumento a seu serviço. As questões das privatizações sem limites, “desregulamentação” do mercado (entendida como a abolição das intervenções reguladoras estatais, abdicando à alta finança o controle dos mercados), e a retirada estatal são, então, orquestradas e organizadas num eficaz agrupamento doutrinário e ideológico.

Nós estamos vivendo numa era deste tipo. A razão para esta evolução não reside nas transformações objetivas do sistema produtivo relacionadas à concentração e centralização do capital, as revoluções tecnológicas atuais, etc. Estas transformações são, é claro, reais e expressam o seu poder na maneira na qual a autoridade de comando das altas finanças é exercida. Mas, essencialmente, razões políticas e sociais estão na origem da abertura genuína do balanço de forças que permitiu o controle direto do Estado pela alta finança. Aqui devemos olhar para a erosão e exaustão das formas de regulação da reprodução econômica e social típica do período imediato do pós-Segunda Guerra Mundial. Essas formas – o Estado de bem-estar social no ocidente desenvolvido, a existência do socialismo no bloco oriental, populismos nacionais no terceiro mundo – ditaram tanto as relações sociais dentro das três constelações geopolíticas sob consideração, como as suas relações internacionais. Esse capítulo da história ficou para trás. A exaustão – ou até mesmo o colapso – dos sistemas do pós-guerra

reverteram o balanço de forças para a direta vantagem do capital, e as altas finanças se viram capazes de apreender os lugares de comando.

Financeirização e poder

O que é chamado de “financeirização do sistema” não é nada além da expressão da nova política econômica governada pelos interesses do capital oligopólico-financeiro. Nós devemos a melhor análise dessa estratégia – porque é uma estratégia, não um “requisito objetivo” da alta finança – a François Morin (*Le nouveau mur de l'argent* [Seuil, 2006]). Eu vou definir os pontos essenciais de sua análise.

Existe um grande oligopólio, composto por cerca de dez bancos internacionais líderes (seguidos por cerca de vinte outros de menor capacidade), uma rede de investidores institucionais (fundos de pensão e fundos de investimento coletivos, entre outros) administrados por subsidiários ou associados desses bancos, companhias de seguro e grupos de firmas maiores também, em grande medida, associadas com os bancos dominantes. Este oligopólio financeiro é o efetivo chefe dos cinquenta ou cem maiores grupos financeiros, industriais, do agronegócio, comerciais e de transporte.

O oligopólio não é governado pelas leis da “competição”, mas por uma mistura de acordos oligopolistas e competitivos – freqüentemente chamada “consenso” – que é, em si, instável no sentido de que um momento dominado pelo consenso (tal como o nosso) pode ser seguido por um momento de concorrência feroz. Isto poderia tomar a forma de conflito entre Estados já que, apesar de cada uma das unidades que compõe o oligopólio operar num terreno transnacional da economia mundial, cada um mantém domínio nacional pela aderência de sua alta administração à burguesia de um determinado Estado.

O quase-monopólio que isto representa permitiu às altas finanças da Tríade (Estados Unidos, Europa e Japão) assumir o controle do mercado financeiro globalizado, desempossando os ministros das finanças e os bancos centrais de suas funções como autoridades capazes de determinar taxas de juros por sua própria decisão. Na fase precedente do capitalismo (o período do pós-guerra) as políticas estatais, por meio dos bancos centrais, determinaram o objetivo de manter as taxas de juros ge-

ralmente negativas em termos reais (abaixo da taxa de inflação). Decisões de investimento em grande medida liberadas das estruturas de endividamento financeiro, eram administradas diferentemente e por outros meios: a expansão do volume de atividades e produção de uma firma por meio de autofinanciamento, acesso aos empréstimos bancários frequentemente públicos), e assistência estatal. É dito, hoje em dia, que esses meios não permitiram “alocação ótima do capital”. O que as autoridades econômicas têm cuidado para não dizer é que o sistema que substituiu este – o controle dos mercados pelas altas finanças – não é mais capaz de garantir esta fabulosa alocação ótima. Em todos os casos este é um conceito falso, uma dedução de uma doutrina (ela própria disfarçada de teoria) que defende as propriedades atribuídas a um “mercado” abstrato. A teoria deste mercado generalizado abstrato é de um capitalismo imaginário substituído por um capitalismo existente de verdade.

As altas finanças dominantes então se definiram um objetivo – que têm atingido – de determinar as taxas de juros num alto nível positivo (real). O alvo é, através do controle do mercado financeiro exercido por esse oligopólio, impor uma cobrança significativa no excedente (o valor ganho – aproximadamente, PIB menos salários e outras remunerações do trabalho) para beneficiar as altas finanças. Esta cobrança não garante, minimamente, uma alocação ótima do capital como a economia tradicional simula. Além disso, de maneira alguma, garante crescimento econômico máximo, mas sim, o exato oposto; é uma fonte primária da relativa lentidão da economia produtiva. Nós sabemos que as taxas atuais de crescimento estão em níveis que dificilmente atingem metade dos níveis da fase precedente do Estado de bem-estar social.

As ambições das altas finanças não se restringem ao controle dos mercados nacionais; elas almejam estabelecer sua dominação em escala mundial. “Globalização” não é nada além da estratégia de conquista implementada para este fim. Interpenetração entre os mercados financeiros dos parceiros da Tríade, alcançada por meio da abolição dos controles de fluxos financeiros e adesão ao princípio da flutuação das taxas de câmbio, foi o produto das decisões alcançadas através de um consenso que funciona dentro do oligopólio das altas finanças da Tríade.

Reciprocamente, a intervenção crescente dessas altas finanças nos países do Sul foi imposta em Estados mais ou menos relutantes, por, entre outros, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), como instrumentos do imperialismo coletivo da Tríade. Os meios da conquista foram: (1) dívida, (2) promessas de abertura dos mercados do Norte para os produtos do Sul (proposta raramente materializada), e (3) a abertura das contas de capitais nacionais para as altas finanças e submissão aos mercados de taxas de câmbio pseudo flutuantes. Intervenções das altas finanças nesses mercados de taxas de câmbio pseudo flutuantes praticamente dizimaram os recursos dos Estados nacionais do Sul e permitiram às finanças transnacionais determinar as taxas de câmbio que maximizam suas arrecadações da produção na periferia.

Alguns indicativos financeiros, emprestados de François Morin, dão uma idéia da extensão da dominação da nova plutocracia financeira da Tríade sobre a economia mundial.

Tabela 1. Tabela sintética	
(quantias em trilhões de dólares, 2002)	
transações de bens e serviços (PIB mundial)	32,3
transações cambiais	384,4
transações cambiais para comércio internacional	8,0
transações de instrumentos financeiros derivativos	699,0

Os números acima, é claro, não são estritamente comparáveis (esta é a razão para a separação entre o PIB mundial e as transações financeiras mundiais.) Transações financeiras cambiais (somente uma porção muito pequena relatada no comércio internacional) e transações de instrumentos financeiros derivativos são apresentadas em termos nominais. Elas não têm relação clara com a contabilidade do PIB mundial. Mas o nanismo das transações associadas com o PIB mundial pelas transações financeiras mundiais é, no mínimo, intuitivamente óbvio pela exposição acima.

Transações de bens e serviços (PIB mundial) representavam 3% das transações monetárias e financeiras em 2002. Transações relativas ao comércio internacional ascenderam a quase 2% das

transações cambiais. Acordos de compra e venda de ações e de títulos em mercados organizados (operações supostamente apontando para a excelência dos mercados de capitais) foram apenas 3,4% dos acordos monetários! É a transação de cobertura dos produtos – feita para cobrir riscos dos operadores – que “literalmente explodiram”. Morin – legitimamente – chama a nossa atenção para esse fato principal.

Catástrofe financeira eminente

A “financeirização” da economia mundial descrita na seção anterior (retirada de Morin) não é por si só nem o meio de garantir melhor alocação dos recursos, nem o meio de encorajar o crescimento, como eu havia estabelecido. Mas, é, no mínimo, “viável” no sentido restrito de ter a vantagem de reduzir o risco da catástrofe financeira?

Morin demonstra que isto é em grande medida ilusório. Altas finanças inventaram, de fato, meios que permitem operadores dos mercados financeiros se protegerem, individualmente, de muitos dos riscos em consideração. A invenção dos “instrumentos financeiros derivativos”, dos quais as técnicas numerosas e complexas são só conhecidas por estes operadores, parcialmente responde a esta necessidade. Essa invenção estimulou fluxos financeiros na escala mencionada acima. A razão das operações de cobertura para a produção e o comércio internacional foi 28 para 1 em 2002 – uma desproporção que estava crescendo constantemente por cerca dos últimos vinte anos e que nunca antes havia sido testemunhada na história do capitalismo. Mas a aparente redução de risco para capitais individuais transformou-se em um aumento do risco coletivo, que por fim, impacta as unidades individuais do sistema. O indicador de crescimento deste risco é dado pela expansão incessante do setor financeiro, o volume que foi multiplicado por dez na década 1993-2003.

Em face do crescente risco de uma crise financeira mundial de escala incontrolável, as políticas econômicas e sociais executadas pelos Estados, em sintonia com a dominação das altas finanças, são de transferência do risco do capital para o trabalho. Aqui, mais uma vez, os meios são conhecidos: a reconstrução de um exército de reserva

de desempregados, insegurança do emprego, a redução dos direitos dos trabalhadores e benefícios sociais, e a substituição de pensões indexadas por vários esquemas de investimento financeiro. Estes meios são acompanhados por uma política de pseudo-solidariedade entre os setores da classe média, empregadores em geral, e altas finanças. A promoção das poupanças na forma de mercados de ações privadas e títulos visa criar esta aparente solidariedade. Uma “teoria” do capitalismo patrimonialista – um capitalismo que seria, de alguma forma, propriedade de todos – foi construída para dar credibilidade e legitimidade aparentes à transferência, desproporcionalmente, do risco para “pequenos acionistas” e trabalhadores.

O sistema em consideração, visto globalmente, se apresenta como um majestoso ídolo, mas com pés de barro. Ele certamente desmoronará. Mas como? Como o efeito de quais grandes causas? Para o benefício de qual alternativa?

A instabilidade financeira – sempre inesperada quando ocorre – não constitui, na minha visão, a maior razão da insustentabilidade do sistema. O sistema é insustentável por outras razões de natureza social e política. As políticas que acompanham a dominação das necessidades das altas finanças levam a um crescimento indeterminado da desigualdade de renda. Além das consequências estritamente econômicas de uma evolução nesta direção, que é constante e permanente – isto é, a tendência à estagnação do crescimento por falta de demanda efetiva – o modelo do capital oligopólico-financeiro é socialmente intolerável e, provavelmente, será intolerável também politicamente. No nível global, o sistema leva a uma polarização acentuada, tendência permanente à dependência dos países do Sul ditos “emergentes” (China, Índia, Sudeste asiático, e América Latina) e a destruição (quase genocídio) dos países ditos “marginalizados” (em particular, a África), atingindo os povos que se tornaram inúteis para a acumulação de capital, e onde somente os recursos naturais (petróleo, minérios, madeira, e água) interessam ao capital dominante. Há todas as razões para pensar que os conflitos sociais e políticos em todas as regiões do mundo, tanto o Norte como o Sul, e os conflitos internacionais (Norte contra Sul), devem levar ao fim da atual dominação das altas finanças.

Plutocracia das altas finanças e poder monopolista

O atual capitalismo realmente existente não é mais o que conhecíamos há três décadas. Nós atingimos, hoje, uma fase de centralização do capital sem comparações com os padrões que caracterizavam o capitalismo histórico durante os cinco séculos do seu desenvolvimento.

Monopólios, de fato, sempre existiram, desde a origem da era mercantilista (companhias licenciadas), passando pelo século XIX, dominado pela industrialização generalizada (no setor financeiro – as “200 famílias” na França), até o final do século XIX, com a emergência dos gigantes “monopólios” corporativos (como descrito por Hobson, Hilferding e Lênin). Mas, por mais decisivo que a sua intervenção no campo econômico tenha sido para a evolução do sistema – e ele sempre foi – o capitalismo, como um todo, foi organizado sob a forma de milhões de companhias industriais e comerciais de médio porte e camponeses. Fazendeiros ricos eram regulados pela multiplicidade de mercados (que, sem serem “puros e perfeitos”, eram, no entanto, mercados genuinamente competitivos) que, em grande medida, escapavam às intervenções dos monopólios. Monopólios operavam em determinados setores reservados (grande comércio mercantilista, financiamento estatal, comércio internacional de *commodities* básicas, grandes empréstimos internacionais, e depois, alguns setores importantes do comércio e da produção industrial em massa, bancário e de seguros). Estas áreas privilegiadas com o poder monopolista eram, em grande medida, nacionais, apesar das suas expansões além das fronteiras. Essa situação deu verdadeira eficácia às políticas estatais na administração da economia como um todo.

O capitalismo hoje é totalmente diferente. Um punhado de oligopólios ocupa sozinho todos os estratos dominantes na condução dos negócios nacionais e globais. Estes não são oligopólios estritamente financeiros, mas “grupos” nos quais as atividades produtivas da indústria, do agronegócio, comércio, serviços e, é claro, atividades financeiras, aderem. As finanças controlam primeiramente no sentido de que o sistema é globalmente “financeirizado”, ou seja, dominado pela lógica financeira. É um “punhado” de grupos: cerca de trinta grupos gi-

gantescos, uma centena de outros, e não mais. Neste sentido, pode-se falar em “plutocracia”, mesmo que essa palavra possa preocupar quem lembre seu uso abusivo pelos demagogos do fascismo.

Este grupo plutocrático domina a globalização atual que, de fato, se formou (para não dizer “construiu”) para se adequar aos seus próprios interesses limitados. Ela substitui a antiga “divisão (desigual) internacional do trabalho”, baseada no contraste centro/periferia, por uma geografia financeira, isto é, uma integração dos “territórios” transnacionais. Esta geografia é o produto das estratégias dos grupos sob consideração, e não uma “realidade” externa a elas. Ela tem a forma, por sua vez, do que aparece como “comércio internacional” e do que se transformou em realidade e, em crescentes proporções, uma transferência de riqueza em benefício de certos grupos plutocráticos. A mudança de localização, como analisado por C. A. Michalet em suas várias formas (*La mondialisation, la grande rupture* [La Découverte, 2007]), constitui as formas dessa transformação do mundo.

Essa mesma plutocracia governa os mercados financeiros globalizados, e é, em grande medida, capaz de determinar as taxas de juros que lhe permite operar em função de sua melhor vantagem, constituindo uma arrecadação maciça do valor produzido pelo trabalho social – como os diferenciais nas taxas de câmbio servem também, em ampla medida, ao seu propósito (ver F. Morin, já referido, no qual esta discussão é largamente inspirada).

Neste contexto, milhões de companhia privadas, ditas de médio porte, (e até mesmo, muitas das “grandes”) e os fazendeiros capitalistas não desfrutam mais de verdadeira autonomia em suas decisões. Eles são um tanto forçados, permanentemente, a se adaptarem às estratégias impostas pela plutocracia. Essa situação é nova, qualitativamente diferente da que caracterizou o capitalismo histórico nas fases anteriores do seu desenvolvimento. O mercado evocado por economistas tradicionais não existe mais. É agora uma farsa completa.

Essa análise não é simplesmente minha; é amplamente compartilhada entre aqueles analistas críticos que se recusam a se alinhar com o discurso da economia convencional dominante. A questão, que em minha opinião, merece ser posta no centro de nossa discussão é, então, saber se essa transformação é “final” ou, pelo contrário, “insustentável”. A

resposta para essa pergunta envolve questões fundamentais para nós.

Alguns – talvez muitos – consideram esta transformação como final, mesmo se é “desagradável”. A única coisa possível é se ajustar, na melhor das hipóteses, dobrar seu movimento para dar algum espaço para novas considerações sociais, mas nada além. A dominação contínua das estratégias dos grupos em consideração, o enfraquecimento dos Estados em face da globalização global, deve ser aceito. Isto, em seu cerne, é a perspectiva dos social-democratas que se transformaram em social-liberais. Alguns até vêem nesta mudança uma transformação “positiva”, que por si só, representa um futuro melhor. É sustentado que ou o capitalismo constitui um horizonte intransponível (um conceito que subjaz a opinião social-liberal), ou que superará a si mesmo através do seu próprio movimento globalizante (nós reconhecemos aqui Negri). Ambas as perspectivas se reduzem à mesma coisa: não há necessidade de agir contra a transformação em consideração. Adeus socialismo, uma utopia ultrapassada do século XIX. Adeus Marxismo.

Solidariedade entre todos os trabalhadores do planeta

A minha análise se distancia desta visão. A transformação atual comprova o estágio obsoleto (“senil”) que o capitalismo atingiu; não porque se tornou o inimigo de toda a humanidade (e deve, portanto, ser derrubado através de ação política consciente, se quisermos escapar do pior), mas também porque essa transformação é insustentável. Isto é para ser entendido não tanto no sentido que a regulação imposta pelos grupos da plutocracia falha em reduzir o “risco” de um colapso financeiro, mas, no entanto, no sentido de que eles, inevitavelmente, o agravam. Num senso político geral, a sua regulação é insuportável: socialmente, para as classes proletárias de todas as regiões do mundo; politicamente, para os povos, nações e Estados da periferia (em particular, nos países ditos “emergentes”). O retorno de um Estado afirmativo não deve ser, portanto, excluído como uma possibilidade (até mesmo uma probabilidade).

O maior paradoxo, para mim, é que estas visões que se identificam como sendo sinceramente democrática, não percebem a contradição escanda-

losa entre a governança do mundo pela plutocracia agora em curso e os princípios fundamentais da democracia. De fato, o novo capitalismo plutocrático dos oligopólios financeiros é o inimigo da democracia, privando-a de todo conteúdo substantivo. A atual desconstrução da democracia burguesa está sendo buscada de uma maneira perfeitamente sistemática pela classe política líder, em particular em um “projeto” europeu, que foi forjado por seus fundadores, o primeiro dos quais foi Monnet, para este mesmo propósito. O discurso do “indivíduo como o sujeito da história” é uma mera fachada e uma legitimação da prática antidemocrática. Deveria ter sido imediatamente óbvio que estas estruturas econômicas administradas por grupos agora tomados pelo capital oligopólico-financeiro, de fato, constituem “bens sociais” verdadeiros, isto é, deveriam ser “propriedade da nação”, e administrado por ela. Nossos autodenominados democratas supostamente representantes dos interesses dos que estão na parte inferior da hierarquia social, correm para substituir a administração privada – como se os poderosos interesses financeiros realmente respeitassem a santidade da propriedade não possuída por eles. Não é uma ilusão pensar que a administração destas estruturas poderia ser assumida por um coletivo de pequenos acionistas? Nós estamos tão crédulos a ponto de engolir a crença na eficácia superior da administração privada e no destino burocrático fatal do Estado – como se a sua realidade fosse o capitalismo racional de Weber?

A realidade deveria abrir os olhos desses democratas ingênuos. Pode a sua admiração pelos grandes inovadores (Rockfeller no passado, Bill Gates hoje) fazer com que esqueçam que a maioria dos plutocratas são herdeiros? Por que racionalidade social eles deveriam dispor de poderes tão exorbitantes? Não existe uma “burocracia privada” que não é necessariamente menos esclerótica que a do Estado? Não existe um Estado que também tenha grandes inovadores (Colbert no passado, hoje os engenheiros que colocaram a empresa de propriedade pública SNCF [Companhia Nacional Ferroviária Francesa] na vanguarda das companhias ferroviárias do mundo todo?

No entanto, democratas genuínos deveriam entender que o grau atual de concentração de capitais demanda a sua socialização. É verdade que os termos nos quais os trabalhadores participarão

na administração da economia nacional ainda devem ser inventados. É verdade que a socialização democrática fora do mercado não precisa excluir (ainda, por muito tempo) a iniciativa e a propriedade de milhões de pequenas e médias empresas. A socialização dos estratos comandantes criaria as condições para uma verdadeira economia de mercado para empresas tão pequenas e médias. Diversas formas de administração podem ser inventadas: propriedade privada, mas também cooperativas de trabalhadores (a cooperativa Lip, na França, de fato, demonstrou sua eficiência; seu “fracasso” foi um assassinato planejado e malicioso cometido por um Estado de um modelo perigoso), permitindo a emergência de formas de socialização além dos limites do capitalismo de mercado.

O obstáculo para este futuro possível e necessário está completamente situado na cultura política dominante, sob a forma de Americanização da Europa atualmente em curso. Análises críticas dessa correnteza da ideologia e da política não faltam; análises que focam nas muitas facetas da degradação em curso, e que apontam para a emergência de “um novo mundo” pior que o que conhecemos. Negri ignora essas análises. Seu “otimismo por decreto” é feito para justificar a não-ação.

A multiplicidade de conflitos que estão destinados a ocorrer como resultado da contínua ditadura do capital financeiro está em curso, com os povos e Estados do Sul liderando o caminho em oposição à lógica da governança plutocrática globalizada. A este respeito, a oposição do Sul provavelmente crescerá muito mais rápido que a oposição dos povos à Tríade imperialista. Por isso, eu imagino que as primeiras explosões ocorrerão no Sul; nós já podemos vê-las, não obstante, de diversas formas, ocorrerem na América Latina por um lado, e na Ásia, por outro.

Esta última observação não é de um “militante terceiro-mundista”. No entanto, é uma das chamadas internacionalistas para a solidariedade entre trabalhadores do mundo. Quanto mais a solidariedade for reforçada, melhores serão as oportunidades oferecidas como avanços revolucionários tanto no Sul, quanto no Norte.

Referências Bibliográficas

MICHALET, C. A. *La mondialisation, la grande rupture* La Découverte, 2007.

MORIN, François. *Le nouveau mur de l'argent*. Seuil, 2006.

Notas

* Texto originalmente publicado na revista *Monthly Review*, abril de 2008, cujos direitos autorais foram cedidos pelo autor, especialmente para a revista *Praia Vermelha*. Elaboração de resumo e palavras-chave, Rodrigo Castelo Branco. Tradução de Carla Curty.

* **Samir Amin** é diretor do Fórum do Terceiro Mundo em Dakar, Senegal. Seus livros recentes incluem “The liberal virus: permanent war and the americanization of the world (2004) e “The world we wish to see: revolutionary objectives for the twenty-first” (2008), ambos publicados pela editora *Monthly Review Press*. Esta é uma tradução de um capítulo do livro *Du capitalisme a la civilisation*, publicado, em 2008, pela editora *Syllepse*, em Paris.

samir.amin@wanadoo.fr

A crise atual do capitalismo: crise cíclica ou estrutural ?

Maria Helena Rauta Ramos *

EMESCAM/ES

A crise atual do capitalismo, crise cíclica ou estrutural?

Resumo: Este trabalho tem por objetivo examinar a concorrência entre capitalistas, para a obtenção de maior taxa de lucro, e a conseqüente corrida para aumentar a produtividade social do trabalho. Nesse sentido, primeiramente expomos a lei da queda da taxa de lucro, os mecanismos usados pelos capitalistas para se contrapor a essa queda e tratamos da crise contemporânea do capital a partir da perspectiva marxista e seus efeitos sobre a classe trabalhadora. Enfatizamos a precariedade das relações de trabalho e desemprego de grandes massas humanas e introduzimos a concepção de Mandel sobre crise estrutural, diferenciando-a das crises cíclicas. Em outro momento, apresentamos a contribuição de Mészáros sobre a crise atual, “crise estrutural do sistema do capital”, seu caráter universal e o alcance global. Por fim, expomos a posição defendida por autores tradicionais, representantes da tese da liberdade do mercado, tais como Soros e Krugman, defendendo a intervenção do Estado na economia diante da crise atual.

Palavras-chave: Crise do capitalismo. Relações de trabalho Economia de mercado.

The current crisis of capitalism: cyclical or structural one?

Abstract: This work aims to examine the competition between capitalists to obtain higher profit rates and the consequent rush to increase the social productivity of labor. In that sense, we first expose the law of falling profit rate, the mechanisms used by capitalists to counter that fall and, then, discuss the contemporary crisis of capital from the marxist point of view and its effects on the working class. We stress the precariousness of labor relations and the unemployment of immense human masses to introduce Mandel’s conception of structural crisis. After that, we explain Mészáros’ approach to the current crisis, as “the structural crisis of capital”, its universal character and its global reach. Finally, we expose the position of traditional authors, representatives of the argument of market freedom, such as Soros and Krugman, defending State intervention in the economy before the current crisis.

Keywords: Capitalism crisis. Labor relations. Market economy.

Recebido em 17.03.2009. Aprovado em 12.05.2009.

Introdução

Partindo da discussão de processo de trabalho na sociedade capitalista, como extração de mais-valia, examinamos a concorrência entre capitalistas para a obtenção de maior taxa de lucro e a conseqüente corrida para aumentar a produtividade social do trabalho, com a introdução de inovações tecnológicas, elevando a composição orgânica do capital. Nessa direção, expomos a lei da queda da taxa de lucro, os mecanismos usados pelos capitalistas para se contrapor a essa queda.

Tratamos da crise contemporânea do capital, recorrendo primeiramente a Marx, e seus efeitos sobre a classe trabalhadora, em termos de precariedade das relações de trabalho e desemprego de grandes massas humanas. Em seguida, introduzimos a concepção de Mandel sobre crise estrutural, diferenciando-a das crises cíclicas. Completamos a discussão com a contribuição de Mészáros, sobre a crise atual, “crise estrutural do sistema do capital”, seu caráter universal e alcance global, porque se estende numa escala de tempo extensa e se manifesta de forma rastejante. Clarificamos o papel do Estado no sentido de assegurar, em níveis elevados, a lucratividade dos grandes monopólios. E para finalizar, expomos a posição defendida por autores tradicionais, representantes da tese da liberdade do mercado, como Soros e Krugman, defendendo diante da crise atual a intervenção do Estado na economia.

O processo de trabalho na sociedade capitalista: processo de extração de mais-valia

Distinguindo-se de pensadores sociais de sua época, que explicavam o mundo da produção a partir de categorias naturais e supra-históricas (vazias de conteúdo), Marx pensou a produção material, objeto central de sua pesquisa, como processo de relações sociais construído social e historicamente. Para Marx,

[...] até as categorias mais abstratas – precisamente por causa de sua natureza abstrata – apesar de sua validade para todas as épocas, são, contudo, na determinidade dessa abstração, igualmente produto de condições históricas, e não possuem plena validade senão para essas condições e dentro dos limites destas (MARX, 1982: 17).

Gorender lembra que, de acordo com Marx, “Cada época tem categorias específicas e, por isso, as chamadas determinações gerais da produção, se abstraídas das categorias específicas, se reduzem a tautologias” (GORENDER, 1982: XI). Ou seja, “[...] as chamadas condições gerais de toda produção não são outra coisa senão esses fatores abstratos, os quais não explicam nenhum grau histórico efetivo da produção” (MARX, 1982: 6).

Já em sua crítica ao método dos economistas¹, Marx, chamando-os de “economistas vulgares”, ele se refere ao limite do resultado de seus estudos: um “[...] certo número de relações gerais abstratas que são determinantes, tais como a divisão do trabalho, o dinheiro, o valor etc. [...]. Mas esse não é de modo nenhum o processo da gênese do próprio concreto” (MARX, 1982: 14). Marx pensa a sociedade capitalista como

[...] a organização histórica mais desenvolvida, mas diferenciada da produção. As categorias que exprimem suas relações, a compreensão de sua própria articulação, permitem penetrar na articulação e nas relações de produção de todas as formas de sociedade desaparecidas, sobre cujas ruínas e elementos se acha edificada, e cujos vestígios, não ultrapassados ainda, leva de arrastão desenvolvendo tudo que fora antes apenas indicado que toma assim toda a sua significação (MARX, 1982: 17).

Em *O capital*, encontramos uma das poucas referências ao método científico usado por Marx em sua pesquisa:

Refletir sobre as formas da vida humana e analisá-las cientificamente é seguir a rota oposta à do seu verdadeiro desenvolvimento histórico. Começamos depois do fato consumado, quando estão concluídos os resultados do processo de desenvolvimento. As formas que convertem os produtos do trabalho em mercadorias, constituindo pressupostos da circulação das mercadorias, já possuem a consistência de formas naturais da vida social, antes de os homens se empenharem em apreender, não o caráter histórico dessas formas, que eles, ao contrário, consideram imutáveis, mas seu significado. [...] É, porém, essa forma acabada do mundo das mercadorias, a for-

ma dinheiro, que realmente dissimula o caráter social dos trabalhos privados e, em consequência, as relações sociais entre os produtores particulares, ao invés de pô-las em evidência [...] (MARX, 2003a: 97).

Formas dessa natureza constituem as categorias da economia burguesa. São formas de pensamento socialmente válidas, portanto, objetivas, ajustadas às relações desse modo de produção historicamente definido, a produção de mercadoria (MARX, 2003a: 97).

Marx extraiu suas categorias da análise histórica de seu objeto. Tais categorias “[...] devem ser compreendidas num duplo sentido: ontológico e reflexivo (ou intelectualivo)”.

Elas são *ontológicas* na medida em que têm existência real, histórico-concreta: elas são formas, modos de existência do ser social, que funcionam e operam efetivamente na vida em sociedade, independentemente do conhecimento que tenham os homens a seu respeito. Quando, através da reflexão, do pensamento racional, da análise teórica, os homens tomam consciência delas, conseguindo apreender a sua estrutura fundamental (a sua *essência*) a partir da visibilidade imediata que apresentam (a sua *aparência*) – quando, enfim, é possível reproduzi-las, no seu dinamismo e nas suas relações, através de meios conceituais, então elas aparecem como produto do pensamento, tomando a forma de categorias *reflexivas* (NETTO & BRAZ, 2006: 54-55).

A explicitação das categorias teóricas e de leis do movimento tendencial da sociedade capitalista, enunciadas por Marx, contribuem para o exame da atual crise do capital. Começamos pela concepção do processo de trabalho. Em Marx, “*A utilização da força de trabalho é o próprio trabalho. O comprador da força de trabalho consome-a, fazendo o vendedor dela trabalhar*” (MARX, 2003a: 211). No processo de trabalho, o que era potência se torna força de trabalho em ação, constituindo o sujeito produtor, o sujeito trabalhador. Quando incorpora trabalho à matéria prima, o sujeito trabalhador além de transformar essa matéria prima, em um objeto de uso, criando assim os valores de uso, coisas que atendem a necessidades sociais, trans-

forma, por sua ação, a si próprio, constituindo sua subjetividade. Na produção capitalista, a força de trabalho é usada pelo capitalista, em proveito da acumulação de riqueza, sob o seu controle e para seu usufruto; e a finalidade da produção não é o atendimento das necessidades sociais, mas o processo de troca, onde a mais-valia extraída na produção das mercadorias se transformará em lucro para o capitalista.

Não podemos perder de vista a tese marxiana de que “[...] a acumulação do capital pressupõe a mais-valia, a mais-valia, a produção capitalista, e esta, a existência de grandes quantidades de capital e de força de trabalho nas mãos dos produtores de mercadoria [...]” (MARX, 2003b: 827). Mas, no discurso oficial, a explicação é outra:

Pretende-se explicar a origem da acumulação por meio de uma história ocorrida em passado distante. Havia outrora, em tempos muito remotos, duas espécies de gente: uma elite laboriosa, inteligente e sobretudo econômica, e uma população constituída de vadios, trapalhões que gastavam mais do que tinham. A lenda teológica conta-nos que o homem foi condenado a comer o pão com o suor de seu rosto. Mas a lenda econômica explica-nos o motivo por que existem pessoas que escapam a esse mandamento divino. Aconteceu que a elite foi acumulando riquezas, e a população vadia ficou finalmente sem ter outra coisa para vender além da própria pele. Temos aí o pecado original da economia. Por causa dele, a grande massa é pobre e, apesar de se esfalfar, só tem para vender a sua própria força de trabalho, enquanto cresce a riqueza de poucos, embora tenham esses poucos parado de trabalhar há muito tempo (MARX, 2003b: 827)².

Retornando à discussão da natureza geral do processo de trabalho na produção de valores de uso, significa dizer que, mesmo na produção capitalista, a força de trabalho quando transforma elementos da natureza em produtos úteis, também se transforma, alterando sua própria natureza. Objetivação e ao mesmo tempo subjetivação. Ao se confrontar com as forças da natureza, apropriando-se delas para a fabricação de objetos de uso, o trabalhador através de sua atividade de labor exercita as forças naturais de seu próprio corpo (físicas e mentais),

incorporando-as no produto, valorizando-o, e ao fazer isso o processo de fabricação lhe marca seu próprio corpo e seu espírito (MARX, 2003a: 211).

Mas o trabalho humano, diferentemente das atividades do animal, é executado mediante um projeto, figurado anteriormente na mente do trabalhador. “No fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador, o qual constitui a lei determinante do seu modo de operar e ao qual tem de subordinar sua vontade” (MARX, 2003a: 212). Constituem elementos do processo de trabalho:

- 1) a atividade adequada a um fim, isto é, o próprio trabalho;
- 2) a matéria a que se aplica o trabalho, o objeto de trabalho;
- 3) os meios de trabalho, o instrumental de trabalho (idem).

A terra é o objeto universal do trabalho humano (que, do ponto de vista econômico, inclui a água), na medida em que esta provê os homens de meios de subsistência, para uso imediato, existentes independentemente de sua atuação. São objetos de trabalho todas as coisas que o homem retira da natureza, separando-as de sua conexão imediata: os peixes, a madeira, o minério, o petróleo etc.

O objeto de trabalho só é matéria-prima depois de ter experimentado modificação efetuada pelo trabalho.

O meio de trabalho é uma coisa ou um complexo de coisas, que o trabalhador insere entre si mesmo e o objeto de trabalho e lhe serve para dirigir sua atividade sobre esse objeto (MARX, 2003a: 212-213).

“Observando-se todo o processo do ponto de vista do resultado, do produto, evidencia-se que meio e objeto de trabalho são meios de produção e o trabalho é trabalho produtivo” (MARX, 2003a: 215). A matéria prima usada na fabricação de um produto possui já um valor de uso, ou seja, é produto de um trabalho anterior, tornando-se meio de produção para outro produto. As matérias primas (insumo do processo de trabalho), além de serem resultado do processo de trabalho anterior, portanto trabalho morto, tornam-se uma condição para novo processo de trabalho. Uma exceção se encontra nas indústrias extrativas, porque têm seu objeto de tra-

balho dado pela própria natureza (mineração, caça, pesca etc. e mesmo a agricultura quando desbrava terra virgem), nos demais ramos industriais, a matéria prima, objeto de seu trabalho, tem trabalho incorporado, é um produto do próprio trabalho.

Desse modo, um valor de uso, a depender do ponto de vista sob o qual é examinado, pode ser matéria prima, meio de trabalho ou produto. Isso vai decorrer da função que desempenha no processo de trabalho, a partir da qual varia a natureza do valor de uso.

Taxa de lucros e lei tendencial de sua queda

Uma intensa concorrência reina no mundo mercantil, entre industriais, banqueiros ou comerciantes, uma vez que todos têm o mesmo objetivo em sua ação de produzir e trocar mercadorias: extrair lucros cada vez maiores com o emprego de seu capital³. E essa concorrência ocorre entre os diferentes grupos de capitalistas, e internamente a cada um deles (cada capitalista, ou grupo de capitalistas, lutando pela retenção de uma parcela maior na distribuição da mais-valia extraída). O aparecimento de monopólios muda a natureza dessa concorrência, mas não a extingue porque faz parte da lógica capitalista a disputa da mais-valia produzida, entre as diversas frações do capital, sob a forma de lucro.

Na produção de mercadorias em geral, revela-se norma coativa e externa da concorrência o princípio de só se aplicar na fabricação de uma mercadoria o tempo de trabalho socialmente necessário, pois, falando superficialmente, cada produtor tem de vender a mercadoria ao preço do mercado (MARX, 2003a: 400).

Entre os capitalistas a concorrência é mais acirrada em períodos de crise, isso porque cada qual quer manter a sua taxa de lucro⁴ num maior patamar possível. Além de baixar salários, dispensar empregados, para reduzir o custo da produção, as empresas rivalizam-se, numa corrida, para cada uma empregar máquinas mais aperfeiçoadas que a outra, substituindo força de trabalho, com a introdução de novos métodos na processo de produção.

Como é grande a concorrência para a obtenção de maiores taxas de lucro entre os capitalistas, no fim de certo decurso de prazo, há uma tendência a

seu nivelamento, ao se generalizar o uso da maquinaria aperfeiçoada no mesmo ramo de produção. Mesmo que algumas empresas, por aperfeiçoarem seus equipamentos e métodos de trabalho, bem como reduzirem despesas relativas ao trabalho, obtenham super lucros (MANDEL, 1985a: 51) são a base de um desenvolvimento desigual e desequilibrado. Mas no decurso do desenvolvimento das relações capitalistas, as demais empresas se igualarão em inovações tecnológicas, empreendendo as mesmas modificações, desse modo, a taxa de lucro tenderá a ser a se igualar em todas elas.

Ao generalizar-se o uso da maquinaria no mesmo ramo de produção, cai o valor social do produto da máquina ao nível do valor individual, impondo-se a lei, segundo a qual, a mais-valia não deriva das forças de trabalho que o capitalista substitui com a máquina, mas das forças de trabalho nela ocupadas. A mais-valia origina-se apenas da parte variável do capital [...] (MARX, 2003a: 464).

Porém, o movimento total do capital assegura uma taxa média de lucro, contribuindo com isso para manter a reprodução do capital, não a comprometendo e nem colocando em risco a sobrevivência do capitalismo como modo de produção, hoje mundializado.

A porção que cabe a cada unidade de capital é, portanto, igual à soma de todas as mais-valias produzidas, dividida pela soma dos capitais para esse fim empregados. Por conseguinte, capitais iguais proporcionam no mesmo tempo lucros iguais, o que sucede porque o preço de custo assim calculado do produto excedente, isto é, o lucro médio, se acrescenta ao preço de custo do produto pago e se vendem por esse preço acrescido ambos os produtos, o pago e o não pago. Forma-se a taxa média de lucro [...] (MARX, 1991a: 13-14).

Sendo a taxa geral de lucro constituída pela médias das diferentes taxas de lucro, num determinado prazo, digamos um ano, para cada 100 de capital adiantado, desaparece aí também a diferença resultante da diversidade dos tempos de rotação dos vários capitais. Mas essas diferenças

influem decisivamente nas diferentes taxas de lucro dos vários ramos, e a média dessas taxas constitui a taxa geral de lucro. [...] As taxas de lucro nos diferentes ramos diferem, em virtude de neles serem produzidas quantidades muito diversas de mais-valia e portanto de lucro, de acordo com a relação existente entre o capital variável e todo o capital. É claro que o lucro médio para cada 100 do capital da sociedade, e portanto a taxa média de lucro ou a taxa geral de lucro diferirá muito, de acordo com as magnitudes correspondentes aos capitais aplicados nos diferentes ramos. [...] Para se formar a taxa geral de lucro, o que está em jogo não são apenas as diferentes taxas de lucro nos vários ramos, das quais se tiraria a média, mas o peso relativo com que essas diferentes taxas de lucro entram na formação da média. Isso porém depende da magnitude de produção ou da parte alíquota que o capital aplicado em cada ramo particular representa do capital total da sociedade (MARX, 1991a: 183-184).

A taxa geral de lucro sofre a determinação de dois fatores: de um lado, a composição orgânica dos diversos capitais, nos distintos ramos da produção, por conseguinte, as diferentes taxas de lucro dos vários ramos; e, de outro, a distribuição do capital total (capital social) entre os diferentes ramos, ou seja, “[...] pela magnitude relativa do capital aplicado em cada ramo particular e, por isso, a uma taxa particular de lucro; vale dizer, pela proporção das cotas do capital total da sociedade, absorvidas pelos ramos particulares de produção” (MARX, 1991a: 185).

É importante o significado das leis, discutidas por Marx, no que se refere à variação da taxa de lucro:

Todas as leis apresentadas na parte primeira, relativa à variação da taxa de lucro, têm na realidade a dupla significação seguinte:

I) Por um lado, elas são as leis da taxa geral de lucro. Em face das causas diferentes e múltiplas que, segundo o exposto, fazem variar a taxa de lucro, seria de pensar que a taxa geral de lucro tivesse de modificar-se todos os dias. Mas, o movimento num ramo de produção neutraliza o ocorrente noutro, as influências cruzam-se e

freiam-se [...]. A rapidez, a multiplicidade e a duração diversa das flutuações nos vários ramos fazem com que elas se compensem, em parte, na sequência cronológica, seguindo à ascensão a queda de preço e inversamente; que se localizem, isto é, se limitem a determinado ramo, e, finalmente, que as diversas flutuações localizadas se neutralizem reciprocamente. Dentro de cada ramo particular de produção ocorrem variações, desvios da taxa geral de lucro, que não a influenciam porque se compensam em determinado decurso de tempo ou porque são anuladas por outras flutuações simultâneas no próprio ramo. A taxa geral de lucro é determinada não só pela taxa média de lucro em cada ramo, mas também pela repartição de todo o capital pelos diferentes ramos particulares, a qual, mudando sem cessar, constitui causa permanente de variação na taxa geral de lucro, mas causa que, por sua vez, em virtude do caráter ininterrupto e ubíquo desse movimento, se torna muitas vezes ineficaz.

II) Em cada ramo é maior ou menor a amplitude dada de tempo, em que a correspondente taxa de lucro flutua antes de chegar à fase em que essa flutuação, através de ascensões e quedas, se consolide em tendência que demore o bastante para influenciar a taxa geral de lucro e atingir assim significação que ultrapasse os limites do ramo (MARX, 1991a: 191-192).

Se houver uma modificação na composição orgânica média da totalidade do capital de uma sociedade determinada (provocada pela variação de sua composição em quase todos os ramos da produção, ou em ramos decisivos), com aumento progressivo do capital constante (modernização das máquinas e demais equipamentos), comparado ao capital variável (dispêndio com a força de trabalho), a consequência será uma necessária queda da taxa de lucro, desde que não varie a taxa de mais-valia ou o grau de exploração do trabalho pelo capital.

Vimos que no processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista, dada sua lógica, o capital variável decresce em relação ao capital constante, conseqüentemente com a totalidade de capital colocado em movimento.

Em outras palavras, o mesmo número de trabalhadores, a mesma quantidade de força de

trabalho, obtida por capital variável de valor determinado, em virtude dos métodos da produção peculiares que se desenvolvem dentro da produção capitalista, mobiliza, emprega, consome produtivamente, no mesmo tempo, massa crescente de meios de trabalho, de máquinas, de capital fixo de toda espécie, de matérias-primas e auxiliares, em suma um capital constante com magnitude cada vez maior de valor. Esse gradual decréscimo relativo que o capital variável experimenta, confrontado com o constante e, portanto, com todo o capital, identifica-se com a ascensão progressiva da composição orgânica de capital social médio (MARX, 1991a: 243).

Essa é uma das expressões do desenvolvimento progressivo da produtividade social do trabalho: o mesmo número de trabalhadores, usando de forma crescente máquinas (capital fixo em geral) transforma em produtos quantidade maior de matérias primas e auxiliares, caracterizando uma redução de trabalho. Ao aumento crescente do montante do valor do capital constante, corresponde uma redução também crescente do preço do produto.

Cada produto individual, isoladamente considerado, passa a ter quantidade menor de trabalho, tomando-se por termo de comparação estágios inferiores de produção onde o capital desembolsado em trabalho é muito maior relativamente ao empregado em meios de produção (MARX, 1991a: 243).

A elevação cada vez maior da composição orgânica do capital global resulta diretamente no decréscimo contínuo da taxa geral de lucro, desde que não varie o nível de exploração da força de trabalho:

A tendência gradual, para cair, da taxa geral de lucro é portanto apenas expressão, peculiar ao modo de produção capitalista, do progresso da produtividade social do trabalho [...]. A massa de trabalho vivo empregado decresce sempre em relação à massa de trabalho materializado que põe em movimento, à massa dos meios de produção produtivamente consumidos, inferindo-se daí que a parte não-paga de trabalho vivo, a qual se concretiza em mais-valia, deve continuamente decrescer

em relação ao montante de valor do capital global aplicado. Mas, essa relação entre a massa de mais-valia e o valor de todo o capital aplicado constitui a taxa de lucro que por consequência tem de ir diminuindo (MARX, 1991a: 243).

A lei da queda progressiva da taxa de lucro ou do decréscimo relativo do trabalho excedente extorquido, ao confrontar-se com a massa de trabalho materializado posta em movimento pelo trabalho vivo, não exclui de maneira alguma que aumente a massa absoluta de trabalho explorado e mobilizado pelo capital social, e, portanto, que cresça a massa absoluta do trabalho excedente de que se apropria, nem tampouco impede que os capitais sob o domínio dos diversos capitalistas comandem massa crescente de trabalho e por conseguinte de trabalho excedente, podendo este aumentar mesmo quando o número de trabalhadores comandados não aumenta (MARX, 1991a: 247-248).

A lei da tendência à queda da taxa de lucro apresenta, então, uma dupla face: “atribui o decréscimo da taxa do lucro a causas que ao mesmo tempo provocam o acréscimo da massa absoluta do lucro”. Ou seja, “[...] as mesmas causas que fazem a taxa geral de lucro tender para baixa determinam acumulação acelerada do capital e, portanto, aumento da magnitude absoluta ou da totalidade do trabalho excedente (mais-valia, lucro) de que ele se apropria”. O que significa dizer que “O acréscimo da massa de lucro acompanha a baixa da taxa de lucro, provocada pelo desenvolvimento da produtividade” (MARX, 1991a: 257-258).

Uma vez que o desenvolvimento da produtividade e a correspondente composição superior do capital mobilizam quantidade cada vez menor de trabalho, então, cada mercadoria isolada ou cada porção determinada da massa total produzida absorve menos trabalho vivo e, além disso, contém menos trabalho materializado, oriundo do desgaste do capital fixo aplicado ou das matérias-primas e auxiliares consumidas. É menor, portanto, a soma encerrada em cada mercadoria de trabalho materializado em meios de produção e de trabalho novo, adicionado durante a produção. Por isso, cai o preço de cada mercadoria. A massa de lucro contida em cada uma das mer-

cadorias pode, entretanto, aumentar, se crescer a taxa da mais-valia absoluta ou relativa. Cada uma contém menos trabalho novo adicionado, mas a parte dele não-paga aumenta em relação à paga. Ao desenvolver-se a produção, decresce enormemente, em termos absolutos, a soma de trabalho vivo de novo acrescentado a cada mercadoria, e com esse decréscimo a parte não-paga do trabalho nela contido diminui absolutamente, por mais que aumente em relação à parte paga (MARX, 1991a: 258-259).

Com exceção de casos isolados (por exemplo, quando a produtividade do trabalho barateia uniformemente todos os elementos do capital constante e do variável), a taxa de lucro diminuirá, apesar da alta da taxa de mais-valia,

1) porque fração maior não-paga da totalidade menor do novo trabalho adicional é menor que fração menor não-paga da totalidade adicional anterior maior, e

2) porque a composição superior do capital expressa-se na mercadoria isolada, pela circunstância de a parte de seu valor, que representa trabalho novamente adicionado, diminuir em relação à que representa matérias-primas, auxiliares e desgaste do capital fixo (MARX, 1991a: 259)

Podemos dizer desse modo que, quanto mais se eleva a produtividade industrial, mais o preço da mercadoria, considerada singularmente, se reduz. Isso porque ela contém menos trabalho incorporado (MARX, 1991a: 262). Essa lógica dá origem a movimentos de aceleração e desaceleração na acumulação capitalista.

Os movimentos ascendente e descendente da acumulação de capital no decorrer do ciclo econômico podem ser caracterizados da maneira apresentada a seguir. No período de oscilação ascendente, há um acréscimo tanto na massa quanto na taxa de lucros, e um aumento tanto no volume quanto no ritmo de acumulação. Ao contrário, numa crise e no período subsequente de depressão, a massa e a taxa de lucros declinarão, e o mesmo acontecerá ao volume e ao ritmo da acumulação de capital. O ciclo econômico consiste, assim, na aceleração e desaceleração sucessivas da acumulação (MANDEL, 1985a: 75).

Podemos dizer desse modo que, quanto mais se eleva a produtividade industrial, mais se reduz o preço da mercadoria, considerada singularmente. Isso porque ela contém menos trabalho incorporado (trabalho pago e trabalho não pago) (MARX, 1991a: 262).

Para se contrapor à lei da tendência à queda da taxa de lucros, o capitalista adota os seguintes expedientes: Sua primeira providência é elevar o grau de exploração do trabalhador, prolongando a sua jornada de trabalho, que “[...] faz aumentar a massa do trabalho excedente extraído, sem modificar essencialmente a relação entre a força de trabalho aplicada e o capital constante por ela posto em movimento” (MARX, 1991a: 267); Nesse sentido, o capitalista emprega em massa mulheres e crianças, envolvendo toda a família no fornecimento de quantidade de trabalho excedente maior do que aquela extorquida anteriormente. O capitalista também faz crescer, temporariamente, porém reiteradas vezes, a extração da mais-valia acima do nível geral, presente em ramos alternativos, com a introdução de invenções, beneficiando-o no período antes de ocorrer a sua generalização dentro de seu ramo de negócios.

Outras medidas são também adotadas: a redução dos salários; a demissão em massa, fazendo crescer a superpopulação relativa (massa de trabalhadores desempregados ou liberados dos empregos, trabalhadores supérfluos à indústria). Na relação com os demais capitais, a indústria pode forçar os capitalistas, fornecedores da matéria prima e dos meios de trabalho, a baixar o preço dos elementos constituintes do capital constante (aquela parte adiantada do capital em gastos com os fatores de produção, exceto aquele referente à força de trabalho). Por exemplo, em períodos de crise, a indústria automobilística pode impor o preço ao produtor de lâminas de aço.

Mas Marx se refere a um mecanismo importante: “O comércio exterior, ao baratear elementos do capital constante e meios de subsistência necessários em que se converte o capital variável, contribui para elevar a taxa de lucro, aumentando a taxa de mais-valia e reduzindo o valor do capital constante” (MARX, 1991a: 272). Dessa maneira, o comércio exterior atua na elevação da taxa de lucros mediante: a intensificação da troca de mercadorias; o empréstimo de capitais;

a transferência de empresas estrangeiras para países atrasados, dependentes economicamente dos países adiantados. Finalmente, Marx indica, ainda, como medida, o aumento do capital em ações: “Com o progresso da produção capitalista, que está aliado à acumulação acelerada, parte do capital é contabilizada e empregada apenas como capital que dá um rendimento, ou seja, um juro” (MARX, 1991a: 275).

Concepção marxista das crises capitalistas

Marx aborda a questão das crises capitalistas especialmente em *O Capital* e em *Teorias da mais-valia*. No capitalismo, modo de produção fundado sobre antagonismos irreconciliáveis, em que a riqueza de alguns repousa sobre a miséria de muitos, processos de crise periódicos se manifestam produzindo efeitos danosos, especialmente para a classe trabalhadora. Ela altera todos os processos econômicos, colocando-os de cima para baixo, os ritmos positivos se transformam em tendências negativas, os balanços em que se registram grandes lucros, usufruídos anteriormente, passam a observar os grandes prejuízos, isso porque desaparece a demanda em face da superprodução de mercadorias, desaparecendo o meio circulante do mercado. A penúria toma o lugar do progresso, levando a um processo generalizado de falências. A falta de mão de obra, caracterizada no passado recente, pelo menos em empresas de ponta, corresponde em período de crise a um excesso, provocando, além da precarização cada vez maior da relação de trabalho, o desemprego em massa.

A crise decorre da contradição fundamental da produção capitalista: de um lado, o processo de trabalho é socializado; e de outro, a riqueza social, produto do trabalho, é apropriada privadamente pelos detentores dos meios de produção. Dessa contradição resulta o subconsumo das massas proletárias, condição *sine qua non* da reprodução de todas as sociedades capitalistas que, de tempos em tempos, desembocam em crises.

[...] o capitalismo tardio não é mais capaz do que o capitalismo juvenil ou o capitalismo monopolista clássico de resolver uma das contradições fundamentais do modo de produção capitalista – a contradição entre a tendência ao desenvol-

vimento ilimitado das forças produtivas e a tendência limitada da demanda e do consumo dos “consumidores finais” (cada vez mais constituídos por trabalhadores assalariados). Essa contradição corresponde, é claro, às leis de valorização do próprio capital (MANDEL, 1985a: 281).

Sintomas das crises capitalistas podem ser observados no curso do dinheiro, isto é, no grau de velocidade impressa por sua rotação, pois ele revela a velocidade do circuito das mercadorias, ou seja, seu processo de distribuição e troca, que corresponde à aplicação de capital adiantado e o retorno, para as mãos do capitalista, do capital acrescido.

Na velocidade do curso do dinheiro se patenteia, portanto, a unidade fluente das fases opostas e complementares: conversão da forma de uso em forma de valor e reconversão da forma de valor em forma de uso, ou, em outras palavras, a unidade dos dois processos, o de venda e o de compra (MARX, 2003a: 147).

Em período de crises, obstáculos impedem a plena correspondência desses dois processos – o de venda e o de compra –, apresentando um retardamento no curso do dinheiro, o que concorre para prejudicar o giro social das coisas, com paralisações na metamorfose das mercadorias, na medida em que encontra obstáculos. Nesse caso, o homem comum busca a causa da crise na flutuação do dinheiro, que aparece e desaparece na circulação; pensa tratar-se de quantidade insuficiente dos meios de circulação (falta de dinheiro no país). Mas o retardamento no fluxo do dinheiro é um sintoma da crise e não a causa desse processo, na medida em que “A quantidade total de dinheiro que funciona como meio de circulação, em cada período, é determinada pela soma dos preços das mercadorias em circulação e pela velocidade com que se sucedem as fases opostas das metamorfoses” (MARX, 2003a: 148). Assim, o que determina a proporção da soma de preços que uma mesma moeda pode realizar é a velocidade operada na realização da unidade entre as duas fases opostas (venda e compra), significando que “A soma dos preços das mercadorias depende da quantidade e dos preços da mercadoria”. Por isso é uma ilusão atribuir “[...] as paralisações na produção e na circulação à carência dos meios

de circulação”, sem deixar de ser verdade que erros oficiais, no cálculo da produção de dinheiro (ou seja, uma carência real dos meios de circulação), pode, de fato, provocar paralisações na produção e na circulação de mercadorias (MARX, 2003a).

A população trabalhadora excedente (a superpopulação relativa), ao mesmo tempo, um produto e uma necessidade do processo de acumulação do capital, uma condição do desenvolvimento da riqueza social, representa a alavanca da acumulação capitalista. “Ela proporciona o material humano a serviço das necessidades variáveis de expansão do capital e sempre pronto para ser explorado, independentemente dos limites do verdadeiro incremento da população” (MARX, 2003b: 735). O capital ganha força súbita, com a acumulação, acompanhado pelo desenvolvimento da produtividade do trabalho, que tem como causas:

- 1) o aumento da elasticidade do capital em funcionamento e da riqueza absoluta (da qual o capital constitui apenas uma parte);
- 2) «[...] o crédito, sob qualquer incentivo especial, põe à disposição da produção, como capital adicional, num instante, parte considerável dessa riqueza» (MARX, 2003b);
- 3) «[...] as condições técnicas do próprio processo de produção, a maquinaria, os meios de transportes etc. possibilitam a transformação mais rápida, na larga escala, do produto excedente em meios de produção adicionais» (MARX, 2003b).

A superpopulação relativa, ou a população trabalhadora excedente, representada pelas grandes massas humanas requeridas pelo uso produtivo da massa de capital acumulado, torna-se transbordante, mesmo em períodos de prosperidade, com o aumento da riqueza social, transformada em capital adicional, lançada freneticamente em ramos de produção novos ou antigos, reativados, ou dinamizados, com um mercado ampliado de forma súbita.

O curso característico da indústria moderna, um ciclo decenal, com a intercorrência de movimentos oscilatórios menores, de crise e estagnação, baseia-se na formação contínua, na maior ou menor absorção e na reconstituição do exército industrial de reserva, a população supérflua,

excedente. As alternativas do ciclo industrial recrutam a população excedente e se tornam os mais poderosos agentes de sua produção.[...] A condenação de uma parte da classe trabalhadora à ociosidade forçada, em virtude do trabalho excessivo da outra parte, torna-se fonte de enriquecimento individual dos capitalistas e acelera ao mesmo tempo a produção do exército industrial de reserva, numa escala correspondente ao progresso da acumulação social (MARX, 2003b: 736-740).

“Em seu conjunto, os movimentos gerais de salários se regulam exclusivamente pela expansão e contração do exército industrial de reserva, correspondentes às mudanças periódicas do ciclo industrial”. Ou seja, a dinâmica do mercado de trabalho (oferta e procura de trabalhadores) depende do movimento do capital, de sua expansão e de sua contração: “[...] seu ciclo decenal e as respectivas fases periódicas às quais as superpõem, no curso da acumulação, oscilações irregulares em sucessão cada vez mais rápida [...]” (MARX, 2003b: 740-741).

O crédito possibilita o uso produtivo do capital, enquanto capital-mercadoria, nunca um capital desocupado, “capital que antes de mais tem de ser reconvertido em dinheiro” (MARX, 1991b: 554), oportunizando:

1) [...] que o capital industrial passe de uma fase para outra, que se conjuguem as esferas de produção que reciprocamente se pertencem e que interferem umas nas outras; 2) quanto aos comerciantes, que as mercadorias se transportem e mudem de mãos até a venda definitiva por dinheiro ou a troca por outra mercadoria (MARX, 1991b: 554).

O crédito pode se expandir, baseado no próprio processo de reprodução, que mantém sua fluidez, assegurando o retorno do capital. Mas isso não impede, de forma alguma, a ocorrência de perturbações cíclicas no processo de produção e de circulação das mercadorias, as chamadas crises do capitalismo: “Quando os negócios se estancam, por se retardarem os retornos do capital, por se abarrotarem os mercados, por caírem os preços, há tal plethora de capital industrial que ele não pode

desempenhar sua função” (MARX, 1991b: 555).

Com a estagnação da produção, o capital fixo (aplicado em instalações, equipamentos e maquinários) fica em grande parte ocioso. Isso vai provocar, também, contração do crédito, porque o capital fica parado numa das fases da reprodução, sem completar o ciclo total de sua metamorfose. Por outro lado, pode ter sido quebrada a confiança na fluidez do processo de reprodução, ou ainda, a redução da procura desse crédito comercial. “Perturbada a expansão dos negócios ou mesmo a interrupção normal do processo de reprodução, sobrevém escassez de crédito; fica mais difícil obter mercadorias a crédito” (MARX, 1991b: 555). Por isso, no reinício da produção, após o craque, há sempre uma exigência de pagamento de contado e uma preocupação na venda a crédito.

Então a crise pode ser caracterizada como decorrente imediatamente de grande estoque de mercadorias para venda e a falta de meios para comprá-las; a necessidade de vender as mercadorias para pagar as dívidas ocorridas no seu processo de produção; grande massa de capital paralisado no processo de produção; escassez de crédito ao extremo (elevando-se, enormemente, a taxa de juros). O capital que foi desembolsado, fica paralisado, desocupado em massa. “Fecham-se as fábricas, as matérias-primas se amontoam, os produtos acabados são mercadorias que abarrotam o mercado”. É falso, portanto, dizer-se que há falta de capital produtivo. Na verdade, o que existe “[...] é a plethora de capital produtivo, seja com referência ao tamanho normal, momentaneamente contraído, da reprodução, seja com referência ao consumo paralisado”. Além disso, “Só se pode falar de escassez real de capital produtivo, pelo menos nos países capitalistas desenvolvidos, nos casos de más colheitas generalizadas, seja dos principais produtos alimentares, seja das matérias-primas industriais mais importantes” (MARX, 1991b: 555-556).

A expansão do capital-dinheiro, que passa a se constituir “[...] em capital de empréstimo, entesouramentos particulares ou reservas em moeda” (MARX, 1991b: 561), não traz como consequência direta a elevação do capital empregado na produção, não variando necessariamente a escala de produção, corresponde somente a abundância de capital-dinheiro, acompanhado da tendência à queda da taxa de juro.

Marx indica a existência de crises periódicas ou cíclicas, significando fases de prosperidade seguidas de fases de penúria, inerentes à lógica de acumulação do capital. Nessa direção, ele concebe como fase de prosperidade:

Quando o processo de reprodução de novo atinge a fase de prosperidade que precede à de tensão extrema, alcança o crédito comercial extensão muito grande, que volta realmente a repousar na base “sólida” de retornos fáceis de dinheiro e de produção expandida. Nessa fase, o juro ainda continua baixo, embora se eleve acima do mínimo. Na realidade, esta é a única fase em que se pode dizer que baixa taxa de juro e, por conseguinte, abundância relativa de capital de empréstimo coincidem com expansão efetiva do capital industrial. A facilidade e a regularidade dos retornos, conjugadas com crédito comercial expandido, asseguram a oferta de capital de empréstimo, apesar da procura acrescida, e impedem que se eleve a taxa de juro (MARX, 1991b: 561).

E caracteriza assim a fase de penúria:

Surge então em cena número considerável de embusteiros que trabalham sem capital de reserva, sem qualquer capital, operando totalmente na base do crédito monetário. Acresce aí a grande expansão do capital fixo em todas as formas e a fundação em massa de novas e vastas empresas. O juro chega então a seu nível médio. Volta a atingir o nível máximo, quando irrompe a nova crise, quando o crédito cessa de súbito, estancam os pagamentos, paralisa-se o processo de reprodução e [...] surge, ao lado da escassez quase absoluta de capital de empréstimo, pletora de capital industrial desocupado (MARX, 1991b: 561).

O debate contemporâneo sobre a crise atual

Mandel refere-se a duas escolas que atualmente se defrontam: a que explica as crises através do subconsumo das massas (a superprodução de bens de consumo); e uma outra que atribui à “[...] ‘superacumulação’ (a insuficiência do lucro para dar prosseguimento à expansão da produção de bens de equipamento)”. Esta questão, segundo o autor, é a continuidade de um velho debate sobre a explica-

ção das crises, seja pela insuficiência da demanda global, seja por sua desproporcionalidade. Embora ambas as correntes forneçam elementos para se analisar as crises, deixam de lado, no entanto, a contribuição de Marx, em seus últimos escritos, quanto “[...] à necessidade de vincular os problemas resultantes da queda da taxa de lucro aos da realização da mais-valia, que auxiliam na explicação das crises” (MANDEL, 1985b: 263-264).

Este autor classifica as crises e as recessões generalizadas, com base na análise que faz de sua manifestação, nas décadas de 1970 e 1980⁵, em diferentes tipos que caracterizam uma periodização:

- uma crise clássica de superprodução;
- uma combinação da crise clássica de superprodução com o retorno da “onda longa”, que deixou de atuar no sentido expansivo;
- uma nova fase da crise do sistema imperialista, em que a elevação “[...] do petróleo e as negociações de uma ‘nova ordem econômica mundial’ são apenas reflexos indiretos” (MANDEL, 1985b: 279);
- uma crise social e política acentuada nos países imperialistas, efeito da combinação de dois fatores – a depressão econômica e um ciclo específico ascendente das lutas operárias; em que a combatividade e o nível de politização provocaram na burguesia uma reação: impor sobre os trabalhadores o fardo da crise e da redistribuição mundial da mais-valia;
- e, finalmente, a crise estrutural da sociedade burguesa.

“A conjunção dessas quatro crises com a crise estrutural da sociedade burguesa [...], acentua a crise de todas as relações sociais burguesas e mais particularmente a crise das relações de produção capitalista”, o que vem detonar uma falta de credibilidade em relação ao sistema capitalista, uma vez que ele não é mais considerado como capaz de “[...] garantir a melhoria constante do nível de vida, o pleno emprego e a consolidação das liberdades democráticas” (MANDEL, 1985b: 281), com a reincidência da recessão.

Diferentemente dos ciclos longos de elevada produtividade e progresso econômico (com tendência expansiva), os ciclos atuais de produtividade e de progresso verificados nos últimos anos do

desenvolvimento do capitalismo, segundo a análise de Mandel, apresentam tendências de estagnação, ou seja, funcionam, enquanto tal, mas de forma distinta: em vez de fases de recessão mais curtas e menos profundas, eles têm uma situação inversa, “[...] as recessões são mais longas e mais profundas, as retomadas mais curtas e menos expansivas, reencontrando dificuldades para se transformar em fases de prosperidade propriamente ditas” (MANDEL, 1985b: 281). A retomada econômica, de 1976-1979, e também aquela observada por ele, quando analisava o processo em curso (em 1985), “[...] é puramente conjuntural, parcial e temporária. Ela não permite eliminar nenhuma das causas estruturais que, desde o fim dos anos 1960 ao início dos anos 1970, determinam uma depressão de longo prazo da economia capitalista internacional” (MANDEL, 1985b: 314).

De seu ponto de vista, o mercado mundial não apresentou qualquer reestruturação ou expansão substantiva. Tampouco houve reorganização fundamental do processo de trabalho possibilitando um crescimento qualitativo do próprio processo, no sentido de propiciar o crescimento da produção da mais-valia. Por outro lado, não existiu qualquer alteração nas relações de forças sociais, que permitisse ao capital manter uma expansão igual ao que ocorreu após a Segunda Guerra Mundial, ou nos anos que precederam a Primeira. Apesar do aumento da produção corrente, a retomada econômica não possibilitou o desaparecimento da manifestação das características fundamentais da longa depressão do capitalismo, muito pelo contrário, são mantidos, por exemplo:

- 1) a perda de força persistente dos investimentos produtivos, acompanhada, portanto, da queda líquida da taxa de crescimento de médio e longo prazo, demonstrando que nenhum ramo produtivo novo – inclusive o micro-eletrônico, a robótica e a informática – tenha vindo desempenhar o papel dinâmico antes ocupado pela indústria automobilística, da construção civil, eletrodoméstica, e das máquinas semi-automatizadas, no período de 1940-1970, observado nos países anglo-saxões) e, em 1948-1970, na Europa e no Japão;
- 2) o crescimento contínuo do desemprego, caracterizado como desemprego estrutural, tanto nos

países periféricos quanto nos países centrais (ou imperialistas) do capitalismo;

- 3) a continuidade da queda da taxa média de lucro, apesar do crescimento real dos lucros capitalistas.
- 4) o problema do endividamento, sem qualquer solução, em relação aos países semi-coloniais, abrindo a possibilidade de crises sociais explosivas.

Mészáros (2002) dedica sua atenção a analisar a “*Crise estrutural do sistema do capital*”. Para este autor,

[...] a crise do capital que experimentamos hoje é fundamentalmente uma crise estrutural. Assim, não há nada especial em associar-se capital a crise. Pelo contrário, [...] crises de intensidade e duração variada são o modo natural de existência do capital: são maneiras de progredir para além de suas barreiras imediatas e, desse modo, estender com dinamismo cruel sua esfera de operação e dominação (MÉSZÁROS, 2002: 795).

De fato, o capital não se interessaria em acabar, de uma vez por todas, com as crises cíclicas. Ao capital global, não convém, em definitivo, uma superação de forma permanente das crises e de seus efeitos, porque ele se move e cresce a partir delas, mesmo que seus ideólogos digam o contrário.

Mas, segundo este analista, pensando na mesma linha de Mandel, a crise atual difere daquelas cíclicas, tratadas por Marx, ao apresentar como aspectos principais:

- 1) caráter universal;
- 2) alcance global, “[...] no sentido mais literal e ameaçador do termo” (MÉSZÁROS, 2002: 796);
- 3) ocorrência numa escala de tempo extensa (ou mesmo permanente);
- 4) forma de manifestação rastejante (em oposição às anteriores, que eram erupções e colapsos espetaculares).

“Assim, uma crise estrutural não está relacionada aos limites imediatos mas aos limites últimos de uma estrutura global”. Os limites imediatos podem ser ampliados, enquanto que os limites últimos são cabais, finais, de todo um processo, isso porque “[...] as opções múltiplas de ajustamento interno começam a ser esvaziadas, nem mesmo a ‘maldi-

ção da interdependência' (que tende a paralisar as forças de oposição) pode prevenir a desintegração estrutural final". A crise estrutural, iniciada na década de 1970, "[...] pode ser identificada em suas várias dimensões internas, bem como nas instituições políticas" (MÉSZÁROS, 2002: 797-798).

Segundo Boccara (1984) os avanços da revolução informacional, aplicados na indústria, representam uma economia potencial das despesas e meios materiais, decorrente da miniaturização, do uso da informática, do aumento da velocidade de operação, com redução de tempos mortos e a introdução de novos processos de transformação, novos materiais e energia, biotecnologias etc. As tecnologias, ao incorporarem a objetivação crescente de funções intelectuais, não deixam de portar seu caráter produtivo.

O que se pode observar, a partir da análise das atuais metamorfoses sociais, é uma interpenetração, mas não, necessariamente, uma fusão ou substituição, entre o material e o informacional. Mesmo que esteja em questão a separação entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo, esta não é anulada, ao contrário, ela permanece como fundamento da acumulação capitalista, embora apresentando na atualidade os sintomas de uma crise estrutural (LOJKINE, 1995). Não se verifica o fim do homem *faber* em favor do homem das linguagens, como querem alguns autores. O que ocorre é a inserção cada vez maior do informacional nos instrumentos materiais, cujo produto final é uma mercadoria que incorpora não só trabalho material quanto trabalho imaterial (RAUTA RAMOS, 2003).

Observamos, hoje mais do que nunca, uma outra saída para a queda da taxa de lucro, já indicada por Marx, dentro de um quadro de inovações e metamorfoses sociais, ou seja, a ampliação do comércio exterior que, "[...] ao baratear elementos do capital constante e meios de subsistência necessários em que se converte o capital variável, contribui para elevar a taxa de lucro" (MARX, 1991a: 272). E nesse sentido, há um crescente volume de comercialização do capital, quando este é exportado dos países centrais mediante empréstimos a taxas elevadas de juros. Esse processo encontra-se relacionado ao deslocamento do capital da esfera produtiva para a esfera financeira, o que significa empregar parte do capital na aquisição de ações, apenas para alcançar rendimentos, juros. Também

a ampliação do volume e da variedade dos valores de uso das mercadorias produzidas contribui para aumentar o valor-capital, com o desenvolvimento da produtividade do trabalho, e, portanto, pode reduzir a tendência à queda da taxa de lucro.

Papel do estado capitalista para controlar a crise do capital

Keynes⁶ defendeu uma intervenção ampliada do Estado, na economia capitalista, como medida para preservá-lo, ou como ele próprio afirma, "[...] como a única maneira de evitar a destruição do sistema econômico vigente na sua integridade e como condição do funcionamento bem-sucedido da iniciativa privada" (KEYNES, 1936 apud AMADEO, 1992: 6).

O fortalecimento do Estado no capitalismo tardio é, portanto, uma expressão da tentativa de o capital superar suas contradições internas cada vez mais explosivas, e ao mesmo tempo é expressão do fracasso necessário dessa tentativa. Hoje só uma associação mundial de produtores é congruente com a situação atual das forças produtivas e da socialização objetiva do trabalho (MANDEL, 1985a: 405).

Os representantes do capital globalizado preceituam diversos mecanismos para controlar as políticas públicas, especialmente hoje, requerendo a ação do Estado, transformando-o em um instrumento político garantidor do lucro dos monopólios. Isso porque, com a abundância relativa de capital, uma grande parte dele e das inovações tecnológicas não é utilizada produtivamente, impedindo cada vez menos a valorização do capital total. Vejamos o que diz um de seus pensadores:

Estamos em meio a uma crise financeira de intensidade que não se via desde a Grande Depressão dos anos 1930 [...]. Ao mesmo tempo, a crise atual não pode ser comparada às crises cíclicas que afligiram segmentos específicos do sistema financeiro desde os anos 1980 [...]. Esta crise não está confinada a uma determinada empresa ou a um segmento específico do sistema financeiro; ela levou o sistema como um todo à beira do colapso, e está sendo contida com a maior dificul-

dade. Isso terá consequência de longo alcance. Não poderemos continuar como antes; uma era acabou (SOROS, 2008: 109).

Esse impasse a que chegou o modo de produção capitalista exige uma atuação radical do Estado nos negócios privados, tomando a seu encargo:

- a intervenção massiva no sistema financeiro, e o financiamento para sanear bancos privados;
- administração de setores de base não rentáveis;
- a promoção de saneamento de empresas privadas encontradas em dificuldade;
- privatizações de empresas estatais rentáveis, nacionalização de empresas privadas não lucrativas;
- o financiamento com recursos públicos de empreendimentos privados inclusive para a constituição de empresas privadas;
- a concessão de subsídios diretos ou indiretos a empresas privadas e a garantia explícita do lucro pelo Estado a empresas privadas.

O Estado se torna, portanto, de forma crescente, um instrumento indispensável para recuperação dos lucros dos monopólios, não apenas para a realização do lucro médio, mas o superlucro, ao qual eles consideram ter direito; e isso não pode mais depender do mecanismo das leis de mercado.

O fundamentalismo de mercado tem suas raízes na teoria da competição perfeita [...]. Mas esse ímpeto tem falsas premissas [...]. Desde a Grande Depressão, as autoridades vêm obtendo notável sucesso em evitar qualquer grande colapso do sistema financeiro internacional. Ironicamente, foi exatamente o seu sucesso que permitiu que o fundamentalismo de mercado ressurgisse [...]. Sob sua influência, as autoridades perderam o controle dos mercados financeiros, e a superbolha se desenvolveu (SOROS, 2008: 117-118).

Em períodos de crise, diante da urgência para a retomada do equilíbrio, como nessa crise manifestada plenamente no segundo semestre de 2008, o Estado é pressionado a desembolsar vultosos recursos financeiros para reduzir a ameaça da queda dos lucros dos monopólios e do desequilíbrio no mundo das finanças. Atenção, não é a economia

que se submete ao Estado, ao contrário, é o Estado que se submete às exigências dos monopólios.

Para conter esta nova crise⁷, o velho remédio é retomado e reaplicado: uma intervenção pesada do Estado, saneando bancos e empresas, medidas essas justificadas com o argumento da necessidade de se preservar o nível de empregos da classe trabalhadora.

O mundo precisa neste momento é de uma operação de socorro. O sistema de crédito global está paralisado e a prostração mundial se agrava [...]. A eliminação das deficiências que possibilitaram essa crise é essencial, mas esse objetivo, no momento não é prioritário. Primeiro, o fundamental é enfrentar o perigo notório e premente. Para tanto, os formuladores de políticas em todo o mundo [leia-se o Estado] precisam fazer duas coisas: garantir o fluxo de crédito e, mais uma vez, estimular os gastos. [...] A solução óbvia é injetar mais capital. Com efeito, essa é a resposta padrão para as crises financeiras [...] Socorro financeiro em linhas semelhantes já se encontra em curso nos Estados Unidos e em outras economias avançadas, embora já esteja um tanto atrasado, em parte por culpa do viés ideológico do governo Bush. [...] Nada seria pior que não fazer o necessário por medo de que salvar o sistema financeiro seria medida “socialista” (KRUGMAN, 2009: 194-196).

Num momento de superprodução de capital, com elevação de sua composição orgânica, são colocadas como saída: 1) a aplicação de uma parte do capital na produção com taxas reduzidas de lucro ou mesmo com lucro negativo; 2) seu emprego como capital financeiro, não destinando uma parte significativa de capital à produção material, mas buscando outros nichos produtivos para manter a taxa de juros, como a produção imaterial (como por exemplo, na produção cultural e com o uso das tecnologias de informação e comunicação, inclusive no ramo da produção material). Mas foi justamente o sistema financeiro a desabar primeiro.

Assim, os grandes monopólios apelam à intervenção do Estado, cujo caráter benéfico de sua ação repousa no fato de que o Estado possui um capital desvalorizado, porque sua atuação, mesmo no campo econômico, não objetiva extração

de lucros. Assim na sua parceria com o capital privado, o lucro se destinará aos capitalistas, parceiros do Estado, ou seja, à fração monopolista, à oligarquia financeira.

A função do Estado, nesse sentido, se desdobra em colocar à disposição do capital monopolista a propriedade estatal, exercer o controle e regulamentação da economia a seu serviço. O desenvolvimento do caráter social das forças produtivas amplia a função do Estado, incumbindo-o de financiar a infra-estrutura urbana. Cabe ao Estado criar empresas por demais onerosas, cuja produção imediata não interessa ao capital privado, como também mantê-las, colocando-as em ponto de interessar ao investimento privado e, nesse momento, fazer o repasse, ou seja, promover a sua privatização. No caso brasileiro, vemos o Estado saneando empresas falidas, e mesmo bancos, para depois repassá-las para a iniciativa privada. Também vem sendo observada a participação do Estado (convênio de centros de pesquisa com empresas privadas) em Pesquisa-Desenvolvimento. O Estado, como parceiro privilegiado do capital, tem seus intelectuais para pensar processos que venham contrariar a tendência da queda da taxa de lucro, e assim evitar ou regular as crises cíclicas ou mesmo a crise estrutural (a qual o capital se encontra mergulhado hoje).

A revolução nos meios de comunicação e transporte faz reduzir a tendência à queda da taxa de lucro. Marx ilustra como na Inglaterra, houve a economia com os meios de circulação, ao aperfeiçoar os meios de transportes e comunicações (ferrovias e telégrafos)⁸. Principalmente porque essa função é destinada ao Estado, responsável pela instalação, manutenção e renovação das condições gerais da produção capitalista, na maioria das vezes, sem qualquer ônus para os capitalistas. Por isso, vemos hoje em dia a demanda do capital para a intervenção do Estado na renovação das estradas, na melhoria da eficiência do sistema de transporte aéreo e dos demais meios de comunicação, na reinstalação das ferrovias.

Uma outra modalidade de intervenção do Estado, para redução da queda da taxa de lucro, é o financiamento público de empresas privadas, por exemplo, as subvenções, os subsídios etc.: um capital potencial, de propriedade do Estado, que o capital monopolista usa para aumentar os seus lucros.

A origem desse aporte estatal já estava presente nos primórdios do capitalismo.

Esse processo pode ser verificado quando empresas buscam localidades para sediar a sua produção, lançando uma concorrência aguda entre governos locais, cada um a oferecer mais subsídios que outros, para atrair a referida empresa para sua localidade. Tais procedimentos vêm ocorrendo no Brasil, e são tomados como “normais”, ao serem divulgados na imprensa.

Em períodos de crise, a pilhagem pública, justificada pela urgência de saneamento da economia, e a garantia de empregos para a classe trabalhadora, traz em contrapartida prejuízo generalizado para a grande massa da população, porque de fato são as reservas públicas, advindas de impostos, que são absorvidos pelos grandes capitais, fundos de tipo público. Nessa pilhagem o capital público, que já representa um capital desvalorizado, ao ser concedido através de empréstimos públicos a empresários privados, no seu retorno improvável, estará ainda mais desvalorizado; também há uma punção propiciada pela desvalorização da moeda, pelo crédito ao consumidor e pelos processos deflacionários.

Referências bibliográficas:

AMADEO, E. F. *John M. Keynes: cinquenta anos da Teoria Geral*. Rio de Janeiro: IPEA, 1992.

BOCCARA, Paul. *Quelques indications sur la révolution informationnelle*. In: *La Pensée*. Paris: Editions Sociales, nº 241, setembro de 1984.

GORENDER, Jacob. “Introdução”. In: MARX, K. *Para a crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1982, p. VII-XXIII (Os Economistas).

KRUGMAN, P. *A crise de 2008 e a economia da depressão*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

LOJKINE, J. *A revolução informacional*. São Paulo: Cortez, 1995.

MANDEL, E. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Nova Cultural, 1985a.

_____. *La crise*. Paris: Flammarion, 1985b.

MARX, K. *O Capital. Crítica da Economia Política*. Livro I, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003a, vol. 1.

_____. *O Capital. Crítica da Economia Política*. Livro I, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003b, vol. 2.

_____. *O Capital. Crítica da Economia Política*. Livro 3, Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, S.A., 1991a, vol. IV.

_____. *O Capital. Crítica da Economia Política*. Livro 3, Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, S.A., 1991b, vol. V.

MARX, K. *Introdução [à Crítica da Economia Política] In: MARX, K. Para a crítica da Economia Política. Salário, preço e lucro. O rendimento e suas fontes*. São Paulo: Abril Cultural, 1982 (Coleção Os Pensadores).

MÉSZÁROS, I. *Para além do Capital*. São Paulo: Editorial Boitempo, 2002.

NETTO, J. P. & BRAZ, M. *Economia política*. São Paulo: Cortez, 2006.

RAUTA RAMOS, M. H. *Mutações tecnológicas portadoras de novas potencialidades: as redes de cooperação política In: RAUTA RAMOS, M. H. (org.). Metamorfoses sociais e políticas urbanas*. RJ: DP&A, 2003, p. 35-64.

SOROS, G. *A crise atual e o que ela significa*. Rio de Janeiro: Agir, 2008.

Notas

1. Ver: Marx (1982).
2. Nessa discussão, sobre a origem do processo de acumulação primitiva, Marx desnuda o conto idílico desse processo, remetendo-o ao uso da força, inclusive com o apoio do Estado ou mesmo devido a sua própria ação. Para a acumulação primitiva ocorrer houve a atuação de “diferentes meios propulsores”, distribuídos “numa ordem mais ou menos cronológica por

diferentes países, principalmente Espanha, Portugal, Holanda, França e Inglaterra”. Na Inglaterra, essas forças foram coordenadas por meio de “vários sistemas: o colonial, o das dívidas públicas, o moderno regime tributário e o protecionismo” (idem), que usaram igualmente o poder do Estado, utilizando-se de métodos os mais brutais, como foi o caso do sistema de colônia. Segundo Marx, o poder do Estado, na constituição da sociedade burguesa, significou “[...] a força concentrada e organizada da sociedade para ativar artificialmente o processo de transformação do modo feudal de produção no modo capitalista, abreviando assim as etapas de transição. A força é o parceiro de toda sociedade velha que traz uma nova em suas entranhas. Ela mesma é uma potência econômica” (MARX, 2003b, p. 864).

3. “O lucro de que ora falamos é apenas outro nome para a própria mais-valia, considerada em relação a todo o capital e não em relação ao capital variável donde deriva” (MARX, 1991a: 244-245). Ou seja, o lucro representa a mais-valia quantificada tomando como referência o capital social. A taxa de lucro leva em consideração também o gasto com equipamentos etc. ou seja o capital constante. E nesse sentido, a massa de lucro, a totalidade absoluta dela, do ponto de vista social equivale à magnitude total da mais-valia.
4. “A taxa de mais-valia, ou taxa de exploração do trabalho pelo capital, não é idêntica à taxa de lucro. Enquanto a primeira é a divisão do trabalho excedente (trabalho não pago ou mais-valia) pelo trabalho necessário (capital variável ou trabalho pago ou salário), ou seja, a relação entre a mais-valia e o capital variável, na segunda, o denominador é o capital constante + o capital variável, isto é, a relação entre mais-valia e capital constante + capital variável. Podendo essas equações serem assim representadas: m' (taxa de mais-valia) = m (mais-valia) / capital variável; p (taxa de lucro) = m (mais-valia) / capital constante + capital variável. Ou seja, para calcular a taxa de lucro é necessário levar em consideração o gasto em maquinário, instalações e matéria prima (capital constante) na

produção da mercadoria, além da despesa em salário. “O lucro é a forma metamorfoseada com que a mais-valia aparece ao capitalista [...] a rentabilidade da empresa é determinada pela sua taxa de lucro” (NETTO & BRAZ, 2006: 144). Na verdade, o lucro nada mais é do que a forma metamorfoseada através da qual a mais-valia se apresenta para o capitalista, sendo a rentabilidade da empresa quantificada através de sua taxa.

5. Foram analisadas por Mandel as crises *ocorridas* nos anos de 1971-1975 e 1976-1982, e as recessões generalizadas de 1974-1975 e 1980-1982.
6. Embora Keynes tenha marcado “[...] uma nova era no desenvolvimento do pensamento econômico, que há 50 anos se move no interior de uma agenda essencialmente keynesiana” (AMADEO, 1992: 5), sua *obra* tem um limite: a natureza reformista de suas proposições. “Se, por um lado, havia a proposta de aumentar a participação do Estado através de maior controle das decisões de gasto, por outro, tal intervenção deveria manter intactos os princípios fundamentais do sistema capitalista, a começar pela propriedade privada dos meios de produção” (AMADEO, 1992: 5-6).

* **Maria Helena Rauta Ramos** é Doutora em Serviço Social pela PUC/SP . Professora aposentada da ESS/UFRJ Prof^a do Mestrado em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local da EMESCAM – Vitória / ES
rauta.ramos@gmail.com

A teoria da conjuntura e a crise contemporânea

Carlos Eduardo Martins *

Departamento de Ciência Política (UFRJ)

A Teoria da conjuntura e a crise contemporânea

Resumo: O texto aponta as premissas teóricas para a análise da conjuntura contemporânea, indicando o significado da crise atual da economia mundial e as perspectivas para a próxima década.

Palavras chave: Conjuntura. Crise. Capitalismo histórico. Tendências seculares e ciclos.

The theory of juncture and the contemporary crisis

Abstract: The text outlines the theoretical premises for the analysis of the contemporary juncture, indicating the meaning of the current crisis in world economy and the perspectives for the next decade.

Keywords: Juncture. Crisis. Historical capitalism. Secular tendencies and cycles.

Recebido em 24.04.2009. Aprovado em 30.06.2009.

Premissas teóricas e metodológicas para a análise das conjunturas

A crise da economia mundial iniciada em 2008 tem causado grande impacto sobre os meios de comunicação e o pensamento social. Mais que uma simples recessão, apresenta, de fato, elementos de depressão ao produzir um intervalo de crescimento negativo, o que leva muitos a caracterizarem-na como reedição da grande crise de 1929. Terá procedência esta comparação? Como podemos interpretá-la? Quais os seus determinantes e o seu alcance? Que mudanças político-ideológicas e na conjunturas pode suscitar? Essas questões são de enorme pertinência, não apenas para as Ciências Sociais, mas também para a ação política.

Vivemos um período de grande aceleração do tempo histórico, provocado pelas amplas transformações materiais e sociais trazidas pela globalização. Essa aceleração produz choques, contradições e entrelaçamentos de tendências e contra-tendências. Distinguir a articulação específica das forças sociais que se combinam e se confrontam nas realidades em que se apresentam, é de importância central para identificarmos sua perenidade e nexos históricos. É alto o risco de se tomar fenômenos transitórios e aparentes por profundos e estruturais, em função do dinamismo de nosso tempo, o que exige do pesquisador uma extrema cautela. Para lidar com esta temporalidade, onde o fluxo histórico se intensifica, estabelecendo simultaneamente vínculos crescentes entre o futuro e o passado, a investigação social deve buscar os instrumentos conceituais de longa duração, submetendo-os permanentemente ao crivo dos processos empíricos. A construção da ciência na contemporaneidade exige, cada vez mais, a articulação crescente entre o abstrato e concreto, entre retrospectiva e prospectiva, para teorizar a história simultaneamente como fluxo e estrutura.

Esta perspectiva tem sido particularmente desenvolvida nas Ciências Sociais pelo amplo movimento que busca aproximar as correntes de pensamento braudeliano e marxista e encontra sua expressão mais avançada no desenvolvimento de uma teoria do sistema mundial. Para isso concorrem as análises do sistema-mundo, desenvolvidas em especial por Immanuel Wallerstein e Giovanni Arrighi; as contribuições da teoria marxista da

dependência, elaboradas principalmente por Theotonio dos Santos e Ruy Mauro Marini, pensadas pelos autores como a etapa inicial da construção de uma teoria do sistema mundial; as teorias da revolução científico-técnica, fortemente inspiradas nos *Grundrisse* e em *O Capital*; e as teorias dos ciclos longos.

A obra de Fernand Braudel constitui uma referência indispensável para a construção de conceitos de longa duração. Ele aponta a existência de múltiplas dimensões do tempo, diferenciadas, simultâneas e articuladas, que condicionam-se reciprocamente e configuram um movimento dialético de deslocamento: são as das estruturas, das conjunturas e do cotidiano. As estruturas constituíram as prisões da longa duração que se moveriam lentamente, desgastando-se, e condicionando as possibilidades do existir.

As conjunturas seriam inflexões cíclicas que afetariam as primeiras, incorporando-se a seu movimento de desenvolvimento e desgaste. E o cotidiano, inscrito nos marcos gerais estabelecido por estruturas e conjunturas, representaria a composição anárquica e altamente imprevisível do dia a dia que interage com as dimensões anteriores.

Este enfoque foi amplamente desenvolvido, no Fernand Braudel Center, por Immanuel Wallerstein e Giovanni Arrighi. Immanuel Wallerstein (1979, 1984 e 1998) designou, através do conceito de moderno sistema mundial, a estrutura do que chama de capitalismo histórico. O moderno sistema mundial representa a combinação entre a economia-mundo capitalista, seus fluxos de capitais e mercadorias, e a superestrutura que lhe permite o controle do poder político: o sistema interestatal. Para Wallerstein, o capitalismo constitui a gênese de sua estrutura de poder desde o século XVI com a construção de uma economia euro-americana. Através dela libertou as trocas de longa distância dos custos políticos exigidos pelos impérios, ampliou o mercado mundial para incluir a oferta de suprimentos básicos à Europa Ocidental e criou uma estrutura econômica monopólica, voltada para a obtenção do superlucro. Essa estrutura desenvolveu o sistema interestatal, a partir do século XVII, como o eixo de uma superestrutura jurídico-política para o protagonismo do capital e sua mundialização. Ao limitar a territorialidade do poder coercitivo, o sistema interestatal estabele-

leceu uma assimetria espacial entre o capital e os Estados, em favor do primeiro. Esse se aproveita da competição estatal pelo capital circulante para impor seus interesses, invertendo a relação entre os poderes econômicos e políticos, tal como era configurada nos grandes impérios da antiguidade e, em menor medida, na medievalidade.

Giovanni Arrighi (1996, 1999 e 2008) analisou com precisão a forma de coordenação do moderno sistema mundial. Ele aponta que esta se realiza por hegemonias que limitam a anarquia e estabelecem padrões monetários, jurídicos, ideológicos organizadores do sistema interestatal. As hegemonias combinam consenso e coerção, utilizando a força como um recurso em última instância. Trata-se de um padrão que se desenvolve não apenas no plano inter-estatal, mas também no intra-estatal, uma vez que a reivindicação da legitimidade no plano internacional por um Estado vincula-se à capacidade de garanti-la internamente. Para um Estado reivindicar com êxito a hegemonia deve possuir um grau bastante assimétrico de poder econômico (produtivo, comercial e financeiro) sobre os demais. Assimetria, segundo Wallerstein, que lhe permita vender seus produtos no mercado competidor a um preço mais baixo que os produtores locais. Nem sempre é necessária a liderança militar, embora ela seja frequente, mas ao menos um equilíbrio geopolítico de forças que impeça o Estado mais poderoso de exercê-la contra a liderança econômica, caso das Províncias Unidas, derrotada militarmente pela Grã-Bretanha durante sua hegemonia, e da cidade de Gênova, protegida pela Espanha. Cada hegemonia amplia o liberalismo global, isto é, o grau de circulação de capitais e mercadorias na economia-mundo, o espaço territorial desta, e os mecanismos de consentimento em que se baseia – representação política e sua amplitude social. Todavia, as formas ideológicas de que se utilizará para isso são complexas e diferem bastante entre si.

As hegemonias configuram os ciclos políticos-institucionais do capitalismo histórico. Oscilam pendularmente entre as formas cosmopolitas-imperialistas e as corporativas-nacionalistas. Ambas aumentam a densidade do moderno sistema mundial, isto é, os volumes absoluto e relativo de trocas e investimentos internacionais, desenvolvendo as tendências seculares do capitalismo histórico. As hegemonias cosmopolitas-imperialistas introdu-

zem inovações político-institucionais que ampliam radicalmente os limites espaciais da economia-mundo, e as corporativas-nacionalistas implementam profundas modificações organizacionais, mas conservam em grande parte os limites espaciais anteriores. Os ciclos se dividem em fases de expansão material e financeira. São intermediados por períodos de caos sistêmico que correspondem a guerras mundiais de aproximadamente 30 anos, proporcionais em extensão à dimensão da economia-mundo. As guerras destroem anarquicamente os excessos de competição e capacidade internacionais e, com eles, parte da densidade do sistema mundial, para relaná-lo em outra etapa de desenvolvimento.

Cada oscilação do pêndulo corresponde à combinação entre duas perspectivas temporais simultâneas: a do retorno cíclico e da irreversibilidade do tempo, abrindo uma perspectiva de interpretação da realidade de extraordinária fecundidade. À hegemonia de Espanha-Gênova, seguiu-se a das Províncias Unidas, posteriormente a britânica e por fim a estadunidense. A hegemonia como sistema de poder não exclui o imperialismo, mas se articula com ele, subordinando-o à sua direção.

O imperialismo é um sistema de poder que exige o controle político e territorial de um Estado ou formação social por outro. É extremamente útil para a expansão dos limites territoriais da economia-mundo e a anexação de regiões externas a ela. A vinculação da lógica capitalista às políticas territorialistas da nobreza de origem medieval foi decisiva para a conquista colonial das Américas, cujo custo não podia ser calculado em termos estritamente capitalistas. A anexação da Ásia e da África pela Europa Ocidental pôde se basear muito mais no cálculo que a conquista das Américas e, portanto, no protagonismo político das forças capitalistas e liberais, em função das disparidades militares impulsionadas pela revolução industrial européia, ainda que este elemento por si só seja insuficiente para explicá-la¹. Uma vez estabelecida a integração econômica a uma nova divisão internacional do trabalho, o imperialismo torna-se desnecessário do ponto de vista da lógica global do sistema, uma vez que a dominação passa a repousar nas classes dominantes nativas, integradas ao protagonismo do capital internacional, como assinalaram as teorias da dependência. Entretanto, este ajuste não se fez facilmente, em função da própria dimensão

anárquica e competitiva do capitalismo histórico. Projetos imperialistas dirigidos ao centro do sistema, ameaçando o sistema interestatal, foram elaborados durante as bifurcações de poder, inerentes aos períodos de caos sistêmico, sendo amplamente derrotados: A Espanha imperial, a França napoleônica e a Alemanha nazista buscavam através da política/monopólio da violência subordinar a economia e prorrogar ou estabelecer sua dominação sobre o moderno sistema mundial.

O conceito de capitalismo histórico utilizado pelos autores é de grande importância. Através dele analisam os processos de acumulação de capital tal como se desenvolveram historicamente, possibilitando visualizar os primórdios de sistema de dominação capitalista e suas tendências de longa duração. Identificam as tendências seculares dessa estrutura: a acumulação ilimitada e a tendência decrescente da taxa de lucro, como polaridades antagônicas, indissolúveis e fundamentos dos seus ciclos. Arranjos organizacionais historicamente provisórios garantem o predomínio da primeira, mas ao esgotarem-se dão lugar à primazia da segunda. Novos padrões de organização são estabelecidos, fundando-se em última instância nas possibilidades estruturais de desenvolvimento da acumulação ilimitada, mas se as impulsionam, desgastam-nas. Wallerstein e Arrighi partem ainda do conceito de capitalismo histórico para assinalar que a acumulação de capital vincula-se ao monopólio, sendo este produzido pela restrição da competição mediante a articulação de atores privados ao Estado. Aparentam ainda que a criação de um sistema-mundo capitalista precedeu o desenvolvimento da chamada revolução industrial, iniciando-se com o controle econômico e orçamentário dos Estados europeus pelos capitais comercial e usurário.

A perspectiva neo-braudeliana desenvolvida por Immanuel Wallerstein e Giovanni Arrighi representa um aporte extremamente importante para a renovação do pensamento marxista. Todavia apresenta também algumas limitações, a principal o abandono de uma teoria da mais-valia e do conceito de modo de produção. Entretanto, esses limites podem ser ultrapassados, uma vez que não são necessários e podem ser resignificados. O conceito de capitalismo histórico articula-se bastante bem à concepção de Marx de que na transição entre modos de produção, a política joga um papel de-

cisivo. O modo de produção capitalista iniciou-se pelo controle político da superestrutura, da mesma forma que a ditadura do proletariado é o elemento chave de organização da transição ao socialismo. Foi isto o que permitiu, no capitalismo, o posterior desenvolvimento da base econômica do modo de produção, suas forças produtivas e relações de produção, e, poderá fazê-lo, segundo Marx, num hipotético e futuro modo de produção comunista, caso o proletariado consiga impor sua hegemonia política para afirmar a transição socialista. O capitalismo criou um sistema-mundo de poder onde articulou-se por 300 anos à liderança política da nobreza, controlando as políticas de Estado para impulsionar a busca de superlucro, mediante a pilhagem, colonização e o tráfico de escravos como suas principais fontes de acumulação ilimitada. Entretanto, apenas pôde se transformar de sistema mundo em sistema mundial, com o pleno desenvolvimento de suas tendências seculares mediante o estabelecimento de sua base específica de forças produtivas e relações de trabalho: a revolução industrial e o assalariamento, que impulsionaram o capital produtivo como eixo de articulação dos capitais comercial e usurário e, com ele, a instituição e expansão da taxa de mais-valia.

Se as versões braudeliana e neobraudeliana de capitalismo histórico apontam corretamente as identidades entre os distintos processos históricos de acumulação capitalista para definir, na acumulação ilimitada, o significado geral do conceito de capitalismo, falham, por sua vez, na análise das condições materiais que a impulsionam e a sustentam secularmente, tornado-se insuficientes para abordar o processo histórico de construção, desenvolvimento, desgaste e obsolescência dessa estrutura. Para isso deveriam incluir o conceito de modo de produção capitalista, cujo eixo central de forças produtivas, segundo Marx é a grande indústria.

A revolução industrial afirmou-se como o paradigma de desenvolvimento da economia mundial entre 1780-1970. Estabeleceu o princípio mecânico, desvalorizou a força de trabalho, incrementou a taxa de mais-valia e reduziu drasticamente a população empregada no campo. Durante este período, as contradições, para a taxa de lucro, entre o aumento da taxa de mais-valia e o decréscimo relativo da massa de valor representada pela força de trabalho, principalmente em função do aumen-

to da taxa de desemprego, foram solucionadas favoravelmente com as ondas longas de elevação da produtividade, a apropriação dos excedentes gerados nas periferias e a estabilidade político-institucional do sistema.

A partir de 1970, com a convergência tecnológica microeletrônica, iniciou-se a mundialização da revolução científico-técnica. Esta estabelece o princípio automático em lugar do mecânico, substituindo progressivamente o trabalho manual pelo intelectual. Se a revolução industrial reduziu drasticamente a proporção do trabalho agrícola, concentrando-o no setor secundário e de serviços, a revolução científico-técnica tende a fazer o mesmo com o trabalho manual, restringindo-o a uma proporção residual. Marx analisou este processo do ponto de vista lógico-histórico em *o Capital* e mais profundamente nos *Grundrisse*. Para o autor, a ciência seria uma força produtiva revolucionária, de natureza pós-capitalista, que pode apenas parcialmente ser submetida ao capital. Ele assinala que o desenvolvimento da ciência tende a zerar o valor, uma vez que este depende não do trabalho que se incorpora à produção, mas daquele que despende no processo de produção. A ciência ultrapassa o trabalho coletivo e estabelece o trabalho universal que se acumula infinitamente através das gerações, configurando um estoque de conhecimento gratuito que intervém crescentemente na produção, garantindo as necessidades básicas da humanidade. A automação tende a eliminar o trabalho da produção direta e reestrutura as qualificações da força de trabalho, ameaçando o princípio da mais-valia relativa. Nesta, a produtividade vinculava-se à desvalorização da força de trabalho, substituindo o saber operário pela máquina, ampliando a taxa de mais-valia. Ao suprimir largamente o trabalho manual, a automação redefine as demandas sociais de trabalho em direção ao trabalho intelectual, vinculando a produtividade ao aumento do valor da força de trabalho, uma vez que passa a depender do aumento do tempo de formação do trabalhador. Esta contradição é resolvida pelo capital através da superexploração do trabalho: isto é, com o aumento do desemprego estrutural, se reduzem os preços da força de trabalho por abaixo de seu valor, sustentando a taxa de mais-valia.

A automação apresenta ainda outra importante contradição para a taxa de mais-valia. Ao reduzir

a massa de valor representada pela força de trabalho a uma parcela muito diminuta da jornada de trabalho, restringem-se cada vez mais os impactos dos aumentos da produtividade sobre a elevação da taxa de mais-valia. Limita-se também a conversão de mais-valia extraordinária em lucro extraordinário, objetivo principal da inovação, segundo Marx. A mais-valia extraordinária amplia a massa de mercadorias sem reduzir o valor social de cada unidade, por isso, como menciona Ruy Mauro Marini, dirige-se principalmente ao consumo suntuário e gera a sua demanda a partir da economia relativa de gastos com a força de trabalho. Ao reduzir-se significativamente a economia de valor com a força de trabalho que se obtém com a inovação tecnológica, a mais-valia extraordinária encontra dificuldades de realização, pois a massa de mercadorias acrescentada pelo desenvolvimento da produtividade não encontra demanda equivalente na transferência de valor do trabalho ao capital por efeito da introdução do progresso técnico.

A revolução científico-técnica recebeu amplo tratamento teórico-metodológico na obra de Radovan Richta, difundindo-se no pensamento marxista, para ganhar em Theotonio dos Santos o seu principal intérprete. O desenvolvimento da revolução científico-técnica debilita estruturalmente o capitalismo histórico e faz girar o pêndulo das tendências seculares do moderno sistema mundial em favor da queda da taxa de lucro. Entretanto, este movimento é de longa duração, e se articula com outros que podem limitá-lo parcialmente e conter provisoriamente suas dimensões disruptivas. Estes movimentos são os ciclos. Além dos ciclos sistêmicos, de dimensão político-institucional, possuem grande relevância para a análise da conjuntura os ciclos de Kondratiev.

Os ciclos de Kondratiev são ondas de 50 a 60 anos de duração, divididas em fases A, de expansão, e B, de financeirização. Surgem a partir da revolução industrial e expressam a combinação entre novos paradigmas tecnológicos e organizacionais e seus efeitos sobre a taxa de lucro. O surgimento de novos paradigmas tecnológicos exige novas formas de organização do trabalho, das empresas, do Estado e novos conteúdos de políticas públicas. Entretanto, este é um processo lento. Durante o desajuste entre as dimensões físicas e organizacionais das novas tecnologias, cai significativamente a taxa

de lucro e a acumulação tende a se deslocar para o setor financeiro, apoiando-se nos juros e na geração de capital fictício, o que provoca significativa redução nas taxas de crescimento econômico *per capita*. Durante as fases em que essas dimensões se ajustam, a taxa de lucro sofre uma forte ascensão e a acumulação se reorienta para o setor produtivo, elevando significativamente as taxas de crescimento *per capita*. O ajuste é instável e desenvolve-se numa trajetória pontuada por inovações primárias, secundárias e terciárias. No seu conjunto, os Kondratievs descrevem fases A, divididas em retomada, prosperidade e maturidade, e fases B, em crise, depressão e recuperação. Cada uma destas sub-fases compõe períodos decenais e dão lugar aos chamados Kitchins, ciclos estudados por Marx, ligados à substituição dos meios de produção. Os Kitchins absorvem a tendência preponderante do Kondratiev: isto é, as fases A, deste, prolongam e intensificam o seu crescimento, ocorrendo o inverso durante a financeirização.

Os ciclos de Kondratiev foram teorizados inicialmente por Nicolai Kondratiev entre os anos 1920 e 1930, influenciaram diversas correntes marxistas, entre elas o trotskismo. Essas oscilações também foram observadas por Joseph Schumpeter e repercutiram sobre a corrente neo-schumpeteriana. Todavia tanto Schumpeter quanto Trotsky procuraram lhe negar o caráter sistemático, atribuindo-lhe a condição de onda ao invés de ciclo, por razões apenas parcialmente distintas. Trotsky admitia apenas os ciclos decenais observados por Marx. Qualificava-os como endógenos e às ondas longas lhes atribuía caráter excepcional, na medida em que dependeriam supostamente de fatores externos ao processo de acumulação como as lutas de classes, as guerras, as descobertas tecnológicas ou geográficas. Schumpeter, por sua vez, considerava o capitalismo um sistema em equilíbrio, cabendo a fatores externos, como os empresários inovadores, lhe introduzirem dinamismo. A busca do lucro, visto como renda diferencial, por meio de inovações tecnológicas, colocaria o sistema em desequilíbrio. As inovações se desenvolveriam em cachos: inovações primárias, secundárias e terciárias se sucederiam levando o sistema a novo ponto de equilíbrio, diferente do anterior.

O pensamento neo-schumpeteriano avançou bastante na análise das ondas longas, principal-

mente, através das obras de Christopher Freeman e Carlota Perez. Elaborou os conceitos de paradigmas tecno-econômicos e trajetórias tecnológicas, identificou historicamente a existência de cinco grandes ondas, mas manteve o compromisso com a noção de equilíbrio schumpeteriana, que impediu a compreensão da acumulação ilimitada como parte da estrutura capitalista e dos ciclos como uma das formas de expressão do seu desenvolvimento. O pensamento trotskista alcançou alto nível de sofisticação com a obra de Ernst Mandel. Ele revisou as críticas de Trotsky aos ciclos, suavizando-as, mas manteve a dualidade endógeno/exógeno que era parte do esquema de análise do autor russo-ucraniano. Mandel assinalou que o desenvolvimento do capitalismo num sistema efetivamente mundial e o crescente controle que proporciona sobre a natureza através do progresso técnico, diminuía a autonomia relativa de fatores como a natureza e a inovação tecnológica. Entretanto, ele apontou que a luta de classes permanecia como variável exógena ao poder capitalista, ainda que restringisse sua potencialidade libertadora ao período específico da primeira quinzena que se segue ao estalo da crise que inicia a fase B do Kondratiev.

Em verdade a polarização endógeno/exógeno é uma falsa questão para a compreensão da problemática dos ciclos. Ela é oriunda do liberalismo e da fragmentação que este provoca no pensamento social. Todo processo social constitui-se por uma articulação específica que se desenvolve sobre os elementos geográficos, territoriais, tecnológicos e culturais da vida humana que lhes são relativamente autônomos. O capitalismo criou uma poderosíssima força de articulação oriunda de suas tendências seculares, capaz de incorporar em grande parte a natureza e os processos sociais. Os Kondratievs são oscilações que correspondem ao desenvolvimento estrutural do modo de produção capitalista, de suas forças produtivas e relações de produção. O longo movimento pendular de ajustes e desajustes entre as dimensões materiais e subjetivas das tecnologias vincula-se ao predomínio da maquinaria, como força produtiva, sobre a condição humana e intelectual dos trabalhadores. E a alternância entre desenvolvimento produtivo e financeirização, ao protagonismo da acumulação ilimitada. A luta de classes tem sua autonomia relativa, mas não é um componente exógeno às estruturas ca-

pitalistas e à sua expressão cíclica: é inerente ao movimento dessas estruturas, desenvolve-se com a sua expansão e afeta seu curso, podendo, no limite, interrompê-lo. Entretanto esta possibilidade não é independente das condições materiais de existência vinculadas, em última instância, à expansão do tempo secular do capitalismo. A reprodução dos Kondratievs, dos ciclos sistêmicos ou dos Kitchins assinala o protagonismo do capital na luta de classes e o desenvolvimento das estruturas capitalistas de que são parte. Os Kondratievs têm se manifestado com razoável regularidade na história do capitalismo e sido extensamente observados nos períodos de 1790/1810-17 até 1844-51; 1844-51/1870-75 até 1890-96; 1891-96/1914-20 até 1939/45; 1939-45/1967-73 até 1991/1994; e 1991/1994 até 2015/20 (?).

A articulação entre as tendências seculares e a perspectiva cíclica permite situar a história como uma força viva, constituindo um instrumento teórico-metodológico de grande importância para a análise das conjunturas. O tempo assume múltiplas dimensões aparecendo simultaneamente como fluxo e estrutura, prospectiva e retrospectiva. A repetição cíclica ao incidir sobre outro ponto de desenvolvimento da estrutura capitalista cria uma temporalidade nova e original, ao mesmo que relança velhos temas e questões, articulando-os em outro contexto para suscitar novas respostas.

A conjuntura atual e os desafios do século XXI

Nossa tese é que a conjuntura contemporânea se caracteriza pela combinação de três movimentos simultâneos e de longa duração: a mundialização da revolução científico-técnica, a crise de hegemonia dos Estados Unidos – processos que se estabelecem desde início dos anos 1970 – e um ciclo expansivo de Kondratiev, que se inicia a partir de 1994. Tanto a mundialização da revolução científico-técnica, quanto a crise de hegemonia dos Estados Unidos atuam no sentido de deprimir a taxa de lucro, mas este processo é contido pelo ciclo expansivo de Kondratiev que se inicia em 1994. Este ciclo de expansão restabelece os altos níveis da taxa de lucro e da taxa de crescimento per capita na economia mundial, mas sofre os efeitos desses processos mais longos: a taxa de crescimento per capita fica abaixo do período dos anos dourados,

entre 1950-73, e da potencialidade tecnológica atual; o eixo geopolítico do crescimento da economia mundial se desloca para o Leste asiático, e a taxa de lucro se recupera com dificuldade, dependendo da difusão da superexploração do trabalho da periferia para os centros decadentes, onde se situa por debaixo dos níveis do pós-guerra.

A fase A desse Kondratiev divide-se em retomada, que se institui entre 1994-2000; em prosperidade, que se estabelece entre 2002-2008; podendo-se projetar a maturidade possivelmente para 2010-2015/20. O fim do ciclo longo expansivo faria convergir os três grandes movimentos de queda da taxa de lucro, tornando-se altamente provável que lance a economia numa longa depressão e abra um período de crise geral do sistema capitalista, de caos sistêmico, similar ao de 1914-45. Os períodos de crise geral do sistema combinam o esgotamento da trajetória dos padrões organizacionais econômicos e políticos vigentes. Nesse sentido, a crise de 2008-2010, apesar de trazer elementos de depressão seria apenas um curto período de transição para uma nova expansão de aproximadamente 5-10 anos. Ela se diferencia amplamente da crise de 1929: seu epicentro é um centro decadente e não o dinâmico da economia mundial e tampouco, pode de ser caracterizada como uma crise geral do capitalismo, que envolva uma ruptura dos seus padrões políticos de organização. O aumento da intervenção estatal e o desenvolvimento do capitalismo de Estado, que a crise vem provocando, não é uma ruptura com os padrões neoliberais que organizam a economia mundial desde os anos 1980. O aumento da intervenção estatal e sua vinculação ao setor financeiro têm sido amplamente praticados pelo neoliberalismo. A profundidade da crise de 2008, todavia, indica a existência de uma crise estrutural em marcha.

Durante os anos 1990, ainda sob a influência da crise mundial dos anos 1980, se manejou a idéia que viveríamos uma longa depressão. Iniciada nos anos 1970, esta se prolongaria pelo fato do capitalismo encontrar sua etapa superior num regime de acumulação ideal, financeirizado, pautado numa moeda flexível e na força das armas. A recuperação do crescimento entre 2002-2007 colocou em segundo plano este enfoque, mas algumas interpretações apressadas da crise de 2008 tentam restabelecê-lo. Entretanto, essas afirmações não encon-

tram sustentação empírica². A taxa de crescimento do PIB per capita, entre 1994-2006, de 2,6%, mais que duplicou a do período de 1974-93, conforme os indicadores da OCDE, tabulados por Angus Maddison (2009). A crise deverá reduzi-la – para o largo intervalo iniciado em 1994 -, afastando-a dos 2,9% a.a de 1950-73 e aproximando-a dos 2,3% a.a de 1939-73, quando se inclui a década do caos sistêmico dos anos 1940. Todavia, permanece muito acima dos 1,2% a.a da fase B do Kondratiev de 1974-93. A taxa de lucro nos Estados Unidos, país que oferece condições estatísticas para calculá-la, caiu de 10,3% para 6,5% nos intervalos 1959/67 e 1968-92. Subiu para 8,2% no intervalo de 1994-2007, sem recuperar o patamar da década 1960, mas nesse mesmo período se elevou significativamente a massa de lucros gerada pelas corporações estadunidenses fora dos Estados Unidos, o que indica níveis superiores de taxa de lucro em outras regiões da economia mundial, como a China e o Leste asiático. Em 1967, a parcela de lucros no exterior gerada pelas corporações não-financeiras estadunidenses equivalia a 5% do total alcançado. Entre 1994-2007, esta parcela se elevou para 17%, atingindo 23% nas crises de 2001 e 2008 (COUNCIL OF ECONOMIC ADVISERS, 2009).

A fase A do novo Kondratiev apresenta características muito especiais. Se, por um lado, desloca a acumulação para a taxa de lucro, as crises do modo de produção capitalista e da hegemonia estadunidense atuam sobre a recuperação da taxa de lucro, limitando-a. A automação reduz a massa de valor representada pela força de trabalho e estabelece a contradição entre a inovação tecnológica e a valorização do capital. A taxa de mais-valia apresenta incrementos cada vez mais medíocres e o segmento de alta produtividade incorpora uma parcela restrita do conjunto dos trabalhadores. A conversão de mais-valia extraordinária em lucro extraordinário apresenta dificuldades: a economia de valor produzida pela substituição da força de trabalho por maquinaria, que transfere parte do fundo de consumo dos trabalhadores para o capital e se incorpora parcialmente ao consumo de luxo, torna-se cada vez mais insuficiente para atender às expectativas de valorização da massa ampliada de mercadorias que circula em busca do lucro extraordinário.

Tais processos levam à busca de formas complementares ao processo produtivo de valoriza-

ção do capital, sem eliminar a sua centralidade, e à difusão da superexploração do trabalho como instrumento de elevação da taxa de mais-valia. A superexploração estabelece altos níveis de desemprego nos países centrais, para que os preços da força de trabalho caiam abaixo do seu valor, e gera um excedente de capital que não se reinveste no setor produtivo deles. Esse excedente de capital busca a valorização no setor financeiro ou no exterior, colocando em crise a divisão internacional do trabalho em centros, semiperiferias e periferia, e proporcionando uma janela de oportunidade aos países periféricos que forneçam uma força de trabalho com qualidade similar e mais barata que a dos países centrais.

A crise de hegemonia dos Estados Unidos se combina com essas necessidades da fase ascensional deste Kondratiev, oferecendo-lhe processos de valorização auxiliares. A sobrevalorização do dólar que impulsiona os déficits comerciais estadunidenses e a dívida pública norte-americana são seus principais instrumentos. O dólar sobrevalorizado e a dívida pública têm sido utilizados, desde os anos 1980, em maior ou menor grau, pelos governos estadunidenses como recursos de empoderamento econômico de sua burguesia e de atração de capitais, diante da perda de competitividade dos Estados Unidos frente a economia mundial, em particular para o Leste Asiático. Entretanto estes instrumentos são limitados: fortalecem provisoriamente o poder financeiro estadunidense, mas impulsionam dívidas e debilitam o seu setor produtivo. A sobrevalorização do dólar eleva os preços de exportação em moeda estrangeira para as distintas economias nacionais e favorece a sustentação da mais-valia extraordinária, impulsionando a migração dos investimentos de empresas estadunidenses para outras regiões. A dívida pública funciona como um instrumento de criação de capital fictício que absorve o capital global excedente que não encontra os meios suficientes de valorização no setor real da economia.

Entretanto, as taxas de juros durante a fase expansiva do Kondratiev tendem a nivelarem-se abaixo do crescimento da economia. A dívida pública, após um pico de 1979-94, quando saltou de 33% para 66,7% do PIB, se estabiliza e desce suavemente para 58%, durante o governo democrata de Bill Clinton, em 2000. No governo Bush, a di-

vida pública recupera os patamares de meados dos anos 1990, alcançando 65,5% do PIB, impulsionada pelo aumento dos gastos militares. Mas, essa elevação foi insuficiente para atender à demanda por lucro extraordinário gerada pelo dinamismo da economia.

Durante a fase B do Kondratiev do pós-guerra, o Estado organizou através da dívida pública, o mercado de valorização do capital fictício. Entretanto, no período que se abriu a partir de 1994, não pôde fazê-lo da mesma forma. Coube ao setor privado organizar esta tarefa através da valorização de ativos financeiros vinculados ao setor real da economia: entre 1994-2000, este mercado concentrou-se nas ações da bolsa de valores estadunidense do segmento de alta tecnologia; e entre 2005-2007, nos títulos vinculados às hipotecas imobiliárias. Mas a valorização desses ativos chocou-se com os limites de demanda da economia estadunidense, uma vez que se articulava em última instância ao setor real da economia. Esta não sustentou a expansão e os preços das mercadorias necessários às expectativas de lucros dos investimentos financeiros³. Em 2001-02, o governo estadunidense baixou os juros e reduziu os impostos sobre as corporações como forma de estimular a recuperação econômica. Essas medidas aqueceram a economia, mas criaram a armadilha de uma enorme superacumulação de capital, que resultou na crise iniciada em meados de 2007 e levou à drástica intervenção do Estado para sustentar em grande parte os valores de ativos podres.

Nesse novo período de longo crescimento, o Estado eleva seus níveis de intervenção para, através do exercício do monopólio da violência, transferir recursos do conjunto da sociedade aos monopólios, sustentando as expectativas de apropriação de lucros extraordinários pelo grande capital, uma vez que parte significativa destes já não pode ser gerada pelo movimento específico do capital produtivo. A crise e as medidas anti-cíclicas, iniciadas ainda no governo Bush filho, implicaram no forte desgaste de liderança política do neoliberalismo, versão contemporânea do pêndulo cosmopolita-imperialista, na economia mundial. Ao ser realizada de forma concentrada, diferentemente do período Reagan-Bush pai, quando se distribuiu por mais de uma década, a intervenção desnudou os profundos vínculos de classe do Estado com o ca-

pital, nos centros da economia mundial. O resultado foi o impulso estrutural ao desenvolvimento dos movimentos antissistêmicos que deverá marcar a próxima década.

A eleição de Barack Obama deve ser vista como parte desse contexto.

O governo Obama enfrenta uma agenda interna e externa de pressões crescentes para mudanças sociais, políticas e econômicas, mas a sua capacidade de atendê-las é muito limitada. As perspectivas de retorno ao velho ideal social-democrata são muito improváveis. Herda uma brutal crise da economia estadunidense e dá prosseguimento a forte aumento da dívida pública para sustentar lucros extraordinários e o capital fictício. Compromete grande parte da sua capacidade de ação com os setores monopólicos e não consegue atender as demandas dos movimentos sociais e lideranças nacionalistas que se afirmam no mundo contemporâneo. Seleciona o atendimento das pressões sociais internas, uma vez que sua especificidade está na tentativa de acomodar os choques entre movimentos sociais e capital financeiro para buscar resgatar inicialmente a legitimidade interna e posteriormente externa do Estado norte-americano. Entretanto, mesmo internamente suas propostas sociais são de alcance reduzido⁴. O elevadíssimo índice de endividamento reduzirá o potencial de crescimento estadunidense, o que limitará a posterior redução dos altos níveis de desemprego alcançados durante a crise: 9,5% em junho de 2009, estimando-se mais de 10% em 2010.

O comprometimento financeiro do estado norte-americano reduzirá sua capacidade de liderança para impulsionar os processos de transformação da economia mundial no sentido da sustentabilidade, inclusão, e paz⁵. Se aprofundará o deslocamento do dinamismo do crescimento econômico para o Leste asiático. Apesar da eleição de Obama, os Estados Unidos deverão continuar a perder liderança política na próxima década. A agenda mundial dificilmente será estabelecida por sua decadente hegemonia. Os governos latino-americanos tomam a iniciativa em estabelecer os temas da agenda na relação com os Estados Unidos – caso de Cuba e sua reincorporação a OEA, fim do bloqueio, restabelecimento democrático em Honduras – e a desenvolver temas próprios independentemente da participação estadunidense: novos rumos para a

integração regional que contemplem a cooperação financeira, tecnológica, científica, cultural e não priorizem a competição e concorrência econômica; e a articulação política entre América Latina, Ásia e África. Abre-se um enorme espaço para reorganização geopolítica da economia mundial. Neste processo os BRICAS – caso se inclua a África do Sul – poderão jogar um papel chave.

América Latina ingressa na próxima década dividida em três grandes forças político e sociais: neoliberais, a terceira via e neo-nacionalistas. Os neoliberais mantêm as políticas do consenso de Washington, o alinhamento aos Estados Unidos e situam-se à direita do espectro político, tendo seu eixo na região, em Colômbia e México; a terceira via, baseada principalmente no Brasil, Uruguai e Chile, busca combinar políticas sociais, maior independência na política externa e, no caso do Brasil, certa recuperação da indústria nacional, com as políticas econômicas neoliberais; e os neo-nacionalistas, desenvolvem o capitalismo de estado em direção a formas participativas e, nos casos mais radicais, de transição ao socialismo. O neo-nacionalismo assume em geral uma perspectiva latino-americanista e suas maiores expressões são a Venezuela, Bolívia, Equador, Paraguai, às quais se articulam o socialismo cubano e o sandinismo na Nicarágua. A Argentina se articula com moderação e limitações a este processo.

O Brasil joga um papel central para a manutenção da hegemonia dos Estados Unidos na região. Um novo padrão de desenvolvimento para a região poderá se desenvolver com a sua aproximação ao neo-nacionalismo, articulando o continente para a formação de um novo bloco geopolítico com Ásia e África. Mantidas as tendências atuais, a China deverá, nos próximos 20 anos, ser o principal parceiro comercial da América Latina, A questão que se coloca é o que significará a aproximação com a China: a reprimarização de nossas economias na esteira de uma conjuntura de elevação dos preços dos produtos primários, que deverá permanecer na próxima década, provocada pela expansão da demanda chinesa; ou a utilização deste momento favorável para investir os excedentes comerciais alcançados na elevação da qualificação e saúde de nossos povos e no aumento de nossa capacidade de gerar valor agregado?

A resposta a esta questão dependerá das lutas políticas e sociais na região. Caso predomine a

articulação entre neoliberais e terceira via, a reprimarização de nossa economia aprofundará as desigualdades internas, a superexploração do trabalho, provocará o fortalecimento da fração agro-exportadora nas burguesias locais, produzindo um período de crescimento econômico ecologicamente predatório e de baixa sustentabilidade. Caso o neo-nacionalismo consiga atrair para si o centro político da região, poder-se-á se abrir o espaço para um novo desenho de políticas públicas com impactos não apenas regionais, mas globais rumo à transição para um mundo multipolar.

Referências Bibliográficas

ARRIGUI, G. *Adam Smith em Pequim*. São Paulo: Boitempo, 2008.

ARRIGHI, G. *O longo século XX*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

ARRIGHI, G.; SILVER, B. *Chaos, governance and modern world system*. Minnesota Press, 1999.

COUNCIL OF ECONOMY ADVISER. *Economic Report of The President*, 2009.

MADDISON, A. *La economía mundial 1820-1992: análisis y estadísticas*. Paris: OCDE, 1997. Disponível em: <http://www.ggdc.net/maddison/> Acesso em 10 de novembro de 2009.

OFFICE OF MANAGEMENT AND BUDGET. *A new Era of Responsibility: Renewing America Promise's*. 2009.

WALLERSTEIN, I. *El moderno sistema mundial I: la agricultura capitalista y los orígenes de la economía-mundo europea en el siglo XVI*. Madrid: Siglo XXI, 1979.

_____. *El moderno sistema mundial II: el mercantilismo y la consolidación de la economía-mundo europea 1600-1750*. Madrid: Siglo XXI, 1984.

_____. *El moderno sistema mundial III: la Segunda era de gran expansión de la economía-mundo capitalista, 1730-1850*. Madrid: Siglo XXI, 1998.

Notas

1. Deve-se agregar a decadência do Império Mongol (ARRIGHI, 1996)
2. A idéia de um império global capaz de sobrepor-se à competição e ao sistema inter-estatal para estabelecer de maneira sustentável o valor, independentemente das condições reais de produção, não encontra precedentes no capitalismo histórico e no moderno sistema mundial. Esses projetos se originaram nos períodos de caos sistêmico e buscaram submeter o sistema inter-estatal a forças pré-capitalistas, face à incapacidade dos blocos históricos que os sustentavam imporem seu protagonismo pelo poder econômico.
3. No informe *A new era of responsibility: renewing American's promise* (2009), o governo Obama estima a elevação da dívida pública e do déficit público, entre 2008 e 2009, de 70,2% a 90,4%, e 3,2% a 12,3%, respectivamente. As previsões são ainda de que a dívida pública alcance aproximadamente 100% do PIB em 2011, se mantendo neste patamar durante a década, na medida em que o déficit público apresente taxas similares ao crescimento da economia a partir de 2012, aproximadamente 3,0%. A previsão do informe é que de 2008-2019 o pagamento do governo federal com juros aumente 178%, com programas de saúde 128%, com a seguridade social 86%, e com a defesa 46%.
4. A possibilidade de uma nova crise decenal na segunda metade da próxima década poderá exauri-lo e acelerar a transição para um novo padrão monetário mundial

* **Carlos Eduardo Martins** é Doutor em Sociologia (USP). *Professor-Adjunto* do Departamento de Ciência Política (UFRJ).
cadu.m@uol.com.br

Direitos humanos: entre o princípio de igualdade e a tolerância

Sérgio Gomes da Silva *

ESS/UFRJ

Direitos humanos: entre o princípio de igualdade e a tolerância

Resumo: A concepção de que os seres humanos merecem respeito pelo ideal de humanidade e dignidade é um princípio que tem levado militantes dos Direitos Humanos a lutarem contra todas as formas de discriminação, preconceito, desigualdades e injustiças sociais, políticas e econômicas. Nesse sentido, este trabalho tem por objetivo analisar criticamente os princípios fundamentais que nortearam a doutrina dos Direitos Humanos no plano da teoria política, quais sejam, o princípio de igualdade e o princípio de tolerância, princípios esses que estão na base da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Deste modo, procederei a uma revisão da literatura e uma análise crítica dos conceitos de igualdade e tolerância para, em seguida, sugerir o conceito de solidariedade como princípio norteador da doutrina dos Direitos Humanos, a partir dos pressupostos do filósofo Richard Rorty e Zigmunt Bauman.

Palavras-chave: Direitos Humanos. Princípio de igualdade. Tolerância. Solidariedade.

Human rights: between the principle of equality and tolerance

Abstract: The idea that human beings deserve respect for the ideal of humanity and dignity is a principle that has led human rights activists to fight against all forms of discrimination, prejudice, inequality and social injustice, political and economic. In that sense, this study aims to critically examine the key principles that guided the doctrine of human rights in the realm of political theory, namely, the principle of equality and the principle of tolerance. Thereby, I will critically review the literature and analyze the concepts of equality and tolerance to, then, suggest, from the presuppositions of the philosopher Richard Rorty and Zigmunt Bauman, the concept of solidarity as the guiding principle of the doctrine of Human Rights.

Keywords: Human Rights. Principle of equality. Tolerance. Solidarity.

Recebido em 20.10.2008. Aprovado em 2.04.2009.

Introdução

A concepção de que os seres humanos merecem respeito pelo ideal de humanidade e dignidade é um bastião que tem levado os militantes dos Direitos Humanos a lutarem contra todas as formas de discriminação, preconceito, desigualdades, injustiças sociais, políticas e econômicas, violência física ou psicológica e impunidades de toda a sorte.

Neste tipo de sociedade (concretamente possível nos dias de hoje), na qual sujeitos e grupos organizados cobram dos dirigentes do nosso país e da própria sociedade o respeito pelo outro e pelo nosso semelhante, o que se torna inquestionável e o que se tenta pluralizar em nossa cultura e em nossa sociedade machista, preconceituosa, capitalista, patriarcalista, patrilinear e individualista é não só o respeito por esse “outro” que nos é semelhante, como também aumentar o sentido e a referência do “nós” a um número cada vez maior de sujeitos. Da mesma forma, também se objetiva nesta mesma sociedade recrudescer a solidariedade, a dignidade, o respeito e a tolerância pelo outro, independente da raça, cor, sexo, cultura, partido político, crença religiosa ou status social na mesma sociedade dita democrática.

Tornou-se hegemônico em nossos dias, compreender nosso semelhante como alguém de menor valor que eu, se ele não participa do mesmo grupo social do qual participo, se ele não se assemelha de alguma forma a mim ou se não encontramos um pouco de nós mesmos nesse outro. Quando isto ocorre, passamos a não só destratar o nosso semelhante como também, em alguns casos, a incorrer em sentimentos de ódio generalizado ou em ações e comportamentos de discriminação e preconceito, desencadeando o sentimento de intolerância para com este sujeito ou grupos de sujeitos.

É neste sentido que a luta dos defensores dos Direitos Humanos parece não ter fim, pois o que se objetiva é a possibilidade de viver em um mundo onde as diferenças não sejam parteiras do sofrimento de milhões de pessoas que vivem como cidadãos de segunda classe, primando por uma igualdade de direitos e deveres comuns a todos os seres humanos.

Três grandes acontecimentos da modernidade marcam e fundam a doutrina dos Direitos Humanos: a Revolução Americana de 1776, a Revolução

Francesa de 1789 e a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1793.

A Revolução Americana, movimento de ampla base popular, teve como principal motor a burguesia colonial, objetivando a independência das Treze Colônias, proclamada em 4 de Julho de 1776. Os Estados Unidos da América foi o primeiro país a adotar uma constituição política escrita, aprovada pela Convenção Constitucional de Filadélfia – na Pensilvânia, entre 25 de maio e 17 de setembro de 1787.

Por sua vez, a Revolução Francesa foi o nome dado ao conjunto de acontecimentos que, entre 5 de Maio de 1789 e 9 de Novembro de 1799, alterou o quadro político e social da França, principalmente no que se refere ao Antigo Regime (*Ancien Régime*) e a autoridade do clero e da nobreza. A Revolução Francesa, influenciada pelos ideais do Iluminismo e da Independência Americana, está entre as maiores revoluções da história da humanidade. Foi considerada como acontecimento que deu início à Idade Contemporânea, abolindo a servidão e os direitos feudais, proclamando os princípios universais de “Liberdade, Igualdade e Fraternidade” (*Liberté, Egalité, Fraternité*).

Mas quando os revolucionários franceses proclamaram “liberdade, igualdade e fraternidade”, eles não estavam se referindo a todas as pessoas, mas sim aos homens bons, brancos e ricos, deixando de lado as mulheres, os pobres, os negros e os mestiços – a maioria da população, gerando enorme contradição política entre a teoria e a prática do jusnaturalismo.¹

Por fim, a Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão, inspirada na Revolução Americana de 1776 e nas idéias filosóficas do Iluminismo, aprovada pela Assembleia Nacional Constituinte da França em agosto de 1789 e votada definitivamente a 2 de outubro de 1793. Sintetiza em dezessete artigos e um preâmbulo os ideais libertários e liberais da primeira fase da Revolução Francesa. Nesta Declaração, são proclamados as liberdades e os direitos fundamentais do homem moderno, base da Declaração Universal dos Direitos Humanos, promulgada pela ONU em 10 de dezembro de 1948.

Isto posto, este trabalho tem por objetivo analisar criticamente os princípios fundamentais que nortearam a doutrina dos Direitos Humanos no

plano da teoria política, quais sejam, o princípio de igualdade e o princípio de tolerância, princípios esses que estão na maioria das constituições de países ocidentais, bem como na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

A questão em pauta não é fortuita. A luta pelos direitos de igualdade e tolerância é uma reivindicação da maioria dos militantes do movimento dos Direitos Humanos no Brasil e no mundo.

No plano nacional e internacional, os defensores dos direitos humanos têm divulgado na mídia a exploração sexual e tráfico de mulheres; as torturas com prisioneiros de guerra, a exemplo de Guatánamo e do Iraque; o trabalho escravo; os massacres e genocídios de tribos indígenas e africanas; os abusos de poder local na América Latina; os assassinatos da população LGBT; o descaso com a saúde sexual e reprodutiva das mulheres em países mais pobres; os maus tratos com crianças, adolescentes e idosos; os desaparecidos e as torturas durante o período militar, assim como uma infinidade de casos que desrespeitam a singularidade de homens e mulheres em todo o mundo.

Para tanto, procederei a uma revisão da literatura e uma análise crítica dos conceitos de igualdade e tolerância para, em seguida, sugerir o conceito de solidariedade como princípio norteador da doutrina dos Direitos Humanos, a partir dos pressupostos do filósofo Richard Rorty e Zigmunt Bauman.

Princípio da igualdade x princípio da diferença

Conforme dissemos, o que parece ensejar a luta dos militantes pelos Direitos Humanos na era moderna é a compreensão de dignidade e respeito pelo seu semelhante, e a compreensão das nossas diferenças através do princípio de igualdade, sobretudo igualdade de direitos (e de deveres), do respeito mútuo, da cidadania, dos ideais democráticos, dos princípios humanitários, da compreensão e aceitação do outro como um de nós, mesmo que este seja diferente em suas singularidades.

Dentre os autores que tratam do problema da igualdade e da tolerância no século XX, Hannah Arendt talvez tenha sido a que mais profundamente se debruçou sobre a questão, através de estudo sistemático das agressões contra o ser humano, dos regimes totalitários, da barbárie, e dos crimes contra a humanidade. Para esta filósofa, o princípio de

igualdade não seria uma norma válida para todos os homens e mulheres. Arendt, portanto, pôs em dúvida a veracidade do princípio que promulga terem todos os homens nascidos livres e iguais em dignidade e direitos, conforme assinala o artigo primeiro da Declaração Universal dos Direitos do Homem promulgada pela Organização das Nações Unidas em 1948. Muito pelo contrário:

Nós não nascemos iguais: nós nos tornamos iguais como membros de uma coletividade em virtude de uma decisão conjunta que garante a todos direitos iguais. A igualdade não é um dado – ele não é *physis*, nem resulta de um absoluto transcendente externo à comunidade política. Ela é um construído, elaborado convencionalmente pela ação conjunta dos homens através da organização da comunidade política. Daí a indissolubilidade da relação entre o direito individual do cidadão de auto-determinar-se politicamente, em conjunto com os seus cidadãos, através do exercício de seus direitos políticos, e o direito da comunidade de auto-determinar-se construindo convencionalmente a igualdade (ARENDR, 1987: 150).

É claro que quando falamos de igualdade entre todos, não queremos dizer com isso que necessariamente todos nós devemos ser iguais em nossa essência, em nossa natureza humana, pois a liberdade corresponde aos direitos e garantias para o exercício das liberdades individuais ou coletivas e inclui do direito à integridade física e psíquica aos direitos de expressão e de organização política. A igualdade, por sua vez, corresponde aos direitos não só à igualdade de acordo com a lei, como também às necessidades básicas tais como saúde, educação, trabalho, seguridade e previdência social, entre outros. Mas como ser “igual” em um país tão cheio de idiosincrasias como é o caso do Brasil? Como ser igual, se até agora, parece ser justamente nossas diferenças que nos tem mantido unidos em busca de um ideal democrático? E se somos diferentes, por que não aceitar nossas dessemelhanças²? Por que nos tornamos intolerantes contra aqueles que poderíamos chamar de nosso “irmão em humanidade”? Talvez, uma possível resposta pode ser encontrada nas afirmações de Peter Fry quando este ressalta:

Nas sociedades que se apresentam como democracias liberais, o ideal de igualdade de todos perante a lei é regularmente ameaçado pela distribuição desigual de poder e influência e pela hierarquia moral das categorias sociais e grupos com base em características específicas, reais e assumidas. A riqueza pode corromper e, a despeito da superação da criminologia lombrosiana, mulheres e pessoas de cor, membro das “minorias sexuais” e imigrantes tendem a sofrer tratamento distinto da polícia e do judiciário geralmente contra seus principais interesses (FRY, 2000:207).

Nossa sociedade tornou-se uma sociedade onde valorizamos mais o “ter” ou o “parecer ter” do que o “ser”. Somos ou nos tornamos uma sociedade de consumo, conforme nos advertiu Baudrillard (1995), e isto só foi possível graças a distribuição desigual de poder e pela hierarquia moral das mesmas categorias que fazem parte a elite do nosso país, revestida através da fantasia globalizada³ do capitalismo tardio e do mercado de consumo, que tem fomentado cada vez mais as nossas diferenças, ao invés das nossas semelhanças.

Quando dizemos que todos os seres humanos são iguais, a despeito de raça ou sexo, estamos afirmando exatamente o que? Racistas, sexistas e outros adversários da igualdade têm mostrado freqüentemente que, qualquer que seja a forma de comprovação que busquemos, a verdade pura e simples é que os seres humanos não são todos iguais”. (...) O fato é que os seres humanos diferem entre si e que as diferenças remetem a tantas características, que a busca de uma base factual sobre a qual se pudesse erigir o princípio da igualdade parece inalcançável (SINGER, 1998:26-27).

Importa muito menos se esse princípio possa ou não a ser alcançado. Importa, isto sim, que essa seja uma das bandeiras de luta para que as “mínimas diferenças”, de fato, sejam mínimas. Talvez seja bem possível admitirmos que os seres humanos possam diferir enquanto indivíduos para insistirmos que não há diferenças moralmente significativas entre as raças e os sexos a que eles pertencem. Neste sentido, não podemos tirar nenhum tipo de

conclusão acerca da inteligência, do senso de justiça ou da profundidade de sentimentos de um ser humano, dado a sua raça, cor, religião, sexo, procedência étnica ou origem sócio-cultural, a não ser a possibilidade única de tratá-lo como nosso semelhante, e deste modo, sabermos respeitá-lo em sua singularidade (SINGER, 1998).

Isto também quer dizer que não importa o sexo, gênero ou raça aos quais pertencemos nem quais credos religiosos ou filiações partidárias defendemos, e muito menos a quais hierarquias sociais somos ou fomos contingencialmente submetidos. Dito de outro modo, pertencer a uma determinada classe social, sexo, gênero, raça, religião, filiação partidária, etc., não nos dá nem mais nem menos direitos, e nem mais nem menos deveres.

Por outro lado, conforme afirma Carvalho (1998), a negação do princípio de igualdade tem seus propósitos: exaltar a desigualdade indeclinável porque se presta a um aspecto moral da escravização dos homens (mas principalmente mulheres e de todos que estão sob o jugo daqueles que detêm o poder). De acordo com o este autor desde a Revolução Francesa a palavra “igualdade” tem sido exaustivamente discutida e analisada como poucas no mundo contemporâneo, fazendo com que muita tinta e muito sangue fossem derramados na sua promulgação, ao passo que a igualdade também tem sido pouco respeitada e grandemente burlada pelas nações que a promulgaram e pela sociedade que a tomou como princípio universal.⁴

De fato, o que não se pode discutir é que os homens lutaram e ainda lutam para minimizar as risíveis diferenças que os cercam, promulgando leis para que a igualdade entre todos não seja um ideal humanisticamente utópico. Também seria correto afirmar que se estas leis têm servido a algum propósito, elas têm concedido mais direitos àqueles que têm se servido de maior liberdade e poder que estas mesmas leis podem promover.

Mas este não é um fato isolado. Desigualdades têm sido observadas em todo o mundo. Não obstante, quando queremos nos referir ao princípio que nos une, queremos nos referir à igualdade de direito, à igualdade jurídica, pois sem ela, no dizer de Arendt (1987), a nação pode desenvolver um grande número de sub-privilegiados.

Sem a igualdade jurídica, também não podemos ensinar a cidadania, outro ideal pertencente

às sociedades democráticas e que torna os homens iguais em direitos (mas também em deveres, sempre é bom lembrar).

Devemos lembrar também que, para Arendt (1987), os Direitos Humanos pressupõem a cidadania não apenas como um fato e um meio, mas sim como um princípio, pois a privação da cidadania humana traz como consequência a privação de nosso estatuto político, de nossa mais ínfima substância humana e, perdendo nossa qualidade substancial, podemos ser tratados como párias, ou seja, perdemos a possibilidade de sermos tratados em nossa pluralidade.

Para Arendt, a pluralidade humana é a condição de nossa existência sobre a terra como seres racionais igualmente humanos, mas cada um de nós apresenta diferenças e variações em seus caracteres individuais e para que se reflitam estas diferenças necessitamos de constante presença e continuado diálogo com os outros (ARENDR, 1987)

Mas a pluralidade humana, segundo Arendt, tem uma característica ontológica dupla, qual seja, a igualdade e a diferença:

Se os homens não fossem iguais, não poderiam entender-se. Por outro lado, se não fossem diferentes, não precisariam nem da palavra, nem da ação para se fazerem entender. Ruídos seriam suficientes para a comunicação de necessidades idênticas e imediatas. É com base nesta dupla característica da pluralidade humana que ela insere a diferença na esfera do privado e a igualdade na esfera do público. Na esfera do privado, prevalece a lei da diferença e da diferenciação, que assinala a especificidade única de cada indivíduo. (...) Na esfera do público, que diz respeito ao mundo que compartilhamos com os outros e que, portanto, não é propriedade privada de indivíduos e/ou do poder estatal, deve prevalecer, para se alcançar a democracia, o princípio da igualdade (ARENDR, 1987:151-152).

Sem o princípio de igualdade, tão necessário às sociedades democráticas, rumariamos para a autocracia ou para a própria ditadura, senão para a barbárie dos regimes totalitários, conforme foi visto na Europa durante a Segunda Guerra⁵, onde a condição humana foi levada ao minimamente possível, banalizada sob todas as formas, quando uma grande

massa de pessoas foi despida de qualquer utilidade, levando-se ao máximo o sentimento de exclusão, à vida nua, nas palavras de Agamben (2002), ou a abstrata nudez de ser unicamente humano.

E vale ressaltar que o sentimento mais poderoso das sociedades democráticas é a igualdade, da mesma forma que o respeito pela dignidade humana, os quais devem ser reconhecidos e aceitos como condição de uma sociedade justa, harmoniosa, para que a violência, em grande parte, resultante da intolerância, não transforme o mundo em que vivemos em um caos social. Não obstante, para que a igualdade entre os homens venha ocorrer, é preciso, nas palavras de Hannah Arendt, que eles se organizem. A igualdade, então, está no direito e não nas individualidades, já que esta nos separa, nos mantém afastados uns dos outros.

De acordo com Sérgio Adorno, o princípio de igualdade de todos perante a lei é um legado do pensamento clássico, proclamado na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão em 1789. De acordo com este autor, por “princípio de igualdade” devemos entender que todos os cidadãos devem seguramente estar submetidos às mesmas leis, independente de suas singularidades, ao passo que, para os cidadãos gozarem dos mesmos direitos assegurados pela constituição de seu país, as leis não podem promover a exclusão de uns em benefícios de outro, promovendo privilégios para aqueles que já fazem parte do mundo dos “incluídos” na sociedade contemporânea (ADORNO, 1995).

O princípio de igualdade, que também pode ser denominado de isonomia (do grego *isos* = igual + *nomos* = *norma*), está na ordem do Direito e da Justiça constituindo a segurança de todos os outros direitos que possuímos. Ele é um princípio cujo valor impõe uma certa reciprocidade de todos os Direitos Humanos, ou seja, discriminar alguém significa negar-lhe sua condição humana e é por isto que a Declaração Universal das Nações Unidas juntamente com as leis nacionais e internacionais de outros organismos universais, tais como a constituição de cada país, ressaltam a prevalência da igualdade dos homens⁶ (CARVALHO, 1998).

Quando da criação da Declaração dos Direitos do Homem e de mecanismos jurídicos internacionais resultantes dela, tais como os tratados e convenções contra a violência, a discriminação e o preconceito contra a mulher, foram promulgados,

observamos que não só a legislação dos países passou necessariamente a mudar, como também passaram por mudanças certas mentalidades arcaicas e alguns hábitos da cultura da nossa sociedade, como resultantes desses mecanismos, tornando-se mais aceitas as diferenças que nos cercam. Grosso modo, foi assim que ocorreu com o documento que aboliu a escravidão no Brasil (apesar de sabermos que não foi bem assim, e o racismo na sua forma mais original não ter chegado ao fim em nosso país, se é que um dia chegará), foi assim na década de 30 com a legalização do voto feminino, foi assim com relação ao reconhecimento da dívida humanitária para com os judeus que o mundo e, sobretudo, os alemães têm por conta do holocausto durante o regime nazista, e é assim que tem acontecido com as reivindicações de gays e lésbicas em todo o mundo para conseguirem a legalização da sua parceria civil e a criminalização da violência contra a população LGBT, entre alguns outros exemplos.

Se as mudanças na ordem do direito e no plano legislativo forçosamente promoveram um novo *ethos* da moralidade democrática, por que então esse novo *ethos* não primou também pelo princípio da tolerância? Por que esse novo *ethos* não foi capaz de promover menos violência, sobretudo contra as “minorias”? Por que ainda utilizamos a violência contra estas ditas minorias, a não ser para promover o direito que achamos já nos pertencer? E por fim, mas não por último, por que, face à diversidade de leis e mecanismos internacionais, ainda mantemos o sentido de intolerância contra aqueles que fazem parte dessa minoria?

É certo que não vamos aqui esgotar todas as questões propostas nesse trabalho, mas vale a pena nos debruçarmos mais um pouco para entendermos o sentido de tolerância/intolerância que permeia o cotidiano dos excluídos na história social contemporânea.

A violência como decantação do binômio tolerância/intolerância

Talvez não seja possível falar da questão da violência sem entendê-la como um subproduto da decantação do preconceito, da discriminação e da intolerância contra as minorias identitárias, conforme as violências cometidas contra mulheres, negros, gays e lésbicas (aqui incluído travestis e

transexuais), moradores de rua, trabalhadores rurais, judeus, muçulmanos, iraquianos, profissionais do sexo, entre outros, em seu nível macro e micro social, entendida aqui como uma “violência das mínimas diferenças”, para usar a expressão de Burke (2000).

Para entender os atos de violência contra estas minorias identitárias precisamos entender como estas identidades são construídas ao longo da história, de modo a fomentar no imaginário social coletivo, o desrespeito por estas identidades. De fato, retomando os questionamentos promovidos Hall (2000), quem precisa de identidade em um mundo onde ao invés da corrosão do caráter verificamos agora a corrosão das identidades sociais?

Porém, entender como as identidades se formam e como nascem o preconceito e a discriminação contra elas, não é suficiente. E muito menos, fazer com que os outros passem a ver o nosso dessemelhante como alguém igual a nós. É preciso um movimento de retorno à compreensão do outro como um de nós para que não passemos a agredilo, a discriminá-lo, a agir de modo preconceituoso ou até mesmo violento e nos parece, que quanto mais grupos de indivíduos se encerram em suas identidades, mais podemos encontrar outros grupos que toleram pouco esse fechamento identitário, o que desloca o foco da violência, do preconceito e da discriminação para o problema da intolerância, apesar de não justificá-la.

Conforme Freitas (s/d) afirma, a definição do que seja “intolerável” pode variar na mesma medida em que variam as identidades sócio-culturalmente construídas. Baseado na discussão promovida pela socióloga Celi Pinto, este autor vai levantar algumas discussões acerca da tolerância e de como esta se coaduna com a problemática da diferença e das identidades sócio-culturais. Daí, portanto, até que ponto podemos admitir as diferenças? Será que somos capazes de conviver com elas? É possível (nós diríamos, “não é utopicamente possível”) um mundo de diferenças absolutas, ou quem sabe, um mundo sem diferentes? Ora, as identidades não se constituem apenas pelos números de sujeitos que as formam, e sim, pelo dominador das mesmas (no caso dos negros, os brancos; no caso dos homossexuais, os heterossexuais; no caso dos pobres, os ricos; no caso das mulheres, os homens; e assim sucessivamente).

Tolerar identidades é, ao mesmo tempo, congelá-las e não as integrar. Por outro lado, a inclusão de uma determinada diferença em um dado cenário de forças, em uma dada comunidade, não é um fenômeno simples. A inclusão não é a eliminação da diferença, mas o reconhecimento da diferença; a exclusão, essa sim, é o não reconhecimento do outro. (...) Devemos redirecionar a discussão no sentido de buscar formas de redistribuição de poder na sociedade, que tenham como resultado o fim da necessidade de alguns grupos identitários dependerem da tolerância para garantir até mesmo suas vidas (PINTO, 1997 apud FREITAS, s/d).

Ora, uma sociedade que utiliza mecanismos de força e violência para subjugar o sujeito, marcar a iminente distinção entre aqueles que estão incluídos e aqueles que são excluídos, nada mais pode ser do que uma sociedade que fomenta uma nova ética contemporânea, qual seja, **a ética do alheamento do outro**, na expressão do psicanalista Jurandir Freire Costa. Para este autor, o alheamento do outro consiste em uma atitude de distanciamento cuja hostilidade e a perseguição de muitos são substituídos pela desqualificação moral de um sujeito. Para Costa (1997), desqualificar moralmente um homem ou uma mulher, significa não vê-los como um agente autônomo e criador de normas éticas, ou ainda como alguém obediente às leis partilhadas por uma coletividade, ou por fim, como alguém que deve ter a sua integridade física e moral respeitadas.

Segundo Jurandir Freire, a ética do alheamento só existe porque as elites apóiam esse modelo de subjetivação na qual fomenta de modo direto ou indireto, seja através de processos de exclusão ou da própria violência, as normas do bem viver no Brasil contemporâneo, de modo que, quem não faz parte desta elite, não é percebido como sujeito moral, tais como as minorias sociais deste país.⁷

Porém, Umberto Eco, em entrevista concedida ao Jornal Folha de São Paulo, vai mais longe ao sugerir que a única ética possível no mundo moderno é **a ética do respeito aos nossos corpos**, sobretudo no que tange ao nosso relacionamento com o mundo (Eco, 1994), já que a única coisa que de fato nos pertence é o nosso corpo, violá-lo nas suas mais variadas formas, seria um ato de violência.

É possível constituir uma ética sobre o respeito pelas atividades do corpo: comer, beber, urinar, dormir, fazer amor, falar, ouvir, etc. Impedir alguém de se deitar à noite ou obrigá-lo a viver de cabeça abaixada é uma forma intolerável de tortura. Impedir outras pessoas de se movimentarem ou falarem é igualmente intolerável. O estupro é crime porque não respeita o corpo do outro. Todas as formas de racismo e exclusão constituem, em última análise, maneiras de negar o corpo do outro. Poderíamos fazer uma releitura, a única, de toda a história da ética moderna sob o ângulo dos direitos dos corpos, e das relações de nosso corpo com o mundo (ECO, 1994: 7).

Daí, portanto, a antinomia da intolerância e do preconceito contra as minorias sociais: se por um lado, encontramos leis que tentam sustentar as garantias de igualdade entre os seres humanos, por outro, temos grupos de indivíduos que se utilizam da violência e do ódio contra as minorias sociais.⁸

Mas não devemos compreender a violência no seu sentido isolado, ou seja, como resultantes de processos de exclusão de indivíduos no seio de uma sociedade. Uma outra forma que podemos compreender a violência é entendê-la como resultante do ódio irracional contra os seres humanos, conforme demonstrou Hannah Arendt no seu estudo "Sobre a Violência". De acordo com Arendt, a violência frequentemente pode estar associada ao ódio irracional ou patológico, do mesmo modo que qualquer outro sentimento humano. Porém, sugere a autora, é possível criarmos condições de desumanização do ser humano como, por exemplo, nos campos de concentração, nas ações de tortura, em estados de fome ou de miséria humana absoluta, mas isto não significa que a desumanização seja resultante única e exclusivamente do ódio ou da violência.⁹

Pelo contrário: o ódio, para Arendt (1994) não é uma reação automática à miséria e ao sofrimento humano, visto que ninguém reage com ódio a uma doença incurável ou a algum fenômeno da natureza. O ódio só aparece quando o nosso senso de justiça parece ter sido ofendido, demonstrando nossa injúria pessoal, como pode ser visto na história das revoluções, onde os membros da classe alta a deflagravam e depois conduziam as rebeliões dos oprimidos e dos humilhados.

Assim, conforme aprendemos, a violência não cria poder: “Ela destrói o poder como capacidade de agir em conjunto, dado-chave da ação política” (ARENDDT, 1994:47).

Se o ódio aparece apenas onde existe razão para as condições de vida do sujeito serem mudadas, então é possível que não exista razão para o sentimento de intolerância contra as minorias sociais. É o caso, por exemplo, da intolerância religiosa, racial e/ou sexual, que está na base história do conceito da tolerância.

Ora, o conceito histórico da tolerância diz respeito às crenças religiosas e às questões políticas. Norberto Bobbio, em seu livro “A era dos direitos”, vai se referir a dois tipos de tolerância, a saber: a tolerância religiosa e a tolerância por motivos sociais e étnicos, que vão estar subsumidos à questão da discriminação e do preconceito. No caso da tolerância religiosa, ela deriva da convicção de possuir a verdade, e no caso da tolerância por motivos étnicos e sociais, ela deriva de um preconceito, aqui entendido como uma opinião ou conjunto de opiniões que são acolhidas de modo passivo e sem discussão por uma dada comunidade ou sociedade. Neste sentido, conclui Bobbio (1992), não podemos tentar convencer um fiel de uma igreja a participar das mesmas convicções de uma outra religião, nem muito menos solicitar que seguidores de partidos políticos díspares compartilhem dos mesmos ideais partidários, nem muito menos esperar que um sujeito branco possa não discriminar outros de raça, etnia, sexo ou opção sexual diferente da sua, utilizando-se dos mesmos argumentos.

É importante frisar que, para Bobbio (1992), o binômio tolerância/intolerância, encontra-se nessa dupla injunção de se colocar frente às nossas igualdades e dessemelhanças, de modo a permitir ou restringir determinadas práticas em sociedade. De fato, para este autor, tanto a tolerância quanto a intolerância têm significados positivos e negativos:

Em sentido positivo, tolerância se opõe a intolerância em sentido negativo; e, vice-versa, ao sentido negativo de tolerância se contrapõe o sentido positivo da intolerância. Intolerância em sentido positivo é sinônimo de severidade, rigor, firmeza, qualidades todas que se incluem no âmbito das virtudes; tolerância em sentido negativo, ao contrário, é sinônimo de indulgência culposa,

de condescendência com o mal, com o erro, por falta de princípios, por amor da vida tranqüila ou por cegueira diante dos valores. [...] Tolerância em sentido positivo se opõe a intolerância (religiosa, política, racial), ou seja, à indevida exclusão do diferente. Tolerância em sentido negativo se opõe a firmeza nos princípios, ou seja, à justa ou devida exclusão de tudo o que pode causar dano ao indivíduo ou à sociedade (BOBBIO, 1992:210-211).

O núcleo da idéia de tolerância está no reconhecimento do outro como um igual, como um irmão em humanidade, que repara os laços sociais que nos fazem conviver. Pressupõe, portanto, um valor e um posicionamento ético diante do outro. Espera-se, com isso, um mundo mais igualitário, mais homogêneo. Ora, mas um mundo sem conflitos, pautado na igualdade é um mundo utópico e impossível, o que engendraria uma nova forma de sistema totalitário. O ideal de igualdade, deve funcionar mais como um ideal regulador do que uma práxis. A igualdade, tal como defendida por muitos, deve ser um horizonte político que regula e reduz as desigualdades injustas e a intolerância (BEZERRA JR., 1998; ORTEGA, 2000).

Tolerar, portanto, é aceitar a idéia de que os homens não são definidos como livres e iguais em direito, mas que são definidos como homens, preceito e fundamento de uma hipotética ética universal, que fundamente uma consciência individual e coletiva para não ensinarmos o ódio.

É inadmissível, então, admitir que haja algum fundamento nos grandes contrastes urbanos onde a miséria, a riqueza e a pobreza convivam “pacificamente” umas com as outras; é insuportável aceitar que os diversos crimes cometidos contra os homossexuais tenham sido realizados em nome da intolerância e de uma verdade inquestionável, e finalmente é incompreensível menos ainda que os crimes de violência contra mulheres, crianças, velhos, negros, espíritas ou adeptos das religiões africanas tenham ainda espaço na cena pública, ou seja, que violências ou crimes de toda sorte tenham sido cometidos por todos aqueles que toleram pouco o seu semelhante na diversidade e pluralidade de nossa hierarquia identitária e social.¹⁰

Para o intolerante ou para quem se coloca acima da antítese tolerância-intolerância, julgando-a

historicamente e não de modo prático-político, o tolerante seria freqüentemente tolerante não por boas razões, mas por más razões. Não seria tolerante porque estivesse seriamente empenhado em defender o direito de cada um professar a própria verdade, no caso em que tenha uma, mas porque não dá a menor importância à verdade (BOBBIO, 1992:205).

Nós não vivemos fora da violência e nem estamos alheios a ela. Não somos animais irracionais, predadores vorazes em busca de eliminar nossa caça para saciar nossos instintos primários ou gregários.

Não podemos deixar de criticar uma sociedade que permite que pais tenham a “liberdade” de atirar filhos pela janela de seus lares, ou filhos e netos atentem contra a vida de seus pais ou avós. Também não concebemos quando indivíduos perdem sua capacidade e essência mais primária como seres humanos ao infringir dor e humilhação aos seus semelhantes, sobretudo quando verificamos estarrecidos os altos índices de violência contra minorias identitárias, trabalhadores rurais, índios ou ainda contra a população de rua, tirando-lhes as liberdades individuais ou coletivas e subjugando-os à sua lei, ao seu desejo, seja ele perverso ou não.

É por esta razão que, para proteger as liberdades individuais e coletivas de uma minoria, é necessário que se crie esforços, seja na sociedade civil, através de grupos, ong's e associações de bairro (sem desprezar os esforços individuais de muitos), seja na promoção de políticas públicas encorajadas principalmente pelas políticas internacionais fomentadas pela Organização das Nações Unidas através de mecanismos internacionais de combate à violência e à discriminação, e na promoção da tolerância de tantas diferenças e semelhanças que nos cercam, fazendo com que a dignidade da pessoa humana se torne um valor universal e a solidariedade um ideal regulador das ações humanas.

Solidariedade: onde Rorty e Bauman se (des) encontram

Da Revolução Francesa até os dias de hoje, muito se tem escrito acerca dos ideais humanitários na defesa e primazia dos Direitos Humanos,

mas pouco se tem escrito sobre a sua relação com o sentido de solidariedade.

Não obstante, vários são os autores que se debruçaram sobre este tema. Do nosso ponto de vista, aquele de melhor proposição teórico-prática vem a ser o filósofo norte-americano Richard Rorty e suas considerações a partir da perspectiva da filosofia neopragmática do sujeito, da linguagem, das ciências humanas e sociais, seus questionamentos acerca da modernidade e principalmente e sua compreensão de solidariedade como dever moral a todos os seres humanos (RORTY, 1994).

Para Rorty, o sentimento de solidariedade depende necessariamente das semelhanças e das diferenças que surgem em função de um vocabulário de um determinado grupo, ou seja, o que Rorty entende por desejo de solidariedade não está única e exclusivamente na concepção mais banal do amor ao próximo, nos modelos propostos pela “caritas cristã” ou nos ideários humanistas propostos por Rousseau mas, sobretudo, no reconhecimento da idéia de pertencimento a determinado grupo ou comunidade de tradição à qual estaríamos atados por vocabulários, crenças e laços de linguagem”¹¹.

Através dos atos de linguagem, seríamos capazes de inventar diversos modelos de convivência com o outro através daquilo que Rorty define como “jogos de linguagem”, fazendo uso da expressão de Wittgenstein. A linguagem, assim concebida, possibilita uma vida em contingência. Viver em contingência para Rorty significa a possibilidade de gerenciar nossa própria vida de modo a produzir novas formas para nos definir e definir o sujeito que me é próximo, através de vocabulários que podem ou não prescrever a marca hegemônica do preconceito, daí o reconhecimento que pertenceríamos a determinados grupos ou comunidades de tradição.

Quanto maior o sentimento de solidariedade humana, segundo Rorty, maior a possibilidade de alcançarmos um progresso moral, de modo a admitir a dor e a humilhação do Outro, propondo a inclusão do “diferente” no nosso grupo social, aumentando os nossos acordos intersubjetivos e a referência do nós. Cito Rorty:

O progresso moral existe, e esse progresso vai efetivamente na direção de uma maior solidariedade humana não é pensada como sendo o reco-

nhecimento de um eu central, da essência humana em todos os seres humanos. É antes pensada como sendo a capacidade de ver cada vez mais diferenças tradicionais (de tribo, religião, raças, costumes, etc.), como não importantes, em comparação com semelhanças no que diz respeito à dor e à humilhação – a capacidade de pensar em pessoas muito diferentes de nós como estando incluídos na esfera do nós (RORTY, 1994: 239).

Ao retomar o pensamento de Rorty, Bauman (1999) vai afirmar que a linguagem da necessidade, da certeza e da verdade absoluta não pode senão formular a humilhação do outro, do diferente, daquele que não satisfaz os padrões ora então vigentes. Neste caso, para o autor, a contingência da linguagem pode criar a possibilidade de ser gentil e evitar a humilhação dos outros, favorecendo, assim, uma cultura da tolerância.

Ser gentil e a tolerância que isso representa como símbolo de comportamento e linguagem podem muito bem significar a mera indiferença e a despreocupação que resultam da resignação (isto é, da sina, não do destino); o Outro não irá embora e não vai ser como eu, mas eu não tenho meios (pelo menos no momento ou no futuro previsível) de forçá-lo a ir-se ou mudar. Como estamos condenado a dividir o espaço e o tempo, vamos tornar a nossa coexistência suportável e um pouco menos perigosa. Sendo gentil, eu atraio gentileza. Espero que a minha oferta de reciprocidade seja aceita; tal esperança é minha única arma. Ser gentil é apenas uma maneira de manter o perigo à distância; como a antiga ânsia de proselitismo é resultado do medo (BAUMAN, 1999: 248).

Neste sentido a solidariedade seria uma chance dada à tolerância, e esta é uma chance da pós-modernidade, que por sua vez, é uma chance da modernidade. A solidariedade, para Bauman, é uma chance em terceiro grau. Isto significa que “a solidariedade não pode derivar sua confiança de nada sequer remotamente sólido e, portanto, confortador como as estruturas sociais, as leis da história ou o destino das nações e raças, de que os projetos modernos extraíram seu otimismo, autoconfiança e determinação” (BAUMAN, 1999: 271).

Como resultado do medo e sob a perspectiva de “ser gentil”, a única saída possível, segundo Bauman, seria evitar a humilhação do outro, considerá-lo no que ele tem de mais singular e específico, respeitar as suas diferenças para considerá-lo na sua alteridade. Ser diferente, então, resignaria o nosso dever para com o outro, e deveria nos forçar a respeitá-lo para que possamos conviver em harmonia. Seria este o sentido dado por Rorty no seu desejo de solidariedade, ou seja, o respeito pelas nossas diferenças, para que evitássemos a dor e a humilhação do outro.

Para revelar o potencial emancipatório da contingência como destino, não bastaria evitar a humilhação dos outros. É preciso também respeitá-los – e respeitá-los precisamente na sua alteridade, nas suas preferências, no seu direito de ter preferências. É preciso honrar a alteridade do outro, a estranheza no estranho, lembrando (...) que o único é universal, que ser diferente é que nos faz semelhantes uns aos outros e que eu só posso respeitar a minha própria diferença respeitando a diferença do outro (BAUMAN, 1999: 249).

Poderíamos pensar, então, que para Bauman (2001a), a solidariedade seria uma forma de agrupamento de sujeitos livres que compartilham de “sentimentos” e “ações” coletivas unidos através de um sentimento de pertencimento coletivo e não através de uma política identitária, isto porque uma política identitária e a reivindicação de direitos, tais como a política de cotas para negros, o movimento de cidadania de gays e lésbicas que batalham pelo direito à união civil, ou até mesmo o movimento feminista, não nos dão o sentido exato de um agrupamento de sujeitos e de indivíduos compartilhando uma mesma comunidade, pelo contrário, ele particulariza e individualiza os sujeitos de um dado grupo.

Um agrupamento de sujeitos livres em uma mesma comunidade, apesar de poder ser compreendido como um horizonte de ideais possíveis, mas sem serem utópicos, significa reconhecer as diferenças desses grupos e considerá-los naquilo que os particularizam enquanto grupo, ou dito de outro modo, reconhecimento de sua cidadania e reconhecimento enquanto sujeitos de direito.

Aqui entra em questão uma outra idéia defendida por Bauman, qual seja, a idéia de liberdade. Só uma sociedade livre pode propor que as diferenças hierárquicas não imponham um sentido de valor entre os hierarquizados, muito embora, este valor por si mesmo já esteja implícito na idéia de hierarquia social tornando as sociedades contemporâneas tão segmentárias, transformando os indivíduos que fazem parte dela em dois novos grupos: “os incluídos” e os “excluídos”.

Mas como Bauman (1989) nos lembra, o indivíduo livre, longe de ser uma condição universal da humanidade, é uma criação histórica e social, e como tal, a liberdade do indivíduo não pode ser encarada unicamente como uma *physis*, no sentido grego da palavra, tal como nos lembra Hannah Arendt quando se refere à igualdade. Pelo contrário: ela deve ser entendida como uma qualidade inerente a todo o ser humano, ou melhor, uma condição universalmente humana das sociedades modernas e capitalistas. Mais do que isso: a liberdade deve ser uma condição necessária à integração social, que mantém os indivíduos unidos, reconhecendo-os como um grupo humano que compartilha dos mesmos direitos e deveres, sonhos, desejos, crenças, valores, oportunidades, entre outros.

A liberdade pressupõe uma relação social, uma assimetria de condições sociais; essencialmente implica em diferença social – pressupõe e implica a presença da divisão social. Alguns podem ser livres somente na medida em que exista uma forma de dependência a que possa esperar fugir. Se ser livre significa poder ir para onde for (...), significa também que há pessoas que estão presas à sua casa e a quem é negado o direito de se deslocar livremente (BAUMAN, 1989: 21-22).

Quando ampliamos o sentido de “reconhecimento”¹² entre os humanos, aumentamos a nossa tolerância, ampliamos a quantidade e a qualidade de horizontes possíveis passando, então, a construir um outro sentido, qual seja, o sentido de tolerância mútua na qual afirma “se eu te tolero, tu me toleras e me reconheces na minha singularidade”.

Isto posto, para os problemas relacionados à queixa do diferente e para o sentido de intolerância com determinadas comunidades e grupos, Bauman

responde com o “sentimento de tolerância mútua”, no reconhecimento e aceitação das nossas diferenças para alcançarmos um ideal de igualdade: um ideal possível, talvez, fosse o ideal de humanidade que nos manteria unidos através de um destino comum cuja humanidade precisa aprender a valorizar: a solidariedade humana.

Para Bauman, é pelo direito do Outro que o meu direito se impõe, e neste caso, ser responsável pelo Outro também significa ser um pouco responsável por si mesmo. Neste sentido, para o autor, a solidariedade do contingente está baseada no silêncio, ou seja, ao procurar evitar fazer certas perguntas e buscar certas respostas, ela se satisfaz na sua própria contingência, recebendo a sua devida importância quando a linguagem do isolamento, da discriminação e da humilhação sai de uso.

Assim, retomando o pensamento do filósofo norte-americano Richard Rorty, Bauman complementaria:

Rorty, tentando pinçar o sinal mais decisivo da sociedade ideal – para ele, a sociedade liberal ideal –, fixa-se nas pessoas que não sentiriam mais necessidade de responder à pergunta ‘por que você é um liberal?’. Em tal sociedade, uma pessoa não precisaria de justificção para o seu senso de solidariedade humana, pois não seria criada para fazer o jogo da linguagem no qual alguém pergunta e obtém justificção para esse tipo de crença (BAUMAN, 1999: 250).

Portanto, para alcançarmos uma sociedade liberal ideal, deveríamos aprender a construir novos laços discursivos, fazendo da solidariedade um “desejo de solidariedade” no qual reconheceríamos nos outros, um pouco (senão muito) de nós mesmos, aprendendo a ser tolerante com este Outro que nos é familiar, que nos parece semelhante.

Preferir a solidariedade é preferir julgamentos éticos juntamente com a idéia de contingência de nossas crenças, lembrando sempre que somos organismos humanos que um dia criaram a idéia de que existe um sujeito moral que delibera, age e é responsável por suas ações. Nenhuma outra imagem nos pareceu mais feliz e bem sucedida para preservar os valores que tanto necessitamos para manter o nosso ideal de solidariedade e humanidade, ou nas palavras de Rorty, uma sociedade liberal ideal (COSTA, 1997).

Para alcançar a sociedade liberal ideal, na qual a solidariedade para com quem nos é próximo seja uma verdade universal, é preciso quebrar a dicotomia imperativa diferença/igualdade, tolerância/intolerância de modo a não fomentarmos o desrespeito, a humilhação, o preconceito e muito menos a violência para com este Outro.

É na compreensão de um ser humano como um “ser solidário”, ou seja, é na compreensão de que o sofrimento e a dor que eu infringo ao outro podem ser a minha dor, ou ainda é na compreensão do outro como sendo “um de nós” que eu posso me colocar na posição de quem sofre para descrever a crueldade como aquilo que de pior podemos fazer a um ser humano e, portanto, posso imaginar um mundo possível de ideais, um mundo construído a partir de uma comunidade solidária e livre, enfim, uma sociedade liberal ideal, nos moldes como propõe o filósofo Richard Rorty.

Considerações Finais

A doutrina dos Direitos Humanos, como vimos, foi estabelecida através de dois princípios norteadores: o ideal de igualdade e a tolerância construídos sob a égide dos ideais revolucionários e mantidos na base do plano prático-político.

A igualdade, enquanto ideal regulador de um horizonte possível, não tem conseguido atingir todos os “cidadãos de segunda ordem”, daí o fomento de políticas públicas em defesas dos direitos e deveres desses mesmos cidadãos.

O binômio tolerância/intolerância tornou-se predicativo da violência cometida contra todos os grupos de “sujeitos das mínimas diferenças”, perpetrando o preconceito, a discriminação e o ódio contra esses mesmos sujeitos.

Tolerar é submeter o Outro às minhas próprias regras e leis rigidamente estabelecidas. É considerar que eu o aceito sob condições impostas minimamente aos meus princípios, preceitos éticos, políticos, sociais e culturais, ou seja, tolerar é impor condições ao estranho com quem me deparo. Não há uma tolerância incondicionalmente.

A tolerância incondicional é algo desejável, porém, impossível. Nenhuma sociedade, nenhum grupo social ou comunidade, nenhum ser humano em lugar algum do mundo pode ser totalmente tolerante para com seu “irmão em humanidade”. Não

somos capazes de aceitar incondicionalmente o outro, porque, em um dado momento, seremos mais tolerantes com determinados indivíduos ou grupos de indivíduos do que com outros. Essa é a incondicional contingência do sujeito no mundo.

Mas independente das singularidades e diferenças do Outro que nos são impostas, não podemos agir de modo violento para com o nosso dessemelhante, infringindo-lhe dor física ou moral. Por outro lado, também não podemos compreender que a aceitação incondicional do outro, seja algo de positivo, desejável e recomendável, pois isto seria uma espécie de caridade, dando ao tolerante, um tipo de domínio e poder sobre o tolerado.

Isto pode ser comprovado até mesmo durante a Revolução Francesa.

Para que os franceses passassem a acreditar no seu ideal revolucionário, eles precisaram criar categorias sobre as quais pudessem defender e pautar seus argumentos. Para tanto, eles precisaram criar uma sociedade onde a liberdade fosse ensejada como ideal regulador entre as pessoas. Uma sociedade livre é aquela que pode propor diferenças hierárquicas sem um sentido de valor entre os hierarquizados. Porém, para que esta sociedade existisse, foi preciso criar uma nova categoria: a fraternidade. Só uma comunidade de irmãos poderia compreender que não há diferenças de valor em uma sociedade hierarquizada, porque direitos e deveres são partilhados entre os pares. A fratria, ou comunidade de irmãos, que tanto os franceses esperavam partilhar não seria possível sem um outro ideal regulador. Como ter liberdade numa comunidade de irmãos, se entre a nobreza e o clero havia a burguesia? Como ter liberdade entre os irmãos se haviam as mulheres, os pobres, os negros, o clero, a nobreza e o “resto da população” na sua condição de abjeto? Para tanto, foi preciso que um novo ideal regulador fosse criado para sustentar a liberdade e a fraternidade, e foi assim que eles criaram a igualdade!

Foi a igualdade que precisou amparar e sustentar a liberdade e a fraternidade entre os franceses. Mas sabemos bem que essa igualdade foi apenas para atender à demanda daqueles que já gozavam de privilégio na escala hierárquica da sociedade francesa. Porém, foi este mesmo ideal que se sustentou até hoje para ensinar a prática de defensores dos direitos do homem, lutando contra toda a sorte de intolerância: religiosa, sexual, social, cultural,

etc., sem a qual não haveriam nem sujeitos de direitos nem muito menos sujeitos de deveres.

Não defendo um mundo de utopias possíveis. Pelo contrário: defendo um mundo onde nossas liberdades individuais e coletivas não sejam particularistas, nem de grupos excluídos nem da maioria que se autodenomina “incluídos”. Não prezo por uma igualdade absoluta e majoritária, sem reconhecer que em nossa sociedade, há inúmeras diferenças e que estas não podem ser nem menosprezadas e muito menos supervalorizadas – negar as diferenças e fazer tábula rasa ao pensar que somos todos iguais, não é defesa dos direitos humanos, é barbárie! Por fim, não proponho a fraternidade como uma das saídas possíveis para curar o câncer da intolerância social, gerador de todo mote de preconceito, que na sua face mais hedionda dizimou milhões de pessoas na Europa na primeira metade do século passado.

Eu defendo um mundo onde possamos alargar o mais que possível a referência do nós a um número cada vez maior de indivíduos, tal como propõe Rorty com o seu ideal de solidariedade. Não podemos perder esse ideal democrático e humanitário que levamos tanto tempo para conquistar, pois sem ele, rumaríamos para o caos absoluto cujas relações entre os humanos seriam eticamente improváveis.

Com o ideal do princípio de igualdade em uma mão e o ideal de tolerância na outra, talvez seja possível minimizar as diferenças que nos cercam, mas sem recrudescer a pífia “moral do individualismo burguês” que dizia, até bem pouco tempo, que a liberdade é azul, igualdade é branca e a fraternidade... vermelha.

Referências Bibliográficas

ADORNO, S. *Discriminação racial e justiça criminal em São Paulo* in: *Novos Estudos CEBRAP*, Nº 43, São Paulo, novembro de 1995, p. 45-46.

AGAMBEN, G. *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

_____. *Estado de Exceção – Homo Sacer II-F’*. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. *O que resta de Auschwitz – O arquivo e a testemunha*. São Paulo: Boitempo, 2008.

ARENDDT, H. *A condição humana*. São Paulo: Universitária, 1987.

_____. *As origens do totalitarismo*. São Paulo : Companhia das Letras, 1979.

_____. *Sobre a violência*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

BAUMAN, Z. *A liberdade*. Lisboa: Editorial Estampa, 1989.

_____. *Modernidade e ambivalência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

_____. *Can we live together? Equality and difference* In: *New Political Economy*, V. 6, N. 3, p. 427-429, 2001a.

_____. *The Great War of Recognition* In: *Theory, Culture & Society*, V. 18, N. 2-3, 2001b, p. 137-150.

BEZERRA JR., B. *Igualdade e diferença* In: *Manguinhos – História, Ciência e Saúde*, 3 (IV), 1998, p. 555-583.

BOBBIO, N. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BOUDRILLARD, J. *A Sociedade de Consumo*. Rio de Janeiro: Elfos Editora/Lisboa: Edições 70, 1995.

BURKE, P. A violência das mínimas diferenças In: *Jornal Folha de São Paulo*, Caderno MAIS!, 21 de maio de 2000, p. 16-17.

CARVALHO, J. M. *Os Direitos Humanos no tempo e no espaço: visualizados através do direito internacional, direito constitucional, direito penal e da história*. Brasília/DF: Brasília Jurídica, 1998.

COSTA, J. F. *A ética democrática e seus inimigos: o lado privado da violência pública* In: NASCIMENTO, E. P. (org.) *Ética: Brasília – capital do debate – o século XXI – Ética*. Rio de Janeiro/Brasília: Garamond/Codeplan, 1997, p. 67-86.

_____. *A medicina como projeto social: controle do corpo* In: *Cadernos CEPIA*, N. 4 – Saber Médico, corpo e sociedade. Rio de Janeiro, 1998, p. 127-138.

ECO, U. *Entrevista* In: *Jornal Folha de São Paulo*, Caderno MAIS!, 03 de abril de 1994, p. 6-7.

FRASER, N. *Social Justice in the Age of Identity Politics: Redistribution, Recognition, and Participation* In: CLAUSSEN, D.; WERZ, M. (eds). *Kritische Theorie der Gegenwart. Hannover*: Institut für Soziologie an der Universität Hannover, 1999.

FREITAS, Fábio (s/d). *Democracia, igualdade, diferença e tolerância* In: *Enciclopédia Digital Direitos Humanos II da DHNET*. Disponível em www.dhnet.org.br/direitos/militantes/fabiofreitas/texto45.htm. Acessado em 01 de dezembro de 2002, p. 3.

FRY, P. *Cor e Estado de direito no Brasil* In: MÉNDEZ, J. E.; O'DONNELL, G.; PINHEIRO, P. S.. *Democracia, violência e injustiça: o não Estado de Direito na América Latina*. São Paulo: Paz e Terra, 2000, p. 207-231.

HALL, S.. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

HUNT, L.. *A invenção dos Direitos Humanos*. São Paulo: Cia das Letras, 2009.

LAFER, C. *A reconstrução dos Direitos Humanos: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt*. São Paulo: Cia das letras, 1988.

ORTEGA, F. *Para uma política da amizade: Foucault, Arendt e Derrida*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2000.

RORTY, R. *Contingência, ironia e solidariedade*. Lisboa: Editorial Presença, 1994.

_____. *Philosophy and social hope*. London: Penguin Books, 1999.

_____. *Truth and progress: philosophical papers* Vol. 3, Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

SANTOS, B. S. *Uma concepção multicultural de Direitos Humanos* In: *Lua Nova – Revista de Cultura e Política*, Nº 39, 1997, p. 105-124.

_____. *Os processos de globalização* In: *Globalização: fatalidade ou utopia?* Porto: Afrontamento, 2002a.

_____. (org.). *A globalização e as ciências sociais*. São Paulo: Cortez, 2002b.

SINGER, P. *Ética prática*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

Notas

1. O jusnaturalismo ou direito natural é uma teoria segundo a qual a igualdade e a desigualdade entre os homens estariam na sua natureza. De acordo com Costa (1998), três grandes desigualdades foram justificadas pela natureza: a primeira foi a desigualdade entre homens e mulheres, buscada na metafísica dos corpos; a segunda foi a desigualdade entre elite e povo, buscada principalmente na acumulação de bens e de capital e, por fim, entre os povos colonizadores e os povos colonizados.
2. Para o sociólogo Fábio Freitas, “A diferença pode ser enriquecedora, mas a desigualdade pode ser um crime. É nesse sentido que se entende porque, no Direito Contemporâneo (inclusive na legislação brasileira), manifestações de discriminação ou racismo – no trabalho, no acesso a bens e serviços, nas diversas formas de expressão social – são tipificadas como crime, em alguns casos, suscetíveis de fiança ou prescrição. (...) A igualdade é sempre uma dimensão social, não individual” (FREITAS, s/d: 04).
3. Globalização aqui está sendo usada no sentido dado por Santos (1997, 2002a, 2002b).
4. Do mesmo modo, muito se tem escrito sobre a questão da liberdade como um dos corolários da Revolução Francesa, mas pouco tem sido dito acerca da fraternidade, ou seja, a compreensão

- do Outro como fazendo parte de uma fratria, ou dito de outro modo, de uma grande comunidade de irmãos.
5. Nunca é demais precisar dos comentários de Hannah Arendt quando falamos na barbárie dos regimes totalitários, pois este se tornou um dos seus campos de pesquisa sendo alvo de duras críticas. Segundo esta autora “no início dos movimentos nazistas e stalinistas, existiam pessoas como os desempregados, refugiados, apátridas, homossexuais e marginais que eram percebidos pelas outras pessoas como seres supérfluos, seres despidos de qualquer utilidade. (...) O totalitarismo representa o ápice de violação ao homem de sua condição, uma vez que o reduziu a uma condição de não homem, que pode ser descartado: daí o surgimento do genocídio como forma extrema de eliminação dos seres supérfluos ou indesejáveis. Desse fato decorreu no que tange à proteção dos direitos do homem enquanto homem a qualificação técnico-jurídica de genocídio como crime contra a humanidade” (ARENDR, 1979:214).
 6. Cabe aqui ressaltar que, de acordo com Hunt (2009), a igualdade é uma idéia relativamente nova na história da humanidade. Ela nasceu juntamente com os ideais revolucionários da burguesia francesa que trouxe como consequência a “invenção dos direitos humanos”. De acordo com a autora, o surgimento do regime capitalista no século XVIII criou novas exigências econômicas e políticas, assinalando que a idéia de igualdade não era nem solução nem conclusão para um novo modo de estilo de vida, pois na medida em que os cidadãos abandonaram o horizonte de uma “vida tradicional” e se tornaram capazes de enxergar e a sofrer com a dor e a humilhação do seu semelhante, foi necessário um movimento para que essas desigualdades não fossem recrudescidas. É justamente nesse mesmo momento histórico que a solidariedade entra em cena, malgrado o seu esquecimento por parte dos defensores dos Direitos Humanos.
 7. Tomemos um exemplo: A mutilação genital das mulheres nos países africanos e muçulmanos (clitoridectomia), o tráfico de mulheres e crianças do sexo feminino, os altos índices de gravidez e aborto, os grandes crimes de assassinatos e os não menos graves de violência física contra a mulher em escala mundial falam por si mesmos. De acordo com Carvalho (1998:216) “sabe-se que em várias regiões de costumes primitivos é mantida uma prática de agressão física, a mutilação genital feminina, que deve ser energeticamente combatida pela interferência das organizações não governamentais, comunitárias e instituições religiosas. O tripúdio mais extravagante do poder masculino sobre a mulher, revestido de crueldade e que está consagrado pela tradição milenar em certos povos do continente africano, é a mutilação genital de meninas adolescentes. Esse costume insensato é bárbaro e praticado desde o tempo dos faraós e é naturalmente difundido em países como Egito, Etiópia, Quênia, Nigéria, Somália, Sudão e, principalmente na orla africana do Mar Vermelho, no Djibuti, onde 98% das mulheres são mutiladas. (...) Milhares de mulheres morrem anualmente em tais países, vítimas de infecções, já que a cirurgia é comumente consumada dentro de miseráveis habitáculos, com instrumentos impróprios (facas, tesouras, lâminas de barbear), sem o menor cuidado de higiene ou profilaxia, e normalmente sem anestesia, o que submete a pequena vítima a uma tortura inominável”.
 8. Ao retomar o pensamento de Susan Mendus, acerca do conceito de tolerância na teoria liberal, Zigmunt Bauman vai afirmar que a tolerância implica na repreensão moral da coisa tolerada e que pode ser alterada, ou seja, tolerar o outro implica que é para descrédito dele o fato de não mudar aquela sua característica que é o objeto da própria tolerância. Cito Bauman: “A tolerância não implica a aceitação do valor do outro; ao contrário, é mais uma maneira, talvez mais sutil e astuta, de reafirmar a inferioridade do outro e oferecer um pré-aviso da intenção de eliminar a alteridade do Outro – junto com o convite ao Outro para cooperar na realização do inevitável. A famosa humanidade da política da tolerância não passa de consentimento em adiar o acerto final de contas – com a condição, no entanto, de que o próprio ato de consentimento reforce ainda mais a ordem de superioridade vigente” (BAUMAN, 1999:300).

9. O máximo denominador comum entre a intolerância e a violência, mote de toda sorte de submissão e desumanização que um ser humano pode vir a sofrer, corresponde àquilo que o filósofo Giorgio Agamben denominou de “estado de exceção”, ou seja, um estado absoluto no qual o ser humano é destituído do seu *status* de cidadão, podendo vir a sofrer qualquer tipo de violência física, chegando à morte sem que o seu agressor possa ser punido pelo seu crime. É um estado sem lei, na qual a figura do “homem sagrado” (*homo sacer*) assume na contemporaneidade o lugar do poder soberano. Para maiores considerações sobre o assunto, ver a trilogia de Giorgio Agamben “Homo sacer – o poder soberano e a vida nua” (AGAMBEN, 2002), “Estado de Exceção – Homo Sacer II-I” (AGAMBEN, 2004) e “O que resta de Auschwitz – o arquivo e a testemunha” (AGAMBEN, 2008).

10. Há por consequência, uma estreita relação entre tolerância e solidariedade. Segundo Zigmunt Bauman, “não há solidariedade sem a tolerância da alteridade do outro. Mas a tolerância não é condição suficiente para a solidariedade. Nem é a solidariedade uma consequência predeterminada da tolerância. Certo, não se pode imaginar crueldade praticada em nome da tolerância; mas há um monte de crueldade que a tolerância, através da arrogante despreocupação que alimenta, torna mais fáceis de cometer. A pós-modernidade é um lugar de oportunidade e também de perigo – e ambas as coisas pelas mesmas razões” (BAUMAN, 1999:277-278).

11. A discussão em torno da produção teórica de Rorty e seus corolários sobre ética, sujeito, solidariedade humana entre outros é vastíssima, e não nos cabe aqui dar conta desse referencial. Remeto o leitor a Rorty (1998, 1999).

12. Para uma ampliação do conceito de “reconhecimento” defendido por Bauman, remeto o leitor ao seu texto “A Grande Guerra do Reconhecimento” (BAUMAN, 2001b). Ver também Fraser (1999).

* **Sérgio Gomes da Silva** é Mestre em Saúde Coletiva pelo Instituto de Medicina Social/IMS/UERJ; Especialista em Direitos Humanos pelo Depto. de Filosofia da UFPB; Especialista em Sexualidade Humana pelo Centro de Educação/CE/UFPB; Pesquisador Colaborador do Núcleo de Estudos em Tanatologia e Subjetividade/NEPTS/UFRJ; Membro Associado e Psicoterapeuta da Clínica Social do Instituto de Estudos da Complexidade (IEC).

sergio.gomes@ess.ufrj.br

Pelo bairro: reconstruindo fronteiras, descortinando relações e hierarquias

Rosemere Maia *

ESS/UFRJ

Pelo bairro: reconstruindo fronteiras, descortinando relações e hierarquias

Resumo: O extremo oeste da Cidade do Rio de Janeiro congrega um número significativo de conjuntos habitacionais, loteamentos populares e favelas. Mesmo não havendo uma diferenciação significativa em termos sócio-econômicos entre a grande maioria dos moradores da região, constatamos o estabelecimento de “hierarquias”, de “gradações” entre eles. Estas não se sustentam em elementos relacionados à classe social, raça ou etnia, mas se pautam no local de moradia (se loteamento/conjunto/favela) e tempo de residência, bem como na identidade com o lugar (inclusive com aquele deixado para trás, como é o caso dos que para lá foram levados de forma compulsória, impulsionados por várias políticas urbanas e pelo aprofundamento da especulação imobiliária). Algumas destas áreas transformaram-se, no imaginário daqueles que não conhecem sua dinâmica interna, em zonas de risco, em encarnações do mal, confirmando a força do estigma territorial que as marca. O presente trabalho pretende refletir sobre as diferentes dimensões da pobreza urbana, da segregação sócio-política e espacial, bem como sobre a criação e manutenção de estratégias identitárias e laços sociais pelos moradores de um bairro “periférico” da Cidade, diante do individualismo e do esgarçamento do tecido social, num contexto marcado pela precariedade das políticas públicas e pelo crescimento da violência urbana. rasgar

Palavras-chave: Cidade. Segregação. Pobreza. Identidade.

Through the district: rebuilding boundaries, unveiling relationships and hierarchies

Abstract: The extreme west of Rio de Janeiro City contains a considerable number of popular household buildings, land developments and shanty-towns. Although there is not a great social and economical difference amongst most of local inhabitants, we could identify some “hierarchies” or several different levels. Such differences are not related to social class, race or ethnical origin, but depend on the dwelling area (land development, popular housing or shanty-town), time of residence, as well as the identity with the local place itself (or identity with the previous neighbourhood as in the case of those forcefully removed due to urban policies or land speculation). Some of these areas have become risk zones or evil incarnations in the minds of those who do not understand their inner dynamics, which confirms the power of the territorial stigma they carry. The present work examines the different dimensions of urban poverty, the spatial, political and social segregation, as well as the building up and maintenance of identity strategies and social links amongst the inhabitants of a “periphery” district concerning individualism and the tearing up of the social tissue within a context that includes the precarious public policies and the growth of urban violence.

Keywords: City. Segregation. Poverty. Identity.

Recebido em 22/03/2009. Aprovado em 21/05/2009.

Sobre barreiras e fronteiras na construção dos bairros: notas introdutórias – conceituais e metodológicas

A Cidade do Rio de Janeiro possui um “modelo” de organização/distribuição espacial que a peculiariza frente a outras metrópoles brasileiras e mesmo mundiais: a existência de enormes disparidades em termos de infraestrutura urbana e de serviços nas diferentes áreas da cidade, além de uma visível estratificação e distanciamento social entre os vários segmentos populacionais. Tais características, por si só, não seriam suficientes para a sustentação do argumento que empreendemos, não fosse o fato de que sua visibilidade não preveja, necessariamente, um afastamento *territorial* entre bairros e favelas, sendo patente nas relações estabelecidas entre os diferentes grupos/classes, bem como passível de constatação intra-grupos ou intra-classes, conforme poderemos ver mais adiante.

A análise destas questões supõe, logo de início, a superação de quaisquer perspectivas que compreendam a configuração urbana, em sua geometria, de forma dual, como radial-concêntrica (ABREU, 1987), onde seria constatado um barateamento do valor das terras, o declínio das atividades econômicas e uma precarização das condições de vida quanto mais distante se estivesse do centro da cidade (leia-se, quanto mais olhássemos para as áreas periféricas) (TASCHNER; BÓGUS, 2000). Até porque é sabido que ainda que tudo isto, por um lado, possa ser verdadeiro, não é suficiente para entender a nova dinâmica de muitas das cidades brasileiras, particularmente da Cidade do Rio de Janeiro.

Sem dúvida, as “periferias” são marcadas pela precariedade ou pela “falta” (de equipamentos e serviços, de postos formais de trabalho, de um olhar mais atento por parte dos governantes, de reconhecimento social, etc), mas situações como as constatadas nestes espaços distantes¹ fazem-se presentes em vários outros contextos citadinos – nas favelas localizadas nas áreas nobres, nos “vazios” urbanos.

Por outro lado, a presença de serviços, de equipamentos, tanto como de elementos distintivos (nos padrões construtivos, nos dispositivos de segurança) que caracterizam condomínios luxuosos

disseminados por toda a cidade – mantendo, dia após dia, uma maior proximidade com os “espaços da pobreza”, ainda que encapsulados por seus muros (CALDEIRA, 1984) – contribuem para preservar o distanciamento social necessário entre estes diferentes grupos/classes. Existiria, por assim dizer, uma “segregação de proximidade”, conforme nos sugere Peralva (2004). Esta mesma autora ainda vai mais longe ao afirmar que uma barreira invisível separa pobres e ricos, não a partir de uma divisão social do espaço, mas sim a partir de uma hierarquização social.

Essa “barreira invisível”, sobre a qual nos fala a autora, talvez assim só possa ser pensada por aqueles que não conhecem a dinâmica interna dos bairros, já que para os moradores que, cotidianamente, têm sua capacidade de mobilidade cerceada, sofrem constrangimentos e discriminação em função de seu local de moradia ou são obrigados a enclausurar-se em condomínios ou outros espaços privativos (as cápsulas pretensamente assépticas, cada vez mais presentes nas cidades contemporâneas), as “barreiras” costumam existir, apresentando-se concretamente na forma de muros, cercas, dispositivos de segurança, “barricadas”, etc. Novas fronteiras são, assim, forjadas, reconfigurando a espacialidade urbana, redimensionando e hierarquizando o uso do espaço público, promovendo novas formas de sociabilidade, convivência (cada vez menos tolerantes) e segregação social entre os cidadãos.

As diferentes fronteiras que redesenham, demarcam e recriam novos sentidos para os vários bairros da cidade em pouco ou nada coincidem com aquelas definidas por instâncias administrativas/políticas e, por assim ser, não costumam aparecer nas diferentes representações cartográficas (oficiais) que se apresentam. Existe, a bem da verdade, uma fluidez, permeabilidade e, por que não dizer, uma amorfia na sua configuração, tendo em vista o fato de serem estabelecidas no entrecruzamento de uma dimensão física e uma dimensão simbólica/representacional – dado ser o bairro aqui entendido como lócus privilegiado de realização da vida cotidiana e espaço de referência para a construção da identidade pessoal, cultural ou social dos seus moradores. Em função do exposto, nosso percurso metodológico derivou do rompimento com a lógica que compreende o bairro como *uma* área com

um interior coeso, homogêneo, em relação ao qual existiria *um* exterior bem definido, sendo múltiplos os sentidos passíveis de serem a ele atribuídos pelos sujeitos implicados, sejam os “de dentro”, sejam os “de fora”.

Partimos, assim, do pressuposto de que ainda que a configuração de um bairro como unidade político-administrativa seja (ou tenha sido) ancorada, em dado momento, em elementos de cunho sócio-econômicos – elementos estes que, pretensamente, conferiam-lhe certa homogeneidade – seus limites formais podem estar, hoje, em contradição e/ou desacordo com as representações e sentidos atribuídos pelos moradores ao espaço vivido, e mesmo, como nos diria Balsa, com as “posições e disposições das pessoas que nele vivem” (BALSA, 2006: 20). Isto porque o bairro é, acima de tudo, uma realidade histórica, onde fatores culturais e identitários devem, necessariamente, ser considerados. Reportando-nos a Bourdieu (2007), diríamos que a constituição destas identidades seria orientada pelas disputas em torno da classificação, onde se daria uma “divisão” do mundo social e nomeação dos vínculos sociais em categorias mentais, produzidas nos discursos e nas práticas dos diferentes atores.

Enquanto espaço vivido e representado pelos moradores, o bairro pode ser melhor compreendido se tomarmos a categoria **lugar** como referência analítica. Neste sentido, apropriamo-nos das reflexões de Tuan (1983), crendo serem elas férteis para a análise que pretendemos desenvolver:

O que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e dotamos de valor. [...] As idéias de “espaço” e “lugar” não podem ser definidas uma sem a outra. A partir da segurança e estabilidade do lugar estamos cientes da amplidão, da liberdade e da ameaça do espaço, e vice-versa. Além disso, se pensarmos no espaço como algo que permite o movimento, então o lugar é pausa; cada pausa no movimento torna possível que localização se transforme em lugar (TUAN, 1983: 6).

Tais reflexões nos levam a concluir que quaisquer discussões em torno do bairro e das hierarquias e fronteiras que nele se apresentam não podem prescindir do descortinamento das representações e vivências de seus moradores, em grande medida relacionadas ao contexto da vizinhança, ao conjunto onde moram, ao *seu* loteamento ou fa-

vela – unidades geográficas menores que acabam sendo por eles definidas enquanto o “*nosso* bairro” ou “*o nosso pedaço*”, ainda que isto nem sempre implique numa identificação positiva em relação ao *lugar*, tampouco numa sensação de segurança e estabilidade, o que contrariaria a perspectiva adotada por Tuan (1983).

A identificação com o espaço, sem sombra de dúvida, pressupõe a partilha de convicções, *habitus* e marcas sociais por parte dos sujeitos (BAJOIT, 2006), elementos também fundamentais na formação da identidade coletiva. Esta, entretanto, nem sempre emerge enquanto positividade, em função do reconhecimento tanto no lugar, como “*nas pessoas do lugar*”, de traços socialmente desvalorizados (como a associação entre local de moradia-pobreza-criminalidade, por exemplo).

Tal atitude pode trazer implicações significativas na construção e realização de projetos comuns e, mesmo, dificultar a constituição de redes de solidariedade que, segundo Bajoit (2006), poderiam ser úteis na realização das expectativas dos indivíduos e dos seus compromissos identitários. Objetivamente, pode criar demarcadores, classificações entre *uns* e *outros*, distanciá-los, fazer emergir uma “identidade vergonhosa”, conforme também sugere o autor. A vergonha de que falamos pode se manifestar na negação de um dado “estatuto social” (como o de pobre ou favelado), assim como, por exemplo, na dissimulação de seu local de moradia (quando indagados sobre o mesmo, sobretudo em situações onde morar, ou não, em dada localidade traz implicações em ser aceito, ou não, por um grupo ou conseguir, ou não, um emprego).

Diante do exposto, poderíamos dizer que – parafraseando Santos (1979: 9-10) – nosso investimento na análise da dinâmica do bairro estará pautada mais na sua *formação*, que na sua forma. Isto implica em reconhecê-lo a partir de sua dinamicidade, desmistificar/desvendar seus antagonismos e contradições, analisar as vivências e os sentidos construídos pelos diferentes sujeitos sociais que nele, cotidianamente, imprimem sua marca, atribuindo-lhe valor. Segundo o referido autor, é premente superarmos imagens cristalizadas que acabam por nos impedir de apreender a realidade na sua historicidade, já que a História não se escreve fora do espaço e não há sociedade a-espacial. O espaço é, ele mesmo, social.

Procuraremos, assim, apreender o bairro a partir das relações e representações que emergem entre determinados grupos populacionais/segmentos sociais *num* determinado espaço, pautando-nos nas suas práticas cotidianas e nas utilizações que fazem dos recursos nele existentes, tendo em vista uma dimensão utilitária e/ou simbólico-afetiva, identitária. Estas reflexões são, para nós, de extrema importância, tendo em vista o fato de que, no bairro estudado, a forma como o espaço foi historicamente “produzido” por diferentes atores – Estado, empreendedores/especuladores imobiliários e mesmo pelos moradores – e apropriado política e economicamente²⁷ por estes últimos não é, por si só, capaz de “explicar” as distintas apropriações simbólico-culturais lá evidenciadas, tampouco de nos permitir analisar com clareza as hierarquias e as práticas estigmatizantes / discriminatórias experimentadas tanto entre os moradores de áreas distintas do próprio bairro, quanto aquelas evidenciadas entre sua população e a de outros bairros da Cidade do Rio de Janeiro.

Nosso *objeto* de análise será o bairro de Santa Cruz onde desenvolvemos, entre 2006 e 2008, atividades de pesquisa e extensão. Além de mapeamento dos diversos “modelos”/ espaços de habitação existentes, levantamento dos recursos e serviços disponíveis na área, tivemos acesso a dados demográficos, econômicos e históricos fundamentais para a compreensão da sua dinâmica interna e de sua situação frente aos demais bairros do município.

Além disso, entrevistamos mais de 200 moradores, procurando apreender, assim, suas percepções/representações acerca: a) das transformações ocorridas no bairro nos últimos 30 anos (período em que se deu o adensamento populacional, perda progressiva do caráter rural da área e crescente processo de urbanização); b) da dinâmica sócio-política e dos principais atores envolvidos; c) dos recursos existentes e da forma de acesso aos mesmos; d) dos “pedaços”/territórios que demarcam e recriam novas fronteiras naquele contexto; e) da dinâmica cultural, das hierarquias e estigmas que se apresentam entre eles; f) da pobreza, da violência e dos processos de segregação, realidades estas que marcam duramente o cotidiano dos santacruzenses.

Foram realizadas, outrossim, coleta de imagens, observações sistemáticas, grupos focais

com crianças e adolescentes, cuja ênfase também recaiu nas temáticas acima.

Espaços de habitação: produção e apropriação no contexto de Santa Cruz

Santa Cruz – bairro situado no extremo oeste da Cidade do Rio de Janeiro – é caracterizado tanto pela presença de grandes conjuntos habitacionais, quanto pela existência de loteamentos populares (muitas vezes clandestinos) e favelas. Tais “modelos” de (des)organização do espaço habitacional – marcados, em maior ou menor grau, pela informalidade/clandestinidade na sua produção – têm se imposto aos pobres urbanos com grande recorrência, seja em função de sucessivas políticas implementadas pelo Estado (como a de remoção de favelas); seja pela especulação imobiliária que marca as áreas mais nobres da cidade; seja pela constatação, por parte do próprio trabalhador, de que a “opção” pela periferia é a única alternativa para realização do “sonho da casa própria” – sonho este que, em se tratando do segmentos populares, assume um caráter peculiar: capitalização ao alcance do trabalhador; segurança, em caso de desemprego, integração mais efetiva à cidade e realização de um projeto de ascensão social (CALDEIRA, 1984).

Em relação aos loteamentos, não raras vezes os “loteadores” vendem “suas” terras sem atendimento à legislação urbana, o que acaba por inviabilizar a legalização dos terrenos. Surgem, assim, aglomerados habitacionais que não se adequam às orientações quanto à medida dos lotes e das vias públicas, à infraestrutura necessária (saneamento, iluminação, destinação de áreas para construção de instituições públicas – como creches, escolas, postos de saúde-, espaço de lazer, etc), à preservação de áreas verdes, etc. Tudo isto acaba por causar enormes prejuízos aos moradores que passam a se ver diante da dificuldade de acesso aos serviços básicos e da impossibilidade de aquisição de seu título definitivo de propriedade. Tal situação torna a aparência de certos loteamentos, bem como o cotidiano de seus moradores não muito diferentes daqueles referentes às favelas³. Nestas, em geral, a população – em função da incapacidade de arcar com os custos da compra de um lote – passa a ocupar de maneira indiscriminada determinados vazios urbanos, igualmente desprovidos de tais condicionantes.

Os conjuntos habitacionais, por sua vez, embora pensados pelos arquitetos modernistas, no início do século XX, como uma alternativa visando a democratização da cidade, a racionalização dos espaços e a provisão de equipamentos comunitários – à medida que se voltariam para os segmentos trabalhadores que, até então, ocupavam espaços sem planejamento e infraestrutura (STAM et al., 2008), não chegaram a ter este caráter em se tratando da realidade da Cidade do Rio de Janeiro, onde tal modelo passou a ser implementado a partir dos anos 60.

O que se apresenta, objetivamente, passa bem distante daqueles pressupostos originais, a começar pelo fato de que, ao invés de se constituírem em elementos de democratização da cidade, a criação de conjuntos habitacionais contribuiu para o aprofundamento das desigualdades intraurbanas e dos processos de segregação socioespacial, colocando-se para os segmentos menos privilegiados de maneira impositiva (segregação induzida). O resgate da história das sucessivas políticas habitacionais implementadas na Cidade não deixa dúvidas em relação a isto: grandes contingentes populacionais, oriundos de favelas (sobretudo daquelas localizadas nos bairros mais nobres) e de “*áreas de risco*” (e na definição destas áreas também as intervenções/interpretações têm sido controvertidas), foram transferidos para os conjuntos, o que não só trouxe para estas pessoas problemas no que diz respeito à acessibilidade (ao trabalho, aos serviços, ao consumo), mas fraturou/dissolveu redes de sociabilidade, práticas identitárias, nem sempre resgatadas de imediato em outros espaços.

Em Santa Cruz onde, desde os anos 70, políticas como estas contribuíram para mudanças significativas no caráter do bairro – que deixou de ter uma configuração rural e passou por um processo de adensamento populacional, sem que isto, implicasse, necessariamente, em criação de infraestrutura urbana adequada para receber os novos moradores oriundos de outras áreas da cidade – é bastante comum ouvirmos declarações do tipo:

Quando cheguei aqui no conjunto não conhecia ninguém... Perdi muitos dos contatos que tinha onde morava antes... Fui um dos primeiros a chegar. Aqui não tinha nada... só um monte de casas, uma ao lado da outra. Transporte era uma dificuldade... tinha que ir de bicicleta até a estação e depois pegar o trem, porque meu trabalho

continuava sendo na Cidade. [leia-se no Centro] E aí era aquilo: ter que conseguir escola para as crianças, fazer novas amizades. Até isso era difícil, porque o tempo era curto... Mas agora, depois de 30 anos, já estou acostumado. E as coisas melhoraram bastante. A gente já tem muita coisa aqui no bairro. (Morador do “Cesarão”, até bem pouco tempo considerado o maior conjunto habitacional da América Latina).

No referido bairro, a informalidade não só tem estado presente na aquisição dos lotes, mas igualmente na construção das moradias e nas sucessivas “melhorias” que nelas são empreendidas. Para tanto, os moradores contam com a cooperação de parentes, amigos e vizinhos, utilizando o tempo livre – geralmente nos finais de semana – o que acaba por lhes onerar ainda mais e a prolongar sua jornada de trabalho. Neste sentido, o produto da autoconstrução – esta casa produzida a duras penas, com recursos precários – é, em muitos casos, tornada a única alternativa de moradia para os segmentos mais pobres.

Mas não é somente nos loteamentos populares que a autoconstrução se faz presente. Mesmo nos conjuntos habitacionais ela se manifesta, tendo em vista o fato dos moradores receberem uma célula (ou um embrião), composto por quatro cômodos (quarto, sala, cozinha e banheiro), o que, em geral, não atende às necessidades da família (muitas vezes numerosas). Tal expediente também é usado para a ampliação das unidades habitacionais, o que, em grande medida, contribui para a descaracterização dos conjuntos habitacionais, a superação de uma aparência pasteurizada, padronizada: muitas são as formas e cores presentes nestes espaços, cada uma delas detendo um significado especial para cada um dos habitantes. É possível circularmos por ruas inteiras sem que encontremos uma única casa na sua forma original. Ao contrário, o que vemos são moradias multifamiliares, outras acrescidas de novos cômodos, ou mesmo transformadas em “negócios” (uma oficina, uma mercearia, uma lan house, etc). Um novo *lugar* vai sendo edificado, atendendo a algumas necessidades, sejam de ordem instrumental/utilitária, sejam de ordem subjetiva/valorativa:

Quando cheguei aqui, achei a casa muito pequenininha. Só um quarto, e eu já tinha dois

filhos. Logo que deu, começamos a aumentar. Como o terreno é muito pequeno, tivemos que fazer os quartos lá em cima (Moradora do Conjunto Guandu).

A família cresceu... veio o genro, os netos. Aí, já sabe: a gente tem que ajudar os filhos, não é mesmo? Hoje tá difícil pra qualquer um ter uma casa própria, pior ainda para o pobre. Pagar aluguel, nem pensar. Ainda mais pra quem tá começando a vida, não tem emprego fixo. O jeito é esse mesmo: morar perto dos pais. E a gente também pode ajudar a cuidar dos netos (Morador do “Cesarão”).

Eu tenho emprego, mas meu filho tá começando a vida. Me pediu para ceder a sala para ele abrir uma *lan house*. A gente deu uma força. Ajudei a comprar os computadores, a reformar a sala. Agora tá lá. É um entra e sai de garotada da minha casa, mas pelo menos eu sei que meu filho tá garantindo seu próprio dinheirinho. Mas eu perdi a minha sala (Presidente da Associação de Moradores do Conjunto Guandu).

As casas, como pudemos ver, vão se ampliando em número de andares, crescendo para frente, para trás e para os lados (os famosos “puxadinhos”) em função da alteração da família, do casamento dos filhos, da chegada dos netos – eis a **casa abrigo**, idealizada e realizada para acolher novos membros da família e otimizar recursos. Com isto, evita-se o custo que se teria com a compra de terreno para a construção de uma nova unidade residencial em caso de constituição de nova família por parte dos filhos – demonstrando o caráter utilitário deste tipo de iniciativa, além de possibilitar a manutenção da solidariedade familiar, fundamental quando o assunto é o cuidado com os idosos e as crianças, num contexto onde a realidade se apresenta desfavorável ou insuficiente no que concerne às redes de proteção social mantidas por Instituições públicas ou pelo Terceiro Setor.

Existe, entretanto, um outro elemento – de cunho mais subjetivo – a contribuir para a realização de ampliações ou “melhorias” nas casas: a distinção social. Surge a **casa vitrine**, que reflete tanto na sua forma, quanto no seu conteúdo – representado pelo mobiliário, pelos equipamentos – o empenho de seus moradores em demonstrar que progrediram, que melhoraram de situação. Para as

famílias, costuma ser motivo de alegria o momento de chegada da nova mercadoria, que geralmente passa a ter um lugar de destaque na casa, onde possa ser vista pelos vizinhos, sendo também bastante comum a realização de festas, churrascos, etc para a inauguração do terraço ou da piscina, o convite feitos aos amigos para conhecerem a mobília nova, os novos cômodos, ou para assistirem ao futebol na “*tv de tela grande*”. Alguns depoimentos são bastante ilustrativos desta questão:

Eu gosto da minha casa sempre bem arrumada, com os móveis direitinhos, bem equipadinha. Não é porque moro em conjunto que vou deixar de viver bem, não é mesmo? Estou juntando dinheiro para comprar um computador para as crianças, e logo depois quero comprar uma tv de plasma. Tô só esperando baixar o preço. É sempre assim, as coisas são caras no começo, mas depois o preço cai (Moradora do conjunto Guandu, em Santa Cruz).

Eu fui convidada para ir hoje a um churrasco na casa de I.. Ela está toda prosa, porque vai inaugurar a casa depois da reforma... tem até terraço. Vai ser boca livre (Moradora de um loteamento).

Viver bem, segundo o discurso da primeira moradora, não necessariamente passa pelo acesso aos serviços ou aos equipamentos de consumo coletivo, mas àqueles bens que lhe permitem um certo distanciamento de toda uma pecha que envolve o “morar num conjunto” (pobreza, origem favelada, falta de infraestrutura, etc) e uma tentativa de aproximação aos padrões de consumo de grupos hierarquicamente superiores (grupos estes que, em busca da distinção, ver-se-ão “obrigados a investir em novos bens a fim de restabelecer a distância social original”). (FEATHERSTONE, 1995).

Situações como as relatadas anteriormente podem gerar entre os moradores sentimentos controversos, que oscilam entre a admiração e a inveja, a solidariedade e o afastamento, contribuindo para a construção/afirmação de hierarquias e até de preconceitos no contexto da vizinhança, o que pode ser confirmado através das falas transcritas a seguir:

A Barbie (apelido dado pelos participantes de uma das oficinas promovidas por nossa equipe a uma das adolescentes) é meio metidinha, tipo

“pão com ovo”, só porque mora numa casa melhorzinha aqui dentro do conjunto.

Aqui, muitas pessoas chegaram sem nada e, hoje, já moram em casa de dois andares. Isto que é força de vontade! Gente assim serve pra demonstrar que o pobre também pode progredir (Depoimento da proprietária de uma escolinha que ministra aulas de reforço no Conjunto Guandu).

Baudrillard, referindo-se aos imperativos do consumo, sugere que da mesma maneira que “a concentração industrial origina o aumento constante de bens, também a concentração urbana suscita a eclosão ilimitada das necessidades” (BAUDRILLARD, 1995: 65). O consumo, assim, teria um caráter ilimitado, onde os objetos, as mercadorias, não são consumidos pelo seu valor em si (seu valor de uso), mas como signos, símbolos de distinção, como “comunicadores” (1995: 60). Bourdieu, por sua vez, afirma que a preferência por determinados bens ou a realização de determinadas escolhas funcionam como demarcadores de classe e, mais que isto, os estilos de vida soam como “a retradução simbólica de diferenças objetivamente inscritas nas condições de existência” (BOURDIEU, 1983: 85).

Numa das áreas onde também centramos nossa investigação, a alteração do padrão construtivo e o investimento em novos bens não costumam ser comuns entre todos os moradores. Não porque não queiram ou desejem promover melhorias em suas casas, adquirir as “novidades do mercado”. Ao contrário, ressentem-se pelo fato de não poderem fazer este tipo de investimento, conforme declarações de uma moradora:

Aqui, quem mora nos vagões [referindo-se aos embriões que foram destinados pela Prefeitura à população vitimada pelas enchentes ou transferida de favelas situadas em áreas nobres] tem dificuldades de fazer alguma melhoria, pois as casas são geminadas, uma do lado da outra (como vagões mesmo!!!), sem quintal. E também ninguém gosta de se arriscar a gastar dinheiro numa coisa que não é dono. Aqui, o traficante é que diz quem é o dono. Ele pode expulsar qualquer um a qualquer hora e colocar outra pessoa no lugar. Por isso fica tudo deste jeito mesmo. Ninguém melhora nada.

Esta situação soa entre os moradores que se encontram em tal situação como motivo de vergonha, desesperança, impotência, sobretudo pelo fato de sequer poderem se sentir proprietários de suas casas e de outros bens adquiridos a duras penas. A interferência dessas “lideranças” – sejam os traficantes, sejam os milicianos que, cada vez como maior frequência, se impõem aos pobres urbanos – é constatada na “organização” do espaço público ou no estabelecimento de uma rede de serviços paralela, como formas de manter/justificar sua ação, ou mesmo receber apoio (ou silêncio) da população. Sua ação se estende ao espaço privado, interferindo em dissensos familiares, “dando exemplo” em maridos violentos, expulsando pessoas de suas casas e confiscando bens, como mencionado pela moradora. Outros depoimentos demonstram o poder exercido por estes atores no contexto das periferias urbanas:

Você tem que ficar quietinho, fazer o que eles mandam, porque eles matam quem faz merda. Aí, todo mundo tem medo (Depoimento de moradora do Conjunto “Cesarão”).

Aqui é assim: Manda quem pode, obedece quem tem juízo. Se eles dizem que você tem que ir embora, não dá para contestar. É colocar a roupa na sacola e sair correndo (Depoimento de morador de Vila Paciência).

“Ser seu próprio patrão”, “dono do próprio negócio” também têm motivado alterações nos padrões construtivos nos bairros periféricos. A informalidade na produção da moradia acaba por se associar, em alguns casos, à informalidade do trabalho ou da forma de “*se virar*”, de sobreviver, de ganhar dinheiro. Surge a **casa oficina** ou a **casa bazar**. Na ausência da “carteira assinada” e da enorme concorrência já existente no setor informal em outras áreas da cidade, os moradores tornam-se, algumas vezes, “empreendedores” na própria localidade: bares, mercadinhos, videolocadoras, *lan houses*, pensões, sacolões, oficinas (de automóveis, de aparelhos eletrônicos, etc), barraquinhas (de pipoca, cachorro-quente, churros, etc) emergem nos pequenos espaços que se destinariam ao quintal, à sala de visitas das suas casas. Muitos daqueles que conseguem se destacar na localidade, através de algum negócio – ainda que, na maio-

ria dos casos, este se caracterize pela informalidade –, são vistos pelos demais como membros de uma “burguesia”, que “agora que estão numa boa também exploram os mais pobres, esquecendo que já foram trabalhadores”, como nos relatou uma de nossas entrevistadas. Por outro lado, são eles encarados como aqueles capazes de dar dinamismo à economia do conjunto ou loteamento, atendendo às demandas mais imediatas dos moradores, à medida que disponibilizam bens e serviços básicos a partir de uma relação pautada também na informalidade:

Muita gente aqui do conjunto não tem cartão de crédito e nem sempre tem dinheiro vivo para ir ao supermercado. Por isso, mesmo pagando mais caro, a gente acaba comprando na mercearia daqui mesmo, porque o dono deixa pagar no início do outro mês, quando sai o nosso pagamento.

Ainda que assuma especificidades a depender do contexto onde se manifesta, a informalidade deve ser vista como fruto de uma crise estrutural, ampliada pós-década de 80, responsável pela promoção “da busca informal da sobrevivência como novo meio de vida primário na maioria das cidades do Terceiro Mundo” (DAVIS, 2006: 178), estratégia última adotada pelos segmentos economicamente mais vulneráveis da Cidade.

Esse quadro que se configura em contextos como o que estudamos, torna cada vez mais difícil estabelecer um limite claro entre o formal e o legal, o informal e o ilícito, conforme discorre Telles:

É justamente nas fronteiras porosas entre o legal e o ilegal, o formal e informal que transitam, de forma descontínua e intermitente, as figuras modernas do trabalhador urbano, lançando mão das oportunidades legais e ilegais que coexistem e se superpõem nos mercados de trabalho. Oscilando entre empregos mal pagos e atividades ilícitas, entre o desemprego e o pequeno tráfico de rua, negociam a cada situação e em cada contexto os critérios de aceitabilidade moral de suas escolhas e seus comportamentos. É isso propriamente que caracteriza o bazar metropolitano: esse embaraçamento do legal e do ilegal, esse permanente deslocamento de suas fronteiras sob a lógica de uma forma de mobilidade urbana, “mobilidades laterais”, de trabalhadores que transitam entre o

legal, o informal e o ilícito, sem que por isso cheguem a se engajar em “carreiras delinquentes” (TELLES, 2007: 6)

Isso faz todo sentido quando observamos, por exemplo, que algumas atividades que fazem parte do contexto da “**casa bazar**” ou da “**casa oficina**” são permeadas ou viabilizadas por práticas ilícitas. É o caso, por exemplo, das *lan houses* que se utilizam de “gatos” nas redes de telefonia ou captam, clandestinamente, sinais de satélite; das videolocadoras que comercializam produtos “piratas”; das oficinas que trabalham com peças de procedência duvidosa.

Nos “negócios” estabelecidos nos puxadinhos, ou mesmo naqueles desenvolvidos no espaço doméstico (como a produção de “quentinhas”, doces e salgadinhos; a confecção de roupas, etc) toda a família é envolvida, inclusive as crianças – sem que isto seja por eles entendido como exploração do trabalho infantil. Ao contrário, impera aí a “ética do trabalho” e, neste sentido, justifica-se a utilização da mão-de-obra dos mais jovens como um meio de socialização *pele e para* o trabalho e, sobretudo, como forma de mantê-los ocupados, já que o *estar nas ruas* pode significar, em alguns contextos, tornar-se vulnerável à sedução exercida pelos traficantes.

É importante deixar claro que os três modelos aqui apresentados não se apresentam, necessariamente, de forma excludente, sendo bastante comum a convergência entre eles.

Identidades, hierarquias e a força dos estigmas: o “ser” morador de loteamentos, favelas e conjuntos.

Num trabalho anterior (MAIA, 2008), apresentamos alguns indicadores sócio-econômicos (como níveis de renda, escolaridade, por exemplo) que deixavam claro que, objetivamente, não existe uma diferenciação significativa entre os moradores do *bairro* (aqui entendido segundo critérios político-administrativos). Contudo, “gradações” e “hierarquias” (ELIAS; SCOTSON, 2000) parecem definidas a partir do tempo de residência, da identidade com o lugar (inclusive com aquele deixado para trás, como é o caso dos moradores que chegaram ao bairro para ocupar os conjuntos habitacionais, vítimas da política de remoção de favelas).

Para os moradores mais antigos do bairro estudado e que se autointitulam “legítimos santacruzenses”⁴, “nascidos e criados no local”, o avanço dos loteamentos irregulares, favelas, bem como o crescimento do número de conjuntos no bairro trazem implicações diretas na descaracterização do lugar. Neste sentido, reportam-se à tranquilidade de outrora, em comparação ao caos de hoje; à associação da área ao binômio pobreza-violência, geralmente feita por aqueles que residem nos bairros mais nobres da Cidade; à perda progressiva do espaço da rua enquanto locus de sociabilidade; à redução das relações interpessoais; à desvalorização do patrimônio histórico-cultural⁵, etc.

Durante nossas entrevistas, foi frequente ouvirmos declarações, por parte destes moradores mais antigos (os “nascidos e criados”), como as que se seguem:

O bairro ficou um caos depois que estes favelados chegaram aqui! (Morador da área central).

Aqui não tinha tanta violência... podíamos andar na rua com tranquilidade, conversar até tarde no portão. O carnaval era uma beleza: Todo mundo brincava sossegado. Hoje, você não sabe quem está por trás das máscaras dos clóvis⁶ (Moradora da área central).

Depois que construíram as casinhas (referência aos conjuntos habitacionais) nossa paz acabou. Aumentaram os assaltos, a violência, os problemas. Veio um monte de gente pra cá, de toda parte da Cidade, sabe-se lá de onde... É um problema (Diretor de uma Instituição Cultural do bairro).

Ainda que alguns dos conjuntos existentes na área tenham 20, 30 anos, o que implica na existência de uma geração que nunca chegou a passar pela experiência de *favelados*, a origem dos primeiros habitantes e o fato da favela ser encarada pelos não favelados como modo de vida, sendo passível de incorporação e reprodução, contribuem para que a pecha não se extinga ou tenha seu tom atenuado com o tempo.

Voltando ao estigma que envolve estes conjuntos, poderíamos dizer que, para tanto, também colabora o fato de que, em termos infraestruturais, serem eles bastante precários (como já mencionado), desprovidos de serviços básicos, sem falar no fato de que, na década de 70, passaram a ser disputa-

dos/apropriados por facções criminosas, levando à afirmação de uma imagem negativa em relação ao espaço e aos seus moradores, indistintamente.

Foi recorrente nas falas de muitos dos entrevistados um grande constrangimento/ressentimento quanto à associação direta, mais e mais reforçada pela mídia, entre pobreza-favela/conjunto habitacional-criminalidade, que acaba por criar e/ou reforçar toda sorte de estereótipos e preconceitos em relação ao bairro e à população local (sobretudo a residente nos conjuntos habitacionais e favelas). Sem dúvida, a expansão do crime organizado tem contribuído para isto, da mesma forma que, por seu turno, também o Poder Público pode ser responsabilizado, já que não tem investido adequadamente em Políticas Sociais em áreas mais empobrecidas e periféricas como a tratada neste artigo. A ação dos governantes só é percebida pelos moradores através de práticas repressivas, que reforçam ainda mais os estereótipos já mencionados: “Todo mundo é tratado como bandido... eles já entram atirando!”, disse-nos um morador, sem muita clareza de que, mesmo se este fosse o caso, a postura da polícia não deveria ser esta.

Transformada em modo de vida, a experiência da favela ou o residir em conjuntos habitacionais torna seus moradores marcados por um sem número de estereótipos, alvos de discriminação:

a) **na relação que estabelecem com os residentes em outros espaços do bairro:**

Eu já fui discriminada sim. Foi lá no “Cesarão”. Me chamaram de favelada! (Depoimento de uma moradora de Vila Paciência).

Sempre acham que somos marginais, traficantes, só porque moramos aqui (Depoimento de um morador de Vila Paciência).

O melhor que você tem a fazer, para não ser mal visto, é evitar se misturar, ficar mais na sua... Você cumprimenta todo mundo, socorre o vizinho quando ele precisa, mas evita muito contato... assim não é confundido com quem não presta (Depoimento de um morador do Conjunto Guandu).

b) **no âmbito das políticas públicas** (que, em geral, não chegam a estas áreas ou, quando chegam, são envoltas em precariedade e num descaso e preconceito por parte dos profissio-

nais, que de tudo fazem para transformar esta experiência em passageira, pedindo transferência logo que esta seja possível – como acontece com muita frequência entre os professores e profissionais de saúde):

Olha só para o que sai nas notícias sobre o governo, sobre os políticos. Só aparece corrupção. Por isso o Brasil está como está. Só tem ladrão. Se olhar aqui em volta, vai ver que a saúde pública está péssima, está morrendo muita gente. A dengue está aí mesmo, os valões correndo a céu aberto (Depoimento de moradora do Conjunto “Cesarão”).

Aqui já teve uma praça, mas acabaram com ela. Os brinquedos, os bancos foram desgastando e não recuperaram. As crianças acabaram ficando sem espaço de lazer (Depoimento de moradora de Vila Paciência).

Quem quer trabalhar aqui? As escolas estão sempre com falta de professores, os hospitais sem médicos... Ninguém quer ficar neste fim de mundo! (Depoimento de um morador do Guandu).

- c) **no âmbito do mercado de trabalho**, o que leva muitos moradores destas áreas, durante a busca por emprego, a não assumirem o conjunto habitacional ou a favela como locais de moradia :

“Se você quer conseguir um emprego, não diga que mora em conjunto ou favela... As pessoas logo arrumam uma desculpa para não te contratar (Depoimento de um morador do Conjunto Guandu).

É incrível como as pessoas desconfiam de você, só porque mora em conjunto... Será que somos todos bandidos? (Depoimento de uma moradora de conjunto Guandu).

Uma madame da Barra não quis os meus serviços porque eu morava no “Cesarão”. Deu um monte de desculpas, que era muito longe, que a passagem era muito cara... (Depoimento de moradora do Conjunto “Cesarão”).

Wacquant (2005), ao referir-se às *cités* da periferia urbana francesa, demonstra o peso de sua imagem negativa e associação “com a incidência desenfreada de delinquência, de imigração e de falta de segurança” (WACQUANT, 2005: 140) , e o fato de seus moradores estarem confinados a um

espaço estigmatizado. A exemplo do que ocorre no nosso campo de investigação, “o estigma territorial afeta não só a interação com os empregadores mas também com a polícia, a justiça, a burocracia do bem-estar social, as quais são capazes de modificar o comportamento e os procedimentos quando lidam com um residente de uma *cité* deteriorada” (WACQUANT, 2005: 142) . Além disto, ainda segundo o mesmo autor, tal estigmatização “estimula práticas de diferenciação e distanciamento social interno que acabam diminuindo a confiança entre as pessoas e minando a solidariedade no plano local” (WACQUANT, 2005, 148) , desenvolvendo, por assim dizer, “estratégias sóciofóbicas de evasão” e desconfiança, que dificultam o agir coletivo, o engajamento em projetos comuns.

A questão da confiança⁷ traz implicações na construção da identidade de indivíduos e grupos sociais. Bajoit (2002: 62) já afirmara que “quer se goste ou não, o nosso tempo não é muito propício à confiança [...] A mudança (...) em curso torna o mundo menos previsível para todos. No entanto, se todos somos afectados por essa imprevisibilidade, nem todos sofremos em igual medida as suas consequências: o mundo não é igualmente malévolo para todos”. Para aqueles que vivenciam, como vimos demonstrando, não só situações de abandono por parte do Estado – materializado na ausência ou ineficácia das políticas públicas destinadas à área -, dificuldades de acesso ao mercado de trabalho (cada vez mais competitivo e seletivo), além de constrangimentos e toda sorte de violência (real ou simbólica) originada das instituições, do mercado, dos meios midiáticos, dos traficantes e milicianos, e mesmo daqueles que, ainda que em situação de pobreza, consideram-se hierarquicamente superiores, é difícil – para não dizer impossível – assumir uma posição de confiança.

Segundo Bajoit (2002: 62-6), tudo isso ocorre porque os cinco grandes domínios da vida coletiva (**a qualidade de vida** – que implica no trabalho, no consumo, na saúde; **a segurança, a ordem pública e a cidadania; a equidade; a auto-realização individual; o pluralismo e a tolerância**) “parecem marcados por contradições entre, por um lado, os princípios de sentido e as expectativas culturais impostas aos nossos concidadãos e, por outro, as condições sociais de realização dessas expectativas” (BAJOIT, 2002:

66). Os jovens, talvez pela própria inquietude que marca a condição juvenil, sem falar no fato de também serem eles os mais bombardeados com os apelos ao consumo, com as cobranças em relação à qualificação para o ingresso no mercado de trabalho e ao posicionamento político, além, é claro, do preparo para a assunção de responsabilidades, são aqueles capazes de demonstrar maior inconformismo ou indignação frente a tais contradições ou, ao contrário, tender a uma banalização destas circunstâncias, demonstrando a inexistência de projetos e descrédito na possibilidade de mobilidade social:

“Que escola é esta? A gente sabe que vem aqui só pra matar o tempo... Dificilmente um aluno daqui vai chegar na faculdade... Quase todo mundo que termina o ensino médio sabe mesmo é que, no máximo, vai conseguir ser caixa de supermercado... É muito legal vocês falarem da importância da gente valorizar o bairro onde a gente mora... Para quem é de fora, isto tudo é muito bonito... Mas pra gente que tem que conviver com esta pobreza toda, com um lugar que não tem nada... ah, é muito complicado. O que tem aqui para valorizar? Só se for buraco nas ruas e violência! (Depoimento de um aluno do Ensino Médio de uma escola pública do bairro)

Aqui a gente não tem nada de lazer... Nem na rua a gente pode ficar, pois todo mundo tem medo. Se bem que melhorou, depois que a milícia expulsou os traficantes. Mas a gente tem que fazer tudo o que eles mandam, se não eles castigam. O conjunto é uma prisão... Não dá pra ir muito em outros lugares. Em alguns a gente não vai porque só tem bandido e em outros a gente também não pode ir porque as pessoas olham de lado porque que a gente é de conjunto... (Depoimento de uma adolescente participante de uma oficina coordenada por estudantes de Serviço Social da UFRJ).

O bairro aparece nos jornais e na televisão quando tem algum crime ou alguma doença... Agora a televisão só vive falando de Santa Cruz por causa da dengue e do problema que teve lá no Pedro II [hospital público que teve a UTI infantil fechada por suspeita de contaminação, após vários bebês terem morrido]. Já viu alguma notícia sobre alguma coisa boa que tem

aqui? (Depoimento de uma adolescente participante de uma oficina coordenada por estudantes de Serviço Social da UFRJ).

Uma questão que nos chamou à atenção foi o fato de que, em função da discriminação que sofrem, dos constantes processos de “desafiliação” a que são submetidos, os moradores, de uma maneira geral, e os jovens, em especial, passam a desconfiar da própria condição (o que ficou claramente expresso na indagação que transcrevemos em momento anterior, feita por um morador: -“Será que somos todos bandidos?”) ou tendem a afirmar sua posição, pela distinção em relação a um outro que também lhe é próximo (e que, em geral, parece possuidor de atributos inferiores): - “Sou pobre, mas sou honesto”; - “Você está parecendo uma favelada”. Posicionamentos como estes podem decorrer de e/ou engendrar tensões identitárias que, segundo Bajoit (2002: 69), traduzem-se “na forma como os indivíduos constroem os vínculos sociais entre si”, tornando-os mais distantes, deixando florescer sentimentos como reserva, indiferença e medo.

Complementando a argumentação do citado autor, consideramos pertinentes as reflexões de Diogo (2007: 66-7) sobre as estratégias utilizadas pelos indivíduos como respostas às tensões identitárias:

- a) **de distanciamento**, que se definiriam “como um conjunto de formas a partir das quais os indivíduos se distanciam do sistema de valores que os estigmatiza, resistindo à interiorização da identidade negativa por forma a evitar a transformação da identidade para os outros na identidade para si”, o que poderíamos exemplificar a partir das oposições que costumam estabelecer entre trabalhadores X bandidos, favelados X não favelados; empregados X biscateiros. Há, ao nosso ver, uma conotação valorativa, onde “eu”, a minha família, o meu grupo, a minha comunidade são, não só diferentes, mas melhores que as dos outros;
- b) **de orgulho**, que se baseiam “na revalorização da identidade social sem por em causa as regras do jogo, isto é, procurando um acréscimo do estatuto social em relação aos outros (passando necessariamente pelo emprego). [No caso dos nossos entrevistados, também pelo estudo, pelo acesso aos bens de consumo, por ter uma família

estruturada e que confere apoio, etc] por forma a valorizar a maneira como os outros o vêem, portanto, a identidade em relação aos outros”:

- c) **de defesa**, estratégias utilizadas “quando a identidade para os outros negativa está interiorizada e traduzem-se em formas diversas de minorar os efeitos do sofrimento no indivíduo”. Seriam, por assim dizer, “estratégias de racionalização desculpabilizante”, onde o ônus pela situação é atribuído aos outros (indivíduos, instituições, forças abstratas, Deus) ou onde se procura elementos de distinção em relação àqueles que se encontram em pior situação que a sua. Neste sentido, é comum, por exemplo, ouvirmos máximas do tipo – “Sou pobre mas, felizmente, tenho um trabalho. Ganho pouco, mas pelo menos não passo fome como muitos aí”: ou ainda “Isso tudo é desígnio de Deus. Tenho que me conformar”.

Muitas e complexas foram as questões apresentadas neste artigo. Pela sua própria dimensão, temos clareza da impossibilidade de tomá-las como conclusivas, esgotadas. Até porque, pensado em sua dinamicidade, existe vida no bairro e esta vida pulsa em cada ato, em cada fato, no cotidiano de seus múltiplos atores, nas suas manifestações culturais (no carnaval, no funk, no papo de bar), nas suas estratégias de enfrentamento e também no seu cansaço, na sua acomodação. E quão matizada é esta realidade! Nela interação, confundem-se, evitam-se, embatem-se as mais variadas *categorias sociais* que vão sendo definidas neste jogo infundo e, muitas vezes, infundado. Um jogo de regras bastante duras e disputado num campo onde as fronteiras não têm equivalência cartográfica, mas são colocadas e recolocadas a partir de mecanismos de poder e de significação e, por esta razão, tornam-se tênues, imprecisas – embora sejam capazes de fragmentar, opor, dividir. Onde a mobilidade dos sujeitos sofre estrangulamentos e onde o acesso aos direitos não se configura como regra, como *ato cidadão*. Onde hierarquias surgem e discriminam (e até incriminam), tornando todos ainda mais vulneráveis. Realidade onde, paradoxalmente, solidariedade e apartação podem conviver e onde o lema, da maioria, é sobreviver... Apesar dos pesares, estes

moradores seguem escrevendo, linha por linha, a sua História.

Referências Bibliográficas:

ABREU, M. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Iplan Rio/Zahar, 1987.

BAJOIT, G. O papel da confiança na formação da identidade e do vínculo social. In BALSAL, Casimiro (Org.). *Confiança e laço social*. Lisboa: Edições Colibri/CEOS, 2002.

_____. *Tudo muda. Proposta teórica e análise da mudança sociocultural nas sociedades ocidentais contemporâneas*. Ijuí: Editora Unijuí, 2006.

BALSA, C. Espaço e exclusão, espaços de exclusão In: BALSAL, C. (org). *Relações sociais e espaço – homenagem a Jean Remy*. Lisboa: Edições Colibri/CEOS, 2006.

BAUDRILLARD, J. *A sociedade de consumo*. Lisboa: Edições 70, 1995.

BOURDIEU, P. *A distinção: crítica social do julgamento*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

_____. *Pierre Bourdieu: sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.

CALDEIRA, T. P. R. *A política dos outros – o cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CAVALLIERI, Fernando; VIAL, Adriana; LOPES, Gustavo; ABREU, Mauricio A. *Diferenciais intra-urbanos no Rio de Janeiro: contribuição ao cumprimento da Meta II do Milênio*. Rio de Janeiro: Armazém de Dados, IPP, 2007.

DAVIS, Mike. *Planeta Favela*. São Paulo: Boitempo, 2006.

DIOGO, Fernando. *Pobreza, trabalho e identidade*. Lisboa: Celta, 2007.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de*

poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FEATHERSTONE, M. *Cultura de consumo e pós-modernismo*. São Paulo: Studio Nobel, 1995.

HARVEY, David. *A Condição Pós-Moderna*, São Paulo: Loyola, 1992.

MAIA, Rosemere. “Lá onde o vento faz a curva...” História, cultura e cotidiano de uma área periférica da Cidade do Rio de Janeiro. In GOMES, M^a de Fátima C. M., FERNANDES, Lenise Lima; MAIA, Rosemere S. (orgs). *Interloquções urbanas: cenários, enredos e atores*. Rio de Janeiro: Ed. Arco-Íris, 2008 – pp. 123-137

PERALVA, Angelina. Ségrégation de proximité: le cas de Rio de Janeiro. *Cosmopolitiques – Cahiers théoriques pour l’écologie politique*. 7, 2004 -. pp. 49-57.

SANTOS, Milton. *Espaço e sociedade*. Petrópolis: Vozes, 1979.

STAM, Gilberto et al. Conjunto habitacional, uma utopia que virou ruína. *diverCIDADE – Revista Eletrônica do Centro de Estudos da Metrópole*, N. 16, Jan-Mar de 2008. Acessado em <http://www.centrodametropole.org.br/divercidade/numero16/impressa/1.html> em 04-11-2008

TASCHNER, S. P.; BÓGUS, L. A cidade dos anéis: São Paulo In: QUEIROZ, L. C. (org.). *O futuro das metrópoles: desigualdades e governabilidade*. Rio de Janeiro: Revan/Fase, 2000.

TELLES, Vera da Silva; HIRATA, Daniel. (2007). Cidade e práticas urbanas: nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito. *Anais do 31º Encontro Anual da ANPOCS*. www.anpocs.org.br (consultado na internet em 20 de novembro de 2008).

TUAN, Yi-Fu. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. São Paulo, DIFEL, 1983.

WACQUANT, Lóic. *Os condenados da Cidade*. Rio de Janeiro: Revan: Fase, 2005.

Notas

1. Aqui, uma nota faz-se necessária, já que, ao romper com o modelo centro-periferia, também somos obrigados a relativizar a questão da distância. Harvey (1992) analisa tal fenômeno, sugerindo que a compressão do tempo-espaço – marca das últimas décadas – tem impactado nas práticas políticoeconômicas, no equilíbrio do poder de classe e na vida social e cultural.
2. Para exemplificar, poderíamos mencionar as distintas circunstâncias e momentos em que se deu tal ocupação, fomentando a criação, no bairro, de vários sub-bairros, loteamentos populares, conjuntos, favelas, o que será melhor apresentado num momento posterior do trabalho.
3. O Plano Diretor Decenal da Cidade do Rio de Janeiro, de 1992, considera a favela como uma “área predominantemente habitacional, caracterizada por ocupação da terra por população de baixa renda, precariedade da infraestrutura urbana e de serviços públicos, vias estreitas e de alinhamento irregular, lotes de forma e tamanho irregular e construções não licenciadas, em desconformidade com os padrões legais.” A definição apresentada pelo IBGE, por sua vez, não se distancia muito desta, classificando a favela como um setor censitário especial, um aglomerado subnormal, devendo possuir, no mínimo, 51 casas. A maioria das unidades habitacionais não pode deter título de propriedade ou documentação recente (obtida após 1980). (CAVALLIERI et al., 2007).
4. Os “legítimos santacruzenses”, segundo alguns dos nossos entrevistados, seriam aqueles que descendem diretamente dos primeiros habitantes da região, a partir dos investimentos feitos pela Família Imperial no bairro, sobretudo em função da instalação do Matadouro Imperial, ou ainda dos antigos agricultores que tiveram um lugar destacado num momento em que a área possuía características marcadamente rurais. Muitos destes moradores tornaram-se pequenos empreendedores locais, atuando no comércio ou tornando-se profissionais liberais (médicos, dentistas, advogados), o que lhes confere um prestígio na área, possibilitando-lhes viver nos

- espaços privilegiados e a deter um padrão de vida superior ao da maioria da população local.
5. Santa Cruz, em função de sua importância durante os períodos colonial e imperial, possui edificações de alto valor patrimonial, patrimônio este ainda que não devidamente reconhecido tanto pelas autoridades, quanto por grande parte da população local, que não possui com tais bens qualquer relação identitária, afetiva.
 6. Clóvis, ou “bate-bola”, é o nome de uma fantasia carnavalesca característica dos subúrbios cariocas, principalmente os das Zonas Norte e Oeste. Supõe-se que o nome tenha derivado de “clown” (palhaço). [http://pt.wikipedia.org/wiki/Cl%C3%B3vis_\(carnaval\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Cl%C3%B3vis_(carnaval))
 7. “A confiança é um sentimento que remete o indivíduo simultaneamente para si mesmo (confiança em si) e para o mundo que o rodeia (confiança no ambiente social e técnico, natural e sobrenatural). Os dois estão ligados [...] Pode-se dizer que esse sentimento de comodidade e de bem-estar a que se chama ‘confiança’ é, antes de mais, o resultado de uma previsibilidade julgada suficiente por parte do indivíduo, da relação entre si e o mundo: para ter confiança, tenho de me acreditar capaz de prever como os outros, a natureza e os ‘deuses’ se comportarão para comigo. Tenho de saber com o que contar, saber como me comportar perante eles, de modo a que se comportem comigo de acordo com as minhas expectativas. Tenho, por isso, na vida social, de conhecer os códigos, adivinhar reacções dos outros, para evitar conflitos, para escapar à sua influência e exercer a minha, antecipar as suas expectativas” (BAJOIT: 2006 , 61-2).

* *Rosemere Maia* é Professora Adjunta da Escola de Serviço Social da UFRJ. Doutora em Geografia pela UFRJ. ESS/UFRJ Trabalho desenvolvido durante o estágio pós-doutoral em Portugal financiado pela CAPES. Pesquisadora Associada da CESNOVA/UNL – Portugal e da AISLF – França.
rosemaia@terra.com.br ou rosemaia@ess.ufrj.br

“Trabalho solidário”: em busca de outros valores para a participação política*

Lucia Rabello de Castro
NIPIAC/UFRJ *

Beatriz Corsino Pérez
NIPIAC/ UFRJ *

Conceição Firmina Seixas Silva
NIPIAC/UFRJ *

“Trabalho solidário”: em busca de outros valores para a participação política*

Resumo: Em face das transformações importantes que modificaram modos de convivência no contemporâneo, discutimos, neste artigo, como diferentes formas de participação social e política de jovens, ao traduzirem uma rejeição por modos convencionais de engajamento, expressam novos valores e recortam outros objetivos de lutas e demandas sociais. Destaca-se nessa discussão o estatuto do trabalho voluntário como forma de engajamento e participação de jovens, hoje qualificada pelo sentimento de responsabilidade frente ao outro. A discussão teórica acompanha-se da análise de dez entrevistas com jovens do estado do Rio de Janeiro, engajados em trabalho voluntário. Ainda que inseridos em grupos bastante distintos, em suas formas de atuação e objetivos, verifica-se que a atuação dos jovens é marcada pela solidariedade como postura ético-política frente às injustiças e desigualdades. Outros aspectos, tais como a natureza dos coletivos em que se inserem, e a relação desses jovens com os políticos e a política institucionalizada também são analisados.

Palavras-chave: Participação. Política. Juventude. Trabalho voluntário

Solidarity work: in search of other values for political participation

Abstract: In view of the important changes that have modified the modes of conviviality in present time, we discuss in this article how different ways of youth's social and political participation, by expressing a rejection of conventional ways of engagement, communicate new values and put forward other aims of struggle and social demands. The statute of voluntary work is highlighted as a form of youth engagement and participation, qualified by the feeling of responsibility towards the other. The theoretical discussion is engrossed by the analysis of ten interviews with youngsters in the state of Rio de Janeiro, taking part in voluntary work. Notwithstanding the diversity of their insertion groups, concerning the ways to carry out their objectives and actions, we observe that the youth's actions are guided by solidarity as an ethic-political attitude before social inequalities and injustices. Other elements, such as the nature of the groups to which they belong and the relationship of these young people with the institutionalized politics and politicians, are also analyzed.

Keywords: Participation. Politics. Youth. Voluntary work.

Recebido em 08.06.2009. Aprovado em 30.06.2009.

Introdução

A participação política e social de jovens tem suscitado discussões importantes sobre as novas formas de engajamento e adesão a movimentos coletivos, e de diferentes possibilidades de mobilização e ação em torno das questões da vida em comum. Muitos pesquisadores têm observado uma participação crescente de jovens em coletivos que são menos formalizados e hierárquicos, opção essa que se faz, muitas vezes, por uma rejeição a instituições, tais como partidos políticos, que tendem a determinar, de cima para baixo, padrões e propostas de ação, ou, que se mostram pouco sensíveis às reivindicações dos próprios jovens (PLEYERS, 2005; HOOGHE; DIETLIND, 2005). Norris (2002), no seu extenso estudo sobre as tendências emergentes de participação em diversos países, conclui que as novas gerações tendem a se expressar politicamente por meio da escolha de uma variedade de “atividades ad hoc, contextuais”, tais como, os novos movimentos sociais (movimentos de protesto que envolvem boicotes, manifestações públicas e abaixo-assinados sobre questões emergentes, como a defesa do meio ambiente), o ativismo pela internet e redes transnacionais de lutas, mais do que por agências tradicionais como os partidos políticos. Segundo essa autora, a ‘consciência crítica’ atual se distancia de uma lealdade a instituições convencionais de participação política, emergentes ao longo dos séculos XIX e XX, e tal deslocamento de preferências indica, provavelmente, outros repertórios e objetivos do ativismo político. Assim, a perspectiva que alimenta a participação abarca não apenas aquelas atividades que visam influenciar a atividade regulatória estatal, mas também aquelas atividades não estatais, como por exemplo, as desempenhadas por organizações internacionais e empresas multinacionais que, com os processos de globalização, contribuíram para o encolhimento da soberania dos estados-nações.

Por outro lado, há um volume significativo de pesquisas que apontam o afastamento dos jovens da participação política, interpretando-o de modos diversos: “declínio do capital social” (PUTNAM, 2000), “marginalização” (SVYNARENKO, 2001), “geração apolítica” (PIRIE; WORCESTER, 1998). Parece que a consolidação e a ampliação dos regimes democráticos ao

longo do século XX não trouxeram, necessariamente, um impacto significativo nos níveis de participação política, especialmente a dos jovens. A análise de Forbrig (2005) levanta dois aspectos a esse respeito. Primeiro, a base social dos regimes democráticos pôde se ampliar por meio de mecanismos diversos como o sufrágio universal, o estabelecimento de partidos políticos, os sindicatos e a expansão da sociedade civil, assim como de instituições caritativas e de cooperação. Segundo, houve uma expansão de questões que foram consideradas passíveis de regulação política, tais como a educação, a situação de minorias e outras tantas. Esses dois aspectos foram acomodados, segundo esse autor, num quadro de crescente complexidade institucional do processo político conduzindo à emergência de outras instituições a que são delegadas partes importantes do processo político, e se constituíram como fóruns especializados, sejam corporativos ou profissionais. Nesse processo de especialização e diferenciação crescentes, a participação dos cidadãos tende a se reduzir: seja porque eles entendem que as instituições irão se ocupar dos seus interesses, seja porque as questões se tornam monopolizadas pelas instituições. No caso da juventude, mesmo que os jovens tenham sido beneficiados por muitos mecanismos que permitiram outros níveis e formas de organização social e política, alguns espaços acabam sendo formatados a partir de um ponto de vista adulto, e tendem a acomodar outros tantos interesses além daqueles encampados pelos próprios jovens.

Tendo em vista tais estudos, Kovacheva (2005) alerta que a rotulagem do comportamento juvenil como pouco interessada ou apática em relação à política pode ser pouco produtiva, pois importa *discutir* o próprio conceito de participação, pois já não se pode mais impor uma única definição de participação – a partir do quadro de investigação dos adultos – em relação aos jovens que estão sendo investigados. Assim, a autora analisa que o conceito de participação política e social, assim como as metodologias utilizadas, devem ser discutidos comparativamente, de modo que resultados contraditórios de pesquisas sobre a participação dos jovens, hoje, possam ser melhor compreendidos. Considerando a especificidade do território disciplinar de onde se trabalha a participação juvenil,

seja a partir da Ciência Política, seja dos estudos sobre juventude, diferentes desdobramentos conceituais estarão sendo produzidos. Diferentemente da Ciência Política, cuja perspectiva sobre a juventude tende a enquadrá-la conceitualmente como uma idade, geração ou coorte, os estudos sobre juventude consideram a participação como um conceito central para compreender a própria idéia de juventude hoje, que, longe de desfrutar de uma situação de inclusão real nos processos societários, ainda permanece excluída de âmbitos importantes. Neste sentido, o conceito de cidadania pode ser útil, já que fornece a mediação necessária entre ação e sociedade no caso da juventude. Como argumenta Kovacheva (2005), para os jovens, participar significa buscar se apropriar de lugares sociais com direitos e responsabilidades, resultando ações não apenas em relação às estruturas do Estado, mas também àquelas instituições privadas e públicas da sociedade em geral, de modo que as demandas juvenis possam ser escutadas, e os jovens possam se colocar como interlocutores reais de transformação na sociedade.

Se entendemos a participação juvenil como a conquista de um outro lugar de interlocução em relação aos grupos sociais, essa pode engendrar várias formas de ação: trabalho voluntário formal, redes informais comunitárias, ação política informal, atos altruístas, trabalho de cuidado com a comunidade. A participação, de forma mais ampla, seria definida como “o poder baseado na possibilidade de exercer influência nos aspectos sociais e econômicos na comunidade mais ampla” (BOUKOBZA, apud KOVACHEVA, 2002: 23). Tendo em vista essa compreensão, os estudos sobre juventude caracterizam a participação política de acordo com os seguintes enfoques (CHISHOLM; KOVACHEVA, 2002): a) envolvimento na política institucional; b) as atividades de protesto; c) o engajamento cívico (vida associativa, a participação na comunidade e o trabalho voluntário). Em relação a essa última forma de participação, tem sido crescente o interesse sobre como os jovens, hoje, buscam, por meio de atividades muito diversas, ser atores de mudanças sociais, mesmo que no nível local. Todavia, muitas questões ainda necessitam de maior investigação como, por exemplo, se tais atividades, pelo seu caráter de rejeição a formas convencionais de participação e, nesse

sentido, talvez até inovadoras, podem se constituir, de fato, caminhos promissores de renovação da participação política e da democracia.

No Brasil, têm sido poucos os trabalhos que investigam essa terceira modalidade de participação juvenil. Tradicionalmente, os estudos sobre participação política de jovens focalizaram a militância juvenil vinculada aos movimentos estudantis (POERNER, 2004), quando o jovem, já tendo atingido a maioridade, se engajou nas lutas pela melhoria da educação ou pelas reformas sociais e políticas. Doimo (1994) aponta que, no Brasil, o processo movimentalista surge entre as décadas de 1960 e 1990, com o cunho de negação da institucionalidade burocrática do governo, e, ao mesmo tempo, a introdução de novas pautas de reivindicação, como a de mulheres e estudantes. Mais recentemente, com as mudanças no cenário político-institucional brasileiro na direção da re-democratização, tais movimentos ganharam força, empunhando a bandeira de uma participação ampla dos cidadãos na re-construção da sociedade democrática.

Neste contexto, os jovens têm surgido como atores de novas formas de luta, seja aproveitando espaços e estruturas instituídos por atores tradicionais, como o governo, seja pelo encaminhamento de novas maneiras de se posicionar e compreender seu lugar social, e a partir daí, seus direitos e responsabilidades. Uma diversidade de participações em áreas, como a educação, a cultura e as artes, revela a opção por não se inserir em ações convencionais de reivindicação e protesto, mas de engajamento em ações coletivas originadas da própria iniciativa dos jovens. Por isso mesmo, essas participações abarcam uma multiplicidade de motivações, pessoais e coletivas, estratégias e formas de demanda, que torna complicado categorizá-las de modo unívoco. Sem dúvida, o escopo de tais ações é amplo, e se torna importante o estudo qualitativo de casos particulares para compreender sua contribuição como uma nova modalidade de participação política.

Se novos coletivos de participação de jovens estão surgindo, no Brasil e alhures, ainda permanece incipiente a compreensão a respeito de como suas pautas e formas de luta são articuladas: como surgem, o que visam, como se organizam, quem participa e como. Uma questão ainda mais difícil de ser respondida, dado o conhecimento de que

dispomos hoje, concerne o impacto de tais ações na sociedade, seja pela via de visibilizarem novos valores no campo das relações sociais e políticas, seja de conseguirem introduzir renovações no quadro institucional.

O presente trabalho consiste em um esforço de avançar na compreensão de algumas questões sobre a forma de participação política e social de jovens engajados em trabalhos voluntários na comunidade ou na cidade em que moram. Interessou-nos investigar como os jovens se lançam às atividades voluntárias em coletivos instituídos, ou resultantes de sua própria iniciativa, e quais sentidos dão às suas ações. Em outro momento (CASTRO, 2008) vimos que tais ações se produzem, frequentemente, como *uma resposta* desses jovens às injustiças e ao mal que os interpela. No entanto, dada a diversidade de ações e coletivos em que atuam, buscamos verificar se haveria um perfil deste modo específico de engajamento, tendo em vista as motivações, as relações no coletivo e os objetivos que se almejam com as ações voluntárias. Neste sentido, problematizamos se tal participação dos jovens alcança uma *dimensão política*. Buscamos saber se o engajamento nas atividades voluntárias é referido ao campo da política convencional, e, sobretudo, se tais ações se acompanham de algum tipo de reflexão sobre o conjunto de problemas da sociedade e suas relações de poder, e articulam demandas e lutas em aliança com outros grupos sociais igualmente concernidos com a transformação social.

Que opção de participação é essa?

A solidariedade como valor

Não parece ser novidade o engajamento de jovens em trabalhos voluntários no âmbito de associações religiosas e benevolentes. Especialmente em outros países com tradição associativista mais forte que o Brasil, os jovens, assim como outros segmentos etários, estiveram engajados em ações que visam à promoção social de outrem, movidos por ideais humanitários. O associacionismo se caracterizou como a participação coletiva dos cidadãos, acontecendo ao largo da iniciativa estatal, tanto em prol de causas humanitárias por grupos e pessoas desfavorecidas, como também em defesa de interesses específicos de grupos particulares. Tocqueville (2003), na sua obra *Democracia na América*,

publicada em dois volumes em 1935 e 1940, já apontava para a significativa participação do povo americano em associações e atividades voluntárias, que não esperavam a ajuda do Estado para buscar a solução dos problemas do quotidiano. Na França, a ‘liberdade de se associar’ foi regulada por lei em 1901, e ao longo do século XX as associações, benevolentes ou de outra natureza, não pararam de florescer contando com cerca de 20 milhões de adeptos na década de 90 (WIEVIORKA, 1998).

No Brasil, a normalização democrática favoreceu o fortalecimento da sociedade civil, e, mais recentemente, a explosão de associações cujas atividades-fins, apesar de variarem enormemente, estão significativamente orientadas para trabalhos de cunho social, educacional e cultural. A onda de “associacionismo” engendrou, sem dúvida, um clima propício ao engajamento, inclusive o de jovens, em ações voluntárias, sedimentando novas possibilidades de laço com a sociedade. Novas modalidades de participação se descortinaram, por onde os jovens puderam ocupar novos espaços de interação com outros grupos sociais.

A este respeito tem sido significativa a discussão em torno do conceito de ‘protagonismo juvenil’, expressão que traduz uma visível tomada de posição e mobilização dos jovens em relação a causas e reivindicações, além daquelas que, tradicionalmente, compuseram a pauta dos movimentos estudantis. No entanto, sob tal expressão, parecem se abrigar compreensões bem distintas a respeito dos processos de reconhecimento social da condição de ser jovem. Frequentemente, a noção de protagonismo juvenil esteve inserida nas discussões de combate à pobreza por governos e agências internacionais e suas políticas educacionais que põem em relevo a ‘capacidade’ de determinados atores, considerados vulneráveis (como os jovens) de atuarem em prol de sua emancipação (o chamado ‘empoderamento’ dos jovens). Numa ressemantização desta noção (IULIANELLI, 2003), o protagonismo irá se referir a um modelo político de ação dos próprios jovens que buscam construir sua maior participação na sociedade. O ‘protagonismo’ tal como desejado e praticado pelos jovens se distancia daquele estipulado de cima para baixo por agências nacionais e internacionais que subsidiam determinados programas e projetos educacionais dirigidos aos jovens.

Hoje, a condição de ser jovem se estrutura em torno de demandas de delimitação identitária configurada por diferenças e particularidades desse momento da vida humana. Essas fornecem pistas e recursos para a construção de si e dos projetos pessoais. Assim, por exemplo, na medida em que a experimentação e a fruição se tornam crescentemente supostos marcadores identitários da condição juvenil, passam a normatizar a experiência dos jovens, representando um valor que deve qualificá-la. A esse propósito, muitas pesquisas sobre participação juvenil salientam a importância dos aspectos de sociabilidade, convívio e prazer de estar junto que os jovens consideram tão, ou, mais importantes que a tarefa que realizam em comum nos grupos de pares (ROUDET, 2004). Assim, o engajamento atual de jovens em trabalhos voluntários, mobilizado por causas humanitárias, ecológicas e de minorias, passa a ser marcado por valores da condição juvenil contemporânea, tais como o prazer de estar junto, o convívio e a amizade, e outros, como o nomadismo e a festa. Imbricam-se nesse movimento, processos de construção identitária no horizonte das injunções do contemporâneo junto com as mobilizações e ações do engajamento.

Para alguns autores, a definição de um projeto pessoal – como parte do elenco de expectativas colocadas pelo processo de individualização nas sociedades modernas – acompanha a ação de adesão e engajamento social e político dos jovens de hoje (GUILLAUME; QUÉNIART, 2004; ROUDET, 2004; GAGNON ET AL., 2004). As práticas associacionistas vão de encontro às exigências do processo de individualização que preconiza a autonomia e a responsabilização dos indivíduos (VERMEERSCH, 2001). Juntar-se a outros para realizar uma ação (beneficente, por exemplo) se funda na decisão individual de fazer o bem a um outro, no âmbito da ação em grupo cujos componentes parecem demonstrar disposições afetivas e conativas semelhantes. Para esses autores, prevalece, nesse tipo de engajamento, uma lógica identitária em que os indivíduos buscam seus iguais aliando-se em torno de projetos em prol de um outro. Além disso, diferentemente do militantismo voltado a uma causa de dimensão política e social, a participação em associações voluntárias e beneficentes concorre para a construção de um projeto de história individual, além de, certamente, objetivar à realização

de ações altruístas. No cenário contemporâneo, a participação nas associações parece acomodar bem, tanto as expectativas de autonomia e coerência biográfica, como a necessidade do outro. Se o “individualismo suscita a necessidade de outrem exigindo o desenvolvimento de laços sociais múltiplos e intensos” (ROUDET, 2004:21), então a participação em associações propicia a concatenação desses objetivos. Contudo, segundo esse mesmo autor, o engajamento voluntário em associações beneficentes não conduz a uma ‘leitura política’ do mundo e das próprias atividades associativas, nem favorece o questionamento geral do funcionamento da sociedade.

Sem dúvida, a participação dos jovens em agrupamentos voluntários e beneficentes se coloca em um registro diferente do militantismo, principalmente, ao se levar em consideração a dimensão política do engajamento. Esta faceta ‘menos politizada’ do engajamento nas associações tem que ser considerada sob dois ângulos. O primeiro concerne às grandes transformações societárias, especificamente os processos de individualização, que modificam as condições do laço social. Os engajamentos, quaisquer que sejam, não se produzem mais unicamente, seja sob a lógica do dom gratuito (por exemplo, a atividade beneficente sem exigência de reciprocidade ou ganho individual), seja sob a lógica da adesão militante e preservação do interesse geral que exige a subordinação do indivíduo à organização sindical e militante. Para Guillaume e Quéniart (2004), há sempre uma tensão entre a adesão às causas e os movimentos de construção de si que guiam os cálculos estratégicos dos indivíduos. Segundo, a não politização parece traduzir uma tomada de posição de muitos jovens em relação à política institucionalizada. Muitas pesquisas (SLOAM, 2007; O’TOOLE; MARSH; JONES, 2003) têm apontado para a importância de se incluir na discussão os modos como os próprios jovens interpretam a realidade política, a relação com o Estado e a atividade política convencional. Trata-se, aqui, de dialogar, de fato, com o quê os jovens têm a dizer sobre sua escolha de engajamento, e que distâncias e aproximações fazem com a política convencional.

Resultados interessantes foram obtidos por um estudo brasileiro de monta sobre o tema da participação juvenil realizado em 2004/5 com 913 jovens

entre 15 e 24 anos em várias capitais brasileiras (IBASE & POLIS, 2006). A pesquisa baseou-se no compromisso com a escuta dos jovens para construir um panorama amplo de sua visão sobre os problemas sociais e as soluções propostas. O planejamento metodológico abarcou a discussão em grupo de três caminhos participativos, que, segundo os pesquisadores, compunham diferentes ‘tipos ideais’ de engajamento e participação: o primeiro caminho “eu me engajo e tenho uma bandeira de luta”, enfatizava a participação em organizações estudantis, partidos políticos, sindicatos e Ongs, portanto, a via institucional de participação. O segundo, “eu sou voluntário e faço a diferença”, enfatizava a ação individual e direta. O terceiro, “eu e meu grupo: nós damos o recado”, estava relacionado à formação de grupos pelos próprios jovens nas áreas da cultura, religião e comunicação. Apesar dos pesquisadores admitirem que tais possibilidades eram não-excludentes, conceber de antemão as formas de participação juvenil, revela a ordenação desse universo segundo um eixo principal, qual seja, a distinção entre o modo de participação institucional vs. a participação individual vs a participação coletiva e autônoma. Priorizou-se, desta forma, a natureza do vínculo social que a atividade engajada articula, mais do que seus objetivos, suas formas de ação ou a direção das reivindicações. O primeiro caminho participativo, o da participação institucional, por exemplo, incluiu no mesmo tipo-ideal modalidades de engajamento bastante diferentes, já que pertencer a um partido político implica em identificações e formas de luta de natureza distinta daquelas de pertencimento a ONGs, que podem ser voltadas ao trabalho voluntário e beneficente. Esse caminho participativo, ao se referir explicitamente a uma ‘bandeira de luta’ realçou a ‘causa’ – objetivada na institucionalidade – como motivação para a ação engajada. No entanto, como discutimos anteriormente, o investimento nas ‘causas’ hoje parece exigir, também, a conciliação com demandas de autonomia. Por outro lado, supõe-se que o trabalho voluntário seja realizado individual e diretamente, quando, na verdade, ele aparece frequentemente mediado pelo grupo informal, ou por algum coletivo. Como vimos, o engajamento hoje está inserido nas redes de sociabilidade e amizade dos jovens, e essas são fundamentais na manutenção dos vínculos de participação. A ordenação do

universo da participação juvenil em três caminhos participativos, ainda que possa ser uma tentativa de sistematização, pareceu-nos problemática ao simplificar a complexidade dos vínculos de engajamento, hoje, cada vez mais resultantes de compósitos de elementos heterogêneos.

Significativamente, os resultados do estudo mostram que os jovens *não* escolheram um único caminho participativo, *mas concluíram que todos os caminhos participativos devem ser utilizados para levar adiante suas reivindicações e atuações na sociedade.* (IBASE; POLIS, 2006: 62). Ainda, segundo os jovens, a positividade dos três caminhos delinearia um quarto caminho que seria a síntese dos três apresentados, e englobaria possibilidades distintas de participação necessárias às transformações que desejam. Assim, as respostas dos jovens indicam a importância de agregar e mesclar elementos de diferentes ‘tradições’ de participação, rejeitando um único formato para se engajar.

O engajamento de jovens hoje no Brasil pode tomar rumos diversos, e a ação voluntária em coletivos informais, ou de sua própria iniciativa, parece ser uma modalidade que tem crescido recentemente. Apesar de no Brasil não termos uma longa tradição associacionista, o associacionismo jovem parece se revestir de características singulares. Assume a faceta de um trabalho voluntário no sentido de que não é constrangido ou imposto, mas de livre escolha do indivíduo. Por outro lado, não pode ser assimilado univocamente por uma ótica benevolente, ou caritativa, tal como na adesão movida por causas humanitárias cujo mote é fazer o bem aos que necessitam. Investigamos no presente trabalho como os jovens percebem as determinações do seu engajamento e como relacionam sua adesão ao funcionamento da sociedade e da política. Sobre tudo, questionamos se o engajamento dos jovens em ações voluntárias consistiria em uma resposta para um projeto maior de transformação societária. A perspectiva beneficente, como apontam muitos autores, é pontual e imediata, ao se propor a ajudar aqueles que estão à volta. Optamos, neste sentido, a qualificar o trabalho voluntário como resultante de uma perspectiva solidária. A diferença reside no fato de que, além dos efeitos imediatos que busca, essa perspectiva almeja a afirmação de uma postura ético-política frente ao outro, qual seja, de que ninguém pode permanecer indiferente em um mundo

tão desigual. Neste sentido, a solidariedade deve ser afirmada como um valor nas relações sociais frente à tendência privatizante e individualizante do nosso tempo. Não significa, porém, que a ação se fundamenta na ‘lógica do dom’, cujo interesse prioritário pelo outro abole magicamente os interesses do eu; nem de concatenar estrategicamente ganhos individualizantes e interesses altruístas. Parece-nos que a solidariedade nomeia um tipo de resposta ao outro – não apenas aquele necessitado que se pode enxergar, mas todos aqueles produzidos pelas situações de injustiça, que, desta forma, representam uma condição geral determinada pelas estruturas de poder. A solidariedade seria a resposta (e responsabilidade) do indivíduo que se posiciona como tendo a ver com o estado geral das coisas à sua volta. Aqui não se concebe a solidariedade sob a perspectiva do ‘dom’ (altruísmo beneficente), ou sob a da adesão à ‘causa’ (militantismo), porque na primeira parece haver a projeção identificatória do eu com o outro levando ao apagamento das diferenças entre eu e outro; na segunda, se verifica um assujeitamento e uma subordinação do eu ao interesse geral, favorecendo a dissolução da crítica. A resposta solidária parece se localizar no registro da contingência, e diferentemente da afirmação de Roudet (2004), pensamos que o outro não se coloca como ‘necessário’ em tempos de individualismo. Deste modo, parece importante investigar o que determina o enredamento pelo outro como modo de participação que os jovens mostram no contemporâneo. O laço social pela resposta solidária parece se revestir de aspectos singulares no que concerne ao dinamismo da construção de si, do outro e da sociedade. Em seguida, discutimos como tais questões aparecem nos resultados de entrevistas realizadas com jovens.

A participação social e política de jovens no Brasil contemporâneo: discutindo as singularidades deste processo

Para pensarmos a participação social e política dos jovens hoje, nos apoiamos em uma pesquisa¹ realizada, ao longo de 2005, com dez (10) jovens de classes econômicas variadas, moradores do Estado do Rio de Janeiro, de ambos os sexos, com idades entre 16 e 25 anos. Os entrevistados² foram escolhidos a partir do trabalho que realizavam em seus

respectivos grupos por meio de contatos informais com o grupo de pesquisadores. Os trabalhos a que se dedicavam variavam: davam aula de circo, capoeira e origami para pessoas de baixo poder aquisitivo; participavam da programação e divulgação de rádio comunitária; ensinavam voluntariamente em cursos pré-vestibulares e preparatórios para o Ensino Médio; faziam oficinas em escolas sobre direitos humanos; criavam manifestações e intervenções em prol de uma cultura nacional e arrecadavam recursos através de eventos culturais para outras ONGs ou instituições que promoviam ações sociais.

O roteiro das entrevistas tinha como objetivo saber qual a idéia desses jovens acerca de política; quais suas motivações para participar dos grupos nos quais estavam inseridos; como eles lidavam com a diferença dentro de seus grupos; quais as dificuldades e conflitos que enfrentavam decorrentes de seus engajamentos; e o que vislumbravam com a sua participação. As entrevistas eram individuais, e a coleta foi obtida mediante gravação, seguida de transcrição.

Algumas categorias significativas de análise foram extraídas: a primeira delas, “a dimensão alteritária da ação”, se refere ao sentido que dão ao engajamento no trabalho voluntário e aos valores que se introduzem nessa ação. A segunda, “agir no coletivo: amizade e confiança nos grupos de trabalho solidário”, diz respeito à forma como os grupos se constituem, como os jovens se sentem pertencendo a eles e como lidam com as dificuldades e frustrações inerentes ao processo coletivo. Na terceira, “a relação com a política e os políticos”, diz respeito aos sentidos que os jovens atribuem à política e como a relacionam com seu trabalho.

A dimensão alteritária da ação

Sob este eixo de análise se destaca a motivação dos jovens para dedicarem parte de seu tempo a ações voluntárias, em que pese a diversidade de suas práticas. Estabelecem-se aqui algumas diferenças nas narrativas dos jovens: alguns percebem sua motivação a partir de uma situação pessoal de privação que gera uma identificação com seus semelhantes; outros, ainda que não tenham passado por situações de necessidade, se mobilizam pela injustiças e desigualdades, e se identificam com aqueles que as sofrem.

Entre os jovens menos favorecidos economicamente, muitos se sentiram beneficiados, cultural e educacionalmente, com o trabalho realizado por ONGs, ou outros projetos, e decidiram trabalhar por aqueles que estão na situação em que estiveram. Este é o caso de Marcelo que ingressou na ONG em que trabalha como aluno da escola de circo, e agora usa o conhecimento que aprendeu para dar aula para crianças e adolescentes. Estevão também aprendeu os ensinamentos do seu mestre de capoeira, e resolveu entrar na ONG com o intuito de ensinar para as pessoas da comunidade a importância da capoeira, e assim, combater o consumo de drogas. Eles consideram suas participações como uma forma de *retribuição* daquilo que receberam.

Fernando, locutor de rádio comunitária, relata que viveu muitos anos na rua e na criminalidade, mas ao participar de um projeto social saiu das ruas, largou as drogas e aprendeu uma profissão. Ao contrário dos jovens Marcelo e Estevão, que tiveram um professor que os orientou nas suas escolhas, Fernando afirma não ter tido ninguém para aconselhá-lo, ou que pudesse lhe servir como um modelo a ser seguido. Através da sua atuação na rádio comunitária, Fernando quer ser um exemplo para outras pessoas que, tais como ele, não possuem ninguém para orientá-las. Ele deseja mostrar para as pessoas que estão nas ruas, envolvidas com o crime e as drogas, que existem outras opções na vida e que a “recuperação” é possível.

A identificação desses jovens com o público que pretendem atingir passa pela mobilização de que *eles devem, e podem, fazer algo*, uma vez que eles próprios conseguiram mudar o rumo de suas vidas. Um sentimento de compaixão e responsabilidade pelo outro os conduz a agir.

Os jovens sentem que podem intervir na comunidade, a fim de melhorar as condições de vida das pessoas com as quais convivem. Fernando procura ajudar os artistas, abrindo espaço na programação da rádio para divulgar os trabalhos deles. Segundo o jovem, “*a rádio comunitária tá ali pra isso, né mano? Pra dar uma voz aos excluídos, né mano? Porque às vezes você tem uma comunidade que é excluída assim, não tem voz, não tem nada...*”. Tadeu cria projetos que possam ganhar a adesão das pessoas que moram no mesmo lugar que ele e acredita que, ocupando as crianças e os jovens na

oficina de origami, pode fazer com que eles evitem “*as más influências*” e não pensem em “*coisas ruins*”. Tadeu espera que a sua participação sirva de exemplo para a comunidade, pois ele acredita que lá todo mundo precisa se ajudar, independentemente, dos “*políticos que só fazem alguma coisa quando estão precisando de voto*”.

Outros entrevistados, embora não tenham passado por nenhuma situação de privação material, mesmo assim, se sentem afetados pelas injustiças sociais. Ou, pelo contrário, é porque se percebem “favorecidos” pela sociedade, que procuram agir em prol daqueles que não tiveram tantas oportunidades como eles. Muitas vezes, é com o intuito de reparar as desigualdades sociais que estes jovens criaram ou participaram de projetos sociais. Eles percebem a sua atuação como uma obrigação de tornar a realidade mais justa, já que tiveram boas condições de vida. Flavio coloca que “*se o governo não faz, eu não vou simplesmente ficar quieto, entendeu? Até porque se eu tive as condições foi questão de sorte, ninguém pede pra nascer sem condições*”. Paulo aponta que a participação no trabalho solidário é “*um dever pra quem se sente obrigado*”, no sentido de que a ação não deve ser cobrada, exigida para todas as pessoas, mas que deve surgir do próprio sujeito. Neste sentido, a participação não pode se impor, mas parte de um sentimento, um movimento subjetivo em direção a coletividade. Nas palavras de Paulo: “*eu participo porque eu me sinto bem fazendo esse tipo de coisa, mas eu acho que não é uma obrigação (...) não acho que deva ser imposto a todos, que façam esse tipo de trabalho*”.

Movidos pelo sentimento de que podem fazer alguma coisa, e que as situações de injustiça não podem ser simplesmente deixadas para outros resolverem, os jovens se engajam em ações cujos objetivos almejam a transformação do outro. Relatos como o de Flavio, que diz que quando era mais novo ficava “*mexido*” ao ver as pessoas nas ruas pedindo esmola e tentava se colocar na posição delas, ou de Estevão que diz não querer mais presenciar crianças nas ruas usando drogas, deixam clara tal preocupação.

Ao dizer que o pré-vestibular comunitário é uma prioridade em sua vida, Flavio acrescenta que o curso faz com que ele não queira se dedicar somente à sua vida privada. “*Eu não quero ficar com*

24 horas do meu dia dedicadas só pra mim, eu sei lá, eu acho que no mundo de hoje se as pessoas não deixarem de ser individualistas assim, vai ficar pior do que já tá”. Nesse caso, é a solidariedade que possibilita dar um outro sentido à vida pessoal, em que o destino do eu parece imbricado com o do outro. Responsabilidade e solidariedade orientam as ações dos jovens no sentido de uma mudança social baseada em “ações pontuais” em oposição àquela baseada em “ações globais”. Segundo Flavio,

por mais que essa não seja uma ação global, eu acho que se em cada lugar tiver algumas pessoas com a mesma idéia e com a mesma vontade, você pode ter várias ações pontuais, acho que não chega a equivaler a uma global, entendeu, mas ajuda muito.

A transformação da sociedade não é almejada de forma estrutural, mas no plano do indivíduo, ou seja, provocando mudanças na história de vida das pessoas. As ações visam afetar o outro, seja pela educação ou pela arte, pois consideram que cada um, individualmente, é importante na transformação do mundo. Assim, essas pessoas podem transmitir o que aprenderam para outras, fazendo com que as ações se multipliquem e atinjam um número cada vez maior de pessoas. “Se a gente consegue ampliar essa quantidade de agentes, eu acho que a gente potencializa a nossa ação. Atinge de fato esse efeito multiplicador da ação social”. (Paulo)

Segundo Paulo, esse tipo de participação, “tem essa função individual pra mim, que é fazer a minha parte”, não se trata de uma ação solitária. “Fazer a minha parte”, para muitos jovens, significa se associar a outros jovens que compartilham das mesmas idéias para agirem coletivamente. Ricardo afirma ter entrado no movimento de valorização da cultura brasileira porque os ideais do grupo já estavam presentes nele. Ele é impulsionado a entrar nesse movimento a partir de um incômodo que já existia nele anteriormente, mas que “sozinho não poderia fazer”. A entrada no movimento parece significar a busca de um coletivo para poder compartilhar idéias com pessoas que defendem as mesmas bandeiras.

A ação dever gerar resultados que possam ser aferidos por eles mesmos. Além disso, a “função individual” do trabalho solidário se evidencia nos

ganhos que traz para os que se engajam nesse tipo de ação, tanto de poder ser útil para a sociedade, como de fazer algo que é sentido como recompensador e prazeroso. A ação possui um valor importante não apenas para aqueles que a recebem, mas também para o próprio sujeito que age. “Eu espero que essa minha participação gere frutos positivos tanto pra mim como pra todo mundo. Aliás, eu faço parte do todo mundo, então essa é uma lógica central” (Ricardo). Ser reconhecido pelo que se faz, ganhar notoriedade na comunidade em que mora ou estuda, encontrar satisfação pessoal, ou mesmo desenvolver habilidades que podem ser úteis em outros momentos de suas vidas (dar aulas, perder a timidez, aumentar as redes sociais...) são ganhos pessoais que os jovens encontram no que fazem.

Agir no coletivo: amizade e conflito nos grupos voluntários

O engajamento dos jovens para “ajudar os outros” e para “construir uma sociedade melhor”, também se reverte como modo de sociabilidade com os colegas e conquista de novas amizades. Participação social e vida pessoal se misturam, uma vez que o engajamento no grupo acaba criando um lugar de pertencimento.

O grupo, como eu falei, é um grupo de amigos. A gente se formou como um grupo para fazer esse projeto, mas até em virtude da necessidade de a gente estar sempre junto, a gente acabou virando um grupo de amigos, então a vida pessoal e a vida da ONG acabam se misturando muito. Enfim, depois das reuniões da ONG a gente faz uma festa ou então sai pra algum lugar pra conversar e tal. (Paulo)

Há, nas falas dos jovens, uma valorização do trabalho solidário como um lugar de convivência, de criação ou manutenção de vínculos de amizade e de sociabilidade. A acentuação dessa característica confere à experiência desses sujeitos um forte valor afetivo, de mobilização pelo prazer de estar com amigos ou pares, fazendo algo coletivamente. Para Estevão, o trabalho realizado na organização se aproxima de sua vida de tal maneira que ele não consegue distinguir claramente a dedicação à família e à capoeira:

Busco a Deus em todas as coisas, em segundo, a minha família e depois a capoeira. Mas capoeira e minha família andam muito juntas, né? Que eu gasto muito o meu tempo destinado a dar aula, né? Inclusive minha esposa faz a capoeira. Então a capoeira tá meio que misturada ali na minha família. (Estevão)

O engajamento nos grupos cria identificações mais horizontais, pois muitos jovens discutiram e criaram juntos as propostas das organizações em que participam. Maria aponta que foi um processo longo, de bastante investimento por parte de seus integrantes, mas que deu certo porque todos tinham o mesmo desejo: *“a gente tava ali por uma vontade em comum, por objetivos comuns”*.

A este propósito, um aspecto relevante se refere a como os conflitos internos são lidados dentro do grupo: em que medida a heterogeneidade de opiniões e desejos frente às tarefas concorre com a tendência a se reforçar pontos comuns e semelhanças? Em que medida o prazer de estar junto e da fruição se encarrega de minimizar as diferenças que podem ser origem de conflitos? Neste sentido, os entrevistados variam em suas posições, admitindo mais ou menos conflitos e diferenças nas formas de pensar de cada um, mas, de modo prevalente, os laços com o grupo e a preservação das amizades, em detrimento dos conflitos, parecem ser primordiais.

Os jovens ressaltaram que é muito importante que o grupo esteja unido, coeso, para que se sustentem as frustrações e os conflitos entre seus componentes. As dificuldades podem servir também para fortalecer os laços de confiança e amizade entre os jovens.

É recorrente, e eu acho que faz parte mesmo do nosso trabalho se frustrar quando a gente tem uma meta, quando a gente reflete a respeito das nossas ações. Acho que é natural e é doloroso, é verdade, mas tem que ser encarado e servir pra alguma coisa. (...) eu acho que a gente sempre se apoiou muito, então quando um pensava, tava ali meio cambaleante, a gente tentava puxar, e essa coisa do grupo sempre unido e se apoiando acho que foi uma coisa muito importante pra que a gente se sustentasse, um sempre puxando o outro. (Paulo)

Paulo coloca que, apesar de ser um processo cansativo, os participantes da ONG em que atua buscam discutir minuciosamente cada questão, pois é importante que nenhuma opinião seja deixada de lado. As diferenças de perspectiva entre os componentes do grupo, muitas vezes dificultam as tomadas de decisão.

O nosso grupo, assim, a gente tem o hábito de tomar as decisões pelo consenso, então, a gente tenta discutir todos os assuntos até a exaustão pra que ninguém seja atropelado em suas posições. Então, a questão democrática, a gente tenta apelar o mínimo possível pra votação, por exemplo, que de certa forma acaba passando por cima das minorias, né? (Paulo)

Como se trata de grupos centrados na tarefa – fazer algo para os outros, o debate de idéias pode ser visto como obstáculo à ação. Paulo, por exemplo, coloca que por mais que tenham discordâncias entre os membros do grupo, é preciso que eles entrem em um acordo para que possam agir coletivamente. Então, algumas vezes, eles são obrigados a apelar para o que pensa a maioria.

Mario se dizia frustrado com a competição existente entre os membros da ONG, o que acabava prejudicando o andamento do trabalho: *“E isso me deixa um pouco triste de ver que o projeto tem uma potencialidade enorme, que podia estar indo muito além, apesar de estar indo, mas podia estar indo ainda mais, mas não tá”*. Flavio reclamou da desorganização do grupo em que atuava. Diante dessa insatisfação, ele arriscou uma tomada de posição frente a outros colegas que, apesar de ter causado o afastamento de alguns, propiciou uma retomada do trabalho. Neste sentido, o conflito pôde se explicitar causando inclusive a perda de alguns componentes.

Alguns jovens entrevistados pareceram negar os conflitos do grupo. Eles acham que a vontade de ajudar e de transformar a realidade social deve estar acima de seus problemas internos. Dar espaço para discuti-los pode atrapalhar ou impossibilitar a ação coletiva. A fala de Tatiana expressa o desejo de ver o resultado de sua participação de forma imediata:

Eu sou muito prática, então eu quero fazer logo!
Eu fico falando: “gente, tem gente passando

fome. Gente, tem gente precisando de comida! Gente, tem gente precisando de roupa! Gente, vamos embora”. (...) Sabe, eu prefiro fazer uma coisa até talvez até pior, um pouco pior em qualidade, que podia ter sido melhor se tivesse discutido mais, mas fazer logo. (Tatiana)

Perguntamo-nos, neste sentido, se a primazia da ‘eficácia da ação’, e a conseqüente redução dos diferentes posicionamentos intra-grupais, não concorreriam para certa postura salvacionista desta forma de participação, em que se justifica evitar discórdias para levar a cabo a tarefa custe o que custar. Neste sentido, parece que o investimento intenso nas realizações, e as gratificações que daí derivam, afastam o grupo do trabalho difícil de conviver com tudo aquilo que possa atrasar e penalizar os objetivos do grupo. Fazer convergir posições não resultaria em experiência de abertura desses grupos frente a outros, cujos objetivos são, mais ou menos, diferentes.

A esse propósito, vimos que para alguns grupos é importante buscar se inserir em coletivos mais amplos na tentativa de compartilhar suas experiências e visões de mundos. É o caso de Paulo e Mário que foram ao Fórum Social Mundial para tentar articular seu trabalho com outros trabalhos e tornar visíveis suas ações. Fernando, além da rádio comunitária, está ligado ao movimento *hip-hop*, onde discute questões, como a condição de ser negro na sociedade hoje, que não estão diretamente vinculadas ao seu trabalho. Entendemos que esses outros envolvimento refletem um esforço construir redes com outros movimentos, cujos objetivos podem diferir.

Por outro lado, muitos jovens permanecem centrados em seu próprio grupo, buscando realizar a sua tarefa da melhor maneira possível. Eles podem ter o apoio da comunidade ao conseguir um espaço, uma doação ou algo que viabilize sua ação, mas não chegam a construir alianças e espaços de diálogo. Esse fato qualifica o trabalho solidário como bastante restrito no modo de se fazer visível, ou de criar alianças com outros cujas lutas se encaminham em direções semelhantes. É como se o espaço do grupo fosse auto-suficiente, cumprindo as demandas de ‘fazer a tarefa’ e ‘apoiar-se e vivenciar o coletivo de semelhantes’. Esta não preocupação com o contexto mais amplo onde se

inserem as ações do grupo, onde outros também se inserem e lutam, assim como, o investimento preponderante na tarefa e sua eficácia, nos levam a questionar se o trabalho solidário, além de se constituir uma plataforma de realização pessoal de convivialidade e pertencimento para os jovens, pode se reverter como experiência relevante para a inovação da democracia.

A relação com a política e os políticos

A política convencional, que possui uma configuração estruturada, com divisões de cargos e funções e com uma atuação formalizada através de um conjunto de práticas e discursos específicos, aparece nas falas dos entrevistados como um obstáculo, um empecilho cheio de burocracias que dificultaria suas ações, e as esvaziaria de sentido. Seus discursos trazem um forte argumento pragmático, valorizando a idéia de “eficácia” ao invés de discussões. A partir daí, a atividade voluntária se apresenta para esses jovens como uma alternativa à política institucionalizada.

Muitos jovens assimilam a idéia de política (entendida como a atividade e ação no espaço público) à da figura do político (o personagem que supostamente encarnaria essa função) de forma negativa, apontando que a prática deste deixaria a desejar. O descrédito e a decepção em relação ao comportamento de nossos governantes e representantes contribuem para que os jovens façam uma confusão entre esses dois âmbitos: o da política e o da figura do “político profissional”. A reputação e atuação negativa dos políticos acabam desqualificando tudo o que diz respeito à política de modo geral.

Para alguns desses jovens, há um temor de que as suas ações e os objetivos de seus trabalhos sejam percebidos como uma atividade política, ou mesmo tenham qualquer relação com ela. Parece existir uma aversão a tudo o que está vinculado à política convencional. Ao ser perguntada se o trabalho que realizava tinha algo a ver com a política, de maneira geral, Maria respondeu: “*Mas politicamente, não muito. Só... sempre ajudando eles a terem uma opinião própria e tudo, mas nada além disso*”. Tadeu é mais enfático em sua resposta, ressaltando seu total descrédito no político profissional: “*Ah, eu acho que esse negócio de política assim, eu não acredito nesses caras não, não gosto de confiar em*

homem nenhum. Eu acredito nas pessoas da comunidade". Estevão faz questão de marcar uma distância clara em relação aos possíveis "fins políticos" de sua atividade: "(...) *mas vai ser uma coisa bem destinada à comunidade, não vai ter fins políticos, vai ser uma coisa mesmo da capoeira, né? Porque a gente tá chegando em época de eleição e então muita gente quer se aproveitar disso*".

A preocupação de Estevão em se distanciar das práticas partidárias eleitoreiras traduz sua preocupação em valorizar o seu trabalho e a sua proximidade com os interesses da comunidade local. O político profissional é descrito aqui como uma figura oportunista, que se aproveitaria de iniciativas bem intencionadas para se eleger, para garantir seus interesses particulares. Fernando comenta a relação dos jovens engajados no hip-hop e a política dizendo que "*a galera não gosta de política não*", e que o grupo prefere se distanciar da noção negativa que a política convencional carrega, chamando a sua forma de participação de "*movimento*".

Além disso, o distanciamento desses jovens em relação à política aparece como se ela fosse algo reservado às práticas e representações do mundo adulto. As falas de Fernando e de Tatiana, respectivamente, "*eu não entendo muito essa parada de política assim, não gosto*" e "*eu nem entendo muito disso*", demonstram o quanto a política não desperta o interesse desses jovens, pois a consideram muito "complicada" e fora do seu campo de ação. É como se a política não dissesse respeito a eles, ficasse restrita aos políticos profissionais e ao sistema burocrático. Como Fernando complementa, "*a galera não gosta de política*". A política também aparece vinculada à idéia de governo. Ao ser perguntada sobre relação entre a atividade realizada na sua organização e a política, Tatiana responde que "*não via nenhuma relação*". Após refletir um pouco diz: "*Se bem que a gente tem muita ligação com a Prefeitura. É, mas não sei*".

O distanciamento dos jovens em relação à política parece estar diretamente relacionado às suas trajetórias de vida. Ele é mais presente nas falas de jovens pobres, que tiveram pouco acesso à educação. Para eles, a experiência de política se dá através da figura do político profissional que se aproxima da comunidade e de seus moradores com interesses particulares, principalmente, o de conseguir voto nas eleições. Afastar-se dessa figura significa estar

fora de uma prática considerada interesseira e enganadora, já que os políticos não se preocupariam de fato com os interesses da comunidade.

Por outro lado, jovens de classe média e alta, que estão na universidade, parecem se sentir mais confortáveis e próximos ao tema da política, e pensam o contrário, que ela "*está em tudo*", "*é tudo*". Em seus discursos fazem a separação entre a política, como área de atuação, e a figura do político profissional. É o caso de Mario, um jovem que, além de participar de uma ONG, é estudante de Direito e participa do DCE de sua faculdade, e de Paulo, coordenador do curso preparatório e estudante de História.

... porque é tudo política, sabe? O que se passa na minha casa também é político. Evidente que eu não passo 24 horas por dia pensando nisso, mas é uma coisa política, sabe? A mulher dentro de casa sendo subjugada pelo marido, as posturas que você toma dentro de casa com seus pais, o jeito que você trata as pessoas, isso tudo é política pra mim. (Mario)

Eu acho que a política tem esses dois lados: o da política partidária e o da política do dia-a-dia. Viver é fazer política, o tempo todo se relacionar (...) eu acho também que tem essa possibilidade de atuação política que não envolve essa política institucional, que é, por exemplo, esse tipo de projeto social, que é a atuação em ONGs de uma forma mais ampla... acho que é uma possibilidade também. (Paulo)

Ao se sentirem mais próximos da política e mais familiarizados com o tema, esses jovens também conseguem identificar as suas ações como tendo um caráter político. Mario ressalta uma visão crítica da sociedade vendo a política como parte do dia-a-dia. Já Paulo admite a possibilidade de uma ação política fora das práticas institucionais.

Será que a participação dos jovens se caracteriza como apolítica pelo fato deles fazerem questão de demarcar sua distância da política convencional? Ou podemos pensar a participação política, nos dias atuais, também por outras vias que não a da representação institucionalizada? Ainda que apresentem posicionamentos variados no que diz respeito ao entendimento do que a política significa em suas práticas, percebemos que os engajamentos

dos jovens entrevistados não seguem os quadros convencionais de participação política, rejeitada pela perda da credibilidade na representação, e nas instituições tradicionais. A idéia de transformação da sociedade está vinculada a uma busca por uma igualdade econômica e de direitos para os indivíduos. Podemos dizer que a capacidade desse movimento parece basear-se menos em uma ação dirigida diretamente às estruturas formalizadas de poder, e mais no potencial dos jovens de criar e experimentar ações que possam minimizar as injustiças sociais. Como Paulo coloca, a ideologia do grupo “é essa da igualdade e da transformação social”.

Considerações finais

O engajamento voluntário de jovens hoje compreende uma diversidade de formas de atuação e objetivos, como pudemos ver no grupo de entrevistados. Contudo, apesar de tal variabilidade, tem-se sinalizado que este tipo de participação social e política tende a constituir uma forma distinta de participação frente a outras possíveis (CLAGGET; POLLOCK, 2006; BRUSSINO; RABBIA; SORRIBAS, 2008). No grupo aqui pesquisado, pareceu-nos que o significante ‘solidariedade’ articula adequadamente os sentimentos e concepções pelos quais os jovens dão conta de seu engajamento. O trabalho solidário visa uma ação que produza efeitos imediatos, como uma resposta às desigualdades e injustiças. O outro não é visto como um necessitado, mas como alguém, com capacidade de falar e agir, e quem coloca para o jovem a questão: “o que quer de mim?” Nesse sentido, não há uma transparência do que o outro deseja, nem do caminho a seguir. Os jovens falam das muitas dificuldades, frustrações e percalços dessa forma de participação, mas convergem quando optam por uma ação que produza resultados palpáveis de transformação, mesmo que pontuais.

A motivação para os jovens se inserirem em trabalhos solidários advém do mal-estar frente às injustiças da sociedade, e as conseqüências que se manifestam em suas periferias. Nesse sentido, suas investidas voltam-se para quem habita esses lugares desfavorecidos. Com Critchley (1998, 2007) entendemos a dimensão ética da política consiste na possibilidade dos sujeitos serem tocados pelo outro e de se responsabilizarem. Nas falas dos jo-

vens, seu engajamento surge a partir de um afetamento pelo sofrimento do outro e ganha forças, em primeiro lugar, por ser vivida no âmbito de um coletivo, isto é, por mobilizar laços com outros jovens que compartilham do mesmo incômodo; em segundo lugar, por traçar uma equivalência de posições entre o jovem atuante e o público alvo.

Se pudemos verificar que a resposta solidária ao outro consiste em um aspecto marcante do trabalho voluntário desse grupo, outros aspectos mostram que as suas formas de encaminhar o trabalho variam bastante. Os jovens se inserem em coletivos que lidam diferentemente com os conflitos que emergem ao longo da atuação, assim como se articulam em maior ou menor grau com outros coletivos também investidos dos mesmos ideais. Pareceu-nos que, de forma geral, os coletivos de trabalho voluntário não se interessam em dialogar com outros grupos, de modo que possam construir redes e movimentos maiores de solidariedade. Sua leitura do funcionamento da sociedade tende a se reduzir às transformações pontuais relativas ao que cada um pode fazer.

O trabalho solidário parece se diferenciar de um modo convencional de participação, que acontece dentro de grupos que possuem regras definidas e formas de ação estruturadas e hierárquicas como, por exemplo, a que é exercida por meio de partidos, sindicatos e movimento estudantil. Por serem tais ações localizadas e não se dirigirem diretamente às estruturas dominantes de poder, essas ações perdem força de influenciar o funcionamento do sistema como um todo e de suas determinações. Aliás, os próprios jovens admitem que não pretendem atingir tais objetivos, justificando que tal forma de fazer política não consegue promover as mudanças necessárias na sociedade. Percebemos, assim, a importância da ação prática no presente e por sua eficácia. É importante que o coletivo torne a ação pública, emplacando uma ação comum apesar das diferenças de opinião (ION; RAVON, 1998).

O trabalho solidário possibilita para os jovens a reversão do tempo de *agir depois*, para o *agir agora*. O engajamento possibilita um lugar diferente do papel de “aprendiz”, de um ser em desenvolvimento, que deve passar por um processo de preparação para ter a sua participação mais efetiva na sociedade. Em suas ações sociais, os

jovens se vêem capazes de fazer alguma coisa no presente, com os conhecimentos e instrumentos que já possuem. Como enfatizou Pais (2005), os jovens recusam a aceitar passivamente o período de moratória social que lhe é concedido, e tentam também participar da construção da sociedade, a partir de suas possibilidades e potencialidades, no momento presente de “suas juventudes”. Isso fica claro nas participações de jovens envolvidos em projetos educativos que procuram compartilhar o conhecimento que possuem com aqueles que não tiveram a mesma oportunidade que eles. Nesses casos, os jovens saem do papel de alunos, habituados a receber o conhecimento, para assumirem a posição de professores, e oferecerem o seu saber aos outros.

Referências Bibliográficas

- BRUSSINO, S.; RABBIA, H.; SORRIBAS, P. (2008). *Uma propuesta de categorización de la participación política de jóvenes cordobeses* In: *Psicología Política*, v. 8, n. 16, 2008, p. 285-304.
- CASTRO, L. R. *Participação política e juventude: do mal-estar à responsabilização pelo destino comum* In: *Revista Sociologia Política*, v.16, n.30. Curitiba, 2008, p.253-268.
- CHISHOLM, L.; KOVACHEVA, S. *Exploring the European Youth Mosaic. The Social Situation of Young People in Europe*. Strasbourg: Council of Europe, 2002.
- CLAGGET, W.; POLLOCK, P. *The Modes of Participation Revisited – 1980-2004* In: *Political Research Quarterly*, v. 54, n. 4, 2006, p. 593-600.
- CRITCHLEY, S. *The Other's Decisions in Me: what are the politics of friendship?* In: *European Journal of Social Theory*. London – New Delhi: v., n. 2, 1998, p. 259-279.
- _____. *Infinitely Demanding: Ethics of Commitment, Politics of Resistance*. London: Verso, 2007.
- DOIMO, A. M. *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: ANPOCS / Relume Dumará, 1994.
- FORBRIG, J. (org.). *Introduction: democratic politics, legitimacy and youth participation*. In: J. Forbrig, (ed.) *Revisiting youth political participation: challenges for research and democratic practice in Europe*. Strasbourg: Council of Europe, 2005.
- GAGNON, E., FORTIN, A., FERLAND-RAYMOND, A. MERCIER, A. *Donner du sens. Trajectoires de bénévoles et communautés morales* In: *Lien social et politiques*, RIAC, 51, 2004, p. 49-57.
- GUILLAUME, J-R; QUÈNIART, A. *Engagement social et politique dans le parcours de vie* In: *Lien social et politiques*, RIAC, 51, 2004, p. 5-14.
- HOOGHE, M.; DIETLIND, S. *Youth organisation and political parties: political recruitment and the transformation of party systems*. In: FORBRIG, J. (ed.). *Revisiting youth political participation: Challenges for research and democratic practice in Europe*. Strasbourg: Council of Europe, 2005.
- IBASE; POLIS *Juventude brasileira e democracia: participações, esferas e políticas públicas*. Relatório final. Rio de Janeiro, 2006.
- ION, J.; RAVON, B. *Causes publiques, affranchissement des appartenances et engagement personnel* In: *Lien Social et Politiques*, n. 39, 1998, p. 59-71.
- IULIANELLI, J. A. *Juventude: construindo processos, o protagonismo juvenil*, in P.C. Fraga e J.A. Iulianelli (orgs.), *Jovens em tempo real*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- KOVACHEVA, S. *Will youth rejuvenate the patterns of political participation?* In: FORBRIG, J. (ed.). *Revisiting youth political participation: Challenges for research and democratic practice in Europe*. Strasbourg: Council of Europe, 2005.
- NORRIS, P. *Democratic Phoenix: Political Activism Worldwide*. Cambridge: Cambridge University, 2002.
- O'TOOLE, T.; MARSH, D.; JONES, S. *Political literacy cuts both ways: the politics of non-participation among young people* In: *The Political Quarterly Publishing*, 2003, p. 349-360.

PAIS, J. M. *As múltiplas “caras” da cidadania In: CASTRO, L. R.; CORREA, J. (org.). Juventude contemporânea: perspectivas nacionais e internacionais*. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2005.

PIRIE, M; WORCESTER, R. *The Millennial Generation*. Londres: Adam Smith Institute/Mori, 1998.

PLEYERS, G. *Young people and alter-globalisation: from disillusionment to a new culture of political participation*. In: J.FORBIRG (ed.), *Revisiting youth political participation: Challenges for research and democratic practice in Europe*. Strasbourg: Council of Europe, 2005.

POERNER, A. J. *O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

PUTNAM, R. *Bowling Alone: The Collapse and Revival of American Community*. New York: Simon and Schuster, 2000.

ROUDET, B. *Entre responsabilisation et individualisation: les évolutions de l’engagement associatif*. In: *Lien social et politiques*, RIAC, 51, 2004, p. 17-27.

SLOAM, J. *Rebooting Democracy: Youth Participation in Politics In: U.K. Parliamentary Affairs*, v. 60, n. 4, 2007, p. 547-567.

SVYNARENKO, A. *National, Political and Cultural Identities of Youth: tendencies in Post-soviet Ukraine*. In: H. HELVE & C. WALLACE (eds), *Youth, Citizenship and Empowerment*. Aldershot: Ashgate, 2001.

TOCQUEVILLE, A. *Democracy in América*. Londres: Penguin, 2003.

VERMEERSCH, S. *La dynamique de l’individualisation et les associations bénévoles*. In: F. SINGLY (dir.) *Être soi parmi les autres*, 1o vol; *Famille et individualisation*. Paris: L’Harmattan, 2001.

WIEVIORKA, M. *Actualité et future de l’engagement*. In: M. Wieviorka (dir.), *Raison et Conviction – L’engagement*. Paris: Textuel, 1998.

Notas

* Esta pesquisa foi apoiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) e Fundação Carlos Chagas de Apoio à Pesquisa no Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ).

Agradecemos a Amana Rocha Mattos a ajuda na análise dos resultados.

1. Esse trabalho faz parte do projeto de pesquisa denominado *Subjetivação Política na Infância e Juventude: Participação, Reconhecimento e Contextos Institucionais*, em andamento no Núcleo de Pesquisa e Intercâmbio para a Infância e Adolescência Contemporâneas – NIPIAC/UFRJ.

2. O perfil dos jovens participantes encontra-se em anexo.

* **Lucia Rabello de Castro**, Professora Titular do Instituto de Psicologia da UFRJ, professora no Programa de Pós-graduação em Psicologia, e coordenadora geral do NIPIAC, Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Intercâmbio para a Infância e Adolescência Contemporâneas. lrcastro@infolink.com.br.

* **Beatriz Corsino Pérez**, Mestre em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFRJ e assistente de pesquisa do NIPIAC, Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Intercâmbio para a Infância e Adolescência Contemporâneas. nipiac@psicologia.ufrj.br.

* **Conceição Firmina Seixas Silva**, Mestre em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFRJ e assistente de pesquisa do NIPIAC, Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Intercâmbio para a Infância e Adolescência Contemporâneas. nipiac@psicologia.ufrj.br.

Anexo I

JOVENS	IDADE/ GÊNERO*	GRUPOS	FUNÇÃO
Fernando	23 / M	ONG tem como objetivo retirar jovens das ruas e reabilitá-los através de trabalhos de re-inserção social.	Atua como locutor da rádio comunitária que procura “dar voz” aos artistas locais e ensina seu ofício a outros jovens.
Mario	21 / M	ONG: trabalha com a divulgação da temática de direitos humanos.	Promove oficinas de direitos humanos em colégios da rede municipal.
Flavio	17 / M	Pré-vestibular comunitário: realizado em uma escola particular com o intuito de atender aos moradores de comunidades próximas.	Atua como professor e coordenador pedagógico da área de exatas e biomédicas.
Marcelo	21 / M	ONG: voltada para questões culturais, oferecendo aula de circo para crianças e jovens da comunidade.	Atua como instrutor das aulas de circo voltadas para crianças e jovens moradores da comunidade.
Maria	18 / F	Grupo religioso: realiza trabalho de catequese para crianças.	Trabalha com crianças e jovens, despertando neles sentimento de solidariedade e interesse pelo próximo.
Tatiana	22 / F	ONG: promove eventos culturais para apoiar outras organizações que têm ações solidárias.	Presidente da ONG. Trabalha na organização desses eventos.
Tadeu	17 / F	ONG: elabora projetos voltados para jovens da comunidade, para que eles não “fiquem à toa na rua”.	Ensina crianças a fazer <i>origamis</i> e organiza oficina de jogo de xadrez nas escolas próximas ao centro.
Ricardo	25 / M	Movimento nacionalista: procura estimular valores nacionalistas através de frases emblemáticas coladas em cartazes nas ruas e camisetas.	Atua na divulgação e organização do movimento.
Paulo	19 / M	ONG: realiza Curso preparatório para o Ensino Médio e Escola Técnica e oferece apoio escolar para jovens da comunidade.	Atua como professor de matemática e coordenador do curso preparatório para estudantes de comunidade.
Estevão	23 / M	ONG: realiza trabalho de capoeira com jovens e de conscientização contra as drogas.	Vice-presidente e professor de capoeira.

* M= masculino / F= feminino

O olho da barbárie

Felipe Brito*

ESS/UF RJ

RESENHA: O olho da barbárie

MENEGAT, Marildo. *O olho da barbárie*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

BOOK REVIEW: The barbarism eye

MENEGAT, Marildo. *The barbarism eye*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

O escritor francês Gustave Flaubert (1995: 94), no seu mordaz *Dicionário das Idéias Feitas*, sentenciou: “há romances escritos com a ponta de um bisturi”. O livro de Marildo Menegat, professor e pesquisador vinculado à Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, assíduo colaborador dos movimentos sociais organizados, não é propriamente um romance, não obstante tratar um bom romance como um acontecimento para a teoria, nos moldes do crítico literário marxista Roberto Schwarz (1987), conforme comprovam seus momentos de crítica da ideologia e da cultura. Composto de nove artigos, distribuídos em três partes distintas (porém comunicantes), encaixa-se fluentemente na sentença de Flaubert: parece, sim, ter sido escrito com a ponta de um bisturi, dada toda a sua radicalidade constitutiva, responsável pela recusa em transigir com o “triunfo” da socialização pela mercadoria.

Com a derrocada do “socialismo” (realmente existente), o mundo imantou-se pela lógica do capital, reduzindo-se a um espaço sistêmico, imediatamente funcional aos seus imperativos de multiplicação desvairada. No lugar de prosperidade e harmonia, propaladas pelos arautos da democracia de mercado, uma espiral de precarização e belico-

sidade. Contudo, desmoronando-se o “socialismo” (realmente existente), desmoronou-se também a verve crítica de grande número de indivíduos, engajados, outrora, em diferentes níveis e plataformas sublevatórias. Como desdobramento veio a (re)conciliação com a ordem, através de três perspectivas básicas: envolvendo-se em algum tipo de tentativa de “humanizar” o horror, segundo os parâmetros da democracia de mercado; descambando para um niilismo, contíguo à misantropia; ou, até mesmo, através da conversão em operadores mais ou menos diligentes do capital. Lastreando tal conciliação, encontram-se os impulsos ontologizadores do Iluminismo burguês, sustentáculos da ideologia do progresso, cujo ressurgimento implacável (em novas roupagens, geralmente) feriu a capacidade formulativa dos antigos adversários da ordem, sorvendo o reservatório de negatividade. Nesses termos, esvaiu-se a crença na possibilidade de transcender o presente; a “poesia” do futuro passou a consistir na assimilação categorial do presente, com possíveis “ajustes” (não categoriais), no máximo. Mercado, Estado e trabalho reproduzem-se, assim, como fundamentos sociais inatacáveis, mesmo revelando decrepitude objetiva, em meio ao contexto geral de crise da forma capitalista de socialização.

Recebido em 20.10.2008. Aprovado em 17.03.2009.

O livro *O olho da barbárie*, ao contrário, demonstra que existe vida para além da conciliação. Mais: de que ainda existem aqueles que *se negam a calar sobre aquilo de que é difícil falar*. Mercado, Estado e trabalho não saem incólumes. Menegat propõe a avaliação segundo o qual o colapso da experiência “socialista” (realmente existente) representa, na verdade, um indelével episódio do processo de crise global da sociedade burguesa, por não ter suplantado, a rigor, os horizontes categoriais do capital. A propalada vitória do capital, nesse registro, é tratada como um traço da sua própria decadência, e o resultado disso é um *mundo unificado pela catástrofe*. Diante desse cenário de horror, Menegat desencadeia uma profunda rede de problematizações direcionada aos cânones do “marxismo tradicional”, do “marxismo realmente existente”, empenhando-se em sustentar uma reserva de negatividade, para fornecer contribuições possíveis à construção de uma práxis anti-sistêmica. Ainda em nome de tais contribuições, também problematiza a capacidade das leituras pós-modernas, a despeito de suas pretensões constituírem uma crítica radical do projeto da modernidade.

Ao longo dos artigos que compõem o livro, a *barbárie* consiste em um fio condutor conceitual para analisar e expor a afirmação histórica da modernidade capitalista, de modo a problematizar as expectativas otimistas que correlacionam imediatamente progresso social e desenvolvimento das forças produtivas. O autor não se restringe, portanto, a um ímpeto adjetivador lançado aos horrores da socialização burguesa: empenha-se em fornecer um estatuto conceitual à *barbárie*. Diante de todas as catástrofes técnico-científicas do século XX (corporificadas, no seu paroxismo, em Auschwitz e nas bombas atômicas jogadas em Hiroshima e Nagasaki), tornou-se insustentável tematizá-la como um resquício pré-moderno ou uma interrupção abrupta da “normatividade civilizatória” do capital. Nesse registro, o fenômeno da barbárie não é tomado como um conjunto de ações e idéias patológicas que invadem e corroem as bases da “dinâmica civilizatória ordinária”, tal qual os cupins o fazem com as mobílias de madeira. A barbárie emerge do seio da própria racionalidade vigente que, plasmada no interior de uma forma-social fetichizada – inconsciente, portanto, perante si mesma – objetiva-se como expediente

de dominação das naturezas “externa” e “interna” (reduzidas a objetos de domínio), incapacitando-se para desenvolver uma auto-reflexão, um auto-esclarecimento. Perante a metafísica secularizada do capital, a razão que se fez mundo perpetua-se vocacionada a “produzir monstros”. Daí, o tratamento da barbárie como a *teleologia da história em curso*. Mais especificamente, assinalou o *excesso civilizatório* como o propulsor da barbárie, num hediondo processo no qual o “arcaico” não representa um freio ao “moderno”, mas é engendrado pelo “moderno” na sua forma social “mais pura” – a violência.

A problemática da crise sistêmica da formamercadoria de reprodução social, representada no predomínio gigantesco do *trabalho morto* (MARX, 1988) sobre o *trabalho vivo* (Marx, 1988), é objeto privilegiado de atenção de Menegat, por alicerçar o conjunto de questões enfrentadas na coletânea de artigos. Compondo esse cenário, encontra-se a *crise de legitimação do Estado*, ao mesmo tempo base e efeito da disseminação do neoliberalismo ao redor do mundo. A massa de seres humanos descartáveis em meio ao esvaziamento da regulação social por via da política provoca uma explosiva combinação, controlada por um verdadeiro terrorismo de Estado, baseado na articulação entre extermínio (em nome da lei) e encarceramento galopantes. Para o autor, essa configuração do Estado é considerada expediente necessário para a sobre-vida das relações sociais capitalistas, nessa cada vez mais rarefeita atmosfera de *valorização do valor* (Marx, 1988). Daí, falar em *guerra civil*, referindo-se tanto ao expediente quanto aos catastróficos efeitos.

A articulação entre extermínio e encarceramento, pautada na “racionalização-irracional” moderna e capitalista, é capaz de conjugar o arcaico cassetete e a sofisticada metralhadora belga FN Herstal (que executa 200 disparos em cerca de 15 segundos), o “pau-de-arara” com minuciosos métodos de decodificação digital, revelando todo potencial de barbárie do “projeto civilizatório”. Enquanto prática institucional cada vez mais assimilada, sustenta-se numa implacável criminalização da pobreza, bem examinada pelo autor, valendo-se, inclusive, dos lemas e “gritos de guerra” das forças de repressão brasileiras, onde a identificação entre “bandido” e “favelado” é automática¹.

Como notórias influências do empenho de Menegat em fornecer um estatuto conceitual à *barbárie* destacam-se questões e indicativos de respostas elaborados por componentes da chamada Escola de Frankfurt, como Adorno, Horkheimer, Benjamin e Marcuse. A crítica da economia política de Marx, percorrida pela mediação central da crítica do *fetichismo da mercadoria*, costura a mobilização dessas influências pelo autor, que não deixa de recorrer a outras fontes do pensamento marxista, como Lukács, Mandel e Mézaros. O alcance teórico de Menegat atinge destacados pensadores não-marxistas, como Foucault e Bordieu, através de um reconhecimento que não inibe diálogos tensionadores.

Perpassando os nove artigos encontra-se a preocupação em atualizar a advertência do *socialismo* ou *barbárie*, a ponto de mencionar um vigente *estado de crises sem fim*. Se, por um lado, não é inexorável um futuro emancipado, por outro, não é inexorável a humanidade padecer sob os ditames do capital. Menegat acredita nisso! Por conseguinte, sentimo-nos autorizados a tratar o *Olho da Barbárie* como uma audaciosa diatribe, apontada para as sufocantes vicissitudes pragmático-realistas que depreciam ou, até mesmo, bloqueiam a gestação de uma diversificada e generalizada intervenção social anti-capitalista.

Referências Bibliográficas

MENEGAT, Marildo. O olho da barbárie. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

FLAUBERT, G. *Dicionário das idéias feitas*. São Paulo: Nova Alexandria, 1995.

MARX, Karl. O Capital: crítica da Economia Política. Livro I, Tomo I. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

SCHWARZ, R. Pressupostos, salvo engano, de “Dialética da Malandragem” In: *Que horas são?* São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

Notas

1. “A mãe dá a luz, a Rota apaga” (lema oficioso da ROTA – Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar – “tropa de elite” da Polícia Militar de

São Paulo); “o interrogatório é muito fácil de fazer, pega o favelado e dá porrada até doer. O interrogatório é muito fácil de acabar, pega o bandido e dá porrada até matar” (“grito de guerra” do BOPE – Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar do Rio de Janeiro, cujo símbolo é uma caveira penetrada por uma faca).

* Felipe Brito é doutorando do Programa de Pós-graduação em Serviço Social.
felipebrito@bol.com.br

Economia política: uma introdução crítica

Rodrigo Castelo Branco*

UFRJ/ UniFOA

RESENHA: Economia política: uma introdução crítica.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. *Economia política: uma introdução crítica*. São Paulo: Editora Cortez, 2006.

BOOK REVIEW: Political Economy: a critical introduction.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. *Political Economy: a critical introduction*. São Paulo: Editora Cortez, 2006.

*O que está errado, agora, no nosso discurso?
Alguma coisa? Ou tudo?
Com quem ainda podemos contar?
Somos restos da correnteza viva
que o rio depositou em suas margens?
Ficaremos para trás, sem entendermos,
sem sermos entendidos por ninguém?*

(Bertolt Brecht)

Escritor de peças teatrais engajadas na promoção da emancipação humana, Bertolt Brecht tinha como uma das suas principais motivações redigir textos acessíveis à classe trabalhadora. Respeitando a autonomia (relativa) das artes e seu conteúdo estético específico, ele buscava contribuir efetivamente para a construção de uma sociedade socialista operada pela ação consciente e auto-emancipada do proletariado.

Brecht tinha horror ao elitismo teórico. Frequentemente queixava-se dos textos escritos pelos filósofos da Escola de Frankfurt, em especial Adorno e Horkheimer. Na sua avaliação, os frankfurtianos desenvolveram uma linguagem inacessível aos não-iniciados e, por isso, criavam um abismo

entre suas teorias e a ação revolucionária. Afeito às idéias “grosseiras”, sempre subordinadas – mas não subjugadas –, à prática, Brecht escreveu: “o pensamento não precisa de luz demais, de pão demais, nem de pensamento demais”.

Muita coisa seria diferente se estas elucubrações tivessem tido eco ao longo da história do marxismo. Perry Anderson, no ensaio *Considerações sobre o marxismo ocidental*, anotou que, ao longo do século XX, particularmente depois da geração pré-primeira guerra mundial – basta lembrarmos de Lênin e sua brochura *Imperialismo, fase superior do capitalismo: um ensaio popular*, ou de Rosa Luxemburgo e seu livro escrito para cursos de formação política do Partido Social-

Recebido em 16.03.2009. Aprovado em 22.05.2009.

Democrata Alemão, *Introdução à crítica da economia política* – a tradição marxista praticamente abandonou os estudos sobre economia política, sua ligação direta com o movimento operário e foi refugiar-se nas cidadelas acadêmicas, com seu linguajar próprio, tão distante da realidade cotidiana da classe trabalhadora.

Após os conturbados anos 1990, período no qual surgiram vários atestados de óbitos da tradição de pensamento e ação política inaugurada por Marx e Engels, o marxismo, lentamente, se recompõe, e intelectuais ligados a esta tradição começam a produzir textos introdutórios voltados para o grande público. Este é precisamente o caso do livro *Economia Política: uma introdução crítica*, de José Paulo Netto e Marcelo Braz, lançado pela editora Cortez.

A obra está estruturada em torno de nove capítulos, além da introdução, conclusão e uma (extensa e rica) bibliografia consolidada de todo o livro. Ao final de cada capítulo o leitor encontrará, de forma rápida e acessível, referências bibliográficas tradicionais e, além disso, uma relação de filmes acerca do tema versado. Este cuidado editorial em uma biblioteca básica direcionada ao público universitário constitui uma bela novidade, pois agrega uma outra forma de linguagem, tão difundida hoje na juventude (talvez mais do que a própria literatura), aos estudos acadêmicos.

O capítulo 1 (Trabalho, sociedade e valor) disserta, sob o enfoque lukasiano, a respeito da categoria trabalho, conceito central de toda a crítica da economia política marxista. Dificilmente o leitor encontrará um título sobre economia política – mesmo dentro da tradição marxista – que tenha tal abordagem sobre a categoria trabalho, particularmente do Lukács da *Ontologia do Ser Social*. Utilizando-se deste referencial teórico, que entende o trabalho como uma atividade ineliminável e constitutiva do gênero humano, capaz de (potencialmente) satisfazer as necessidades do estômago e da fantasia dos seres humanos, fazendo regredir as barreiras naturais e tornando-os, portanto, seres sociais livres e autônomos, Netto e Braz distanciam-se das interpretações tradicionais da economia que vêem o trabalho como um simples fator de produção, uma atividade mercantilizada e reificada.

Este ponto forte do livro, contraditoriamente, traz um ponto passível de crítica, que os autores,

inclusive, estão cientes: estamos falando da dificuldade que porventura o leitor possa ter no entendimento do capítulo, dada a linguagem hermética de Lukács. Mas até aqui os autores mantêm-se fiéis a Marx, quando este, no prefácio da edição francesa de *O Capital*, afirma que “não há estrada real para a ciência, e só têm probabilidade de chegar a seus cimos luminosos, aqueles que enfrentam a canseira para galgá-los por veredas abruptas”.

O capítulo 2 apresenta conceitos básicos da crítica da economia política, tais como excedente econômico, forças produtivas, relações de produção, distribuição, consumo, dentre outros. No final os autores fazem um breve histórico dos modos de produção, da antiguidade até o capitalismo, passando pelo escravismo e o feudalismo.

Os capítulos 3, 4 e 5 traçam um panorama do livro I de *O Capital* (O processo de produção do capital), título centenário que demonstra fôlego renovado na explicação sobre as atuais configurações do capitalismo contemporâneo, feitas, é claro, as devidas mediações históricas. Os capítulos 6 e 7 avançam nos livros II e III de *O Capital* (O processo de circulação do capital e O processo global de produção capitalista, respectivamente), discutindo a repartição da mais-valia entre as frações da classe burguesa, a queda da taxa de lucro e as crises econômicas. Neste conjunto de capítulos, que ocupam quase a metade da obra, os leitores encontrarão uma “visão segura e atualizada da Economia Política, [que] não faz nenhuma concessão ao simplismo e ao esquematismo”, como escreve Carlos Nelson Coutinho na quarta capa.

Nos últimos dois capítulos – O imperialismo (cap.8) e O capitalismo contemporâneo (cap.9) – os autores demonstram, citando uma larga bibliografia, baseada fundamentalmente nos textos de Lênin, Hilferding, Mandel, Baran, Sweezy, Chesnais e Harvey, que a crítica da economia política manteve-se viva e pulsante após a morte de Marx, sendo capaz de trazer à tona, com muita propriedade, pertinência e solidez teórico-metodológica, as novas determinações sócio-econômicas que emergiram na fase imperialista do capitalismo. Temas atuais como, por exemplo, o neoliberalismo, a financeirização da riqueza e a reestruturação produtiva não são abordados por uma perspectiva apologética, de concessão aos modismos teóricos do nosso tempo – o chamado pós-modernismo. Todos

estes temas são abordados segundo a lei do valor-trabalho de Marx, constantemente reafirmada ao longo do livro, funcionando como uma espécie de fio condutor (pp.90, 149-151, 189).

A retomada da lei do valor-trabalho como pedra angular da tradição marxista é um dos méritos do livro *Economia política: uma introdução crítica*, obra escrita para ser um texto introdutório, uma espécie de síntese de todo o debate marxista a respeito, nos dizeres de Lênin, da principal fonte do pensamento marxiano. Contudo, o maior mérito do texto, indiscutivelmente, é traduzir, de modo simples, claro e objetivo, sem maiores sobressaltos, uma obra densa e cheia de percalços como os tomos de *O Capital*.

O livro, portanto, serve como um guia útil de primeira aproximação à crítica de economia política. Vale, todavia, uma advertência final que, segundo a nossa opinião, possivelmente é compartilhada pelos autores: nenhum manual, por maior que seja a sua credibilidade – e este é o caso do livro aqui analisado – substitui a leitura (obrigatória) dos textos clássicos e originais de Karl Marx e de toda uma tradição que o segue posteriormente. Pois, como dizem José Paulo Netto e Marcelo Braz, “é desnecessário sublinhar, logo de início, que nossa preocupação em oferecer um livro voltado para a abordagem inicial da Economia Política não deve ser confundida com qualquer intenção *facilitista*, que poupe ao estudante reflexão, empenho e esforço. Supomos um estudante interessado, disposto a aprender, a se apropriar de informações e de concepções teóricas; um estudante que não tenha medo da crítica e, municiado de conhecimentos, se proponha exercitar a *sua própria crítica*” (p.12).

Referências

NETTO, José Paulo e BRAZ, Marcelo. *Economia política: uma introdução crítica*. São Paulo: Editora Cortez, 2006

* **Rodrigo Castelo Branco** é Economista. Mestre em Serviço Social. Doutorando da Escola de Serviço Social/UFRJ, Pesquisador do Laboratório de Estudos Marxistas José Ricardo Tauile (LEMA) do Instituto de Economia/UFRJ, Docente do Centro Universitário de Volta Redonda (UniFOA).
rodrigo.castelo@gmail.com

Trabalho, autogestão e desenvolvimento: escritos escolhidos 1981-2005

Bruno Borja *

Carla Curty **

RESENHA: Trabalho, autogestão e desenvolvimento: escritos escolhidos 1981-2005

TAUILE, J. R. *Trabalho, autogestão e desenvolvimento: escritos escolhidos 1981-2005*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

BOOK REVIEW: Labor, self- management and development: selected writings.

TAUILE, J. R. *Labor, self- management and development: selected writings*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

Em busca do necessário socialmente

José Ricardo Tauile trilhou um longo percurso na vida acadêmica. Começou sua trajetória na engenharia da UFRJ, onde se formou e iniciou sua atividade docente no ano de 1976. Talvez daí tenha vindo o interesse pela tecnologia e pelas transformações na base técnica da produção material. Suas reflexões sobre o tema acabaram por descortinar as implicações do progresso técnico sobre as condições de trabalho na indústria e fizeram-no rumar da engenharia para a economia.

Realizou seus estudos de pós-graduação na New School for Social Research, um dos poucos redutos heterodoxos nos Estados Unidos da década de 1970. Lá entrou em contato com grandes pensadores marxistas e aprofundou seus conhecimentos sobre a obra de Karl Marx. Conseguiu, desta forma, unir a questão tecnológica com suas preocupações sociais, descobrindo no método de Marx

a possibilidade de analisar o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais de produção que compõem a base econômica.

A partir de então se inscreveu na tradição marxista e adotou seu referencial analítico para investigar o desenvolvimento econômico e social brasileiro de forma ampla: tanto pela acumulação de capital e pelas mudanças na base técnica, quanto pelas relações sociais envolvendo capital e trabalho. Não só o conflito capital-trabalho lhe interessava, mas também toda gama de relações capital-capital e trabalho-trabalho, isto é, como se estabelecia a competição entre os capitais e como os trabalhadores se relacionavam entre si no seio da produção.

Particularmente interessava a Tauile substituir a competição observada nestas relações pela cooperação, isto é, substituir o conflito pela solidariedade. Com ideais de tamanha ousadia, tornou-se muito querido entre seus alunos durante os 30 anos que

Recebido em 10.03.2009. Aprovado em 21.05.2009.

lecionou na UFRJ. Tauile faleceu em dezembro de 2006, e este livro póstumo nos traz de forma precisa sua contribuição ao mundo acadêmico, pois reúne seus trabalhos teóricos e empíricos sobre a realidade brasileira nos marcos da teoria marxista, e também explicita sua grande habilidade para formação acadêmica, dado os organizadores do livro serem ambos seus ex-alunos.

O livro *Trabalho, Autogestão e Desenvolvimento: escritos escolhidos 1981-2006*, vem dividido em três partes. Buscou-se com isso agrupar os temas mais diretamente relacionados e dar ao leitor a possibilidade de acompanhar o desenvolvimento das questões e reflexões do autor no decorrer de sua trajetória. A seguir, breves comentários sobre cada uma das seções.

Processo de trabalho e subsunção real

A primeira parte do livro tem por título *Processos de trabalho e base técnica microeletrônica no Brasil moderno*, e nos apresenta uma análise diferenciada do mundo do trabalho. Tradicionalmente abordado por suas questões de mercado, o trabalho é analisado por Tauile em seu processo prático de execução. Assim, não fica restrito à esfera da circulação, ao mercado de trabalho, ampliando o escopo da economia do trabalho para dentro da esfera da produção.

Com isso, segue de perto o movimento executado por Marx ao abandonar a “esfera ruidosa” da circulação e acompanhar o capitalista e a força de trabalho ao “local reservado da produção”. Lá buscou desvendar as implicações do progresso técnico sobre o processo de trabalho, reafirmando que as mudanças na base técnica são fundamentais não só para aumentar a produtividade do trabalho e a eficiência da produção material, mas também para aumentar o controle do capital sobre o processo de produção. “Assim entendida, uma técnica de produção não consiste somente numa técnica de reprodução real do capital, mas necessita ser, concomitantemente, uma forma de dominação social” (TAUILE, 2009: 39).

Aplicou ao caso brasileiro do início dos anos 1980 os mesmos princípios que nortearam a análise de Marx sobre a passagem da manufatura à grande indústria, vendo na introdução e difusão das máquinas-ferramenta com controle numérico um aprofun-

damento da subsunção real do trabalho ao capital. A mudança da base técnica da eletromecânica para a microeletrônica traria para o trabalhador brasileiro uma grande perda de autonomia frente ao capital, separando ainda mais a concepção e a execução do trabalho, incorporando o saber produtivo do trabalhador ao capital e ampliando as possibilidades de extração de mais-valia relativa pelo controle do ritmo de trabalho e diminuição da porosidade – numa difusão dos princípios *tayloristas*.

Relações sociais de produção no Brasil contemporâneo

As transformações na base técnica, observadas ao longo dos anos 1980 no Brasil, são o ponto de partida para reflexões mais profundas sobre as relações sociais de produção então vigentes e seus desdobramentos sobre o desenvolvimento econômico e social do país. Na parte II, *Organização social da produção e distribuição de renda no Brasil contemporâneo*, Tauile avalia os limites de um modelo de desenvolvimento pautado pela extrema concentração de renda.

Após um longo ciclo desenvolvimentista, a economia brasileira encontrava-se imersa no paradigma *fordista-taylorista* de produção. Tratava-se, como bem definiu o autor, de um “*fordismo capenga*”, pois calcado em baixos salários e às voltas com constantes problemas de realização de valores no mercado interno. A concentração de renda observada na fase áurea da industrialização brasileira cobrava seus encargos e se apresentava como um entrave ao desenvolvimento.

A onda neoliberal que inundou a América Latina na década de 1990, com sua (in)conseqüente abertura comercial e financeira, contribuiu para agravar o quadro de desestruturação e desnacionalização da indústria brasileira – o que Tauile chamava de “a década vendida”. Era preciso pensar novas formas de relacionamento entre capital e trabalho, e entre os próprios capitais também, que permitissem uma guinada do país, superando a velha modernidade do *fordismo* e seguindo rumo ao contemporâneo.

Para tanto se baseava nas novas tecnologias de organização social da produção desenvolvidas principalmente no Japão, algo que ficou conhecido como *toyotismo*. Abordava as tecnologias de

produção não mais pelo seu lado *hard*, material, mas agora pelo seu lado *soft*, particularmente pela forma de organização da produção e suas relações intra-firma e inter-firma. O modelo japonês apontava mudanças substanciais na relação capital-trabalho, através de uma maior participação operária no processo decisório e maiores garantias ao trabalhador; e na relação capital-capital também, onde se firmava uma maior cooperação entre as firmas da mesma cadeia produtiva.

Com o tom otimista característico do autor, algumas propostas de mudança – tais como a atuação do Estado em um projeto nacional de desenvolvimento, a valorização do trabalho e a organização dos trabalhadores de maneira mais engajada – são desenhadas com vista a transformar a lógica da competição e do conflito em uma lógica da cooperação e da solidariedade.

Autogestão e transformação

O novo milênio trouxe esperanças renovadas ao otimismo de Tauile. Após a grande tempestade das décadas de 1980 e 1990, o Sol haveria de voltar a brilhar. As inúmeras falências de fábricas nacionais em virtude da abrupta abertura comercial foram as cinzas de onde pareciam ressurgir a valorização e a autonomia do trabalho frente ao capital. Observou-se no país um movimento de retomada das atividades produtivas abandonadas pelo capital, isto a partir da organização coletiva dos trabalhadores em torno de cooperativas autogestionárias. Tratava-se de uma iniciativa dos trabalhadores com objetivo de manter emprego e renda em meio ao grande desemprego oriundo do projeto neoliberal.

Como um ramo da economia solidária, a autogestão propunha princípios que seguiam na contramão do capitalismo – Tauile passava a explorar a fundo a relação trabalho-trabalho. O fim do assalariamento, a instituição de uma “democracia fabril” e a maior participação operária na gestão e no processo decisório, colocavam um ponto final na subsunção formal e real do trabalho ao capital. Além disso, a propriedade coletiva dos meios de produção e a apropriação coletiva do excedente (se é que ainda deveríamos falar nesta categoria) minavam as bases em que se ergue o modo capitalista: concentração dos meios de produção e propriedade privada.

O que, a princípio, parecia uma atitude desesperada do operariado frente às falências, mostrava ter um potencial transformador da sociedade. Nisto Tauile reuniu seus últimos esforços teóricos e práticos. Se era preciso dotar os empreendimentos autogestionários de condições técnicas socialmente necessárias para competir em igualdade com as empresas capitalistas no mercado, também era preciso perceber que ali estava sendo gestado um modo de produção necessário socialmente, que poderia contribuir de fato para a melhoria das condições de vida dos trabalhadores. “*A idéia de fundo é que se possa, com isso, preencher substancialmente as carências sociais com mecanismos democratizados de acumulação.*” (Tauile, 2009, p. 298).

Referências

TAUILE, J. R. *Trabalho, autogestão e desenvolvimento: escritos escolhidos 1981-2005*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2009.

* **Bruno Borja** é doutorando do Programa de Pós-graduação em Economia Política Internacional da UFRJ. Pesquisador do Laboratório de Estudos Marxistas José Ricardo Tauile (LEMA) do IE-UFRJ. bruno.borja@gmail.com

** **Carla Curty** é graduanda de Ciências Econômicas, do Instituto de Economia da UFRJ. Pesquisadora do Laboratório de Estudos Marxistas José Ricardo Tauile (LEMA) do IE-UFRJ. carla_curty@yahoo.com.br

NORMAS EDITORIAIS

Periódico científico, semestral, produzido pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) / Brasil.

Revista Praia Vermelha – Estudos de Política e Teoria Social
UFRJ - Escola de Serviço Social Programa de Pós-Graduação
Av. Pasteur, 250 - fundos
CEP 22290-240 - Rio de Janeiro - RJ

CONTATOS

Telefone (21) 3873-5386
(21) 3873-5385

E-mail: praiavermelha@ess.ufrj.br

Site: <http://web.intranet.ess.ufrj.br/ejornal/index.php/praiavermelha/index>

DIRETRIZES PARA OS AUTORES

A Revista Praia Vermelha – Estudos de Política e Teoria Social destina-se à publicação de trabalhos atuais e relevantes para o Serviço Social e áreas afins. Cada edição focaliza um tema previamente definido pela Comissão Editorial, enfatizando sua importância no contexto social contemporâneo.

Além disso, há uma parte reservada a temas livres que podem ser apresentados através de ensaios, pesquisas teóricas e aplicadas, experiências, conferências, resenhas e traduções.

Os trabalhos submetidos à publicação deverão ser inéditos, não sendo permitida sua apresentação simultânea a outro periódico.

Todos os direitos editoriais são reservados à Revista Praia Vermelha – Estudos de Política e Teoria Social. Nenhum artigo ou parte dele pode ser reproduzido em nenhum outro periódico, nem disponibilizado em meios , sem a expressa autorização por escrito do Conselho Editorial, e quando o fizer, deve constar o nome da revista, o número e o volume, as páginas e a data da sua publicação, de acordo com as leis de direitos autorais vigentes no Brasil.

Os trabalhos submetidos à publicação são analisados por pares, Membros do Conselho Editorial ou pareceristas “ad hoc”, os quais atribuirão um conceito quanto da validade da publicação do artigo, podendo sugerir aos autores reformulações ou adaptações às normas editoriais. A decisão final sobre a publicação dos artigos será da Comissão Editorial, baseada no programa editorial da revista. Durante o processo de submissão dos artigos serão verificados o rigor, a clareza e precisão quanto à produção científica, à reda-

ção, ao conteúdo e à probidade ético-teórica. As possíveis modificações de estrutura e conteúdo do texto serão acordadas entre os autores e a Comissão Editorial. Não serão admitidos acréscimos ou alterações ao texto, após sua avaliação e aceitação final. A Comissão Editorial assegura o anonimato para o(s) autor(es) no processo de avaliação, como também assegura aos avaliadores o sigilo de sua participação, permitindo liberdade para julgamentos e avaliações.

1) Seções

A Revista Praia Vermelha – Estudos de Política e Teoria Social tem periodicidade semestral e adota normas técnicas da ABNT para publicações em periódicos científicos.

1) Artigos

Os artigos poderão ser encaminhados em português ou em espanhol, sendo também aceitos trabalhos publicados em revistas estrangeiras, em quaisquer idiomas, desde que traduzidos para o português (com exceção daqueles em espanhol), tendo os direitos autorais cedidos pelo(s) autor(es) e editor(es).

a) Pesquisas teóricas: análise de categorias e conceitos teóricos que questionem modelos existentes e levantem questões e hipóteses para pesquisas futuras (máximo de 30 laudas, incluindo desenhos, figuras, tabelas, fotos e referência bibliográfica). Deverá conter: introdução, desenvolvimento e conclusão;

b) Pesquisas Aplicadas contribuições destinadas a divulgar resultados inéditos de pesquisa de natureza teórico-empírica. São aceitos trabalhos completos com informações sobre temas relevantes (máximo 30 laudas).

c) Relatos de experiência profissional: estudo de caso contendo análise conceitual e descrição dos procedimentos de intervenção (máximo de 15 laudas, incluindo referências bibliográficas);

d) Entrevistas: entrevistas com pessoas que tenham contribuições teórico-profissionais relevantes para o Serviço Social e áreas afins. (máximo de 10 laudas, incluindo referências bibliográficas);

e) Resenhas: análises críticas de obras publicadas e assuntos concernentes a estudos de Política e Teoria Social e Serviço Social (máximo de 5 laudas, incluindo referências bibliográficas);

f) Comunicações e divulgação de opiniões sobre questões atuais e práticas da área acadêmica e social.

g) Resumos de dissertações e teses: descrição sucinta de dissertações de mestrado e teses de doutorado defendidas no semestre de publicação da edição da revista. Os resumos devem conter no máximo 500 palavras, fonte “times new roman”, corpo 12, espaço simples. Na primeira linha, deve conter o título do trabalho em negrito; na segunda linha deve vir o nome do autor seguido do endereço eletrônico; na terceira linha deve vir o nome do orientador seguido dos nomes que compuseram a banca e sua filiação institucional; na quarta linha deve vir a data de defesa da dissertação ou tese e na linha seguinte, três palavras-chave. Indicar link para acesso do trabalho completo no acervo da CAPES.

1) Ilustrações: tabelas, quadros, gráficos, figuras, fotos e mapas (no total, não poderão exceder o número de 5 (cinco).

a) Tabelas e Quadros: devem ser incluídos no próprio corpo do texto. Todas as tabelas e quadros devem ser numerados em algarismos arábicos consecutivamente, com suas respectivas legendas e fontes (quando houver), e a cada uma deve ser atribuído um breve título.

b) Gráficos: devem ser encaminhados no corpo do texto, em preto e branco (escala cinza). Todos os gráficos devem ser numerados em algarismos arábicos consecutivamente, com suas respectivas legendas e fontes (quando houver), com tamanho da fonte nunca inferior a 8pt.

c) Figuras e fotos: devem ser nítidas, em alta definição, resolução de 600 dpi em tamanho natural e salvas em arquivos JPG, TIFF ou BMP, somente em preto e branco. As figuras e fotos devem ser encaminhadas no corpo do texto. Todas as imagens (figuras e fotos) devem ser numeradas em algarismos arábicos consecutivamente, com suas respectivas legendas e fontes (caso tenham sido publicadas anteriormente). Se as imagens forem oriundas da Internet, deverão ser citados o site e a data de acesso.

d) Mapas: devem ser nítidos, em alta definição, resolução de 600 dpi em tamanho natural, e salvos em arquivos JPG, TIFF ou BMP, somente em preto e branco. Os mapas devem ser encami-

nhados dentro do corpo do texto, devem ser numerados em algarismos arábicos consecutivamente, com suas respectivas legendas e fontes, com tamanho da fonte nunca inferior a 8pt. Se as imagens dos mapas forem oriundas da Internet, citar o endereço do site e a data de acesso.

e) Anexos: todos os anexos encaminhados devem ser referidos no texto, e o tamanho total não pode ultrapassar 24cm de altura por 18cm de largura.

2) Encaminhamento e submissão dos artigos

Todos os artigos devem ser encaminhados através do Sistema Eletrônico de Editoração da Revistas Praia Vermelha, acessando o endereço:

<http://web.intranet.ess.ufrj.br/ejornal/index.php/praiavermelha>

É necessário cadastramento prévio do autor no sistema para submissão do artigo.

3) Ao encaminhar o artigo, o(s) autor(es) deverá(ão) assinar e enviar a Declaração de Responsabilidade e a Transferência de Direitos Autorais.

1) Declaração de Responsabilidade (deve ser assinada por todas as pessoas relacionadas como autores)

Título:

Autoria:

Certifico que participei da concepção do trabalho, em parte ou na íntegra, que não omiti quaisquer ligações ou acordos de financiamento entre os autores e companhias que possam ter interesse na publicação deste artigo. Certifico que o texto é original e que o trabalho, em parte ou na íntegra, ou qualquer outro trabalho com conteúdo substancialmente similar, de minha autoria, não foi enviado a outra revista e não o será enquanto sua publicação estiver sendo considerada pela Revista Praia Vermelha – Estudos de Políticas e Teoria Social, quer seja no formato impresso ou no eletrônico.

Assinatura:

Data:

2) Termo de Transferência de Direitos Autorais (deve ser assinado por todas as pessoas relacionadas como autores)

Título:

Autoria:

O(s) autor(es) abaixo-assinado(s) transfere(m) todos os direitos autorais do artigo para a Revista Praia Vermelha – Estudos de Políticas e Teoria Social, sendo vedada qualquer reprodução, total ou parcial, em qualquer meio de divulgação, sendo impresso ou eletrônico, sem que prévia e necessária autorização seja solicitada e, se obtida, fará constar o competente agradecimento à revista.

Assinatura(s)

Data:

4) Apresentação dos originais

a) Nome completo do(s) autor(es), formação profissional, titulação, filiação institucional e e-mail, em folha separada do corpo do artigo.

b) Folha de rosto sem identificação: Deve estar formatada em espaçamento simples entre linhas. Na primeira linha da página, inserir o título original do texto centralizado, em português, seguido de uma linha em branco. Na linha seguinte, título em inglês centralizado, seguido de uma linha em branco. A página da folha de rosto deve ser enumerada como “zero” e não deve ser exibida essa numeração. Observar a configuração de numeração de páginas do editor de texto;

c) Resumo e palavras-chave: O resumo deve vir logo abaixo do título em português antecedido por uma linha em branco, em um único parágrafo, com no máximo 100-150 palavras, sendo o alinhamento “justificado”, seguido de uma linha em branco. Na linha seguinte, listar o mínimo de três e o máximo de cinco palavras-chave em português (em letras minúsculas e separadas por ponto e vírgula), seguido de uma linha em branco;

d) Abstract e keywords: Devem ser antecidos pela tradução do título em inglês. O resumo em inglês (abstract) deve ser fiel ao resumo em

português, e não uma tradução “literal” do mesmo. Pede-se não usar tradutores eletrônicos. Ao final do “abstract”, inserir uma linha em branco e listar as “keywords” (versão em inglês das palavras-chave, em letras minúsculas e separadas por ponto e vírgula) ;

e) Formato: Os originais devem ser escritos em editor de texto e salvos na extensão “.DOC”, “.ODT” ou “.RTF” (não serão aceitos arquivos em “.DOCX”). O texto deve começar na página seguinte à folha de rosto, de acordo com a seguinte configuração: Tamanho da página A4; margem superior e inferior igual a 3 cm; margem esquerda com 3 cm e margem direita com 2 cm; espaçamento entre linhas duplo (ao longo de todo o texto a partir da primeira página do artigo, exceto nas citações, que devem estar em espaço 1 – não considerar a folha de rosto); fonte “Times New Roman” tamanho 12 (com 70 toques por linha ou 63 mil caracteres no total, incluindo referências bibliográficas); alinhamento do texto justificado com recuo de 2 cm para cada parágrafo; a numeração das páginas deve ser feita no canto superior direito começando pelo número 1. As referências bibliográficas devem vir logo em seguida, ao final do texto, e as notas, quando houver, após as referências bibliográficas, sem quebra de página para ambos;

f) Citações: devem ser observadas segundo as normas da ABNT, conforme segue:

1. Citação indireta: deve ser indicada através do sistema “autor-data”.

Ex.1:

De acordo com Netto (1991)... ; Segundo Netto (1991)...; Conforme o ponto de vista de Netto (1991)...

Se a referencia do autor vier dentro dos parênteses, deve constar o sobrenome em maiúsculas, seguido do ano da publicação.

Ex.2:

... exaurido de um certo padrão de desenvolvimento capitalista (NETTO, 1991)...

2. Citação direta: até três linhas, deve vir dentro do corpo do texto, entre aspas seguido do sistema “autor, data, página”:

Ex.1:

... a apreensão do sentido do método para o Serviço Social não poderia ser outra, que não o identificasse como “um conjunto de regras sobre ‘como fazer’ e/ou pautas para a intervenção” (GUERRA, 2001:271).

Se a citação for superior a três linhas, deve vir recuada 0,5 cm do parágrafo (ver alinhamento do texto no item 4.b), sem aspas, fonte tamanho 11, espaçamento simples, seguido de referência completa entre parêntese, incluindo o número da página da citação:

Ex.2: O ano de 1968 produziu uma enorme voga intelectual para o marxismo em teoria geralmente em versões que teriam surpreendido Marx – e para uma variedade de seitas e grupos “marxistas-leninistas”, unidos pela rejeição a Moscou e aos velhos partidos comunistas como não suficientemente revolucionários e leninistas (HOBSBAWM, 1998: 81).

g) Notas: Devem ser reduzidas ao máximo, e na impossibilidade, solicita-se que sejam feitas ao final de cada capítulo. Não usar a formatação de notas de fim de capítulo do editor de texto Word for Windows. As notas devem ser inseridas no corpo do texto, através de numeração arábica entre parêntese. Após as referências bibliográficas, digitar o texto correspondente à ordem numérica das notas citadas. A formatação da notas de fim de capítulo deve seguir a seguinte recomendação: fonte “Times New Roman” tamanho 11, justificada. Quando houver citação, direta ou indireta, seguir as normas de referência pontuadas em “f.a” e “f.b” acima. Não usar recuo de parágrafo para as citações dentro das notas. Elas devem vir ao longo do texto, mesmo que ultrapassem três linhas. Deixar uma linha em branco entre cada nota.

h) Referências Bibliográficas

Todas as referências bibliográficas devem estar citadas no texto, em espaço simples, espaçamento entre linhas (antes e depois) igual a 6pt (ver no editor de texto Word – formatar, parágrafo, espaçamento), sem recuo de primeira, ou segunda linhas, que devem vir formatadas. Devem ser observadas as normas da ABNT, conforme segue:

1. Para livros (obra completa): Sobrenome completo do autor, em caixa alta (maiúscula), se-

guido das iniciais do nome em maiúscula, título da obra em itálico (se o título da obra tiver um subtítulo, apenas a primeira parte do título vem em itálico), local/cidade da editora, nome da editora e ano da publicação:

Ex1.:

NETTO, J. P. Ditadura e serviço social. São Paulo: Cortez, 1991.

Caso o livro se refira a uma coleção, composta de mais de um volume, indicar o número correspondente àquela obra antes do ano:

Ex2.:

MARX, K. O Capital: crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, V. 1, 1998.

Quando houver mais de três autores, deve-se indicar apenas o nome do primeiro autor conforme as normas acima, seguido de “et. al.” em itálico:

Ex.3:

FEIGUIN, D. et al. Um retrato da violência contra a mulher: 2.038 ‘Boletins de Ocorrências’. São Paulo: Fundação Seade, 1987.

Quando houver mais de uma obra do mesmo autor, na segunda referência deve-se omitir o nome do autor e em seu lugar deve vir uma linha constituída de 5 (cinco) toques “_____”:

Ex. 4:

MARX, K. O Capital: crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, V. 1, 1998.

_____. A questão judaica. São Paulo: Centauro Editora, 2005.

Quando houver mais de uma referência do mesmo autor publicada no mesmo ano, deve-se omitir o nome do autor e em seu lugar deve vir uma linha constituída de 5 (cinco) “_____” e diferenciá-la usando “a” e “b” após o ano, seja em livros ou periódicos:

Ex.5:

SILVA, J. F. S. Justiceiros e violência urbana. São Paulo: Cortez, 2004a.

_____. Violência, Serviço Social e formação profissional In: Serviço Social & Sociedade. São Paulo: Cortez, n. 79, p. 133-147, set. 2004b.

2. Capítulo de livros: Sobrenome completo do(s) autor(es) em caixa alta, seguido das iniciais do nome em maiúscula, título do artigo seguido de “In:” em itálico, sobrenome do(s) organizador(es) da obra em maiúscula (no caso de mais de um organizador acrescentar “&”; no caso de três organizadores/autores, separar o primeiro e o segundo por “;” e “&” entre o segundo e o terceiro), apenas a(s) iniciais do nome do(s) organizador(es) em maiúscula, título da obra em itálico (se o título da obra tiver um subtítulo, apenas a primeira parte do título vem em itálico), local/cidade da editora, nome da editora, ano seguido da página inicial e final do artigo na obra:

Ex.1:

BUTTIGIEG, J. Educação e hegemonia In: COUTINHO, C. N. & TEIXEIRA, A. de P. (Org.). Ler Gramsci, entender a realidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 39-50.

Quando houver mais de três autores, ou mais de três organizadores, deve-se indicar apenas o nome do primeiro autor/organizador conforme as normas acima, seguido de “et. al.” em itálico e demais referência bibliográfica para citação de obras completas ou organizada.

Ex.2:

VINAGRE SILVA, M. Ética, direitos humanos e projeto profissional emancipatório In: GUERRA, Y. et. al. (org.). Ética e Direitos: Ensaios críticos. Rio de Janeiro: Lumem Juris, 2009.

Quando houver capítulo de livro cujo organizador é o próprio autor, suprimir a referência do nome e em seu lugar deve vir uma linha constituída de 5 (cinco) “_____”, seguido da referência completa da obra, e número de páginas do texto após ano de publicação:

Ex.3:

MINAYO, M. C. Ciência, técnica e arte: o desafio da Pesquisa Social. In: _____. (Org.) Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2001, p. 09-30.

3. Periódicos: Sobrenome do(s) autor(es) em caixa alta (maiúscula), apenas das iniciais do nome em maiúscula, título do artigo seguido de “In:” em itálico, título do periódico em itálico, cidade de publicação, indicar o volume do periódico e o número correspondente daquele volume, seguido do ano de publicação e página inicial e final do artigo, conforme o exemplo abaixo:

Ex.1:

COUTINHO, C. N. O conceito de vontade coletiva em Gramsci In: Revista Katalisys, Florianópolis, v. 12, n. 1, 2009., p. 32-40.

Quando houver mais de um autor, acrescentar “&” entre os autores. Quando houver mais de três autores, indicar a referência do primeiro autor, seguido de “et. al”.

Ex.2:

GUERRA, Y. et al. Elementos para o debate contemporâneo da “questão social”: a importância dos seus fundamentos In: Revista de Políticas Públicas, São Luis, v. 11, 2007, p. 237-255.

Quando houver artigos diferentes do mesmo autor, suprimir o nome do autor da segunda referência e em seu lugar deve vir uma linha constituída de 5 (cinco) “_____”, seguido da referência completa do periódico, diferenciando o ano da publicação por “a” e “b”:

Ex.3:

VARGAS, J. D. Indivíduos sob suspeita: a cor dos acusados de estupro no fluxo do Sistema de Justiça Criminal In: Dados, Revista de Ciências Sociais, v. 42, n. 4, p.729-760, 1999a.

_____. Familiares ou desconhecidos? A relação entre os protagonistas do estupro no fluxo do Sistema de Justiça Criminal In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 14, n. 40, jun., p. 63-82, 1999b.

4. Jornais: Sobrenome do autor, em caixa alta (maiúscula), iniciais do nome do autor em maiúscula, título do artigo, título do jornal em itálico, nome do local/cidade de publicação, data em algarismos arábicos seguido das três primeiras letras do mês de publicação, ano da publicação e número da página, conforme o exemplo abaixo:

Ex.: NAVES, P. Lagos andinos dão banho de beleza. Folha de São Paulo, São Paulo, 28 jun., 1999, p.13.

5. Revistas (magazine): Sobrenome do autor em caixa alta (maiúscula), iniciais do nome do autor em maiúscula, título do artigo seguido “In:” em itálico, título da revista em itálico, número da edição e/ou número da revista, nome do local/cidade de publicação, data da publicação em algarismos arábicos (ou período da publicação – mensal, bimestral, semestral, etc.) e número da página, conforme o exemplo abaixo:

Ex.:

ALVARENGA, T. A eutanásia virá In: Revista Veja, Ed. 1.898, n. 13, São Paulo, 30 março de 2005, p. 98.

6. Publicação por órgão público brasileiro: País da publicação (Brasil) em caixa alta (maiúscula), ministério da publicação - com apenas as primeiras letras maiúsculas - título da publicação em itálico (se o título tiver um subtítulo, só a primeira parte do título fica em itálico), cidade da publicação, editora, ano, bem como o número total de páginas, conforme o exemplo abaixo:

Ex.:

BRASIL. Ministério de Ciência e Tecnologia. Ciência e tecnologia e inovação: desafios para a sociedade brasileira (Livro Verde). Brasília, Academia Brasileira de Ciências, 2001. p. 278.

7. Constituição Brasileira: País da publicação (Brasil) em caixa alta (maiúscula), a palavra “Constituição” com apenas a primeira letra em maiúscula seguido do ano da publicação entre parênteses, título da publicação em itálico, local/cidade da publicação, órgão e ano da publicação, conforme o exemplo abaixo:

Ex.:

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

8. Legislação: País da publicação (Brasil) em caixa alta (maiúscula), o número da lei em algarismos arábicos, data da publicação, nome por extenso da lei, título da publicação da legislação em itálico com apenas as primeiras letras em mai-

úsculas, local/cidade da publicação, data completa da publicação (atentar para informar apenas as três primeiras letras do mês), conforme exemplo abaixo:

Ex1.:

BRASIL. Lei 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 10 jan. 2001.

Legislação em meio eletrônico: País da publicação (Brasil) em caixa alta (maiúscula), o número da lei em algarismos arábicos, data da publicação, nome por extenso da lei, título da legislação em itálico com apenas as primeiras letras em maiúsculas, a palavra “Disponível em” - endereço do site onde se encontra disponível a publicação -, seguido da data do acesso do texto (atentar para informar apenas as três primeiras letras do mês e ano). Atenção: todos os links de endereços de site da Internet devem estar funcionando no arquivo do texto original. Ver exemplo abaixo:

Ex2:

BRASIL. Lei 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal e estabelece diretrizes gerais de política urbana e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.estatutodacidade.com.br>. Acesso em: 12 set. 2002.

9. Publicações disponíveis em sites da internet: Sobrenome do autor em caixa alta (maiúscula), iniciais do nome do autor em maiúscula, título do artigo, título do site onde o texto se encontra disponível em itálico (se for o caso de uma revista eletrônica, informar o número da revista conforme exemplos acima), a palavra “Disponível em”, seguido do endereço do site onde se encontra disponível a publicação, data de quando o texto foi acessado (atentar para informar apenas as três primeiras letras do mês seguido de ponto antes do ano). Atenção: todos os links de endereços de site da Internet devem estar funcionando no arquivo do texto original. Ver exemplo abaixo:

Ex.:

MAGNOLI, D. O dom de iludir, Associação dos Docentes da UFRRJ, 09 de set. 2009. Disponível em:

http://www.adur-rj.org.br/5com/pop-up/dom_de_iludir.htm

Acesso em: 10 de set. 2009.

10. Dissertações e teses: Sobrenome do autor em maiúsculas seguido apenas das iniciais do autor em maiúsculas, título em itálico (se houver subtítulo, apenas a primeira parte do título deve ser em itálico), indicação se trata-se de tese ou dissertação, programa de pós-graduação onde foi defendida, instituição de ensino superior que pertence o programa, local/cidade, ano.

Ex.:

SANSON, C. Trabalho e Subjetividade: da sociedade industrial à sociedade pós-industrial (Tese de Doutorado). Programa de Pós Graduação em Sociologia – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

11. Comunicação em evento científico publicado em anais: Sobrenome do autor em caixa alta (maiúscula), seguido das iniciais do nome do autor, título do trabalho apresentado seguido de “In:” em itálico, nome do evento, local/cidade do evento, título dos anais em itálico, local/cidade, instituição promotora, ano de publicação e página (quando houver impressão):

Ex.: IAMAMOTO, M. V. Os caminhos da pesquisa em Serviço Social. In: XI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, ABEPSS, Fortaleza. Anais do XI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. Fortaleza: ABEPSS, 2004. Observar que todas palavras em outra língua, diferente do português, devem vir em itálico.

